

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THAÍS FLECK OLEGÁRIO

**A AÇÃO DEMOCRÁTICA MATO-GROSSENSE (ADEMAT) NO SUL DE MATO
GROSSO: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985)**

PORTO ALEGRE
2018

THAÍS FLECK OLEGÁRIO

A AÇÃO DEMOCRÁTICA MATO-GROSSENSE (ADEMAT) NO SUL DE MATO GROSSO: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985)

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre em história.

Linha de pesquisa: Relações de Poder Político-Institucionais.

Orientador Prof. Dr. Enrique Serra Padrós.

PORTO ALEGRE
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Olegário, Thais Fleck

A Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) no sul de Mato Grosso: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985) / Thais Fleck Olegário. -- 2018.

206 f.

Orientador: Enrique Serra Padrós.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. ADEMAT. 2. Mato Grosso. 3. Anticomunismo. 4. Paramilitarismo. 5. Ditadura de Segurança Nacional. I. Padrós, Enrique Serra, orient. II. Título.

THAÍS FLECK OLEGÁRIO

A AÇÃO DEMOCRÁTICA MATO-GROSSENSE (ADEMAT) NO SUL DE MATO GROSSO: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985)

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre em história.

Linha de pesquisa: Relações de Poder Político-Institucionais.

Orientador Prof. Dr. Enrique Serra Padrós.

Aprovada em 15/06/2018.

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (Orientador) – UFRGS

Prof^a. Dr^a. Alessandra Gasparotto – UFPEL

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad – UFSM

Prof. Dr. Jorge Christian Fernández – UFMS

PORTO ALEGRE
2018

AGRADECIMENTOS

Todo processo da escrita é em si uma grande descoberta de nós mesmos e do mundo que nos rodeia. No percurso de pesquisa e escrita desta dissertação muitas foram as decepções e novas descobertas. Aqueles que me acompanharam nesta trajetória merecem meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço primeiramente ao meu orientador Enrique Padrós, por ter me acolhido como sua orientanda na alegria e na tristeza e me amparado sempre que eu precisei, pela sua paciência e contribuições. Entre os maiores orgulhos desse percurso está sem dúvidas ter sido sua orientanda.

Agradeço também ao programa de pós-graduação em história da UFRGS por ter aceitado este trabalho que trata de terras tão longínquas e às professoras que tanto contribuíram para minha formação, Silvia Petersen, Helen Osório e Suzana Bleil.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa que me permitiu a dedicação exclusiva ao curso de mestrado.

Aos estimados funcionários do Arquivo Público de Campo Grande (ARCA), especialmente João e Lúcia, que foram gentis e atenciosos. À Tereza, do Arquivo Público de Mato Grosso do Sul e aos funcionários do Arquivo Público de Cuiabá pelo seu auxílio na localização de fontes.

Ao Fausto Matto Grosso e ao Sergio Cruz que me receberam prontamente para realizar entrevistas e compartilharem suas histórias.

Ao senhor Antonio Antero de Almeida por ter me recebido carinhosamente em Cuiabá e ao Daniel Almeida, seu neto e meu colega de orientação, que fez a ponte de comunicação entre nós.

Agradeço em grande medida aos membros da minha banca de qualificação, Alessandra Gasparotto e Jorge Fernández pelas exposições, considerações e questões levantadas, que me ajudaram em diversos pontos do desenvolvimento dessa pesquisa. Um agradecimento especial ao Jorge, por me acompanhar e impulsionar desde a graduação, sendo um permanente orientador. Agradeço igualmente ao professor Diorge Konrad que aceitou o convite para compor a banca final.

Aos meus colegas que compartilharam discussões durante esse curso: Stéfani Hollman, Augusta Silveira, Fernanda Feltes, Janaína Athaydes e aos “estrangeiros” com quem dividi conversas, incertezas e alegrias: Lineker Norberto, Caio Morais, Débora Kreuz,

Douglas Angeli, Franklin Fernandes e, especialmente, aos amigos Marcos Nogueira, Iamara Andrade e Marluce Fagundes (quem me ajudou a conseguir publicações raras em formato pdf!) pelo carinho, companheirismo, cuidado e presença em diversos momentos.

Às minhas parceiras da revista Aedos Micaele Scherer e Marina Gris, com quem aprendi bastante sobre publicações periódicas e a sua importância na formação de pesquisadores. Agradeço igualmente a todos os colegas que se dispuseram a ajudar na tarefa de editoração e tornaram essa experiência construtiva.

Ao Rafael Policeno, por sua disposição e apoio desde antes do início deste trabalho e por nossas discussões que tanto contribuíram.

À Michele Casali minha amiga conquistada entre batalhas e revisora rigorosa que me acompanhou dia-a-dia, com quem divido muito mais que afinidades acadêmicas.

À minha amiga de infância a compreensiva e adorável campo-grandense Franciele Teixeira, que entendeu minhas ausências e me levou para tomar sorvete quando as coisas pareciam um desastre.

À minha família pelo apoio em todo o percurso.

À minha mãe pelo seu amor e companheirismo, por segurar minha mão e me abraçar sempre que eu precisei. Minha primeira professora e eterna leitora.

Ao Leandro Duarte, com quem divido minha vida, por suas contribuições filosóficas, revisões e disposição para discutir cada capítulo deste trabalho.

A ADEMAT tornou-se
Um órgão coordenador
Agarrava os comunistas
com muito ódio e rancor
tudo era esmagado
pelo rôlo compressor.

Comandou a ADEMAT
A grande devastação
Agarrando os comunistas
E levou-os prá prisão,
Fazendo muitas proesas
Parecia um furacão

Verde a Liberdade
Pedro Luiz de Souza, 1965.

RESUMO

A Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) foi uma subsidiária do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) fundada em 1963 na cidade de Campo Grande (MT) e posteriormente em outros doze municípios deste estado. Entre seus anos de funcionamento dispôs de um quadro de sessenta e duas pessoas apenas nas cidades de Campo Grande e Cuiabá. No ano de sua fundação publicava uma coluna semanal no jornal *O Matogrossense* em Campo Grande, de caráter anticomunista, tendo veiculado vinte e uma edições. Após o golpe de 1964 realizou atividades repressivas constituindo-se em um grupo de ação paramilitar. O objetivo desta dissertação é analisar as práticas discursivas e repressivas da ADEMAT entre os anos de 1963 e 1985. Desse modo, é explorado quem foram os integrantes dessa organização, como se deu sua ação discursiva através da utilização da imprensa campo-grandense, quais redes de vínculos existiam entre seus membros e outras organizações, como a Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso (ACSMT) e a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG). Nos anos posteriores ao golpe analisa-se que tipo de atividades foram exercidas pela ADEMAT: sua atuação no fornecimento de informações ao comando da 9ª Região Militar, a perseguição política aos adversários e sua participação na indicação de cargos públicos vinculados ao aparelho repressivo. Para tanto foram utilizadas fontes periódicas, entrevistas, biografias e documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Palavras-chave: ADEMAT. Mato Grosso. Anticomunismo. Paramilitarismo. Ditadura de Segurança Nacional.

ABSTRACT

The Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) was a subsidiary of Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) founded in 1963 in the city of Campo Grande (MT) and posteriorly in other twelve towns of this state. During its operation years, it disposed of a board of around sixty-two people only in the cities of Campo Grande and Cuiabá. In the year of later foundation, it used to publish a weekly column on the newspaper O Matogrossense in Campo Grande anti-communist, having conveyed twenty-one editions. After the 1964 coup, it practiced repressive activities constituting itself in a paramilitary action group. The objective of this dissertation is to analyze both discursive and repressive practices of ADEMAT between 1963 and 1985. That way, it is explored who were the members of this organization, how was its discursive action through the using of the campo-grandense press, what networks linking existed among its members and other organizations, like The Associação dos Criadores do Sul of Mato Grosso (ACSMT) and the Associação Comercial e Industrial of Campo Grande (ACICG). In the posterior years of the coup, it is analyzed which kind of activities were exercised by ADEMAT: like acting on the information supply for the command of the 9th Military Region, the political persecution towards the opponents and its participation on the indication of public posts linked to the repressive apparatus. For this purpose, are used periodic sources, interviews, biographies and documents of the National Service of Information (SNI).

Keywords: ADEMAT. Mato Grosso. Anti-Communism. Paramilitarism. National Security Dictatorship.

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa adaptado do estado de Mato Grosso (1970).....	59
Figura 2 – Diagrama de rede dos membros da ADEMAT	91
Figura 3 – Texto com teor anticomunista em OMT	97
Figura 4 – Primeira publicação da ADEMAT em OMT	98
Figura 5 – Diagrama de vínculos associativos dos participantes do SSRA (1961).....	123

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Concentração de terras em Mato Grosso 1960	69
Tabela 2 – Grupos de área por atividade fim pecuária	69
Tabela 3 – Ocupação de cargos políticos por membros da ADEMAT	89
Tabela 4 – Vínculos associativos por membro da ADEMAT	90
Tabela 5 – Publicações da Coluna da ADEMAT no Jornal OMT	105

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACE	Arquivo Cronológico de Entrada
ACG	Agência de Campo Grande
ACICG	Associação Comercial e Industrial de Campo Grande
ACRISSUL	Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul
ACSMT	Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso
ADEMAT	Ação Democrática Mato-Grossense
ADEP	Ação Democrática Popular
ADP	Ação Democrática Parlamentar
ALPRO	Aliança para o Progresso
ARCA	Arquivo Histórico de Campo Grande
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AVB	Ação Vigilantes do Brasil
BANAGRO	Banco Agropecuário
CBP	Consórcio Brasileiro de Produtividade
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEI	Comissão Estadual de Investigações
CELS	Centro de Estudios Legales y Sociales
CELUSA	Centrais Hidrelétricas de Urubupungá
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGI	Comissão Geral de Investigações
CIE	Centro de Informações do Exército
CIESP	Centro de Indústrias do Estado de São Paulo
CISEx	Comissão de Investigação Sumária do Exército
CMO	Comando Militar do Oeste
CMVJ/MS	Comitê Memória Verdade e Justiça de Mato Grosso do Sul
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNDL	Cruzada Nacional de Liderança Democrática
CNPC	Conselho Nacional da Pecuária de Corte
CNV	Comissão Nacional da Verdade

CONCLAP	Conselho Superior das Classes Produtoras
CONSULTEC	Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda.
CPC	Centros de Cultura Popular
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRB	Confederação Rural Brasileira
CTSM	Cooperativa Triticola Sul-Matogrossense
DEOPS	Delegacia Especializada de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FARSUL	Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPN	Frente Parlamentar Nacional
FRIMA	Frigorífico Mato-Grossense S.A.
GAP	Grupo de Ação Patriótica
HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JC	Jornal do Comércio
MAC	Movimento Anticomunista
MDM	Mobilização Democrática de Minas Gerais
MEB	Movimento de Educação de Base
NOB	Ferrovia Noroeste do Brasil
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMT	Jornal O Matogrossense
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OPAC	Organização Paranaense Anti-Comunista
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrático Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RM	Região Militar
RSRA	Recomendações Sobre Reforma Agrária
SANEMAT	Companhia de Saneamento de Mato Grosso
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEI	Sociedade de Estudos Interamericana
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOCO	Serviço de Organização Comunitária
SRB	Sociedade Ruralista Brasileira
SSR	Serviço Social Rural
SSRA	Simpósio Sobre Reforma Agrária
SUBCGI/MT	Subcomissão de Investigações de Mato Grosso
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA	Superintendência de Política e Reforma Agrária
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. “O PRETEXTO DEMOCRÁTICO”: ORIGENS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA	32
2.1 A reestruturação do capitalismo e o seu impacto na América Latina no pós-guerra.....	32
2.2 O anticomunismo e as políticas para a América Latina: Aliança para o Progresso e Doutrina de Segurança Nacional	38
2.3 O IBAD: da criação à CPI de 1963.....	50
3. A PRESENÇA DO IBAD NO SUL DE MATO GROSSO: A AÇÃO DEMOCRÁTICA MATO-GROSSENSE (ADEMAT)	66
3.1 “Campo Grande surgiu do boi”: dinâmicas de poder e alternância política no sul de Mato Grosso.....	66
3.2 Democratas, cristãos e latifundiários: o surgimento da ADEMAT	74
3.2.1 Vínculos associativos dos membros da ADEMAT	78
3.3 A voz da ADEMAT ecoa: <i>O Matogrossense</i>	92
3.3.1 O conteúdo das publicações da ADEMAT	105
3.4 Reforma Agrária: “O Golpe traidor comunista”	116
4. “ARMAS PARA A DEMOCRACIA”: A ADEMAT COMO ORGANIZAÇÃO PARAMILITAR	137
4.1 ADEMAT: da radicalização política à ação paramilitar.....	137
4.2 Repercussões do golpe no sul de Mato Grosso: a constituição da CEI e os perseguidos políticos.....	152
4.3 Permanências da ADEMAT na política sul-mato-grossense: do caso Landualdo (1979) à refundação do PCB (1985).....	166
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	187
APÊNDICE A – Dados e Trajetórias dos Integrantes da ADEMAT	195
APÊNDICE B – Dados e trajetórias dos participantes do “Simpósio Sobre Reforma Agrária do IBAD”.....	201

1. INTRODUÇÃO

A ditadura brasileira iniciada após o golpe de 1964 foi a primeira da América Latina pautada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN).¹ Tal temática possui interpretações plurais, existindo uma produção historiográfica diversa no que se relaciona às fontes, hipóteses e conclusões sobre o período. Em 2004, o historiador Carlos Fico realizou importante levantamento dessa produção historiográfica sobre o golpe de 1964; a primeira característica identificada foi a constatação da predominância, entre 1970 e 1980, de estudos elaborados por cientistas políticos. Fico também chama a atenção ao fato de que uma profusa escrita sobre o período veio da memorialística, que se tornou cada vez mais abundante e variada.² No entanto, com o influxo da “profissionalização” da pesquisa histórica no Brasil novas abordagens foram realizadas, sob a influência da Escola dos *Annales* e do marxismo.³

No final da década de 1980 surgiram obras escritas por autores estadunidenses, denominados brasilianistas, como a de Thomas Skidmore, que apresentava uma leitura concentrada na sucessão de governos, “espécie de cronologia oficialista com que alguns historiadores tradicionais do século XX expressaram, contemporaneamente, a velha história política do século XIX”.⁴ Por seu turno, o cientista político Alfred Stefan apresentava sua tese sobre o “padrão moderador” com que atuavam politicamente os militares diante de crises políticas, transferindo o poder de um grupo a outro. Para este autor, o que muda em 1964 é a transformação desse padrão, “[...] os militares passaram a supor a necessidade de um governo militar autoritário que pudesse fazer mudanças radicais e eliminar alguns atores políticos”.⁵

Em outra perspectiva surgiram estudos pautados no marxismo, que se afastavam da leitura política dos acontecimentos,⁶ entre eles, destacava-se a obra de René Dreifuss, *1964 A Conquista do Estado*. Dreifuss sustentava a tese de que “o que ocorreu em abril de 1964 não

¹ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) surgiu na linha da Doutrina Truman em 1947 nos Estados Unidos (EUA). Foi um conjunto teórico que previa uma série de práticas, noções e princípios a serem adotadas para impedir o avanço do comunismo na América Latina. Seu aparecimento está relacionado à política internacional desenvolvida pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial e no bojo da Guerra Fria. A segurança referida trata da salvaguarda das “nações livres”, assim chamados os países aliados ao bloco geopolítico ocidental, frente à ameaça da “infiltração comunista”. No Brasil foi incorporada ao conjunto teórico da DSN a ideia de “desenvolvimento”, criando assim uma versão que aliava desenvolvimento e segurança. Essas ditaduras também estavam marcadas por aspectos gerais, além da contenção do comunismo, como a “guerra contra-insurgente contra todo questionamento às estruturas nacionais de dominação, o que redundou em uma *guerra suja*”. PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.1, n.1, jan/jun, 2009. p. 32.

² FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. p. 23.

³ Ibidem, p. 21.

⁴ Ibidem, p. 29.

⁵ Ibidem, p. 31.

⁶ Ibidem, p. 32.

foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”.⁷ Desse modo, o autor demonstra que a ligação entre o capital multinacional e associado desde a década de 1950 e, sua crescente necessidade de expansão, levaria ao golpe de 1964 que, neste sentido, também pode ser entendido como um golpe de classe. Em relação à dependência entre o capital e as relações extraeconômicas desempenhadas pelos Estados-nação Ellen M. Wood diz:

A apropriação capitalista ainda exige o apoio da coerção extraeconômica, e o controle da operação de um Estado ainda é necessário para oferecer a ordem administrativa e a força coercitiva de que o capital necessita mas não tem. Com uma classe dominante caracterizada pela falta de poder coercitivo direto, o capitalismo é, ainda assim, mais dependente que qualquer outra forma social de uma ordem política que garanta a regularidade e a previsibilidade de que o capital necessita nas suas transações diárias. O capitalismo também depende de práticas e instituições extraeconômicas para compensar suas próprias disruptivas, a devastação do mercado e a privação de propriedade da maioria da qual depende o poder capitalista.⁸

Uma das maiores críticas à tese de Dreifuss é a de que o autor atribuiu demasiada importância à capacidade do complexo formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em influenciar o processo histórico brasileiro. Como exemplo dessa leitura, Daniel Aarão atribui à tese referida um caráter excessivamente conspiracionista:

Do ponto de vista do desvendamento das tramas conspiratórias, além dos depoimentos das lideranças que chefiaram ou obtiveram posições de destaque no movimento civil-militar de março/abril de 1964, releve-se o trabalho pioneiro, já referido, de René Dreifuss, embora, em muitos momentos, o autor pareça superestimar o controle e o domínio que as instituições que investiga, sobretudo o IPES, tivessem sobre o processo histórico em curso.⁹

Pelo volume e densidade teórica de sua obra e, conseqüentemente, uma maior atenção dada à participação de certos grupos civis, cujo poder era oriundo de sua hegemonia econômica, na desestabilização do governo vigente em detrimento dos aspectos políticos do pré-1964, é presumível que alguns teóricos compreendam sua obra como demasiadamente conspiracionista. Contudo, Dreifuss teve acesso a uma profícua e abundante documentação, permitindo-lhe a realização de uma análise aprofundada sobre o golpe de 1964 e que, mesmo

⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964 A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 230.

⁸ WOOD, Ellen M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 30.

⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 332.

após três décadas de sua publicação, permanece sendo o estudo mais completo sobre este tema. Como enfatiza Virgínia Fontes:

René Dreifuss pensou com Gramsci, ao investigar o golpe de 1964, que não era apenas um golpe militar, e que não apenas envolvia “civis”, isto é, não militares, mas entidades empresariais ricas e com apoio internacional. Foi um golpe de Estado estimulado, preparado e com o apoio de intensa organização empresarial, que tem nome, endereço, documentos e, mais do que isso, forneceram os quadros que ocuparam os postos-chave da reorganização econômica e política pós 1964.¹⁰

Entre os clássicos sobre o período estão ainda as obras de Maria Moreira Alves e Joseph Comblin. Em *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Alves explora a estrutura doutrinária que forneceu legitimidade a tomada de poder, através da abordagem da DSN. A autora focaliza as instituições civis e militares que foram formadas com o objetivo de consolidar as conspirações contra o regime democrático, como a Escola Superior de Guerra (ESG), o IPES e o IBAD.¹¹

Já Joseph Comblin em *A Ideologia da Segurança Nacional* analisa o funcionamento da DSN na América Latina, expondo como a doutrina foi estruturada a partir dos EUA. Outro aspecto relevante, apontado por Comblin, é a maneira como cada país latino-americano que esteve sob a influência da DSN adequou os elementos fundamentais da doutrina à realidade local, como por exemplo, no Brasil onde o foco foi orientado à contenção de movimentos populares, enquadrados na definição de “inimigo interno”, e na incorporação da ideia de “segurança e desenvolvimento”. Para o autor, a DSN é:

A capacidade que o Estado dá a Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. [...] Trata-se, portanto da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais. [...] A segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do comunismo.¹²

Mesmo diante de uma ampla produção recente dedicada ao período pautamo-nos nestas três obras clássicas apresentadas, de Dreifuss, Alves e Comblin, pela qualidade de sua abordagem teórica e profundidade de análise. Além disso, como adverte Demian Melo, a produção historiográfica, principalmente, desde os anos 2000, traz a qualificação do golpe como “civil-militar” como novidade, o que, em certas interpretações significa o componente civil como conjunto de toda a sociedade brasileira, sem precisar e hierarquizar

¹⁰ FONTES, Virgínia. Prefácio: Nas lutas. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 14.

¹¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹² COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 22.

responsabilidades.¹³ Em contrapartida, as obras de Dreifuss e Alves, publicadas ainda na década de 1980 fornecem inegável contribuição ao estudo do período, sem tratar os civis envolvidos no golpe como toda a sociedade.

Ainda em relação à produção sobre o golpe, Melo aponta três interpretações mais propagadas no início dos anos 2000: “1) ‘esquerda e direita foram igualmente responsáveis’; 2), na verdade, ‘havia dois golpes em curso’ nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito”.¹⁴ Essas três teses, em realidade, se condensam em uma só visão com alguns matizes e se expressam na corrente que Melo e outros analistas identificam como revisionista.¹⁵

A primeira interpretação contrária à tese de Dreifuss foi de Argelina Figueiredo, para quem “nem a esquerda nem a direita possuíam apego ao regime democrático”.¹⁶ A argumentação de Figueiredo condensou em dois grupos a literatura sobre o golpe de 1964, para a mesma as explicações eram centradas em causas estruturais – econômicas ou políticas – e intencionais ou “orientadas-para-o-autor”.¹⁷ O principal ponto discutido pela autora era a contraposição da ideia de inevitabilidade do golpe de 1964, desse modo, assinalava que fossem estudadas as decisões em diferentes momentos que precederam a queda de João Goulart e, assim, identificar quais “escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre estas reformas”.¹⁸

Esta mesma leitura se fez presente posteriormente nos trabalhos de Jorge Ferreira, como em seu artigo no terceiro volume de *O Brasil Republicano* (2003), intitulado “O

¹³ MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Revista Espaço Plural*, n. 27, 2012. p. 39-53.

¹⁴ MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: _____. (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 158.

¹⁵ Sobre isso Melo diz: “[...] quando introduziram o termo no seu vocabulário, os historiadores queriam se referir a uma operação de revisão, de reinterpretação de processos históricos cujas narrativas e explicações até então eram consensuais [...]. Em alguns casos, a noção de revisionismo serve para afirmar o caráter renovador de novas abordagens e/ou reconsiderações interpretativas; em outros, viradas ético-políticas informadas pela disputa ideológica do presente; na maior parte das vezes uma mistura entre esses dois elementos”. *Ibidem*, p. 19.

¹⁶ *Ibidem*, p. 161.

¹⁷ Entre os autores criticados por Figueiredo constavam no grupo das explicações estruturais Guillermo O’Donnell, Fernando Henrique Cardoso e Wanderley Guilherme dos Santos e no grupo das causas intencionais ou “orientadas-para-o-ator” Alfred Stefan e René Dreifuss. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 23-27.

¹⁸ *Ibidem*, p. 30.

governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”.¹⁹ Ambas abordagens correspondem a primeira categoria de interpretação apresentada por Melo, pois “desloca o foco de sua explicação da direita civil e militar, do IPES, da Embaixada dos EUA, etc., para responsabilizar aqueles que em 1964 foram apeados do poder”.²⁰ Em outro espectro, encontra-se a série de livros publicada no início dos anos 2000 pelo jornalista Elio Gaspari, que condensa as três acepções correntes sobre o golpe expostas por Melo.²¹

Na contramão dessas três acepções, outras obras recentes que trazem artigos diversos, como *Ditaduras Militares na América Latina* (2004) e *Cone Sul em Tempos de Ditadura* (2013), organizados por Claudia Wasserman, Cesar A. Guazzelli e Enrique Serra Padrós, respectivamente, propõem a análise das ditaduras instauradas na América Latina, a partir da década de 1960, como Ditaduras de Segurança Nacional. Estas obras apontam para golpes civis-militares evidenciando a participação dos grupos detentores do poder econômico na conspiração e desestabilização dos governos vigentes, portanto, qualificam o termo civil do golpe. A análise da DSN como elemento base para implantação das ditaduras no Cone Sul é característica dessa abordagem.

Na análise da produção historiográfica percebe-se uma disputa em relação ao passado e seus usos no presente e, para compreender esse processo é necessário dimensionar a problemática que a escrita da história da Ditadura de Segurança Nacional brasileira desperta, isto é, perceber que existe “uma ação institucional de esquecimento induzido, ‘de cima para baixo’, desmemória”.²²

Em suma, resumir o golpe de 1964 a uma narrativa que realça os vícios e virtudes do presidente João Goulart como um personagem ora acometido pelas incertezas da fortuna, ora aclamado pelo povo, é simplificar o processo histórico brasileiro a um monólogo. Desse modo, entendemos que o golpe de 1964 foi resultado da coalizão entre forças civis e militares, que agiram através de uma campanha desestabilizadora pautada na DSN. Seguindo tal perspectiva busca-se a delimitação de quais indivíduos compuseram o grupo de civis envolvidos nessa campanha contra o governo Goulart.

Para Dreifuss desde a década de 1950 o capital multinacional e associado expressava seu poder através de diferentes canais de representação. O primeiro estágio da mobilização e

¹⁹ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano vol. 3: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 400.

²⁰ MELO, op. cit., 2014, p. 161.

²¹ Para uma avaliação crítica dos livros de Gaspari ver: MELO, op. cit., p. 166-167; CALIL, Gilberto. Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora. *Outros Tempos*, v. 11, n. 17, 2014. p. 246-270.

²² PADRÓS, op. cit., p. 36.

influência sobre as políticas de Estado se daria através da organização e difusão dos escritórios de consultoria tecno-empresariais. Estes escritórios eram resultado do alinhamento de interesses do bloco multinacional e associado em prol de um projeto de modernização conservadora no Brasil, que correspondia à articulação em função de reformas dentro do governo vigente. Tais organismos compuseram os anéis burocráticos e operaram como uma verdadeira estrutura paralela de administração ocupando cargos-chave dentro do Estado. Entre os escritórios de maior destaque estavam o Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBP) e a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC),²³ também conhecida como Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos.²⁴

Por sua vez, as associações de classe eram canais expressivos de representação empresarial, tendo destaque a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), a *Federation of the American Chambers of Commerce* do Brasil, o Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP),²⁵ além das diversas federações industriais, comerciais e ruralistas estaduais, análogas aos órgãos de representação patronais de projeção nacional. Tais grupos tecno-empresariais somados às associações de classe e aos grupos de ação, como o IPES e o IBAD, formaram a coalizção civil para derrubada do governo Goulart.

Portanto, ressaltam-se como os principais grupos de ação: o IBAD e seus dispêndios como Ação Democrática Popular (ADEP) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP),²⁶ o IPES, o Movimento Anticomunista (MAC), a Gente da Juventude Democrática²⁷ e setores da imprensa e da Igreja Católica.

Dentre estas instituições civis, o IBAD foi a organização de maior projeção política nos anos que antecederam o golpe; destaca-se, por exemplo, sua atuação na campanha eleitoral de 1962 quando “serviu de conduto de fundos maciços para influenciar o processo eleitoral e coordenou a ação política de indivíduos, associações e organizações ideologicamente compatíveis”.²⁸ O Instituto também era responsável por publicar na grande imprensa, matérias de caráter anticomunista.²⁹ O complexo formado pelo IPES/IBAD contava

²³ Para uma análise mais detida sobre este organismo cf. DREIFUSS, op. cit., p. 86-93.

²⁴ Ibidem, p. 83-86.

²⁵ Ibidem, p. 93.

²⁶ A ADP congregou diversos partidos políticos brasileiros, entre os quais os de maior destaque foram a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). A ADP fazia oposição à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).

²⁷ WASSERMAN, Cláudia. O império da Segurança Nacional: o golpe de 1964 no Brasil. In: _____; GUAZZELLI, César A. B. (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 32.

²⁸ DREIFUSS, op. cit., p. 103.

²⁹ Uma análise sobre os matizes do anticomunismo no Brasil será realizada no primeiro capítulo.

com publicações na rede de jornais dos *Diários Associados*, na *Folha de São Paulo*, no *Estado de S. Paulo*, no *Jornal da Tarde* e no *Jornal do Brasil*, além de diversos outros periódicos espalhados por todo o território brasileiro.³⁰ No ano de 1961, o IBAD contava com cerca de trinta programas de rádio e em 1963 o programa radiofônico “A Semana em Revista” já era transmitido em oitenta e quatro cidades de todo o país.³¹

Em relação ao que tem sido produzido sobre o IBAD devem ser destacados os trabalhos desenvolvidos por Renato Lemos e Demian Bezerra de Melo, que versam sobre a participação civil do complexo empresarial formado pelo IPES/IBAD no golpe de 1964. Outros estudos pontuais devem ser apontados como a dissertação de mestrado de Gilvan Veiga Dockhorn que aborda a partilha do poder, no pós 1964, pelos grupos civis e militares. Da mesma forma, a tese de doutorado de Hernán Ramiro Ramírez sobre a rede de institutos econômicos de organizações empresariais, presentes no Brasil e na Argentina, entre 1961 e 1966³² e a dissertação de mestrado de Martina Spohr Gonçalves que explora o projeto editorial desenvolvido pelo IPES, como projeto de consolidação hegemônica.

Quanto ao IBAD este foi criado em 1959 por grupos do empresariado industrial brasileiro e tinha por objetivo agir em favor da “defesa da democracia”, a qual correspondia a uma perspectiva estritamente vaga do termo e era entendida, grosso modo, como a defesa das liberdades corporativas, operando nos moldes da democracia liberal.³³ Na esfera prática, pode-se apontar que tal instituição constituía um proeminente grupo de pressão empresarial e estava destinada à divulgação de conteúdo anticomunista, desse modo, a “democracia” defendida agrupava todas as pautas consideradas ameaçadas pelo “comunismo”. A entidade foi fechada em 1963, durante as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a ilegalidade de suas ações nas eleições de 1962 e do financiamento recebido de corporações estadunidenses.

³⁰ DREIFUSS, op. cit., p. 233.

³¹ BRASIL, Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Camara. *Dossiê do IBAD*: Arquivos da CPI de 1963, Pernambuco: CEMVDHC, 2016. Verdade CPI do IBAD CPI IBAD, fl. 15, p. 19.

³² Cf. DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os Institutos de Estudos Econômicos de Organizações Empresariais e Sua Relação com o Estado em Perspectiva Comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005. GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2010.

³³ Em que o peso maior é dado à liberdade individual em sua relação com o Estado, a qual se manifesta nas liberdades civil e política, sendo esta concepção diferente da vertente democrática que visa a participação direta dos indivíduos na formação de leis através do corpo político. Para uma análise das tradições democráticas cf.: BOBBIO, Norberto. *Verbete Democracia*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 323.

Em relação ao trabalho de ação doutrinária estruturado pelo IBAD nota-se que em 1963 o mesmo deu início à criação de núcleos regionais que, agindo como filiais, seriam responsáveis pela realização de atividades de divulgação e formação. Neste cenário, em abril de 1963, foi fundada em Campo Grande, no sul de Mato Grosso, a organização civil intitulada Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT). Articulada como uma das subsidiárias do IBAD tinha como membros latifundiários, banqueiros, advogados e outros. A ADEMAT surgiu como um eco das vozes dos grandes proprietários de terras, uma renovada instituição que serviria para proteger e reafirmar seus interesses. Alguns de seus integrantes faziam parte de uma entidade patronal denominada Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso (ACSMT) que desde pelo menos a década de 1930 vinha sendo a principal organização de defesa dos interesses dos grandes proprietários de terras vinculados à pecuária.

Suprapartidária, democrática e sem diferenciação de classes, essa foi a imagem de si mesma projetada pela ADEMAT junto à opinião pública. A entidade se apresentava não como a voz dos latifundiários que lhe deram vida, mas a de homens democratas e cristãos em contrapartida à “ameaça comunista”. Esse afastamento entre seus reais interesses e a mensagem que buscava impetrar correspondia a um movimento amplo que visava, sobretudo, omitir o caráter de classe de seu posicionamento. O esvaziamento da luta de classes em função da identificação de um inimigo em comum a ser combatido é essencialmente um princípio da DSN, em que: “a nação é vista como um todo homogêneo e dotado de uma única vontade: a partir daí pode-se facilmente deduzir a ideia de interesse nacional, [...] todos os conflitos sociais desaparecem, assim como todos os problemas da política interna”.³⁴

Portanto, este estudo propõe analisar as práticas dos integrantes da ADEMAT e sua ligação com o IBAD e com o Exército Brasileiro, no período de 1963 a 1985. Nosso recorte temporal parte da criação da ADEMAT até o último registro encontrado sobre suas atividades em 1985. Em linhas gerais, a pesquisa focaliza o sul de Mato Grosso, isto é, as cidades de Dourados, Aquidauana e Campo Grande, com maior destaque para esta última. Tais cidades constituem atualmente o território do estado de Mato Grosso do Sul, criado pela lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977 através do desmembramento do então estado de Mato Grosso. Os limites correspondentes estão descritos no artigo 2º da lei citada.³⁵

Os objetivos específicos de nossa pesquisa são: 1) entender a consolidação do movimento golpista que atuou na desestabilização do Governo Goulart em Mato Grosso; 2)

³⁴ COMBLIN, op. cit., p. 29.

³⁵ BRASIL, Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Disponível em: <goo.gl/wcHxAG>. Acesso em: 10 mar. 2017.

abordar a participação dos grupos regionais associados ao IBAD no golpe de 1964 e posteriormente na consolidação da ditadura no Brasil; 3) verificar as relações entre os membros da ADEMAT e outras instituições e 4) analisar a ADEMAT como organização paramilitar. Desta forma são questionamentos pertinentes a esta análise: Quais eram as atividades da ADEMAT, enquanto filial do IBAD em Mato Grosso? Em qual contexto ela surgiu? Quem eram seus integrantes? Qual o seu propósito? Como ocorreu sua participação na campanha de desestabilização do governo de João Goulart e no golpe de 1964? Como se dava sua ação doutrinária na imprensa campo-grandense? Como se manifestou sua ação paramilitar?

A historiografia sobre o golpe e a ditadura em Mato Grosso ainda é exígua se comparada à produção existente em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Entre as dissertações elaboradas junto ao PPGH/UFMT a respeito desta temática encontram-se: *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso (1964-1974)* de Leonice Maria Meira (2011) e *Imprensa e poder em tempos de Segurança Nacional: Cáceres – MT (1969-1984)* de Luciana de Freitas Gonçalves (2012). Ambos os estudos pautam-se na análise de jornais de Mato Grosso e abordam como era retratada a ditadura em tais periódicos; contudo, tais análises são restritas às cidades de Cuiabá e Cáceres. Outras duas dissertações sobre o período que enfocam a questão política são: *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)* de Vinícius de Carvalho Araújo (2007) e *Transições políticas em Cuiabá: do bipartidarismo ao pluripartidarismo (1979-1982)* de Izaias Euzébio Amâncio (2010). De todas as dissertações expostas, a única que traz uma breve exposição sobre a ADEMAT é a de Vinícius Araújo.

Já sob o recorte espacial do sul de Mato Grosso as pesquisas são ainda mais restritas, tendo-se dois estudos: *Dourados: memórias e representações de 1964* (2003) e *Aquidauana: A Baioneta, a Toga e a Utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução* (2009), de autoria de Suzana Arakaki e de Eudes Fernando Leite respectivamente. Estas obras foram resultado das pesquisas de mestrado, realizadas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Dourados em 2003,³⁶ a primeira, e na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em 1994, a segunda. Em 2015, Suzana Arakaki defendeu a tese: *As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969)*, junto ao PPGH da UFGD. Na tese a autora desloca o foco dado anteriormente à cidade de Dourados para as demais cidades do sul de Mato Grosso, como

³⁶ Campus desmembrado da UFMS em 2005, dando origem a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Ponta Porã e outras. Embora as referidas pesquisas se afastem desta no que condiz ao seu embasamento teórico, se aproximam através da preocupação no balizamento de diferentes fontes – imprensa, inquéritos policiais e entrevistas orais – e do interesse por explorar a problemática do golpe em cidades de Mato Grosso.

A incipiente historiografia é concernente a diversos fatores, como a baixa presença de programas de pós-graduação em história nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os cursos de história foram criados em Mato Grosso durante a década de 1970³⁷ e o primeiro e único programa de pós-graduação no sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, surgiu apenas em 1999, no campus de Dourados, atual UFGD.

Por outro lado, sendo o terceiro maior estado brasileiro, a dimensão territorial de Mato Grosso na década de 1960 impede o desenvolvimento de estudos mais completos sobre o estado, sendo comum encontrarem-se análises que ora versem sobre as cidades do centro e norte do antigo Mato Grosso e ora do sul do mesmo. Destarte, há a questão da falta de centralização dos arquivos, fazendo com que as fontes disponíveis precisem ser consultadas em mais de uma cidade, como no caso de nossa pesquisa que demandou a visita aos arquivos das cidades de Campo Grande e Cuiabá. Além disso, apresenta-se a problemática do tratamento de um tema ainda sensível e com implicações na atualidade.

Neste cenário, em 2012, após a realização do componente “História das Relações Cívicas e Militares”, disciplina ofertada como optativa no curso de História da UFMS/Campo Grande, uma série de trabalhos de conclusão de curso foi produzida sob a orientação do professor Jorge Christian Fernández, visando explorar o golpe e a ditadura em Mato Grosso. Entre eles estava o meu, defendido em 2015, que versava sobre a ADEMAT e que resultou, posteriormente, na escrita do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação de mestrado. Assim, adicionamos a essa lacuna historiográfica mais uma peça, que trata sobre o golpe e os primeiros anos da ditadura na cidade mais populosa de Mato Grosso à época: Campo Grande.

A ADEMAT publicou uma coluna entre abril e novembro de 1963 no jornal *O Matogrossense*, periódico dirigido pelo Partido Social Democrático/MT, com aproximadamente três mil cópias diárias. O conteúdo das publicações será analisado no capítulo dois. A Ação permaneceu ativa após o fechamento do IBAD, devido ao decreto presidencial nº 52.425 de 1963, em que o instituto foi suspenso sob acusações de atividades

³⁷ BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. *História e Universidade: a institucionalização do campo histórico na Universidade de Mato Grosso/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990)*. Tese (doutorado). Dourados: UFGD 2016. p. 75.

políticas de corrupção eleitoral e de origem de recursos desconhecidas.³⁸ A única mudança verificada em relação à ADEMAT foi o encerramento das publicações em *O Matogrossense*. O curto período de tempo que marca a ação intensiva na imprensa coincide com o processo de radicalização política vivido no plano nacional e estadual. De fato, o fim das publicações da ADEMAT marcou uma mudança de estratégia de atuação, que em muito lembra ou se aproxima de uma lógica paramilitar.

Neste sentido, nota-se que seus integrantes, em novembro de 1963, passaram a circular pela cidade de Campo Grande ostentando armas e realizando atividades de repressão dentro das quais se destacou o ataque ao jornal *O Democrata*, dirigido pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Além disso, outra ação paraestatal considerável foi produção de informes sobre pessoas e atividades consideradas subversivas que eram encaminhadas diretamente à 9ª Região Militar do Exército, localizada em Campo Grande.

Para explorar as atividades da ADEMAT enquanto órgão paralelo de repressão e de fornecimento de informações serão utilizados os documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), especificamente os informes enviados pela Agência de Informações de Campo Grande à Agência Central, disponíveis na plataforma virtual do Arquivo Nacional. Todos os arquivos foram acessados através da pesquisa digital 2.0 nominal da ADEMAT e de seus integrantes. Os fundos consultados foram: Serviço Nacional de Informações (SNI), Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Tais fontes serão contrastadas com publicações da entidade, material biográfico e bibliografia sobre o período. Tratando da importância desse tipo de fonte é cara a reflexão de Caroline Bauer e René Gertz:

Um indício da importância das informações e de suas redes de circulação foi a criação, pela ditadura militar brasileira, do Serviço Nacional de Informações (SNI), apenas três meses após o Golpe de 31 de março de 1964, com o objetivo declarado de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessavam à Segurança Nacional.”³⁹

Para demonstrar a atuação doutrinária da ADEMAT, pode-se recorrer à análise das publicações divulgadas em sua coluna na imprensa campo-grandense. Tal estratégia não é novidade no mundo da política. A utilização do jornal como veículo para consolidação hegemônica é possível, partindo do entendimento de que os periódicos podem se tornar uma

³⁸ Cf. BRASIL, Câmara dos Deputados, *Decreto nº 52.425, 31 de agosto 1963*. Brasília: Legislação Informatizada. Disponível em: <goo.gl/hjgNC7>. Acesso em: 10 mai. 2016.

³⁹ BAUER, Caroline; GERTZ, René. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 175.

“arma de poder”, pois, o conteúdo veiculado está relacionado aos interesses dos seus proprietários, como exposto por Maria Helena Capelato:

Nos Estados liberais, a Constituição garante a todos a liberdade de expressar sua opinião e de obter informações. A imprensa é o veículo apropriado para esses fins. Todos são livres e iguais perante a lei, mas na prática uns são mais livres e mais iguais. Ocorre então que, neste mundo desigual, a informação, direito de todos, transforma-se numa arma de poder manipulada pelos poderosos [...]. Nesta situação onde se mesclam o público e o privado, os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal.⁴⁰

Portanto, é necessário proceder à problematização dessa fonte, analisando aspectos como o papel social desempenhado pelo periódico na realidade em que ele está inserido, as características físicas e discursivas, a organização do conteúdo, os responsáveis pelo jornal, os principais colaboradores, as instituições às quais o periódico pode estar relacionado, dentre tantos outros aspectos.⁴¹

A metodologia aplicada à pesquisa seguiu as orientações de Tania Regina de Luca, apresentadas na coletânea *Fontes Históricas*,⁴² que prevê a análise dos periódicos considerando toda sua materialidade. Assim, a pesquisa contemplou as seguintes fases: a) consulta; b) digitalização; c) transcrição e d) seleção. Dessa forma, após a consulta no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e no Arquivo Público de Mato Grosso do Sul foram escolhidos para nosso estudo os periódicos: *O Matogrossense* (21 edições), *Jornal do Comércio* (10 edições) e *Correio do Estado* 5 (edições), referentes aos anos de 1963 e 1964.

A escolha de tais periódicos se justifica pela existência de publicações relacionadas à ADEMAT. No caso de *O Matogrossense* foram selecionados todos os números que contém a coluna dessa organização. Já o *Jornal do Comércio* era responsável pela veiculação de manifestos e transcrição de correspondência enviada pela ADEMAT às figuras públicas, como o Ministro de Guerra e o Presidente da República. Em relação ao jornal *Correio do Estado* são utilizadas as edições nas quais há referências às atividades públicas da organização, tais como a realização de palestras e ações após o golpe de 1964. Desse modo, identificamos trinta e seis inserções de conteúdo vinculado à ADEMAT na imprensa local.

Além do conteúdo das publicações da entidade foram analisados os aspectos materiais do periódico como: disposição gráfica dos elementos; tipo de diagramação; número de páginas; formato; triagem; tipo de publicidade veiculada; expediente; locais de distribuição e

⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 18.

⁴¹ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 132.

⁴² Idem.

preço por exemplar. Desse modo, buscou-se a sistematização da fonte possibilitando assim sua análise crítica, comparação com outras fontes documentais, superando a visão do jornal como meramente um “veículo de informações”.

A utilização da imprensa como fonte exige entendê-la como produto social, como apontam Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, precursoras da História da Imprensa. Segundo elas: “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.⁴³ Ou seja, trata-se de ir além da visão do periódico como neutro ou isolado da realidade.

Neste sentido serão abordadas as construções teóricas e políticas, expostas pela ADEMAT em sua coluna no Jornal *O Matogrossense*, estabelecendo relações com os padrões doutrinários da DSN bem como com a conjuntura política e econômica do período, visto que: “jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, o que os torna projetos coletivos, que reúnem um conjunto de pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”.⁴⁴

Entre os documentos utilizados, encontram-se ainda as fontes orais. Neste sentido, compreendem-se como imprescindíveis à construção do conhecimento interdisciplinar, visto que, “a história oral constitui-se pela confluência multidisciplinar; tal como uma encruzilhada de caminhos, a história oral é um ponto de contato e intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais e do comportamento [...]”.⁴⁵

Para a realização de entrevistas, alguns cuidados metodológicos são necessários como submetê-las à interpretação e à análise. É necessário não tomar o depoimento como história acabada, mas como fonte susceptível aos procedimentos comuns a outras fontes, como o ordenamento, a sistematização e a crítica.⁴⁶ Também, é importante comparar e complementar as fontes orais com as outras fontes documentais, como por exemplo, as publicações periódicas, para matizar os acontecimentos e diminuir possíveis imprecisões da entrevista. Além disso, destaca-se que a pesquisa apresentada é limitada pela escolha dos entrevistados, visto que os mesmos correspondem apenas a pessoas vinculadas ao espectro político da esquerda.

⁴³ CAPELATO, Maria Helena R.; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*, São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p. 19.

⁴⁴ LUCA, op. cit., p. 140.

⁴⁵ LOZANO, Jorge Eduardo. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 19.

⁴⁶ ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, op. cit., p. 158.

Para compor as fontes orais dessa pesquisa foram realizadas, em julho de 2016, entrevistas com: 1) Sergio Cruz: jornalista, membro da equipe editorial de *O Matogrossense* em 1963 e preso em 1964; 2) Fausto Matto Grosso: político integrante do PCB na década de 1970, recentemente participou das atividades do Comitê Memória Verdade e Justiça de Mato Grosso do Sul (CMVJ/MS); 3) Antônio Antero de Almeida: advogado, ex-integrante do PCB/Campo Grande, membro da equipe editorial de *O Democrata*. Além das entrevistas orais, utilizamos o documentário “Golpe Militar 40 anos depois: olhares de 2 Mato Grossos”,⁴⁷ que contém depoimentos de perseguidos políticos.

Destarte, constituem ainda fontes para esse estudo as obras vinculadas ao pensamento do IBAD e da ADEMAT produzidas ou reproduzidas no início da década de 1960. Sendo assim, abordamos as publicações do IBAD *Recomendações Sobre Reforma Agrária* (1961),⁴⁸ *O Progresso Pela Aliança* (1962)⁴⁹ e *Nossos Males e Seus Remédios* (1963).⁵⁰ Além desse material, no segundo capítulo será analisada a autobiografia de Demóstenes Martins,⁵¹ publicada em 1981 pela editora Resenha Tributária, intitulada *A Poeira da Jornada: Memórias*.⁵² Compõe também o conjunto de fontes impressas o livro de Eloy Dutra intitulado *IBAD a sigla da corrupção* (1963).⁵³ Para tanto será feita a seleção dos textos e interpretação de seus conteúdos à luz das questões levantadas por essa pesquisa, ou seja, compreender por meio da investigação, o “como” e o “porquê” de determinados discursos terem sido amplamente divulgados e de que forma isso se relaciona com o contexto de sua produção.

Durante a elaboração do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criado, em Mato Grosso do Sul, o Comitê Memória Verdade e Justiça (CMVJ/MS), com o objetivo de contribuir com a CNV. O CMVJ/MS empreendeu diversas investigações, dentre as quais a busca de esclarecimentos sobre a destruição do jornal *O Democrata*, que é atribuída à ADEMAT. Porém, mesmo diante das investigações realizadas, não houve elaboração de um relatório final.

⁴⁷ GOLPE MILITAR 40 ANOS DEPOIS: olhares de 2 Mato Grossos. Direção: Afonso Celso Reis Benites e Mariana Miranda de Andrade, orientadora: Moema Urquiza, 2004. Produção: Projeto Experimental do curso de jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). 1 DVD (34 min).

⁴⁸ IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática. *Recomendações sobre Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica Ltda, 1961. 360 p.

⁴⁹ GORDON, Lincoln. *O Progresso Pela Aliança*. Rio de Janeiro: Distribuidora Récord. 1962.

⁵⁰ GAMA, André. *Nossos Males e seus Remédios*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1963.

⁵¹ Nascido em 1894 em Goiana-PE, ainda jovem mudou-se para o Mato Grosso. Foi prefeito de Nioaque em 1921 e de Campo Grande no período de 1942-1945 (nomeado após renúncia de Vespasiano Martins). Ocupou o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Finanças entre 1951-1953 e novamente em 1962. Foi também presidente do diretório regional da UDN e membro da ADEMAT. Em maio de 1964, tornou-se presidente da Comissão Estadual de Investigação criada em atendimento ao artigo 7º § 1º do Ato Institucional nº 1.

⁵² MARTINS, Demóstenes. *A poeira da jornada: memórias*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1981.

⁵³ DUTRA, Eloy. *IBAD sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Livro escrito pelo deputado Eloy Dutra com base na sua participação na CPI do IBAD.

O relatório apresentado pela CNV em 2014 traz referências há apenas um caso de violação de direitos humanos no sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, o correspondente ao navio prisão de Corumbá.⁵⁴ Em relação às prisões em massa, realizadas em todo o país após o golpe, também há indícios de que ocorreram em Campo Grande. De fato, há registros da denominada “Operação Gaiola”, que teria resultado na prisão de diversas pessoas consideradas “elementos perniciosos”.⁵⁵ Suspeita-se que durante tal operação realizada pelo exército brasileiro, possa ter havido participação de membros da ADEMAT, porém, não há referência a esse evento no relatório da CNV.

Por fim, cotejamos nossa análise com documentos do relatório final da CPI do IBAD de 1963. Em função da extensão do material⁵⁶ serão selecionados documentos do primeiro volume do dossiê, que versam sobre a criação do Instituto e que indicam o tipo de ação impetrada pelo mesmo para mobilização da opinião pública, assim como os depoimentos transcritos de Ivan Hasslocher⁵⁷ e Arthur Junqueira.⁵⁸

Assim, no primeiro capítulo, propõe-se apresentar o contexto internacional que precede a criação do IBAD no Brasil através de uma revisão bibliográfica. Desse modo, analisaremos as dinâmicas econômicas da América Latina e do Brasil a partir da década de 1950, assim como a reorientação que a política externa dos EUA tenta impor à região segundo as novas necessidades do modo de produção capitalista no pós-Segunda Guerra Mundial. Ainda, nessa linha, abordamos a criação da Aliança para o Progresso e a difusão da Doutrina de Segurança Nacional. Com base nos documentos compilados no Dossiê do IBAD,⁵⁹ examinamos as atividades realizadas pelo instituto no âmbito nacional e regional, sua participação nas eleições de 1962 e a consequente CPI instaurada em 1963 para investigação das suas atividades.

⁵⁴ BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. v. 2. Brasília: CNV, 2014. p. 75.

⁵⁵ Jornal *O Matogrossense*, 04/05 abr. 1964, p. 01. Arquivo Histórico de Campo Grande/MS (ARCA).

⁵⁶ A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara (CEMVDHC), instaurada em Pernambuco, disponibilizou de forma digitalizada, no ano de 2016, o material arrolado durante as investigações da CPI de 1963. Os documentos compilados no “Dossiê do IBAD” foram entregues à CEMVDHC no ano de 2014 pela Câmara dos Deputados. Os arquivos estão distribuídos em 17 tomos que somam mais de 1.000 páginas documentais. Por razões práticas utilizaremos apenas parte do material, selecionada conforme os objetivos aqui propostos. Para estabelecer um paralelo maior com a totalidade das investigações faremos uso do livro escrito pelos integrantes da CEMVDHC Cf. BRASIL, Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Camara. *IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil*. v. 5. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016.

⁵⁷ Diretor-geral do IBAD e diretor-proprietário da Promotion S.A., nomeado agente de ligação da *Central Intelligence Agency* (CIA) dos Estados Unidos para o Brasil, Bolívia e Equador. DREIFUSS, op. cit., p. 102.

⁵⁸ Tesoureiro do IBAD.

⁵⁹ BRASIL, Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Camara. *Dossiê do IBAD: Arquivos da CPI de 1963*. Pernambuco: CEMVDHC, 2016.

No segundo capítulo aborda-se a presença do IBAD no sul de Mato Grosso, através da criação da ADEMAT. Pautada na análise de fontes periódicas e orais busca-se aprofundar a análise sobre essa organização: atuação política, composição de seus quadros, opositores, discurso, entre outros elementos. Também é analisado o projeto de Reforma Agrária elaborado pelo IBAD e suas implicações na ADEMAT, por meio da comparação entre os escritos do livro *Recomendações Sobre Reforma Agrária*, palestras de certos integrantes da organização e as declarações publicadas na imprensa.

No terceiro capítulo trata-se do processo de radicalização da política, que vai se delineando ao longo do ano de 1963, com seu ápice após o golpe de 1964 diante da destruição das instalações do jornal *O Democrata*. Investiga-se o sistema de informações que pode ter sido produzido pela ADEMAT. Por fim, são demonstrados os reflexos da existência da ADEMAT nas formas do fazer político em Mato Grosso do Sul através da análise dos casos do afastamento do delegado da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS) Landualdo Gomes e do protesto feito na imprensa campo-grandense por um dos integrantes da ADEMAT quando da assembleia para refundação do PCB no estado.

2. “O PRETEXTO DEMOCRÁTICO”: ORIGENS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA

O objetivo do presente capítulo é analisar a conjuntura política e econômica latino-americana no período que antecedeu a criação do IBAD. Assim, são apresentados os precedentes dos grupos de ação de classe, percorrendo o período do pós-guerra marcado por mudanças nas relações políticas e econômicas internacionais, isto é, a reestruturação do capitalismo e o seu impacto na América Latina. Neste cenário, o impulso de industrialização fomentado no Brasil na década de 1950 significou também o alinhamento entre grupos empresariais nacionais e estrangeiros e a sua projeção à política nacional. Esses grupos passaram a demandar um tipo de participação política mais sólida que a administração paralela. Sobre tais circunstâncias o complexo IPES/IBAD emergiu enquanto liderança política reconhecida e organizada. No que diz respeito ao contexto internacional a criação de programas assistencialistas e doutrinários como a Aliança para o Progresso e a DSN fortaleceu a posição de tais grupos.

Por conseguinte, em cada local ou região as filiais do IBAD desempenharam um tipo de estratégia de mobilização social, por exemplo, em estados como o Pernambuco, onde somente o discurso anticomunista não se mostrava suficiente, foi implantada uma complexa rede assistencial com vistas a oferecer serviços básicos como a saúde. Todavia, em regiões em que a questão do conflito agrário tinha maior visibilidade, as atividades se restringiam a realização da divulgação da DSN e da Aliança para o Progresso “traduzidos” na ameaça comunista à propriedade privada.

2.1 A reestruturação do capitalismo e o seu impacto na América Latina no pós-guerra

Uma primeira fase de industrialização pode ser observada nos países latino-americanos após a Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial. Tal processo é correntemente conhecido como de “substituição de importações” e sua maior ênfase ocorreu no período do segundo conflito e no imediato pós-guerra,⁶⁰ devido ao

⁶⁰ Bamberger propõe duas tipologias diversas para análise do tipo de sociedades dependentes da América Latina: 1) os *países com início antigo de industrialização* (tipo A), que apresentam “estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão” são eles: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia; e *países cuja industrialização foi produto da integração monopólica* (tipo B), que apresentam “estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Em todo caso, o processo de industrialização será um produto da integração monopólica mundial”, dos quais fazem parte o Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras e República Dominicana. *Ibidem*, p. 55. Cuba é deixada fora dos países de tipo B, pois, como entende a autora, após a Revolução o país

movimento de readequação da economia estadunidense a um cenário sem a guerra e o seu impulso hegemônico para a integração econômica mundial.⁶¹ Neste sentido, Bambirra destaca que mesmo antes da etapa de industrialização já existiam relações de produção capitalistas na América Latina, que são observáveis desde meados do século XIX, ou seja, já havia “[...] a separação entre proprietários privados dos meios de produção, por um lado, e, por outro, a oferta livre da força de trabalho [...]”⁶²

Ruy Mauro Marini ressalta que a América se desenvolveu em consonância com o nascente capitalismo e suas relações foram fundadas na lógica econômica internacional. Todavia, somente após as independências políticas da América Latina, nas primeiras décadas do século XIX, se delinearão as relações de dependência com a Inglaterra. O autor destaca que a situação colonial não é a mesma que a situação de dependência; por isso:

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.⁶³

É justamente esse aparato de relações capitalistas já existentes que permitiu que alguns destes países latino-americanos pudessem aproveitar as conjunturas econômicas favoráveis proporcionadas pelas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, como impulso ao processo de industrialização que é correntemente tratado na literatura econômica como “substituição de importações”, que consistia, “em sua primeira etapa, na substituição de bens manufaturados estrangeiros pelos nacionais”.⁶⁴ Para Vânia Bambirra, a diferença substancial criada pelo pós-guerra de 1945 é que:

[...] devido ao grande desenvolvimento das forças produtivas que a guerra permite concentrar na economia estadunidense – o que faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais –, verifica-se nos países latino-americanos uma série de transformações substanciais.⁶⁵

A reestruturação do capitalismo no pós-Segunda Guerra apontou para a superação do velho colonialismo territorial em benefício de um neocolonialismo caracterizado pelo domínio econômico e político das economias mais desenvolvidas, com destaque para os EUA.

rompe com a situação de dependência de um centro de poder hegemônico capitalista. Os outros países poderiam incorporar um terceiro tipo, que, no entanto por escolhas metodológicas não são abordados pela autora. BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2015. p. 60.

⁶¹ DOS SANTOS, Theotônio. *Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Obras Escolhidas. Florianópolis: Insular, 2015. p. 26.

⁶² BAMBIRRA, op. cit., p. 65.

⁶³ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 135.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 63.

⁶⁵ BAMBIRRA, op. cit., p. 33.

Tal forma de exploração se sustentou e legitimou com a presença das tropas estadunidenses em outros países através da Guerra Fria e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sem que esse fato adquirisse a conotação de domínio colonial.⁶⁶

Neste sentido, Theotônio Dos Santos destaca que no pós-1945: “o capital, concentrado então nos EUA, expandiu-se para o resto do mundo, na busca de oportunidades de investimento que se orientavam para o setor industrial”.⁶⁷ Além disso, mesmo que a região já representasse uma área de interesse materiais para os EUA desde o final do século XIX, foi o envolvimento deste na Segunda Guerra Mundial que intensificou “as relações com a América Latina o que permitiu àquele país aumentar a venda de armamentos, abastecer-se de minerais estratégicos e obter bases militares na região”.⁶⁸

Em sua obra, Bamberger destaca que a dependência deve ser entendida como uma categoria analítico-explicativa através da qual se busca definir “o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre os centro-hegemônicos e países periféricos tiveram [...]”.⁶⁹ Essas relações aqui tratadas e o processo de industrialização da América Latina ocorreram marcados por uma situação de dependência em relação aos centros de poder capitalista. Desse modo,

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente.⁷⁰

Assim, Maria Helena Moreira Alves evidencia que a situação de dependência está relacionada à capacidade de “criar novas tecnologias, de expandir o setor de bens de capital e de controlar seu sistema financeiro e bancário”,⁷¹ no caso de economias dependentes essa capacidade é subordinada a um elemento externo a outro país, criando assim um elo de subordinação.⁷² No entanto, Alves dispõe que a condição de dependência não implica em um subdesenvolvimento permanente, mas resulta, por outro lado, em um processo de desenvolvimento distorcido, através do qual “mantêm-se sem solução consideráveis

⁶⁶ DOS SANTOS, op. cit., p. 15.

⁶⁷ Ibidem, p. 25. Sobre isso ver também MARINI, op. cit., p. 166-172.

⁶⁸ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay: Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985) do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tomo I. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 148.

⁶⁹ BAMBIRRA, op. cit., p. 38.

⁷⁰ MARINI, op. cit., p. 167.

⁷¹ ALVES, op. cit., p. 21.

⁷² Ruy Mauro Marini releva que: “[...] no momento em que as economias industriais dependentes vão buscar no exterior o instrumental tecnológico que lhes permita acelerar seu crescimento, elevando a produtividade do trabalho, é que, a partir dos países centrais, têm origem importantes fluxos de capital que se direcionam para elas, fluxos que lhes trazem a tecnologia requerida”. MARINI, op. cit., p. 167.

problemas sociais como as desigualdades regionais, graves disparidades na distribuição de renda, altos índices de desemprego e níveis de vida abertamente baixos para a maioria da população”.⁷³ Neste mesmo sentido, a condição do capitalismo brasileiro também estava marcada pela dependência, como destaca Dreifuss:

O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista. O capital “nacional”, [...] conseguiria existir de modo significativo somente em sua forma associada ou em empresas pertencentes ao Estado. Mesmo nesse último caso, o capital transnacional teria ainda um papel central através de *joint ventures* (empreendimentos conjuntos) entre o Estado e corporações multinacionais, além de exercer controle multinacional parcial das ações de empresas estatais brasileiras.⁷⁴

Trata-se, portanto, de uma interdependência econômica marcada por relações sociais de dominação. Mesmo que nossa análise não deva ser reduzida a esfera econômica, deve-se destacar que tanto os interesses nacionais quanto internacionais operavam conjuntamente através de um processo de desenvolvimento dependente e orbitavam em torno de um objetivo comum: a ampliação dos ganhos capitalistas. As formas com que este tipo de alargamento foi empreendido resultaram no estabelecimento de ditaduras repressivas, com duração suficiente para moldar socialmente, ideologicamente e subjetivamente os indivíduos.

A apreensão de continuidade entre o poder econômico e o político não ocorre de maneira automática, mas é percebida por meio da análise de estratégias que podem ser compreendidas sistematicamente através da observação empírica, em determinado período histórico. Para Ellen M. Wood a separação entre poder político e econômico é tipicamente capitalista, e de tal movimento resulta a dificuldade de identificação da sede do poder político.⁷⁵ A este respeito a autora destaca:

[...] uma das consequências mais importantes desse deslocamento entre poder econômico e coerção direta é que a hegemonia econômica do capital pode se estender muito além dos limites da dominação política direta. O capitalismo se distingue de todas as outras formas sociais precisamente por sua capacidade de estender seu domínio por meios puramente econômicos. De fato, o impulso do capital na busca incansável de autoexpansão depende dessa capacidade única, que se aplica não somente às relações de classe entre capital e trabalho, mas também às relações entre Estados imperiais e subordinados.⁷⁶

⁷³ Ibidem, p. 22. Sobre isso Ruy Mauro Marini dispõe que: “[...] as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador”. MARINI, op. cit., p. 147.

⁷⁴ DREIFUSS, op. cit., p. 49.

⁷⁵ WOOD, Ellen M. op. cit., p. 21.

⁷⁶ Ibidem, p. 23.

É partindo desse ponto de vista que René Dreifuss desenvolve sua argumentação sobre as origens de classe do golpe de 1964 no Brasil. Para o autor é o grupo formado pelo empresariado nacional (banqueiros, comerciantes, setores ruralistas proprietários de grande porte e tecnocratas provenientes de escolas técnicas como o Instituto Brasileiro de Economia e a Fundação Getúlio Vargas), que, associados às multinacionais, formavam a base dirigente da coalizção civil que articulou a derrubada do governo de João Goulart (1961-1964).

A pressão sofrida por Goulart advinda de grupos ligados ao capital estrangeiro não era nova. Já durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1950, a conspiração avolumava-se e a insatisfação de grupos estrangeiros com as suas ações incluía: a monopolização estatal do petróleo; o encarecimento das importações de bens de capital e a tentativa de controle sobre as remessas de lucros para o exterior.⁷⁷ Durante o governo de Juscelino Kubitschek:

O enorme crescimento industrial logrado de 1955 a 1960 aumentou as contradições socioeconômicas e ideológicas no país. [...] A burguesia brasileira descobriu que o caminho do aprofundamento da industrialização exigia a reforma agrária e outras mudanças em direção à criação de um amplo mercado interno e à geração de uma capacidade intelectual, científica e técnica capaz de sustentar um projeto alternativo. Tais mudanças implicavam no preço de aceitar uma ampla agitação política e ideológica no país que ameaçava seu poder. O golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial.⁷⁸

A importância da presença de multinacionais e de sua crescente influência política é, assim, exposta por Dreifuss⁷⁹:

A segunda Guerra Mundial pode ser vista como um histórico divisor de águas, que marcou a consolidação econômica e a supremacia política do capitalismo transnacional nos centros industriais e financeiros da Europa e nos Estados Unidos. As novas formas de capitalismo, que se realizavam a nível mundial, por meio de uma complexa e contraditória articulação com as

⁷⁷ Bandeira demonstra as denúncias de Vargas em sua *carta-testamento*, na qual, como afirma o autor, o presidente “acusou os grupos internacionais de lhe moverem uma campanha subterrânea, juntamente com os grupos nacionais revoltados contra o regime de proteção ao trabalho”. BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 16.

⁷⁸ DOS SANTOS, op. cit., p. 34.

⁷⁹ A tese principal de Dreifuss é do entendimento do golpe de 1964 como uma minuciosa empresa de classe destinada à tomada do poder do Estado, no sentido de controle de sua estrutura política e coercitiva. Neste sentido é importante ressaltar que, “nenhuma organização multinacional chegou perto de assumir [...] [as] funções essenciais [do Estado-nação] na manutenção do sistema de propriedade e da ordem social, muito menos a função de coerção que está na base de todas as outras”. WOOD, op. cit., p. 27.

várias formações sociais nacionais, passaram a ter nas empresas multinacionais a sua forma de organização básica.⁸⁰

Neste cenário, ainda na década de 1950 e na linha da Guerra Fria consolidou-se a “teoria do desenvolvimento”, que consistia em conceber o desenvolvimento como um fim que poderia ser alcançado mediante certos comportamentos e ações políticas. Dos Santos afirma que, a teoria do desenvolvimento surgiu como um projeto condizente com os objetivos de expansão do capital internacional, especialmente o estadunidense:

A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. [...] era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmara nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sociopolítica a conquistar. Era mais ou menos evidente, também, uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável.⁸¹

É devido à necessidade de reestruturação e expansão do capital que a teoria do desenvolvimento se articulou, postulando que o desenvolvimento estava atrelado ao capitalismo, sendo oposto ao comunismo. Essa teoria, como aponta Dos Santos, atingiu seu ápice radical a partir da obra de Walt W. Rostow, *Etapas do Desenvolvimento Econômico* (1961).⁸² Nessa obra, o autor buscava:

[...] demonstrar que o início do desenvolvimento não dependia de um Estado revolucionário, como ocorreu na URSS, e sim de um conjunto de medidas econômicas tomadas por qualquer Estado nacional que assumisse uma ideologia desenvolvimentista.⁸³

Neste cenário, em meio ao processo de expansão imperialista estadunidense, foram projetados para América Latina diversos programas que visavam garantir uma forma de interferência econômica sancionada via acordos assistenciais. Surgiria assim a Aliança para o Progresso dentro da perspectiva desenvolvimentista e anticomunista.

⁸⁰ DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional* (1918-1986). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986. p. 135.

⁸¹ DOS SANTOS, op. cit., p. 19.

⁸² A produção trazia como subtítulo “um manifesto não-comunista”. Cf. ROSTOW, Walt W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico* (um manifesto não-comunista). Zahar: Rio de Janeiro, 1961.

⁸³ *Ibidem*, p. 20.

2.2 O anticomunismo e as políticas para a América Latina: Aliança para o Progresso e Doutrina de Segurança Nacional

A política de expansão econômica rumo aos países latino-americanos pelos EUA após a Segunda Guerra suscitou concomitantemente a divulgação de um discurso anticomunista. Mesmo que a produção escrita desse teor preceda o fim da Segunda Guerra Mundial, é nessa etapa que o principal ponto difusor desse material mudou da Europa Ocidental para a América.⁸⁴

Rodrigo Motta aponta que inicialmente, ainda nas décadas de 1920 e 1930, o anticomunismo disseminado no Brasil foi matizado por um tipo de produção escrita advinda da Europa ocidental, especificamente da França. Acontecimentos locais também foram importantes na construção desse tipo de proposição no país, desse modo, mesmo trazendo elementos estrangeiros, o mesmo foi influenciado por movimentos endógenos como a “Intentona Comunista”⁸⁵ de 1935, que transformou o as exposições do início da década de 1930 do comunismo como “planta exótica” em uma “ameaça real” dentro do país.

Para os autores O. Reinhold e F. Ryzhenko o anticomunismo manteve sua essência durante todas as fases de sua história, porém sua forma variou de acordo com as conjunturas históricas. Desse modo, podem ser observadas três fases de sua evolução,⁸⁶ a primeira decorreu entre o surgimento do movimento comunista até o triunfo da Revolução de Outubro (1917). Desse modo, desde a Comuna de Paris (1871)⁸⁷ as classes dominantes utilizaram o

⁸⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2000. p. 17.

⁸⁵ Como afirma a historiadora Marly Vianna, é importante observar que “em novembro de 1935, ocorreram no Rio Grande do Norte, em Recife e no Rio de Janeiro rebeliões que ficaram conhecidas como ‘Intentona Comunista’. Foram levantes de quartéis, realizados por soldados, cabos, sargentos e alguns oficiais. Embora todos eles quisessem mudar o governo do senhor Getúlio Vargas, que na época era o presidente da República, os motivos da rebelião não foram os mesmos. Uns queriam um governo só de militares, outros o que chamavam de um governo das forças democráticas, enquanto boa parte dos praças que participaram desses levantes apenas seguiam ordens de seus superiores. Apesar dos movimentos não terem caráter comunista, acabaram conhecidos como tal, pelo fato de seus dirigentes serem militares, líderes do Partido Comunista”. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Política e Rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1995. p. 6.

⁸⁶ REINHOLD, O.; RYZHENKO, F. *El anticomunismo moderno: política, ideologia*. Moscou: Editorial Progreso, 1976. p. 5.

⁸⁷ Embora em abordagens clássicas a acusação a qualquer movimento de caráter revolucionário ou popular como movimento socialista seja anterior aos acontecimentos da Comuna de Paris. Note-se a exemplo a abordagem do filósofo alemão Karl Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, quando trata da Insurreição de Junho de 1848 na França: “durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no *Partido da Ordem* contra a classe proletária, considerada o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: “*Propriedade, família, religião, ordem*”, instigando a cruzada contra-revolucionária com a frase “Sob este signo vencerás!”. A partir desse momento, sempre que qualquer um dos partidos que haviam se conglomerado sob esse signo contra os insurgentes de junho tenta impor na arena revolucionária o interesse de sua própria classe, ele sucumbe diante do mote: “Propriedade, família, religião, ordem”. A sociedade é salva

recurso da calúnia e da difamação dos indivíduos tidos como comunistas, dando início assim a formação de um discurso que caracterizava os integrantes do movimento revolucionário como “inimigos do Estado”, “traidores da pátria”, “criminosos” e “assassinos” e “atribuyéndoles el propósito de minar los pilares de la familia, la sociedad, la civilización y la moral”.⁸⁸ Ultrapassando a esfera discursiva, ocorreram nesta fase perseguições, prisões e represálias sangrentas a quaisquer grupos considerados como comunistas.

O segundo estágio esteve marcado pela ascensão da União Soviética, por conseguinte, o anti-sovietismo converteu-se na espinha dorsal desse período.⁸⁹ A terceira e última fase, matizada pela Guerra Fria, inicia-se quando o socialismo ultrapassa os limites da URSS. Na América Latina esteve também marcado pelo advento da Revolução Cubana (1959).

No período recente está qualificado pela sua condição de arma utilizada pelo imperialismo contra qualquer tipo de regime que ameace a manutenção das relações de dependência. Desse modo, nos países latino-americanos sua condição de soberania político-estatal *de jure* e a dependência econômica, diplomática e militar *de facto*, contribuiu para o aprofundamento das contradições sociais, tornando-se um instrumento privilegiado na contenção de revoltas sociais.⁹⁰ Deste modo,

Para mantener a los países del continente en la senda del desarrollo capitalista, el imperialismo norteamericano no se limita a intensificar su penetración económica, sino que también interviene en la vida política, ideológica y cultural de dichos países. En la lucha contra los combatientes por el progreso social y nacional, el imperialismo mundial recurre a la ideología y política anticomunistas.⁹¹

Ainda para estes autores, é possível identificar duas fontes que influenciaram sua construção discursiva: o fascismo alemão e o imperialismo estadunidense.⁹² No caso daquele de inspirações fascistas derivaria no plano político prático em um,

[...] sistema de organizaciones terroristas, las cuales cometen actos de sabotaje, atentan contra los revolucionarios y espían la actividad de los partidos comunistas y otras entidades democráticas adictas al progreso. El anticomunismo profascista procura ante todo implantar en la conciencia social la sicosis de miedo y dar un cuadro deformado del socialismo y de las fuerzas revolucionarias progresistas. Mas puesto que no puede satisfacer a la

sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo. Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”. MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 36-37.

⁸⁸ REINHOLD; RYZHENKO, op. cit., p. 5.

⁸⁹ Ibidem, p. 6.

⁹⁰ Ibidem, p. 155.

⁹¹ Ibidem, p. 156.

⁹² Idem.

reacción, ésta trata de encontrar y difundir otras variedades de anticomunismo.⁹³

Compõem ainda as variedades latino-americanas o tipo “positivo” ou “alternativo”, que trata da superação dos problemas sociais através de uma integração continental americana, isto é, o desenvolvimento econômico como alternativa ao comunismo; e o “nacionalista”, amparado por uma proposta de integração nacional em contraposição as ditas “ideologias estranhas”.⁹⁴

No Brasil, Motta indica que a gênese do anticomunismo teve início em 1917, sendo que os acontecimentos de fevereiro na Rússia foram bem recebidos pela grande imprensa; todavia o movimento que seguiu, resultando na Revolução de Outubro, foi duramente criticado e deu início a propagação de mensagens negativas pelo país.

No período compreendido entre 1917 e 1930 o comunismo foi encarado por seus adversários, predominantemente, como uma ameaça remota, um problema que tinha mais a ver com a realidade do velho mundo que com a dinâmica política desta parte do continente americano. Neste contexto, elaborou-se a formulação do comunismo apresentado como idéia alienígena, distante da realidade e das aspirações dos brasileiros [...].⁹⁵

Nesta abordagem, o anticomunismo abrangia uma gama heterogênea de grupos e de projetos políticos, que se reuniam apenas em momentos considerados críticos, dessa maneira, Motta identifica três matrizes existentes no Brasil: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Ainda que para fins de análise as três matrizes estejam separadas na perspectiva do autor, o mesmo destaca que em determinados períodos as mesmas se complementam, isto é, aparecem de forma combinada.

Para os intelectuais católicos existia uma relação intrínseca entre comunismo e o ateísmo, perspectiva esta que foi reforçada pela Revolução de 1917 e em seguida pelos desdobramentos da Guerra Civil Espanhola em 1936.⁹⁶ Vale ainda destacar que, mesmo configurando uma instituição não-estatal, é inegável a influência da Igreja católica para a manutenção do *status quo* ao longo dos séculos, desse modo, a rejeição a qualquer tipo de modernização corresponde a uma tentativa elementar para barrar qualquer tipo de

⁹³ Ibidem, p. 157.

⁹⁴ Ibidem, p. 158.

⁹⁵ MOTTA, op. cit., p. 22.

⁹⁶ Entre os acontecimentos pós-1917 estavam, segundo Motta, a tentativa de diminuir a influência religiosa, através da repressão e da estimulação do ateísmo. Sobre os acontecimentos na Espanha, “[...] o assassinato de padres e freiras e a profanação de igrejas e objetos sagrados, ocorridos no decorrer da luta entre republicanos e franquistas, provocaram uma reação violenta nos católicos contra o comunismo”. MOTTA, op. cit., p. 39. Isso se deu, segundo Motta, mesmo que haja contestações quando a autoria dos ataques, sendo para alguns autores estas foram fruto de explosões populares, ou ainda que tenham tido uma participação maior de militantes anarquistas que de comunistas. Ibidem, p. 40.

interferência em seu poder institucional.⁹⁷ Também deriva desta concepção a associação do comunismo ao mal, contrário ao bem representado pela igreja portadora da doutrina cristã.

A matriz nacionalista estava relacionada a uma oposição entre uma visão da nação como um organismo – pautada em modelos conservadores do século XIX, inspirados especialmente no romantismo alemão⁹⁸ – e aquela que “pregava a luta de classes”. Nesta matriz, a premissa estava baseada na concepção de que comunistas recebiam influência estrangeira e, por isso, deveriam ser considerados como “elementos alienígenas” infiltrados na nação brasileira, o que ao longo do tempo, tornou-se o argumento base na construção e definição do “inimigo interno”, nesta visão:

A doutrina e os militantes comunistas são acusados de serem elementos estrangeiros, estranhos ao Brasil. As idéias defendidas pelos membros do PCB seriam formulações provenientes de países estrangeiros, proposições que nenhuma relação teriam com a realidade nacional. O caráter, a alma, o sentimento brasileiro não teria como ser compatibilizado com o ideal bolchevista, elaborado em terras muito distantes da nossa pátria.⁹⁹

É possível identificar uma disputa acerca do nacionalismo por dois grupos distintos. Por um lado, a apropriação do nacionalismo para a criação de um discurso acusativo em relação aos considerados “subversivos”, designando-os como “elementos infiltrados” portadores de “ideologias estranhas”, em que em qualquer atividade considerada como comunista se vê o dedo de Moscou, perspectiva esta que cresceu e ganhou força principalmente entre os setores militares mais conservadores. Por outro lado, o nacionalismo vinculado à esquerda intelectual, entre os quais figuravam membros de organizações como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os Centros de Cultura Popular (CPC), o Movimento de Educação de Base (MEB), entre outros, que preconizava o fortalecimento do Estado e a negativa em relação à entrada de capitais estrangeiros no país.¹⁰⁰ Nesse campo de disputa,

A postura que os comunistas procuraram defender em alguns períodos, marcada pela denúncia do imperialismo e afirmação de necessidade de fortalecer o Estado nacional, foi atacada pelos anticomunistas, que procuraram ridicularizá-la e desqualificá-la. Os comunistas foram acusados de professarem um falso nacionalismo, de fachada. Na verdade, todo

⁹⁷ Para Motta, “a Igreja católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX”. Motta, op. cit., p. 35.

⁹⁸ Ibidem, p. 50.

⁹⁹ Ibidem, p. 53.

¹⁰⁰ PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 107-189. Para uma discussão mais ampla cf. OLEGÁRIO, Thaís Fleck. A ideia de nação para a Doutrina de Segurança Nacional. *História em Reflexão*, Dourados, v. 11, n. 21, jul/dez. 2017. p. 95-111.

comunista seria um “nacionalista russo”, usando a bandeira nacionalista para enganar o povo e explorar seus sentimentos patrióticos.¹⁰¹

A última matriz abordada por Motta é o liberalismo.¹⁰² A recusa dos liberais se devia a atribuída oposição entre comunismo e as premissas basilares do liberalismo, a saber, a liberdade individual e, principalmente, o direito à propriedade privada. No tocante à vertente política do liberalismo, era “[...] freqüente a associação (e a confusão) entre os dois elementos, apresentando-se os Estados comunistas como antítese da liberdade e da democracia”.¹⁰³

Esta vertente no Brasil apresentou certa fragilidade devido à “tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da história republicana”.¹⁰⁴ Desse modo, a defesa da liberdade e da democracia nem sempre possuíam um sentido concreto amparado pela realidade política, como por exemplo, durante o Estado Novo. Por conseguinte,

As idéias liberal-democráticas voltaram a ocupar o centro da arena política após a Segunda Grande Guerra, sendo assumidas como fundamentação ideológica do regime político instaurado pela Constituição de 1946. Neste contexto, o autoritarismo caiu em descrédito, por seus vínculos com o nazifascismo, e a democracia assumiu papel destacado nas representações anticomunistas.¹⁰⁵

Na década de 1960, a defesa da democracia atingiu seu ápice, e curiosamente, grupos que nada possuíam de democráticos passaram a denominar-se dessa forma, neste cenário:

[...] os anticomunistas exploravam bastante o argumento, procurando estabelecer uma contraposição democracia *versus* comunismo. Não apenas denunciavam os riscos que a democracia estaria correndo [...], mas estenderam o rótulo de “democratas” a todos os grupos anticomunistas. Os líderes que disputavam com os comunistas o controle das entidades estudantis eram “estudantes democratas”, os sindicalistas de orientação anticomunista eram dirigentes de “sindicatos democratas” e assim por diante.¹⁰⁶

Desse modo, no Brasil, tendo seu discurso base fundamentado a partir dos acontecimentos da Rússia de 1917, o anticomunismo passou por inclusões e renovações em 1935, quando o “perigo comunista” como uma “ameaça real” foi trazido às terras brasileiras. Tornou-se também ao longo dos anos uma política não apenas de grupos privados, mas do próprio Estado, que reprimiu duramente movimentos considerados subversivos.

¹⁰¹ MOTTA, op. cit., p. 53.

¹⁰² Entendido pelo autor como liberalismo político e econômico. Ibidem, p. 60.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 61.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 62.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 63.

Também ocorreu ao longo do tempo, uma mistura entre as matrizes discursivas, ora aproximando-se, ora anulando-se, como por exemplo, o conflito entre um anticomunismo nacionalista favorável a um Estado forte e um liberal favorável a entrada no país de capital estrangeiro. No entanto, os grupos anticomunistas souberam manejar magistralmente suas divergências, sendo que em dados momentos a própria defesa de um tipo de Estado mínimo, aderente de “ajudas” estrangeiras (claramente de países vinculados ao ocidente – EUA) foi apresentado como favorável ao nacionalismo.

Assim, pautado em diversas bases de argumentação, da matriz católica retirou o caráter sagrado da propriedade privada e a visão do comunismo como intrinsecamente mau; da matriz nacionalista retirou a afirmação de que qualquer movimento tido como social de contestação possuía influências internacionais vindas de Moscou e que representavam um perigo à pátria; e da última matriz, do liberalismo, retirou o postulado da oposição entre comunismo e democracia/liberdade. Emerge assim um imaginário, propagado firmemente na grande imprensa, do comunismo como a soma de todos os males que poderia acometer uma nação, como a degradação dos povos, como tudo o que deveria ser evitado. Forma-se assim de um discurso poderoso, que justificaria qualquer tipo de contraofensiva, mesmo que isto representasse a suspensão das liberdades individuais, a violência, a tortura e a completa anulação dos sujeitos, isto é, uma proeminente contradição.

No início da década de 1960, emergiu a Aliança para o Progresso (ALPRO) como uma proposta de segurança e desenvolvimento.¹⁰⁷ Concebida pelo governo estadunidense de John F. Kennedy (1960-1963), através dos postulados da *Carta de Punta del Este* e no marco da Operação Pan-americana (OPA), a ALPRO buscava propor uma parceria entre os EUA e a América Latina em prol do desenvolvimento econômico e social dos países da região.

Nesse sentido, os parceiros da América Latina se comprometiam através da Aliança a: fortalecer instituições democráticas; acelerar o desenvolvimento econômico; impulsionar um programa de moradias no campo e na cidade; planejar a reforma agrária; assegurar justa remuneração aos trabalhadores; acabar com o analfabetismo; desenvolver programas de saúde e higiene; manter uma política monetária e fiscal; estimular a atividade privada e acelerar a integração econômica latino-americana. Aos EUA estava reservada apenas a cooperação financeira e técnica.¹⁰⁸ No entanto, a ação direta estadunidense atuaria principalmente nos

¹⁰⁷ PADRÓS, op. cit., 2005. p. 125.

¹⁰⁸ Alianza para el Progreso: Documentos Básicos. *Declaración a los Pueblos de América*. Punta del Este, agosto 1961. Memoria Chilena: Biblioteca Nacional de Chile. Disponível em: <www.memoriachilena.cl>. Acesso em: 10 mar. 2017.

campos: tecnológico, produtivo, educativo e militar. Assim, o embaixador estadunidense no Brasil Lincoln Gordon dispõe:

O Programa inclui cooperação internacional para o fortalecimento de certos mercados de produtos com preço mundial, notadamente do café. Visa também a um fortalecimento de laços econômicos dentro da América Latina, por meio de zonas de comércio livre e mercados comuns e por meio de cooperação fortalecida na ciência, nas pesquisas e na educação especializada.¹⁰⁹

Há elementos antinômicos nas proposições da Aliança para o Progresso, como o argumento de que o desenvolvimento deve estar atrelado ao progresso social. Gordon destaca que “[...] simples aumentos de produção não bastam, a menos que seus benefícios sejam amplamente distribuídos entre tôdas as classes da sociedade e entre tôdas as regiões da nação”.¹¹⁰ Tal proposição pode demonstrar a necessidade de fazer da ALPRO mais que um programa de desenvolvimento, e de apresentá-la como uma alternativa ao “comunismo”.

O argumento do desenvolvimento da nação ancorado no ideário de progresso produtivo e crescimento do país não foi suficiente, nesse momento, para atingir “corações e mentes”, quando os discursos de Fidel Castro circulavam versando sobre a justiça social e faziam a sua oposição.¹¹¹ Era necessário então apresentar um programa de progresso social via capitalismo, mesmo que isso funcionasse melhor na teoria que na prática. Assim, Gordon destaca que:

O desenvolvimento é indispensável para atender às necessidades materiais do povo. É também indispensável porque só por meio de maior produção e maior produtividade as reivindicações legítimas dos grupos sociais e regiões de uma nação podem ser harmonizados ao invés de degenerarem em lutas de classe e lutas regionais.¹¹²

Entretanto, a ALPRO também representava uma nova política de expansão, que buscava ao mesmo tempo ampliar as fronteiras de influência estadunidense e barrar qualquer possibilidade de avanço comunista. A Aliança propunha um desenvolvimento desencadeado através do afluxo de capitais estrangeiros, podemos notar tal proposta na passagem de Gordon:

Sem capital estrangeiro significativo, diz-se, a União Soviética transformou-se em nação industrial de primeira linha num período de 30 a 40 anos. Examinemos essa experiência. A Rússia teve sua primeira fase importante de crescimento industrial antes da Primeira Grande Guerra, com o auxílio de

¹⁰⁹ GORDON, op. cit., p. 3.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Do mesmo modo discutiremos mais adiante sobre a criação pelo IBAD de alternativas às reformas de base propostas por Goulart.

¹¹² GORDON, op. cit., p. 10.

créditos estrangeiros substanciais. Então, chegaram para a Rússia a guerra e a revolução comunista, e a segunda grande fase da expansão industrial ocorreu sob a ditadura de Stalin com a série de planos quinquenais iniciada no fim da década de 1920. O capital para a industrialização foi arrancado aos camponeses por meio da coletivização, imposta através da deportação de cerca de 5 milhões de camponeses para a Sibéria – repito: cinco milhões de deportados para a Sibéria [...].¹¹³

As proposições da ALPRO foram impactadas também pela Revolução Cubana (1959).¹¹⁴ É após o movimento vitorioso na ilha caribenha que uma nova política para a América foi pensada pelos EUA. A proximidade do “perigo socialista” tornou-se motivo de alerta para o bloco ocidental capitalista que gestou uma nova política de contenção.¹¹⁵

De acordo com as declarações do governo Kennedy, os EUA seriam o bastião da civilização e deveriam guiar os países latino-americanos ao desenvolvimento utilizando, inclusive, justificativas míticas para este fim, fundando assim uma proposta de “Nova Fronteira”.¹¹⁶ Como apontado por Azevedo, em sua obra sobre a presença dos Corpos da Paz no Brasil, em relação à política do governo Kennedy:

Kennedy assumiu a idéia do “destino providencial” da América. O combate ao comunismo passou a ser conjugado ou traduzido em termos de uma missão civilizadora, consubstanciada em programas de assistência social e econômica de longo prazo, cujos exemplos maiores seriam a Aliança para o Progresso e os Corpos da Paz.¹¹⁷

Enquanto a Aliança para o Progresso era amplamente difundida no campo civil, outra política externa estadunidense, formulada no final da década de 1940, aumentava seu poderio no campo militar: a DSN. Além do poderio econômico se projetava para América Latina o aparato militar estadunidense, como pode ser apreendido na afirmativa de Lincoln Gordon:

O componente militar de nossa política exterior, impôsto a nós pelas realidades da guerra fria, é essencialmente de contenção da agressão por meio de *obstacularização*. [...] Uma estratégia eficiente de obstacularização, entretanto, deve também incluir a capacidade de revidar e, assim, prevenir a

¹¹³ Ibidem, p. 11

¹¹⁴ Para uma exposição detalhada sobre o tema cf. MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a Contra-Insurreição. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 12, jun. 1999. p. 67-82.

¹¹⁵ MARTINS, Fernanda Tondolo. Anos 1960 e a recepção da Revolução Cubana no Brasil: jornal Diário de Notícias e revista O Cruzeiro. In: WASSERMAN, Cláudia (Org.). *A Revolução Cubana: 50 anos de imprensa e história do Brasil*. Porto Alegre: Editora EST, 2009. p. 30.

¹¹⁶ AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007. p. 26. O lema de campanha de Kennedy era imbuído de valor simbólico, a “Nova Fronteira” significava o seu empenho em “[...] tomar a ofensiva na luta contra o comunismo, Kennedy procurou envolvê-la na aura heroica dos pioneiros, que, na conquista do Oeste, tiveram de enfrentar, além da natureza muitas vezes hostil, os ‘cruéis’ comanches, cheyenes, etc. Dessa forma, a ação dos EUA no mundo adquiria sustentação mítica, ao ser configurada como contínuo processo de desbravamento de fronteiras, no qual a autopreservação e o avanço da civilização estavam em jogo”. Idem.

¹¹⁷ Ibidem, p. 33.

agressão nas áreas periféricas com forças convencionais ou de guerrilhas. Para esses propósitos, estamos fortalecendo nossas unidades capazes de conduzir operações militares limitadas e aumentando a versatilidade de nossas armas.¹¹⁸

Por seu turno, a DSN constituiu um conjunto teórico destinado a sustentar certa ordem político-social que visava assegurar o modo de produção capitalista.¹¹⁹ Com origens em um cenário marcado pela Guerra Fria, a DSN incluiu concepções geopolíticas à sua base de argumentação principalmente em relação à nação e a bipolaridade. No entanto, a geopolítica não funcionou como dispêndio da DSN, ao contrário, possuindo uma maior credibilidade e pretensão científica foi utilizada pela Doutrina para tentar estabelecer certo grau de confiabilidade em sua proposta.¹²⁰

Dessa forma, pode-se definir que a segurança nacional pensada dentro da DSN fundamentava a necessidade de salvaguardar as “nações livres” ou ocidentais frente à ameaça comunista. Nessa perspectiva a nação estava reduzida à lógica da guerra e representava um organismo que deveria se manter em constante expansão para sobreviver.

A criação da concepção de um consenso social a respeito dos objetivos da nação era necessária à justificativa de aplicação da DSN, portanto, Joseph Comblin expõe que, para a base teórica da Doutrina: “a nação é vista como um todo homogêneo e dotado de uma única vontade: a partir daí pode-se facilmente deduzir a ideia de interesse nacional, [...] todos os conflitos sociais desaparecem, assim como todos os problemas da política interna”.¹²¹ A vontade passa a ser impulsionadora para a Doutrina por meio do movimento discursivo que personifica a nação como uma entidade. A nação dentro das linhas da DSN é: “a única vontade, um único projeto: ela é o desejo de ocupação e de domínio do espaço [...] ela é desejo de poder”.¹²²

A bipolaridade, por sua vez, seria apresentada como uma permanente divisão do mundo em duas partes, dois blocos, liderados pelos EUA e a URSS respectivamente.¹²³ Comblin demonstra que, para os teóricos da segurança nacional as “nações estão reagrupadas em duas alianças opostas. Uma representa o bem e a outra o mal. A primeira se chama Ocidente e a outra Comunismo”.¹²⁴ A América Latina, sob esse entendimento, integraria a aliança do bloco ocidental, logo, se alinhava na luta anti-subversiva.

¹¹⁸ GORDON, op. cit., p. 111.

¹¹⁹ WASSERMAN, op. cit., p. 27.

¹²⁰ DOCKHORN, op. cit., p. 33.

¹²¹ COMBLIN, p. 29.

¹²² Ibidem, p. 28.

¹²³ Ibidem, p. 23.

¹²⁴ Ibidem, p. 31.

Entre os elementos constitutivos da DSN estão: o conceito de guerra transformado pela ideia de bipolaridade, o inimigo interno e a segurança nacional. Em relação ao conceito de guerra houve o alargamento do entendimento do conflito estritamente militar e limitado para o de guerra total e permanente. Tratava-se do desenvolvimento de uma visão de que o mundo estava em uma guerra absoluta e total, e que por isso, toda a sociedade deveria ser incluída no conflito. Desse modo, a própria visão sobre guerra seria ampliada:

Hoje ampliou-se o conceito de guerra [...]. De guerra estritamente militar passou ela, a *guerra total*, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra de exércitos, esquadras e aviações; de guerra total à *guerra global*; e de guerra global à guerra indivisível e – por que não reconhecê-lo? – permanente.¹²⁵

Sobre isso Comblin postula que a guerra contemporânea apresentava-se para a DSN na forma de Guerra Fria e, por sua condição de guerra permanente travava-se em todos os planos: militar, político, econômico, psicológico.¹²⁶ Assim:

[...] a guerra fria da Doutrina Truman forneceu uma chave para interpretar, daí por diante, tudo o que poderia acontecer no mundo. Cada vez que o *status quo* fosse questionado, em qualquer parte do mundo, cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de tornar-se desfavorável, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria: a presença do dedo de Moscou.¹²⁷

Ainda sobre o conceito de guerra, foi integrada à versão latino-americana da DSN o elemento da guerra de “subversão interna”, composta pelas guerras insurrecional e revolucionária. Tratava-se assim de uma guerra de agressão indireta, diferente da guerra clássica de ataque e defesa, em que o inimigo é externo e definido; a guerra de agressão indireta poderia referir-se ao conflito armado no interior do país. Assim, a ameaça da subversão podia manifestar-se, segundo os constructos da doutrina, tanto através da luta armada quanto da oposição organizada.¹²⁸ Desse modo:

Como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional, ela recruta seus

¹²⁵ COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967. p. 24.

¹²⁶ COMBLIN, op. cit., p. 39.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 40.

¹²⁸ ALVES, op. cit., p. 37. O Projeto Brasil Nunca Mais, através da análise de 695 processos políticos (7.367 nomes de réus) ocorridos entre os 1964 e 1979, demonstra que a maioria dos atingidos pela repressão eram jovens com idades iguais ou inferiores a 25 anos, de origem urbana, predominantemente de classe média e com grau universitário. Contudo, também houve registros de acusados provenientes de diversos setores sociais como: de organizações de esquerda, militares (vinculados ao projeto nacionalista do governo deposto), sindicalistas, professores, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. Em relação às acusações o maior número de ocorrência foi a participação em entidades ou movimentos sociais e em menor grau a luta armada. ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 85-87.

combatentes entre a população do “país-alvo”. Por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de “inimigos internos” potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados.¹²⁹

As expressões “guerra moderna”, entendida como guerra “total”, que pode ser “subversiva” ou “revolucionária”, advém das teorias francesas da contra-insurgência formuladas no decurso dos movimentos de libertação nacional do pós-1945, como os conflitos da Indochina e Argélia. Neste sentido, a “guerra total” a que se referiam esses teóricos era dimensionada pela uma possibilidade de “subversão” global, em andamento desde 1917 e das quais, as guerras de libertação nacional são a mais tangível evidência.¹³⁰ Padrós destaca ainda que a experiência colonial francesa contra os movimentos de libertação nacional foi assimilada nas escolas de guerra da América Latina e dos EUA, em que “teóricos e estrategistas do novo tipo de conflito, como Bonnet, Lacheroy, Howard, Nemo e Trinquier foram estudados”.¹³¹

Entre os teóricos da *guerre révolutionnaire*, encontra-se a obra do militar francês Roger Trinquier, *La Guerre Moderne* (1961), para quem a “guerra moderna” consistia em um sistema de ações integradas que visava à derrubada e substituição de governos, levada a efeito através da exploração de tensões internas do país atacado, estendendo-se para as esferas ideológica, social, religiosa e econômica.¹³² Também é na esteira dessa teoria que o inimigo é deslocado de fora da Nação para dentro dela, isto é, todos os indivíduos de determinado país são alvo da subversão, desse modo, todos são possíveis inimigos. Neste sentido, Padrós esclarece:

A proposição de uma guerra contra-insurgente se tornou sinônimo de guerra total e envolveu o esforço de todos os fatores e as potencialidades para obtenção dos objetivos maiores: a destruição do perigo e, conseqüentemente, a conquista da vitória “total” sobre o “inimigo interno”. [...] Na prática, um desafio percebido como ameaça real à sobrevivência da Nação e devia produzir uma resposta de mesma intensidade, pois, “[...] a una guerra total se responde con la seguridad total”.¹³³

Nesse cenário de incorporação da guerra indireta foi criada a ideia do “inimigo interno”. O inimigo/outro na guerra convencional era o membro externo à nação, no entanto, dentro da ideia de guerra permanente ele foi deslocado de fora para dentro e passou a estar

¹²⁹ ALVES, op. cit., p. 38.

¹³⁰ FINCH, Micheal P. M. A Total War of the Mind: The French Theory of la guerre révolutionnaire, 1954-1958. *War in History*, United Kingdom, 2017, p. 3. Disponível em: <goo.gl/SehLhi>. Acesso em: 03 jun. 2018.

¹³¹ PADRÓS, op. cit., p. 201.

¹³² TRINQUIER, Roger. *Modern Warfare: A French View of Contrainsurgency*. London: Pall Mall Press, 1964. p. 3.

¹³³ PADRÓS, op. cit., p. 202.

“infiltrado”, ou seja, qualquer membro da sociedade poderia ser considerado inimigo. Assim, os teóricos da DSN latino-americanos estavam voltados ao:

[...] crescimento de movimentos sociais de classe trabalhadora, enfatizavam a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa.¹³⁴

O “inimigo interno” para a Doutrina poderia se manifestar dentro de: organizações de esquerda, nos meios militares, nos sindicatos, em universidades e escolas, entre os jornalistas, ou seja, em qualquer tipo de organização política. A “estratégia de ação indireta” do comunismo agiria em duas frentes dentro da população, que eram assim compostas:

O *público interno* inclui militares da ativa e da reserva ou civis que trabalham em Ministérios militares, assim como a Polícia Militar e outras formas paramilitares. O *público externo* é composto de estudantes, líderes sindicais, meios de comunicação impressos e eletrônicos, grupos sociais influentes como os intelectuais, profissionais, artistas e membros de diferentes ordens religiosas. Esta classificação também inclui setores organizados da vida política e da sociedade civil, como organizações de trabalhadores, estudantes e camponeses, além de clubes, associações de bairro etc.¹³⁵

Inserida na lógica do “inimigo interno” a segurança nacional traduzia-se em segurança interna. Dessa forma, duas estruturas foram essenciais para a operacionalidade da DSN, em primeiro lugar a construção de um sofisticado aparato repressivo “capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população” e em segundo lugar, o desenvolvimento de uma complexa rede de informações que permitiria a identificação dos infiltrados pela ação comunista indireta.¹³⁶

A Doutrina de Segurança Nacional forneceu a base teórico-ideológica às ditaduras estabelecidas no Cone Sul na segunda metade do século XX e também conferiu o alicerce necessário ao estabelecimento de um novo tipo de identidade nacional a esses países. A apropriação de símbolos constituídos como nacionais é recorrente em diversos momentos históricos e se trata, por excelência, de uma atividade política. No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi consolidada através das interações entre o *National War College* e da ESG no campo militar, e do IBAD e do IPES no campo civil.

¹³⁴ ALVES, op. cit., p. 33.

¹³⁵ Ibidem, p. 39.

¹³⁶ Ibidem, p. 41.

2.3 O IBAD: da criação à CPI de 1963

O IBAD foi criado em 1959 por grupos do empresariado brasileiro e tinha por objetivo consolidar sua militância política e agir em favor da “defesa da democracia”. Contudo, pode-se apontar que tal instituição estava destinada à articulação de setores empresariais ligados ao capital multinacional. Dessa forma:

Os interesses multinacionais e associados consideraram outras formas de representação de interesses além do controle da administração paralela ou do uso de *lobbying* sobre o Executivo. Eles desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica. O primeiro desses grupos a ter notoriedade nacional em fins da década de cinquenta foi o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.¹³⁷

Embora a semente dos grupos de ação de classe já estivesse sido plantada desde pelo menos o final do governo de Juscelino Kubitschek, foi com a criação do IBAD e do IPES, que os grupos empresariais, vinculados ao capital multinacional e associado, consolidaram uma liderança política reconhecida e organizada. Segundo Dreifuss: “O IBAD agia como unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais do que o IPES”.¹³⁸ Dreifuss ainda destaca que os integrantes do IBAD foram descritos por Lincoln Gordon como um “grupo industrial de moderados e conservadores”, que possuía em suas fileiras “membros do Conselho Superior das Classes Produtoras – CONCLAP, das American Chambers of Commerce e de outras associações de classe importantes [...]”.¹³⁹

Já o IPES quando de sua fundação em 1961 era formado em sua maioria por “jovens executivos da geração nascida durante a Primeira Guerra Mundial ou pouco depois dela”, e assim como o IBAD também contava com membros oriundos de grupos multinacionais estrangeiros.¹⁴⁰ Conforme Plínio Ramos o IPES teria sido lançado “[...] um mês após a investidura do atual Governo [de João Goulart], pelo sr. João Batista Leopoldo Figueiredo,¹⁴¹

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ DREIFUSS, op. cit., p. 164.

¹³⁹ Ibidem, p. 102.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 162.

¹⁴¹ João Batista Leopoldo Figueiredo era primo de João Batista de Oliveira Figueiredo, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República entre 1969 a 1974. PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Verbete João Batista Leopoldo Figueiredo*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2010, versão web. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ex-presidente do Banco do Brasil no Govêrno Jânio Quadros”.¹⁴² Como justificativa para sua criação estava o “[...] interêsse das classes conservadoras de inteirar-se das flutuações da realidade social, cultural, política e econômica do Brasil”.¹⁴³ Em sua composição contava com quadros: da CONSULTEC; do Conselho Nacional de Economia; da Fundação Getúlio Vargas; da Associação Comercial; do Centro Industrial do Rio de Janeiro; do CONCLAP; da Federação das Indústrias da Guanabara; das empresas do Grupo Light; da SOMBRAMIL (United States Steel); Lafter-Klabin; da COMAC; do grupo Guinle-Galdeano e do Banco do Estado da Guanabara.¹⁴⁴

Diante de todo movimento público realizado pelo IBAD,¹⁴⁵ a posição de inatacabilidade assumida pelo IPES em torno de suas atividades dava-se, como apontado por Dreifuss, devido à tentativa salvaguardar os empresários componentes dessa instituição.¹⁴⁶ O movimento de ação dos grupos empresariais integrantes do complexo IPES/IBAD consistia em um programa, como aponta Dreifuss, de ação ideológica e social distribuída entre doutrinação geral e específica.

A “doutrinação geral” operava através da mídia, era um tipo de estratégia defensivo-ofensiva, que “visava infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista”.¹⁴⁷ Atacavam-se através da imprensa o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo, no qual Dreifuss sublinha que “no aspecto positivo, argumentava que a prosperidade do país e a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam à iniciativa privada e não se deviam, certamente, a métodos socialistas ou à intervenção do Estado na economia”.¹⁴⁸ Em relação ao complexo midiático¹⁴⁹ mobilizado pelo IPES/IBAD Dreifuss assinala:

[...] os canais para a disseminação de material ideológico e político produzido ou reproduzido pelo IPES eram as agências de notícias, como a Planalto, administrada pelo próprio IPES, que fornecia material a 800 jornais e emissoras de rádio de todo o Brasil com várias remessas semanais de material noticioso constituído de informação e análise, serviço este

¹⁴² RAMOS, Plínio de Abreu. Como Agem os Grupos de Pressão? *Cadernos do Povo Brasileiro*, v. 20, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 31.

¹⁴³ Ibidem, p. 32.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 34. Para um levantamento minucioso sobre as atividades e componentes do IPES Cf. DREIFUSS, op. cit.

¹⁴⁵ Assim como a ADEP, a ADP, A Promotion S.A. e a Sociedade de Estudos Interamericana (SEI). Cf. DREIFUSS, op. cit., p. 231.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 231.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ “Em 1963, os Grupos de Opinião Pública/Publicações já haviam editado mais de 280.000 livros e imprimido 36.000 boletins mensais. Por essa época, o IPES havia distribuído ao todo 2.500.000 unidades impressas e diversos milhões de cópias dos panfletos mencionados acima”. Ibidem, p. 237.

inteiramente gratuito. Prestava-se à mesma função a Asa-Press (sic.), pertencente a Fernando Marrey, cujo diretor, Arlindo Olympio dos Santos, era ligado ao IPES.¹⁵⁰

A “doutrinação específica” consistia na organização dos setores dominantes¹⁵¹ e sua articulação através de um programa específico de modernização econômica e conservadorismo sócio-político. O Simpósio sobre Reforma Agrária, promovido pelo IBAD em abril de 1961 e o Congresso pelas Reformas de Base, de janeiro de 1963, representavam a máxima realização organizativa dos setores dominantes em favor de canalizar as mudanças sociais em programas conservadores opostos ao projeto nacional-reformista.¹⁵² A doutrinação específica objetivava:

Moldar a consciência e a organização dos setores dominantes e envolvê-los na ação como uma “classe para si”, enquanto consolidava a liderança política das frações multinacionais e associadas dentro da classe dominante. [...] o objetivo geral da doutrinação específica era modelar as várias frações de classes dominantes e diferentes grupos sociais das classes médias em um movimento de opinião com objetivos a curto prazo amplamente compartilhados, qual seja, a destituição de João Goulart da presidência e a contenção da mobilização popular.¹⁵³

Entre a série de livros produzidos e reproduzidos pelo IPES/IBAD estava o livreto de André Gama intitulado *Nossos males e seus remédios*.¹⁵⁴ Em 1963 o texto já estava na sua sétima edição. Em linguagem simplificada abordava os seguintes temas: 1) custo de vida; 2) salário; 3) produtividade; 4) capital; 5) capital estrangeiro; 6) lucro; 7) dinheiro; 8) inflação; 9) prejuízos da inflação; 10) finanças públicas; 11) política; 12) democracia; 13) comunismo; 14) comunismo no Brasil; 15) nacionalismo; 16) monopólio estatal; 17) política salarial; 18) política exterior; 19) reforma agrária; 20) abastecimento; 21) reforma eleitoral; 22) reformas de base; 23) parlamentarismo; 24) reforma dos homens. Todos esses itens estavam sintetizados em 61 páginas. Assim como outras diversas publicações espalhadas pelo país, o livreto tratava de temas que incidiam nas discussões sobre as Reformas de Base. Uma das

¹⁵⁰ DREIFUSS, op. cit., p. 235.

¹⁵¹ Dreifuss ao analisar a publicação de Ivan Hasslocher denominada “As classes produtoras diante do comunismo” evidencia a forma como a cúpula do Instituto juntamente às classes empresariais se posicionava ideologicamente frente ao comunismo. Na estratificação de Hasslocher 70% das classes empresariais pertenceriam à categoria de “inconscientes”, portanto, deveriam ser conduzidos pela parcela “consciente” formada pelo IBAD, e desta forma, organizar-se em prol de objetivos em comum que poderiam representar tanto a contenção do comunismo quanto o desenvolvimento econômico. DREIFUSS, op. cit., p. 165-6.

¹⁵² Ibidem, p. 232. Como resultado desse Simpósio fora publicado o manual: *Recomendações Sobre Reforma Agrária*. Cf. IBAD, op. cit.

¹⁵³ DREIFUSS, op. cit., p. 232.

¹⁵⁴ “Nossos males e seus remédios, um ardiloso livreto produzido por ‘André Gama’ (pseudônimo de um americano, ligado à área financeira que residia em Petrópolis), teve também uma publicação de um milhão de cópias. [nota 47] O livreto de André Gama foi distribuído por empresários e gerentes aos seus empregados. É significativo mencionar que a execução da edição imediata desse livreto ficou sob a responsabilidade do General Golbery e Wilson Figueiredo se encarregou do orçamento”. Ibidem, p. 236.

características da campanha propagandística do IPES/IBAD foi divulgar um conteúdo programático oposto ao projeto de João Goulart.¹⁵⁵

Mesmo que o texto traga a autodescrição como um “estudo profundo, em linguagem agradável, clara e incisiva, dos principais problemas econômicos, sociais e políticos do país”¹⁵⁶ nota-se a distorção do conteúdo e o esforço em contrapor o comunismo. O escrito fazia parte de uma série de “trabalhos produzidos para consumo empresarial e político e eram redigidos em ‘linguagem de dona-de-casa’ por pessoas tão variadas, como Wilson Figueiredo, editor do Jornal do Brasil e a romancista Raquel de Queiroz”.¹⁵⁷

Esse tipo de conteúdo era produzido, reproduzido e disseminado pelo IPES através de editoras próprias e contratadas. Um setor da organização, denominado Grupo de Opinião Pública, recrutado em todos os escalões de intelectuais e elaborava o conteúdo que seria distribuído em forma de notícias, livros, palestras e simpósios. Sobre este tipo de estratégia Dreifuss diz:

Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. [...] também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos.¹⁵⁸

Por intermédio da observação da extensa campanha promovida pelo IPES/IBAD contra o governo Goulart, percebe-se que o golpe de 1964 consistiu em uma elaborada iniciativa de classe, o que nos leva a coincidir com Dreifuss, para quem:

Classes, frações e blocos não são hegemônicos por tempo indefinido e a sua queda é mais do que uma questão de “decadência política”. *O estabelecimento do novo bloco de poder multinacional e associado no aparelho estatal não foi um fenômeno mecânico nem o mero reflexo de uma situação econômica, mas uma minuciosa empresa de classe.* O golpe final contra o populismo e a desarticulação das classes populares foram consumados por uma diretriz de desestabilização, numa ação, em grande parte encoberta, liderada pelo empresariado multinacional e associado contra o Executivo e suas bases de apoio.¹⁵⁹

¹⁵⁵ Os grupos ipesianos de Opinião Pública e a Ação Democrática Parlamentar estabeleceram uma pauta de reformas de base que seriam contrapropostas em relação ao projeto nacional-reformista de João Goulart, tratava-se de vinte e três temas de longo e médio prazo. “[...] os grupos de Estudo e Doutrina preparavam crítica sistemática das propostas de reforma do governo enquanto o Grupo de Ação Parlamentar se encarregava do bloqueio do Executivo, suprindo a rede ADEP/IBAD/ADP de apoio logístico material e político”. DREIFUSS, op. cit., 1986. p. 138.

¹⁵⁶ GAMA, op. cit., p. 63.

¹⁵⁷ DREIFUSS, op. cit., p. 234.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 232.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 138. Grifo nosso.

A primeira fase de ação do IBAD foi a de divulgação e publicação de material anticomunista. Para tanto, o instituto criou a revista *Ação Democrática*¹⁶⁰ e, iniciou a transmissão do programa radiofônico “A Semana em Revista”, que no ano de 1963 já atingia 84 cidades espalhadas por todas as regiões do país. Conforme o memorando que estabelece a criação de núcleos regionais do IBAD, a segunda etapa consistia em “fazer o I.B.A.D. sair da esfera puramente informativa e tornar-se uma parte funcional de diversas comunidades brasileiras”.¹⁶¹

Assim, foi através da Ação Democrática Popular (ADEP) que o IBAD balizou suas subsidiárias estaduais. A ADEP era para o campo da ação doutrinária o mesmo que a Ação Democrática Parlamentar (ADP) era para o da influência política. Neste sentido, a ADEP surge com o seguinte objetivo:

A AÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR congrega patriotas que tem como lema: anticomunistas sempre, reacionários nunca; e que pertencem a todos os partidos políticos, professam religiões diversas e vêm de diferentes camadas sociais, mas estão unidos pela profunda fé em Deus na justiça e no futuro do Brasil [...].¹⁶²

A ADEP surge como movimento suprapartidário que possuía em sua carta de princípios diversos itens separados entre lutar contra ou a favor.¹⁶³ Eram a favor da: democracia, das liberdades individuais, da iniciativa particular, da estabilidade monetária do país, da elevação do nível de vida, dos “salários que permitam ao povo viver condignamente”, da distribuição tributária, da reforma agrária, da entrada de capital estrangeiro, do recebimento e da aplicação de recurso da Aliança para o Progresso, e do apoio aos congressistas da ADP. Por outro lado, posicionavam-se contra: a ditadura, a infiltração comunista, o falso nacionalismo, dos limites para entrada de capital estrangeiro, a corrupção administrativa governamental e as modificações na Constituição.

Fazendo um paralelo com a *Declaración a los Pueblos de América* pode-se observar o mesmo conteúdo expresso pelo programa da ALPRO. A ação militante junto aos Estados

¹⁶⁰ Sobre a revista Eloy Dutra afirma: “A Ação Democrática, com cerca de 250 mil exemplares em papel de ótima qualidade. Apesar de ser distribuída gratuitamente e de não vincular nenhum anúncio, “milagrosamente” ainda não foi à falência”. DUTRA, op. cit., p. 28. Dreifuss aponta que para a distribuição das 250 mil cópias o IBAD contava “[...] com a colaboração de Gabriel Chaves Mello, Eugênio Gudín, José Garrido Torres, Dênio Nogueira, o deputado e líder udenista Aliomar Baleeiro e outros influentes empresários e políticos [...]”. Ibidem, p. 234.

¹⁶¹ Dossiê do IBAD. Tomo II, fl. 319, p. 119.

¹⁶² Ibidem, Tomo I, fl. 43-45, p. 50-52.

¹⁶³ Carta de Princípios da ADEP. Cf. Dossiê do IBAD. Tomo I, fl. 43-45, p. 50-52. Esse documento é produto das investigações realizadas pelo Departamento Federal de Segurança Pública, por solicitação do Deputado Sergio Magalhães para apurar as atividades da ADEP.

Unidos foi uma das características principais dos grupos de articulação política criados no final da década de 1950, entre os quais estavam o IPES e o IBAD.

No início da década de 1960 diversas subsidiárias foram criadas.¹⁶⁴ O documento para criação das mesmas estabelecia princípios gerais sobre os quais deveria ser orientada a ação. Primeiramente seriam nomeados diretores provisórios que tinham a incumbência de recrutar membros e posteriormente realizar eleições entre eles para a escolha do diretor definitivo. Também deveria ser criado um estatuto da subsidiária antes da sua fundação pública, que seria realizada através de sessão solene diante do dispêndio de um dos membros da sede do instituto. O objetivo geral descrito para a criação dos núcleos era assim disposto:

A nossa finalidade é criar uma ativa consciência democrática nas comunidades onde funcionará o I.B.A.D. Os representantes do I.B.A.D. nessas comunidades deverão: (a) disseminar nas mesmas as idéias pregadas e divulgadas pelo I.B.A.D. no Rio de Janeiro; (b) educar e catequizar os seus concidadãos quanto aos ideais democráticos; (c) aplicar esses ideais ao seu julgamento sobre questões práticas que surjam na vida municipal, estadual ou nacional; (d) alertar as suas comunidades e o I.B.A.D. no Rio de Janeiro quanto a manobras comunistas; (e) agir politicamente de modo consciente quanto ao apoio ou combate a candidatos ou medidas políticas municipais, estaduais e nacionais.¹⁶⁵

Além das atribuições já descritas, os escritórios locais deveriam receber e disseminar o material enviado pelo IBAD como livros e panfletos, bem como enviar endereços de “pessoas a quem seria recomendável enviar a revista [Ação Democrática]”.¹⁶⁶ O financiamento da filial deveria partir da iniciativa dos próprios membros, contudo, através da correspondência entre Ivan Hasslocher e Arthur Junqueira podemos observar que o IBAD enviava somas altíssimas de recursos para os diretórios regionais.¹⁶⁷

Em 16 de setembro de 1961 foi fundado o escritório administrativo em Recife por iniciativa de Frutuoso Osório Filho, então diretor do instituto. Inicialmente presidida por Antonio Brasil, a filial teria por objetivo o combate à pobreza e ao comunismo.¹⁶⁸ Conforme Osório Filho, a fundação de uma subsidiária do IBAD no nordeste correspondia ao intento de

¹⁶⁴ Conforme documentos da CPI do IPES/IBAD são estados que possuíam escritórios do IBAD: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Rio Grande do Sul, Estado da Guanabara, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco e Piauí. Dossiê do IBAD. Tomo I, fl. 179-181, p. 218-220.

¹⁶⁵ Dossiê do IBAD. Tomo II, fl. 319, p. 119.

¹⁶⁶ Dossiê do IBAD. Tomo II, fl. 320, p. 120.

¹⁶⁷ Entre agosto e setembro de 1962 os repasses avultam-se: Cr\$ 164.050.000 distribuídos entre a ADEP nacional, de Amazonas, de Pernambuco e de Porto Alegre. Documentos anexos – correspondência entre Ivan Hasslocher e Arthur Junqueira. Em: DUTRA, op. cit., p. 82-86. Dutra enfatiza que nos 150 dias que precederam as eleições de 1962 a ADEP dispendeu pelo menos 1 bilhão e 40 milhões de cruzeiros, que seriam utilizados no financiamento de candidatos de mesma orientação ideológica do IBAD. Ibidem, p. 17.

¹⁶⁸ Jornal *Diário de Pernambuco*. 25 mar. 1962. p. 5. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 22 abr. 2016.

“luta contra o subdesenvolvimento, com nossas próprias armas, através da Ação Democrática”.¹⁶⁹ Em 1962 já tendo instalado diversos pontos de assistência social que variavam desde consultórios odontológicos até hortas comunitárias,¹⁷⁰ o IBAD anunciou a efetivação do Serviço de Organização Comunitária (SOCO).

As atividades assistencialistas adotadas pelo instituto em Pernambuco se fizeram sob o pretexto de que a região do nordeste, por apresentar problemas relativos, por exemplo, à educação e à saúde, poderia configurar um pólo de “pregação soviética”.¹⁷¹ Os entrelaçamentos entre os discursos propagados pela ALPRO e pelo IBAD demonstram a simetria deste último com a proposta de contenção do comunismo mediante assistência social via instituições privadas. F. Osório Filho em entrevista ao *Diário de Pernambuco* em 1962 afirmou:

Sabemos que não se combate o comunismo com bombas e atos de terrorismo, como o fazia o tão comentado MAC que consideramos um movimento falido, por fugir inteiramente à realidade de nossa terra. [...] O anti-comunismo brasileiro evoluiu das simples “cruzadas” para uma formulação inadiável dos problemas de base que afligem a grande massa brasileira.¹⁷²

A revista *Ação Democrática* em abril de 1963 traz junto à reprodução de uma reportagem publicada pelo *Diário de Pernambuco*, o texto complementar:

Certos de que o passo mais importante para eliminar os planos subversivos dos agentes moscovitas se resume na melhoria de vida de um povo oprimido e sacrificado, vimos lutando sem desânimos e sem medir esforços para suprir a omissão dos poderes públicos naquilo que se constitui em sua obrigação maior: proporcionar ao povo um ambiente melhor e mais digno, o que só se pode conseguir com a manutenção dos direitos inalienáveis da pessoa humana.¹⁷³

O tipo de ação assistencialista implantada em Pernambuco pelo IBAD também correspondeu a uma resposta em relação aos movimentos de trabalhadores rurais organizados naquele estado. Melissa Natividade ao estudar a questão agrária no Brasil expõe que a organização de trabalhadores rurais até a década de 1960 era limitada pela legislação vigente e, as entidades que existiam possuíam estatuto estritamente civil, portanto, não se constituíam em representações sindicais. Contudo, isso não significava a inexistência de movimentos

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ O núcleo de Pernambuco contava com “médicos, dentistas, assistentes sociais, distribuição gratuita de medicamentos, assistência rural ao homem do campo, escolas, ambulatórios e tudo que seja necessário as populações nordestinas”. Entrevista concedida por F. Osório Filho ao *Diário de Pernambuco* em março de 1962. Ibidem, p. 15.

¹⁷¹ Revista *Ação Democrática*, abril/1963. Cf. Dossiê do IBAD. Tomo I, p. 61.

¹⁷² Jornal *Diário de Pernambuco*, op. cit., p. 15.

¹⁷³ Revista *Ação Democrática*, op. cit.

organizados no campo, visto que o PCB atuou desde a década de 1940 na criação de Ligas Camponesas.¹⁷⁴ Ainda na década de 1950, no período de prescrição do PCB, floresceram alguns movimentos que merecem destaque: Porecatu (PR), Formoso (GO) e também a organização que se autodenominava Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP).¹⁷⁵ Desse modo, as “Ligas Camponesas” foram associações de trabalhadores rurais “que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964” e foram consolidadas em diversos estados brasileiros como: Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás e em outras regiões do país.¹⁷⁶ As finalidades das Ligas:

[...] eram prioritariamente assistenciais, sobretudo jurídicas e médicas, e ainda de autodefesa, nos casos graves de ameaças a quaisquer de seus membros. As mais comuns eram aquelas que, contrariando o Código Civil, obrigavam à expulsão sem indenização pelas benfeitorias realizadas, e nesse sentido específico a ação das ligas parece ter sido bastante eficaz. As lideranças pretendiam também, a médio e longo prazos, fortalecer a consciência dos direitos comuns, que compreendiam a recusa em aceitar contratos lesivos, tais como o cumprimento do “cambão” (dia de trabalho gratuito para aqueles que cultivavam a terra alheia).¹⁷⁷

Dessa forma, as estratégias do complexo IPES/IBAD eram adequadas a cada localidade e suas ações estavam relacionadas à maior ou menor presença de movimentos sociais organizados. A respeito disso, Marcus Dezemone enfatiza:

Não foi à toa que o primeiro filme de propaganda produzido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), comandado pelo general Golbery do Couto e Silva, tinha como título ‘Nordeste: problema nº 1’. A miséria, o atraso e a pobreza – em suma, o subdesenvolvimento – poderiam fertilizar o solo das terras tupiniquins diante da qual floresceria uma revolução comunista na América. [...] Neste sentido, a contenção da ‘cubanização’ se relacionava de forma direta à mobilização das Ligas Camponesas naquela região. Relacionava-se, também, às representações produzidas diante de tal mobilização e da questão agrária por múltiplos atores envolvidos, das esquerdas às direitas.¹⁷⁸

¹⁷⁴ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A Questão Agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. Dissertação (mestrado). Niterói: UFF, 2013. p. 42.

¹⁷⁵ A denominação da SAPPP como Liga Camponesa foi posterior a sua criação, como aponta Clodomir Moraes foram “latifundiários [que a] apelidaram de Ligas Camponesas, vindo com isso a confundi-las com a Liga de Iputinga e com outras ligas camponesas comunistas, já desaparecidas”. MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas no Brasil*. In: *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 30.

¹⁷⁶ Verbete Ligas Camponesas. In: ABREU, Alzira Alves; et. al. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, vol. III. p. 3122.

¹⁷⁷ PAULA; LATTMAN-WELTMAN, op. cit., Verbete Ligas Camponesas. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 10 abr. 2017. Disponível em: <goo.gl/1SLDK2>. Acesso em: 03 jul. 2018.

¹⁷⁸ DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, 2016. p. 135.

Depois de estabelecidos os escritórios do nordeste, foram criados novos diretórios e as demais subsidiárias estaduais já existentes foram reorganizadas. Nesse cenário, no ano de 1963 foi criada a ADEMAT no sul de Mato Grosso. Essa organização funcionou em treze municípios¹⁷⁹ de Mato Grosso entre eles são conhecidos: Cuiabá (capital do estado), Campo Grande, Dourados, Aquidauana, Maracajú e Rondonópolis.¹⁸⁰ Quando de sua fundação o diretório de Campo Grande publicou do seguinte informe no *Jornal do Comércio*:

Por ocasião de sua fundação em Campo Grande, a Ação Democrática Matogrossense encaminhou ao Presidente João Goulart mensagem telegráfica, que ficou assim redigida: “Tenho a honra de comunicar o vossencia a fundação nesta cidade, por elementos proeminentes de todos os partidos políticos, a Associação e Ação Democrática Matogrossense, cuja finalidade objetiva é a defesa das liberdades democráticas e o combate das ideologias esquerdistas e da infiltração comunista. Aproveito o ensejo para apresentar a vossencia integral apoio e solidariedade pelo discurso pronunciado nas festividades de Marília, São Paulo. Cordiais saudações. Assis Brasil Corrêa, Presidente”.¹⁸¹

A ADEMAT publicava em dois jornais na cidade de Campo Grande, no *Jornal do Comércio* (JC) e em *O Matogrossense* (OMT). Uma divisão de conteúdo era operada entre os dois sendo o JC destinado à veiculação de manifestos, transcrição de correspondência enviada aos governantes do alto escalão (Ministro de Guerra, Presidente da República, etc.) e, o OMT à publicação semanal de uma coluna de primeira página intitulada “Coluna da Ação Democrática Mato-Grossense”. Entre abril e novembro de 1963 a organização publicou vinte e uma colunas. Através da análise dos conteúdos observa-se que os temas gerais de publicação versam sobre: democracia, capitalismo, comunismo e reforma agrária. Há também o reforço de uma posição de ataque a Cuba e a setores alinhados com o projeto nacionalista de João Goulart. Nos meses de maio e junho dedica boa parte das publicações a reprodução de um relatório elaborado pela Comissão Internacional de juristas, órgão vinculado às Nações Unidas. Em sua última publicação, no mês de novembro há a radicalização no posicionamento, resultado da reação ao fechamento do IBAD por decreto presidencial.¹⁸²

Em relação à seção de Dourados da ADEMAT,¹⁸³ Suzana Arakaki indica que ela foi criada em maio de 1963 com suporte da entidade de Campo Grande, e assim como nessa cidade “[...] coube à ADEMAT douradense perseguir “comunistas” locais”.¹⁸⁴ Sobre a criação

¹⁷⁹ *Jornal O Matogrossense*. 16 nov. 1963. p. 1. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

¹⁸⁰ A localização dos escritórios pode ser visualizada no mapa adaptado de 1970 da página 59.

¹⁸¹ *Jornal do Comércio*, 20 abr. 1963, p. 4. Grifo nosso. Arquivo Público de Mato Grosso do Sul.

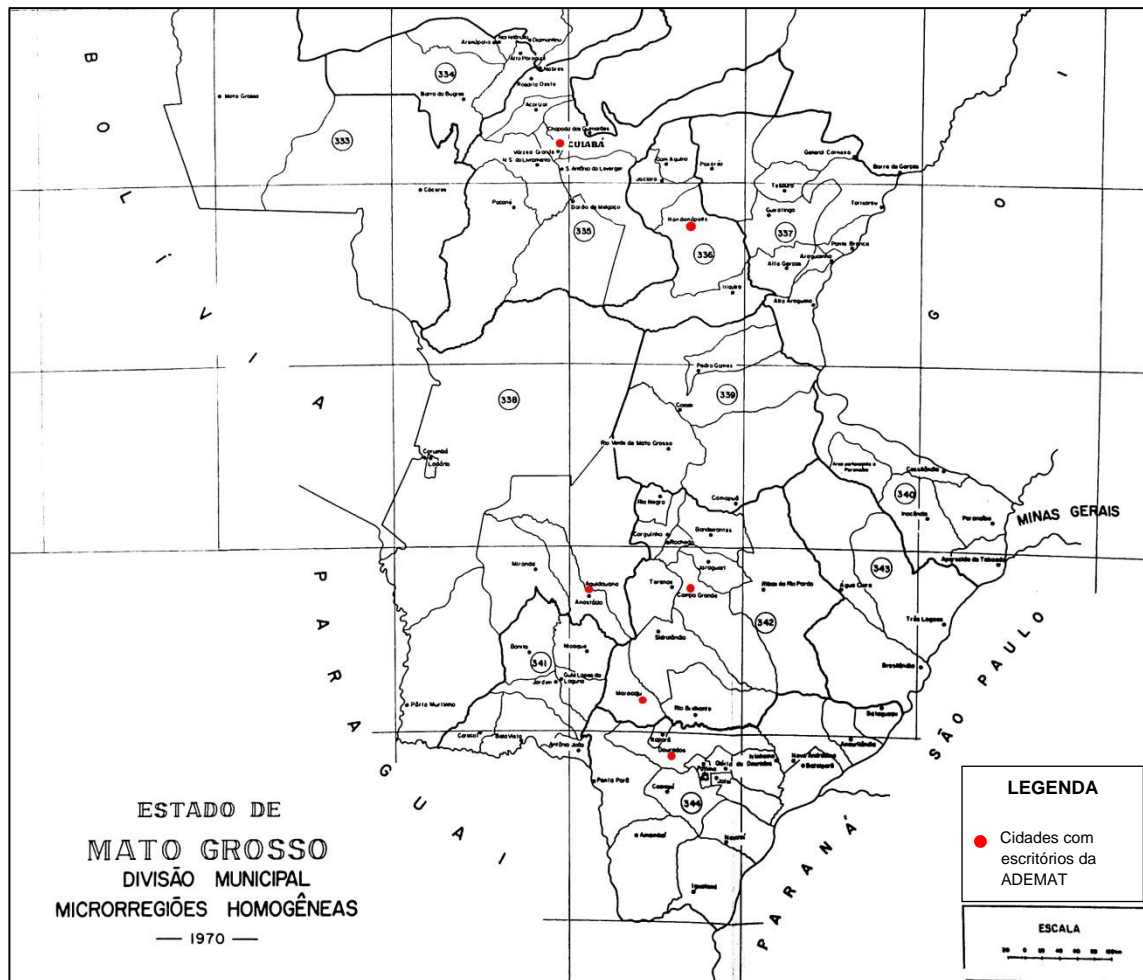
¹⁸² O processo de transição entre a ação política, marcada por publicações na imprensa campo-grandense e a articulação paramilitar da ADEMAT será explorado nos próximos dois capítulos.

¹⁸³ A respeito das seções de Cuiabá e Aquidauana não foi encontrada produção historiográfica.

¹⁸⁴ ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: Editora UEMS, 2008. p. 58.

da filial em Dourados, a autora mostra que esta foi constituída por Celso Amaral (presidente), Jorge Antonio Siufi (vice-presidente), Paulo Bucker (2º vice-presidente), Milton Milian (1º secretário), João da Câmara (2º secretário), José Cerveira (1º tesoureiro) e Regina Milan (2º tesoureira).¹⁸⁵

Figura 1 – Mapa adaptado do estado de Mato Grosso (1970)



Fonte: IBGE, VIII Recenseamento Geral (1970), Mato Grosso, adaptado. Arquivo Público de MS.

Sobre a seção de Cuiabá, esta foi fundada em de junho de 1963 e tinha como integrantes desde padres e diretores de importantes colégios da cidade a estudantes, como pode ser observado na organização de seu primeiro quadro, composto por 25 pessoas; vale relevar que diferente da seção de Campo Grande é notável a participação de mulheres:

Ação Democrática em Cuiabá

[...] Os estudantes cuiabanos, dando uma prova de amor à sua Pátria e de seu ideal de liberdade, juntaram-se ao movimento, constituindo sua primeira Diretoria, que foi aceita por aclamação. É inegável o apôio do clero e das

¹⁸⁵ Ibidem, p. 57.

autoridades de ensino ao Movimento Estudantil da ADM. E é a seguinte a sua Diretoria:

Coordenador Geral – Pe. Wanir Delfino Cezar, Presidente – Paulo de Tarso Marinho, Vice-Presidente – Mariano Costa Pereira Jr., Secretário Geral – Rose Spinelli, 1º Secretário – Munir Bucair, 2º Secretário – Altamir Vieira Mundin, Tesoureiro Geral – Maria Dalva Grige, 1º Tesoureiro – Alzil Conceição Matoso, 2º Tesoureiro – José Augusto Monteiro da Silva, Coordenadores – Pe. Raimundo Pombo (Diretor do Col. São Gonçalo). Irmã Rosa Afélia Maluffi (Dir. do Gin. Coração de Jesus). Prof. Sebastião de Arruda Figueiredo (Dir. do Col. Estadual de Mato Grosso). Conselho Consultivo: Amaral Augusto da Silva, Regina Helena Epaminondas, Eliete Maia, Levy Dias Campos, Lise Vieira, Ivone Bussik, Lisete Miranda, Nivaldo Figueiredo, Helmuth Daltro, Heloisa Glória de Carvalho, Iris Barbosa Capilé, Benedito Flaviano de Souza e Diana Torres. Entretanto, o movimento, aumentará o número de seus membros, e sempre que possível estará em contato com as Direções dos Estabelecimentos de Ensinos e com os corpos discentes dos vários Colégios Cuiabanos. Que tenham boa sorte em seus propósitos, são os nossos votos.¹⁸⁶

A respeito dos objetivos destacados para criação da ADEMAT em Cuiabá estava: “evitar que o comunismo ou falso nacionalismo, continue atuando sobre nossa gente e arrasando os mais incautos para uma futura escravidão disfarçada (como aconteceu em Cuba)”.¹⁸⁷ A maior concentração de membros relacionados às instituições de ensino, diferente das seções de Dourados e Campo Grande, pode ser percebida também pela publicidade destinada aos estudantes e chamadas para sua integração à ADEMAT, mesmo antes de sua fundação oficial:

Chegou a sua vez! Agora o estudante deve tomar parte ativa, e conhecer os problemas sociais de nossa Pátria para que possa ajudar na luta em prol da verdadeira democracia, e a fim de combater a infiltração comunista em nosso querido Brasil. Estudante, prestigie os trabalhos da Ação Democrática Matogrossense. Procure conhecer sua finalidade.¹⁸⁸

Ainda em relação à seção de Cuiabá, em 1965 encontramos registros de um processo de intensificação de suas atividades, conforme noticiado no *Tribuna Liberal*:

Ação Democrática Mato-Grossense está incrementando suas atividades em nossa cidade. Intensificando a penetração do organismo está o sr. José Amando Barbosa Neto. Nesta capital já fazem parte da Ademat as seguintes pessoas: Carlos Eduardo Epaminondas, Farid Seror, Mario Spinelli, José Mario, Pedro Rocha Jucá, Ivo Ricci, João Moreira de Barros e Silvio Curvo. Outros nomes ainda irão aderir a essa congregação contra o comunismo.¹⁸⁹

¹⁸⁶ *Jornal A Cruz*, 02 jun. 1963. p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 25 set. 2017.

¹⁸⁷ *Idem*.

¹⁸⁸ *Ibidem*, 30 mai. 1963, p. 4. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 25 set. 2017.

¹⁸⁹ *Tribuna Liberal*. 7 nov. de 1965. p. 1. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 25 set. 2017.

Conquanto, Milton Figueiredo em relato concedido a Maria Manuela Neves, ressaltou que a criação da ADEMAT em Cuiabá não foi bem recebida, para ele:

[...] Nós conspirávamos e estávamos muito preocupados com o que iria acontecer. Nós nos reuníamos na casa do Meira Mattos [...] tínhamos muito medo de um organismo que estava sendo formado. [...] era em Campo Grande – uma coisa que se chamava Ademat. Então, nós lutávamos desesperadamente para que ela não se formasse aqui (Cuiabá), pois nos parecia um órgão fascista, um órgão de repressão. Eles tentaram montar aqui e não conseguiram.¹⁹⁰

As subsidiárias do IBAD além de serem diretórios políticos eram responsáveis por consolidar a rede de informações dessa organização em todo o país. Em linhas gerais, tratava-se da apropriação da estrutura de organizações já existentes para a coleta de informações sobre indivíduos considerados “subversivos”. Portanto, representava uma rede de informações centralizada pelo complexo IPES/IBAD produzida por civis e referentes a outros civis, isto é, uma formulação de vigilância civil prévia ao estabelecimento da ditadura brasileira, tais informações seriam, posteriormente utilizadas pelas autoridades militares como ponto de partida para os expurgos políticos. Sobre isso, Alves aponta que “a mais importante tarefa do complexo IPES/IBAD antes da tomada do poder de Estado terá sido, talvez, a criação e implantação de uma rede de informações, considerada necessária a um Estado eficaz centralizado”.¹⁹¹ Buscou-se compor um breve panorama de como operavam as subsidiárias do IBAD em diferentes regiões do país, contudo, uma análise de maior precisão não foi possível devido a incipiente produção historiográfica sobre esse tema.

No plano nacional diante da atuação do IBAD na cena pública, o deputado petebista Bocaiuva Cunha em 1961 requereu na Câmara dos Deputados a interpelação do Ministro da Justiça, pedindo a investigação sobre a origem dos recursos financeiros do IBAD.¹⁹² Na imprensa, o cenário era destacado por Octavio Malta em sua coluna¹⁹³ “Jornais & Problemas” no jornal *Última Hora*:¹⁹⁴

¹⁹⁰ NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos Políticos* (entrevistas: memória divisionista – MT). Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001. p. 254.

¹⁹¹ ALVES, op. cit., p. 25.

¹⁹² *Jornal Última Hora*, 17 nov. 1961. p. 4. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 mai. 2017.

¹⁹³ A coluna fazia comentários a publicações de outros jornais. Constantemente o conteúdo dialogava com o *Jornal do Brasil*, que possuía seções alugadas para o IBAD.

¹⁹⁴ Quando se faz referência à coluna de Octavio Malta buscamos observar que o autor mantinha uma postura contrária as atividades do IBAD, porém, por tratar-se de uma coluna de opinião não se relaciona, neste trabalho, ao posicionamento geral do jornal *Última Hora*. No entanto, é necessário partir do entendimento de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, e entender a fonte periódica como um produto social, ao contrário, como ressaltam as autoras, de uma visão do periódico apenas como “veículo de informações”, e por isso neutro ou isolado da realidade. CAPELATO; PRADO, op. cit., p. 19.

O “Jornal do Brasil” noticiou que o Deputado Sérgio Magalhães¹⁹⁵ irá, hoje, à tribuna da Câmara, denunciar “uma conspiração militar que assegura estar sendo articulada em todo o País, contra o Governo”. [...] São elementos representativos da estrutura arcaica do País que se arregimentam, no setor das forças armadas, para reagir contra a renovação que se processa. [...] Este movimento, no entanto, não é isolado. Mas ligado a uma preparação civil em jornais, revistas e rádios. Jornais, revistas e rádios que se opõem, no caso atual do Brasil, a política externa do Brasil e aos atos que caracterizam o processo democrático de desenvolvimento. Em tais setores, Cuba serve, nesta hora, de pretexto à polarização dos elementos reacionários, Militares e paisanos. [...] O “Jornal do Brasil” possui uma rádio com o mesmo nome. Na “Rádio JB”, por exemplo, há um programa que constitui um exemplo típico de tal conspiração. Programa que é apenas uma parcela das atividades do chamado Instituto Brasileiro de Ação Democrática.¹⁹⁶

Conforme documentação oriunda da investigação solicitada pelo deputado Sergio Magalhães a ADP tinha como finalidade:

[...] a tomada do poder, em curto prazo. Em escala crescente, apresenta um planejamento inicial de eleger uma poderosa bancada na Câmara dos Deputados, que, de acordo com o Ato Adicional nº 4, controla realmente a direção do país. Simultaneamente pretende a eleição de governadores e vice-governadores nos próximos pleitos.¹⁹⁷

Um ano após a solicitação inicial de investigação, o IBAD através da Ação Democrática Parlamentar (ADP) coordenou uma investida para ocupação de cargos públicos, buscando estabelecer um controle efetivo sobre o Congresso. Durante as eleições de 1962 essa organização financiou cerca de 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, e 8 ao cargo de governador.¹⁹⁸ Após os resultados eleitorais a bancada do IBAD na Câmara era de aproximadamente 111 deputados.¹⁹⁹

Os critérios para financiamento de campanha eram ser “anticomunista, democrata e com possibilidade de se eleger”.²⁰⁰ Também, era necessário que os candidatos fossem contrários a uma reforma agrária efetiva e que não apresentassem restrições a entrada de capital estrangeiro no país.²⁰¹ Os candidatos financiados precisavam assinar um documento

¹⁹⁵ Dirigente da Frente Parlamentar Nacionalista. Encaminhou solicitação de investigação das atividades da ADEP para o Ministro de Justiça em João Mangabeira. RAMOS, op. cit., p. 42.

¹⁹⁶ *Jornal Última Hora*, 08 mai. 1961. p. 4. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 mai. 2017.

¹⁹⁷ Documentos apresentados por Paulo de Tarso. Cf. Dossiê do IBAD. Tomo I, p. 48. Departamento Federal de Segurança Pública, 11 de outubro de 1962. Resposta ao protocolo do deputado Sergio Magalhães que solicita informações, através do pedido nº 324 de 1962, sobre as atividades do IBAD ao Ministro de Justiça e Negócios Interiores.

¹⁹⁸ DUTRA, op. cit., p. 14.

¹⁹⁹ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder v.1: Os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. p. 273.

²⁰⁰ DUTRA, op. cit., p. 15.

²⁰¹ Idem.

denominado “compromisso ideológico”, que orientava que caso eleito deveria seguir as orientações advindas do IBAD.²⁰² O recurso recebido para campanha era variável e composto por cartazes, faixas, veículos com aparelho sonoro, dinheiro (sendo Cr\$ 1 milhão e 600 mil para candidatos a deputado federal e Cr\$ 800 mil para deputado estadual) e material de propaganda diverso.

Desde 1961 era vigente o sistema parlamentarista,²⁰³ desse modo, o controle sobre parte dos deputados e senadores era vital a ação política projetada pela ADP. Também eram objetivos dessa organização a:

[...] eliminação política de candidatos progressistas ou de centro que apoiem o governo. [e a] desmoralização total do Governo Nacional, sabotando na Câmara todas as mensagens do Executivo, forçando sua perda de substância junto a área popular, desgastando suas bases, de tal forma que poderão lançar candidato próprio as eleições presidenciais em 1965.²⁰⁴

Contudo, em janeiro de 1963 foi votado o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo no Brasil destinado à decisão sobre a manutenção do regime parlamentarista, instaurado desde a renúncia de Jânio Quadros, ou o retorno ao regime presidencialista. O resultado favorável ao presidencialismo frustrou as projeções da ADP.

Em 15 de setembro de 1962, Eloy Dutra promoveu a criação da CPI para investigar as atividades do IBAD.²⁰⁵ No entanto, essa comissão foi dissolvida,²⁰⁶ sendo reestabelecida em abril de 1963 pela iniciativa do deputado Paulo de Tarso.²⁰⁷ A CPI contou com quatorze membros com a seguinte composição: PSD (Regis Pacheco, Peracchi Barcelos – presidente, Anísio Rocha, suplente: Benedito Vaz); PTB (Eloy Dutra, Rubens Paiva – vice-presidente,

²⁰² Ibidem, p. 16.

²⁰³ Moniz Bandeira releva que Goulart recebeu do Congresso um poder mutilado e enfraquecido, herdando o profundo desequilíbrio nos recursos do Poder Público causado pela Instrução nº 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), uma drástica política cambial datada do início do governo de Jânio Quadros. BANDEIRA, op. cit., p. 44.

²⁰⁴ Documentos apresentados por Paulo de Tarso. Cf. Dossiê do IBAD. Tomo I, p. 49. Departamento Federal de Segurança Pública, 11 de outubro de 1962. Resposta ao protocolo do deputado Sergio Magalhães que solicita informações, através do pedido nº 324 de 1962, sobre as atividades do IBAD ao Ministro de Justiça e Negócios Interiores.

²⁰⁵ Sobre os integrantes da primeira comissão Cf. BRASIL, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara. *IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil*. v. 5. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. p. 97. Porém, “por motivos vários, especialmente o de estar por encerrar-se a sessão legislativa que findava em 31 de janeiro de 1963, a Comissão criada não chegou a funcionar”. Ibidem, p. 99.

²⁰⁶ Eloy Dutra afirma que alguns dos membros da primeira comissão eram vinculados ao IBAD e que a luta para manutenção do funcionamento da CPI foi levada adiante por ele e outros quatro deputados, a saber: José Aparecido (UDN-MG), Rubens Paiva (PTB-SP), João Dória (PDC-Bahia) e Benedito Cerqueira (PTB-GB). Após o fechamento do IBAD e da ADEP via decreto presidencial, ocorreu uma repercussão midiática impulsionada pelo IBAD, que demonstrando um acirramento em sua posição, o que fez com que o Congresso dissolvesse a primeira CPI e convocasse novos membros para prosseguir com as investigações. DUTRA, op. cit., p. 43.

²⁰⁷ Em 25 de setembro os membros da CPI foram novamente substituídos.

suplente: Benedito Cerqueira); UDN (José Aparecido, Laerte Vieira – relator, suplente: Arnaldo Nogueira); PSP (Arnaldo Cerdeira, suplente: Broca Filho) e PDC (Armando Rollemberg, suplente: José Richa). O requente do pedido de investigação foi o deputado Paulo de Tarso.

Ivan Hasslocher que saíra do país logo no início das investigações retornou quando se efetivava a suspensão das atividades do IBAD e da ADEP por decreto presidencial.²⁰⁸ Quando indagado sobre a origem dos fundos do IBAD/ADEP afirmou que provinham de doações feitas por 126 “firmas de classes produtoras do Rio de Janeiro”,²⁰⁹ destacando que entre tais empresas havia sido recolhida a importância de 1 bilhão de cruzeiros. Também declarou que mais de 70%²¹⁰ dessas firmas também contribuía com o IBAD.²¹¹

A amplitude da fraude ibadiana estendeu-se preferencialmente, em Pernambuco e na Guanabara. No Estado nordestino, entretanto, o Clero e o Poder Judiciário relutaram quanto ao risco de enfraquecimento de seu prestígio e autoridade, da mesma forma que os homens das classes conservadoras [...]. Em Pernambuco, o IBAD foi inteiramente despojado de sua função persuasiva do eleitorado, passando a manobra de corrupção a ser atribuição pessoal dos técnicos norte-americanos que ali fazem as estimativas das aplicações da *Aliança para o Progresso*.²¹²

A lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 estabelecia a autonomia de investigação das CPIs:

Art. 2º - No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, *tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais, ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso*, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.²¹³

No entanto, apesar das determinações dessa lei, o inquérito sobre a origem dos recursos do IBAD permaneceu parcialmente concluído, ou seja, seus resultados foram limitados devido ao:

²⁰⁸ BRASIL, op. cit., 2016, p. 100.

²⁰⁹ Ibidem, p. 101.

²¹⁰ Aproximadamente 86 ou 88. Idem.

²¹¹ Ressalta-se que tais informações foram fornecidas por Ivan Hasslocher durante depoimento à CPI. Hasslocher dizia que “as firmas financiadoras são nacionais; mas nunca quis confessar a exata, a precisa, a definida origem dos haveres”. Idem. Sobre isso Eloy Dutra pontua: “[...] Indagado pelo Deputado José Aparecido se as classes produtoras, apesar da inflação e da restrição ao crédito, estariam em condições de contribuir com mais de Cr\$ 1 bilhão de cruzeiros para o auxílio a candidatos, respondeu taxativamente o Sr. Rui Gomes de Almeida, Presidente da Associação Comercial, financista, banqueiro e líder das classes produtoras: “não posso acreditar”. O Presidente do IPES, Sr. João Batista Leopoldo de Figueiredo, ex-Presidente do Banco do Brasil e dirigente de poderosas e conhecidas empresas paulistas, declarou em depoimento à CPI que não conhece uma só firma nacional ou uma só pessoa de suas relações que contribua para os fundos do IBAD”. DUTRA, op. cit., p. 34.

²¹² RAMOS, op. cit., 46.

²¹³ BRASIL, Presidência da República. Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952. Grifo nosso.

[...] silêncio de Ivan Hasslocher e de outros depoentes esta Comissão não pode concluir com êxito a sua investigação. Aliás, o segredo profissional foi alegado por todas as testemunhas e depoentes; justificando o silêncio, os depoentes se apoiaram no art. 207 do código Processo Penal, que proíbe depor pessoas que, em razão da função, ministério, ofício ou profissão devam guardar segredo, salvo se, desobrigado pela parte interessada quisera dar o seu testemunho. O art. 144 do Código Civil e o art. 214 do Código Penal também dispõem sobre este assunto.²¹⁴

A investigação realizada pela CPI de 1963 comprovou a organização corruptiva e suprapartidária que visava o controle político, estruturada pelo IPES/IBAD, contudo, foi insuficiente em dois sentidos. Em primeiro, não pôde aprofundar denúncias sobre empresas nacionais e estrangeiras que financiavam as atividades dessas organizações, ou inquirir sobre recursos advindos de órgãos governamentais estadunidenses. Em segundo lugar, por não ter impedido a formação da rede de pequenos escritórios alinhados aos propósitos da cúpula nacional e que mesmo diante de seu fechamento permaneceram funcionando. Esse item, particularmente, será explorado no terceiro capítulo.

²¹⁴ BRASIL, op. cit., p. 101.

3. A PRESENÇA DO IBAD NO SUL DE MATO GROSSO: A AÇÃO DEMOCRÁTICA MATO-GROSSENSE (ADEMAT)

Neste capítulo buscaremos compor o contexto que precede a criação da ADEMAT no sul de Mato Grosso, os embates pelo poder e como se constituía a dinâmica político-partidária. Notadamente, antes da divisão do estado de Mato Grosso três polos políticos mereciam destaque: Cuiabá (norte), Campo Grande (sul) e Corumbá (sul). O recorte de nossa pesquisa é a cidade de Campo Grande, pois esta representa o maior colégio eleitoral do estado no período abordado e por ter sido o município em que se criou o primeiro escritório da ADEMAT.

Ademais serão abordadas as ações dessa organização no sul de Mato Grosso. Nesta etapa pretende-se aprofundar a análise sobre a mesma: a composição de seus quadros, sua atuação política, seu discurso, entre outros elementos. Desse modo, são questionamentos pertinentes: qual era o perfil de seus membros? Em quais setores sociais eram recrutados? Qual era sua filiação partidária anterior/simultânea? Qual era sua participação em outras associações? Qual sua recorrência na vida pública?

De modo geral, pretende-se traçar as posições políticas adotadas pela ADEMAT através da análise do conteúdo das suas publicações na imprensa, assim como as relações entre sua criação e o golpe de 1964 em Campo Grande. A respeito da relação entre o IBAD e a ADEMAT será analisado o projeto de Reforma Agrária elaborado pela primeira entidade e suas implicações nas proposições da segunda, por meio da comparação entre os escritos do livro *Recomendações Sobre Reforma Agrária*, palestras de certos integrantes e declarações publicadas na imprensa.

3.1 “Campo Grande surgiu do boi”: dinâmicas de poder e alternância política no sul de Mato Grosso

O arraial de Santo Antônio de Campo Grande, que daria origem à vila e, posteriormente, à cidade de Campo Grande, surgiu como um pouso de boiadeiros em 1872.²¹⁵ Desse modo, despontou como centro mais ativo de comércio de gado de Mato Grosso.²¹⁶ Para Marisa Bittar foi a elite política forjada com base na propriedade da terra que se projetou

²¹⁵ TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. No rastro da boiada: pecuária e ocupação do sul de Mato Grosso (1870-1920). *Revista Crítica Histórica*, v. 5, nº 9, jul/2014. p. 180.

²¹⁶ BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros XXXV volume*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 115.

como força política no sul de Mato Grosso no alvorecer da década de 1930. Sobre isso Paulo Coelho Machado sustenta:

Campo Grande surgiu do boi. Aqui era um centro de compra de gado magro da Vacaria, levado para Uberaba para ser engordado e revendido a São Paulo. Funcionando como plataforma para a região que concentrava o gado, Campo Grande começou a atrair alguns fazendeiros que aqui se instalaram, formando fazendas por perto, que serviam como depósito de gado para os compradores mineiros que não precisavam arrebanhá-lo nos Campos da Vacaria.²¹⁷

Ademais, pode ser verificado um impulso de crescimento no período. Note-se que, em 1931 é criado o Centro dos Criadores do Sul de Mato Grosso²¹⁸ e em 1932 é fundada a Liga Sul-Matogrossense.²¹⁹ O ano de 1933 é ainda mais emblemático neste sentido: é instalada a Biblioteca Pública de Campo Grande e a seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); é inaugurado o relógio da Rua 14 com a Avenida Afonso Pena; pela primeira vez ocorre a Feira de Amostras Agropecuárias; é lançado o manifesto da Liga Sul-Matogrossense.²²⁰ A respeito da ocupação econômica do sul de Mato Grosso Carlos Trubiliano propõe sua análise considerando-se duas fases:

A primeira se deu com a formação da elite agrária de caráter regional entre 1870 -1920. Esse período foi nomeado, por Virgílio Corrêa Filho, como a fase heróica da história mato-grossense, em linhas gerais, correspondeu, a consolidação dos latifúndios pecuaristas e a formação e crescimento dos rebanhos, criados em regime extensivo. Nesse momento registra-se, de forma paralela, a valorização gradativa das terras no sul de Mato Grosso. A segunda fase, 1920-1940, se dá o aprofundamento das relações capitalistas na região. Marcada pela ampliação dos investimentos de capitais transnacionais e os impactos sociais, econômicos e culturais que vinham com a instalação da ferrovia Noroeste do Brasil.²²¹

²¹⁷ MACHADO, Paulo Coelho. A participação da classe rural na luta pela divisão. Revista *MS Cultura*, 1985, setembro-outubro, p. 22-23. Acervo do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA). Sobre Paulo Coelho Machado Bittar assinala: “[...] embora não tenha sido um chefe político, esteve intimamente envolvido na vida política sul-mato-grossense. Nos escritos que deixou é possível perceber claramente que o poder político no antigo Mato Grosso emanava da posse de terras”. BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009b. p. 61.

²¹⁸ O Centro dos Criadores dá origem posteriormente à Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso (ACSMT).

²¹⁹ Foi um movimento separatista criado no sul de Mato Grosso com vistas à divisão do estado, tendo sido originado à sombra da insurreição paulista de 1932. Entre os argumentos utilizados pela Liga estavam “[...] a) a superioridade econômica do sul do estado sobre o centro-norte; b) a desproporção numérica de sua representação política, com vantagem aos “nascidos no norte””. BITTAR, *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009a. p. 234.

²²⁰ MACHADO, Paulo Coelho. *A Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. p. 25.

²²¹ TRUBILIANO, op. cit., p. 179.

Desse modo, Campo Grande cinquenta anos após sua fundação já possuía arrecadação superior a Cuiabá, sendo também a cidade mais populosa de Mato Grosso. O crescimento da cidade estava relacionado à expansão da criação e comércio de gado na região, a implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB)²²² em 1914 e a transferência do Comando Militar do Oeste (CMO)²²³ em 1921. Além disso, Marisa Bittar aponta que outros fatores aliados à NOB favoreceram a cidade como: o clima, a fertilidade do solo, sua localização nos campos da Vacaria e sua privilegiada posição geográfica no centro da região sul do estado.²²⁴

Em relação à ocupação do restante do estado de Mato Grosso percebe-se que a facilidade para a aquisição de terras e os baixos preços atraiu levas migratórias nacionais e estrangeiras; como exemplo disso, podem ser citados: paulistas, mineiros, gaúchos, paraguaios, árabes, japoneses, portugueses e italianos.²²⁵ Desse modo, podemos proceder à análise da situação de terras no estado e descortinar o pano de fundo agrário das relações sociais ali estabelecidas.

Conforme dados do Censo Agrícola de 1960, do total de 48 mil propriedades do estado de Mato Grosso 89% correspondiam a estabelecimentos inferiores a 1.000 hectares, o que significa que aproximadamente 5 mil estabelecimentos concentravam a área equivalente a 27 milhões de hectares.²²⁶ Além disso, dos 30.969.873 hectares totais, de propriedades legalizadas, apenas 2% eram referentes a propriedades religiosas ou de entidades públicas. Dessa forma, os 30.271.267 ha restantes estavam distribuídos em: 1) propriedades individuais (26.692.975 ha); 2) condomínios e sociedades de pessoas (593.497 ha); e 3) sociedades anônimas, sociedades limitadas e cooperativas (976.615 ha).²²⁷ No quadro abaixo é possível observar a concentração de terras por grupos de área (ha):

²²² Marisa Bittar, fazendo uso das reflexões de Paulo Cimó Queiroz, ressalta que Campo Grande teve seu crescimento associado à implantação da NOB, entretanto, isso de modo algum, significou a decadência econômica e populacional de Corumbá.

²²³ O imponente Comando Militar do Oeste (CMO) transferido para a cidade de Campo Grande em 1921, após a guerra da Tríplice Aliança (1864-1860), representa importante fator para seu desenvolvimento enquanto pólo político e militar do estado de Mato Grosso. É a partir desse movimento que a cidade se transforma em “sentinela da paz e do progresso do grande Estado do Centro-Oeste brasileiro”. BRASIL, op. cit., 1958, p. 117.

²²⁴ Ibidem, p. 193.

²²⁵ BITTAR, op. cit., 2009a, p. 193.

²²⁶ Comparando os resultados de 1940, 1950 e 1960, consolidados no Censo Agrícola de 1960, tem-se que a média de 90,64% da propriedade estava concentrada em estabelecimentos maiores que 1.000 hectares.

²²⁷ BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agrícola de 1960. Mato Grosso - Goiás - Distrito Federal*. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Volume II - Tomo XIV. (1a. parte). Memória Estatística do Brasil: Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro, disponível em: <memoria.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2017.

Tabela 1 – Concentração de terras em Mato Grosso 1960

Grupos de área (ha)	Número de propriedades	Área (ha)
Menos de 10	13.560	63.807
10 a menos de 100	20.877	632.937
100 a menos de 1.000	8.444	3.092.496
1.000 a menos de 2.000	1.927	2.632.747
2.000 a menos de 5.000	1.861	5.697.776
5.000 a menos de 10.000	791	5.478.844
10.000 a menos de 100.000	634	12.253.223
100.000 a mais	6	1.113.043
Sem declaração	4	-
Total	48.104	30.969.873

Fonte: IBGE, Censo Agrícola de 1960

No quadro geral, da área de trinta milhões de hectares de todo o estado de Mato Grosso, vinte e quatro milhões eram destinadas à pecuária e cinco milhões à agricultura e agropecuária. Assim, quatro quintos da área total das propriedades tinham como principal atividade a criação de gado. Do total de vinte e quatro milhões de hectares, vinte e três milhões eram referentes às propriedades superiores a 1.000 hectares, ou seja, 93% do total de estabelecimentos cuja atividade principal era a criação de gado possuía uma área acima de 1.000 hectares, conforme quadro a seguir:

Tabela 2 – Grupos de área por atividade fim pecuária

Grupos de área (ha)	Número de propriedades	Área (ha)
1.000 a menos de 2.000	1.337	1.832.680
2.000 a menos de 5.000	1.475	4.559.959
5.000 a menos de 10.000	672	4.632.572
10.000 a menos de 100.000	577	11.035.926
100.000 a mais	6	1.113.043
Total	4.067	23.174.180

Fonte: IBGE, Censo Agrícola de 1960.

Considerando apenas a área das propriedades individuais têm-se uma concentração de 57% (15.195.594 ha) dos estabelecimentos em municípios correspondentes ao sul de Mato

Grosso;²²⁸ desse montante, aproximadamente 13.564.402 hectares eram destinados à criação de gado, isto é, nove décimos do total de terras.

A expansão da pecuária em Mato Grosso pode ser analisada historicamente: em 1934 o estado era o terceiro no ranking nacional de criação de gado (3.800.000 cabeças), atrás do Rio Grande do Sul (8.489.496) e Minas Gerais (7.333.104). Desse total, três milhões de cabeças correspondiam apenas ao rebanho do sul do estado.²²⁹ Conforme os dados do Anuário Estatístico do IBGE, em 1960 o estado de Mato Grosso tinha o 4º maior rebanho de bovinos: 5.631.423 cabeças de gado, o equivalente a 10% do total do país. Acima de seu rebanho estavam: Minas Gerais (11.880.493), Rio Grande do Sul (8.682.985) e São Paulo (7.155.142), os quais juntos somavam outros 48% da produção nacional.²³⁰ Finalmente, em 2006, Mato Grosso do Sul chegou a ocupar a primeira colocação nacional: “[...] curiosamente, depois de ter ultrapassado Minas Gerais, cujo número era de 18 milhões, segundo o *Anuário estatístico de produção anual-97*, passou a disputar essa primeira colocação com Mato Grosso”.²³¹

Nos últimos anos, conforme dados de 2015 do mesmo anuário, do rebanho de 215 milhões cabeças de bovinos, 21 milhões estão em Mato Grosso do Sul e 29 milhões em Mato Grosso, sendo estes os 4º e 1º colocados, respectivamente, no ranking da produção nacional. Cabe ressaltar este dado: enquanto o rebanho de gado do país quadruplicou entre 1960 e 2015 a parcela referente à soma dos dois estados, que até 1977 correspondiam a um só, expandiu-se aproximadamente dez vezes. No entanto, a expansão da pecuária em Mato Grosso do Sul encerra contradições:

A exploração do gado experimentou grande evolução nas últimas décadas com base na formação de pastagens artificiais, no melhoramento genético do rebanho e na instalação de indústrias frigoríficas. Mas as lonas negras que servem de teto aos acampamentos dos sem-terra, bem como a luta por terra das populações indígenas, a desnutrição, fome e morte de suas crianças, fornecem o contraponto e também passam a colocar Mato Grosso do Sul em evidência no cenário nacional a partir dos anos 1990.²³²

Após essa demonstração, é possível verificar que o alto índice de concentração de terras com a atividade fim sendo a pecuária fez com que no sul de Mato Grosso os grandes proprietários de terra ligados a esta atividade projetassem seus interesses na política de forma

²²⁸ Para efeito de delimitação do sul de Mato Grosso foram utilizadas as zonas fisiográficas do IBGE de: Campo Grande, Rio Pardo e Encosta Sul, cujos 36 municípios integrantes correspondem hoje ao território de Mato Grosso do Sul.

²²⁹ BITTAR, Marisa. op. cit., 2009a, p. 215.

²³⁰ BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil – 1963*. Ano XXIV. p. 68.

²³¹ BITTAR, op. cit., 2009b, p. 33.

²³² Idem.

mais expressiva que os outros grupos. Contudo, a alta concentração de terras não é um fenômeno específico do sul de Mato Grosso, pois, no Brasil:

Quanto aos grandes imóveis, segundo o *Atlas fundiário brasileiro*, editado pelo INCRA com estudos comparativos de levantamentos realizados em 1966, 1972, 1978 e 1992, considerando-se o índice de Gini²³³ como forma de quantificar a concentração fundiária, no caso brasileiro, historicamente, não têm havido mudanças significativas desde 1940, mantendo-se a média de 0,80, uma das mais altas do mundo.²³⁴

Ainda assim, no cenário local, a Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso (ACSMT) na década de 1960 cristalizava os interesses de quase 90% dos proprietários de terras. É com base nessa reflexão que se busca elucidar as relações dos integrantes da ADEMAT com a ACSMT e com o golpe de 1964. Entidade proeminente dos criadores de gado, a ACSMT, assim como seus membros, integrava outras instituições como: a Associação Rural de Campo Grande, o Sindicato Rural de Campo Grande, a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande, a própria ADEMAT, assim como bancos e indústrias vinculadas ao abate bovino.

A respeito do quadro político, desde a década de 1930 movimentos articulados no sul de Mato Grosso já se projetavam no sentido da divisão do estado; por outro lado, Maria Manuela Neves chama a atenção para uma dinâmica própria no que diz respeito às eleições para o governo do estado entre 1947 e 1965. O que se vê, segundo a autora, é que para além da alternância partidária entre UDN e PSD, ocorria em Mato Grosso uma alternância regional²³⁵. Portanto, a peculiaridade do caso de Mato Grosso em relação à política nacional, é que a política era articulada em duas demandas: a alternância político-partidária – entre UDN e PSD – e a manutenção de um equilíbrio regional entre norte e sul, pois houve a:

[...] constatação de que os candidatos eleitos para o Governo do Estado apresentam, via de regra, uma identificação birregional cujo modelo mais freqüente é a origem de nascimento, familiar e oligárquica no norte, mantendo residência fixa e interesses econômicos e profissionais no sul.²³⁶

Também se verifica uma coincidente recorrência da coligação PSD/PTB em períodos igualmente alternados, embora, a autora destaque que houve casos de alianças não oficiais entre o PTB e a UDN. Nessa perspectiva, nota-se um acordo tácito entre o PSD e a UDN e

²³³ Coeficiente matemático que afere o nível de desigualdade variando de 0 referente ao grau mínimo 1 ao grau máximo.

²³⁴ BITTAR, op. cit., 2009b, p. 46.

²³⁵ Isto é a alternância de poder entre Cuiabá (norte) e Campo Grande (sul) observada por Neves é que os governadores eleitos eram de origem familiar do norte, porém tinham residência fixa no sul do estado, fazendo com que nenhuma das duas cidades ficasse alijada da representação política.

²³⁶ NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Edições Vértice, 1988. p. 32.

suas seções do norte e do sul do estado desde 1947, o alinhamento de interesses dos dois partidos pode ser percebido também na conjuntura do surgimento da ADEMAT, em 1963. Desse modo, mesmo diante de uma aparente rivalidade, ambos os partidos com o objetivo de perpetuar sua hegemonia na política mato-grossense não hesitavam em realizar acordos e alianças.

Criado em 1945, após a liberação política de Getúlio Vargas, o PSD, em âmbito nacional, tinha como característica política o estabelecimento de alianças com diversos outros partidos, e como apontado por Ferreira, “Sendo o partido dominante até, pelo menos, o início da década de 1960, não se interessava por conspirações contra o regime democrático ou qualquer tipo de rompimento institucional”²³⁷. O PSD e a UDN, ambos de origem conservadora, possuíam propostas e direcionamento políticos diferentes, como abordado por Motta:

Embora tivessem igual origem conservadora, ambos ligados às classes dominantes, havia importantes distinções afastando UDN e PSD e tornando-os rivais na disputa pelo poder. A UDN tinha um perfil mais urbano, ligações estreitas com o empresariado moderno e com as classes médias das grandes cidades. O PSD, por seu lado, era um partido com bases mais fortes nas zonas rurais, contando com elementos vinculados fortemente aos interesses agrários. [...] A UDN tendia a ser mais doutrinária, defendendo majoritariamente posturas liberais. [...] Já o PSD tinha posturas mais pragmáticas, mais flexíveis. Evitando adotar posições doutrinárias rígidas.²³⁸

No entanto, em Mato Grosso, a UDN congregaria em seus quadros notáveis fazendeiros do estado. Ocorre, assim, que no pós-45 no estado de Mato Grosso, a UDN agregou os fazendeiros do sul enquanto o PSD tinha mais expressão em Cuiabá,²³⁹ sendo também a primeira, o partido com maior número de integrantes dentro da ADEMAT.

Ainda sobre a dinâmica política, Neves demonstra que o equilíbrio partidário entre PSD e UDN também se refletia na Assembleia Legislativa. Através da análise dos quadros eleitorais entre 1947 e 1962 a autora aponta que a representação total do período foi de 57 (38%) cadeiras para o PSD e 63 (42%) para a UDN. Deste total ressaltamos que o PSD possuía um equilíbrio de representação entre o norte e o sul do estado, enquanto a UDN tinha maior concentração no sul, sendo 40 cadeiras pelo sul ocupadas no período contra 23 do

²³⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2014. p. 55.

²³⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.77.

²³⁹ BITTAR, op. cit., 2009b. p. 69. O PSD era chefiado por Filinto Müller.

norte, ainda assim, “por força de um maior contingente eleitoral, a representação sulista dos dois partidos supera a do norte, o que ocorre igualmente com os partidos menores”.²⁴⁰

Também devemos salientar que a única ocorrência de candidatos eleitos pelo PCB aconteceu no sul do estado no ano de 1947. Na disputa eleitoral de 1945 para Câmara dos Deputados o partido recebeu 3.008 votos, e nas eleições de 1947 para Assembleia Legislativa 3.069 que lhe garantiu duas cadeiras.²⁴¹ No restante do período nenhum voto foi computado ao PCB.²⁴² A este respeito, o Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922, havia sido posto na ilegalidade durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, retornando à legalidade em 1945. Daniel Pécaut aponta que o PCB:

[...] atraía numerosos intelectuais para sua área de influência e havia demonstrado ser uma força política importante, conquistando 10% dos votos nas eleições de 45 e, de novo, várias cadeiras em todos os níveis nas eleições de 1947 – foi declarado ilegal e, pouco depois, no início de 48, teve seus parlamentares cassados. A partir de então, afasta-se do regime, progressivamente até 1950 e, brutalmente, desta data até 1958.²⁴³

Por seu turno, o PTB possuía maior número de cadeiras ocupadas pelo sul do estado (18 no sul contra 4 do norte).²⁴⁴ Vale reter que Corumbá era o reduto de maior expressividade dos partidos menores, sendo esta cidade responsável pelas votações mais significativas do PTB, assim,

[...] a observação mais importante sobre Corumbá parece ser sua inequívoca vocação progressista e dissidente: reduto maior dos pequenos partidos (em proporção ao número de eleitores e votantes), Corumbá é uma das poucas expressões ideológicas do estado. Provavelmente tal fato tinha origem nos segmentos portuários e ferroviários ali localizados e que sempre desenvolveram significativo movimento trabalhista.²⁴⁵

As características peculiares da cidade branca devem-se também a diversos fatores relacionados à sua formação social, sua composição progressista e maior presença de trabalhadores portuários, ferroviários e estrangeiros – sendo uma cidade fronteiriça era a porta de entrada para bolivianos e paraguaios, além de representar o principal ponto de contato com o Rio da Prata e o restante da América Latina.

Neste cenário, o mesmo equilíbrio eleitoral entre PSD e UDN pode ser observado na Câmara dos Deputados, tendo sido ocupadas igualmente 16 cadeiras por cada partido no

²⁴⁰ NEVES, op. cit., 1988. p. 31.

²⁴¹ Ocupadas por José Gomes Pedrosa, de Corumbá e Radio Maia de Campo Grande.

²⁴² NEVES, op. cit., 1988. p. 29-30.

²⁴³ PÉCAUT, op. cit., p. 98.

²⁴⁴ NEVES, op. cit., 1988. p. 29.

²⁴⁵ Ibidem, p. 41.

período analisado (1945-1962). Em relação às eleições para governador, nota-se também a alternância político-partidária entre o norte e o sul do estado. Dos cinco governadores eleitos no período 1947-1965 apenas um residia no norte, porém, três dos eleitos que residiam no sul eram provenientes do norte, ou seja, acontece o que Neves aponta como:

Seccionados regionalmente em norte e sul – nos pólos Cuiabá e Campo Grande –, ou seja, através de um controle político do território, as lideranças partidárias detinham o espaço para negociar esses arranjos e selecionar candidatos que fossem aceitos em ambas as regiões, mantendo na competição eleitoral a efetiva regionalização.²⁴⁶

Já no Senado “é o norte do estado que mantém uma larga vantagem na representação sobre o sul”.²⁴⁷ Assim, verifica-se que por seu contingente eleitoral maior – com destaque a Campo Grande e Corumbá –, o sul do estado possuía significativa representação na política de Mato Grosso; deste modo, entre 1945 e 1965 concentrava a média de 62% do total dos votantes deste estado.²⁴⁸

Em suma, o poder que emanava da posse de terras estava cristalizado nos quadros da UDN, cuja maior força política residia no sul do estado. Por outro lado, apresentava-se o PSD como alternativa às oligarquias, discurso este que se fez sentir na campanha para governo do estado de 1965 de Pedro Pedrossian. Portanto, as relações de poder existentes antes da criação da ADEMAT podem ser assim sintetizadas: a) existiam dois grupos em disputa pelo poder estadual um no norte (Cuiabá), e outro no sul (principalmente Campo Grande); b) dois partidos políticos abrangiam a maior parte dos interesses desses grupos – o PSD e a UDN –; c) no sul de Mato Grosso os indivíduos cujo poder advinha da posse de grandes propriedades de terras se constituíram como grupo de maior expressão política e, segundo os estudos de Bittar, tiveram suas aspirações consolidadas com a divisão do estado em 1977; desse modo, “a sua completa realização de classe só ocorreu com a concretização de um sonho: a criação de Mato Grosso do Sul e a elevação de Campo Grande a capital”.²⁴⁹

3.2 Democratas, cristãos e latifundiários: o surgimento da ADEMAT

A ADEMAT foi fundada no 04 de abril de 1963 em Campo Grande-MT, tendo como integrantes apenas no diretório desta cidade aproximadamente trinta e sete pessoas. Como apontando no capítulo precedente, a criação dessa organização estava ligada ao processo de reorganização dos diretórios estaduais e fundação de novas subsidiárias do IBAD, através da

²⁴⁶ Ibidem, p. 32.

²⁴⁷ Ibidem, p. 35.

²⁴⁸ Ibidem, p. 37.

²⁴⁹ BITTAR, op. cit., 2009b, p. 57.

ADEP. A reunião para o estabelecimento do diretório de Campo Grande ocorreu na sede da ACSMT e foi noticiada por periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo através de correspondência. Assim, *O Estado de São Paulo* comunicou em 07 de abril de 1963:

Fundada a Ação Democrática de Mato Grosso

Campo Grande, 6 – Quinta-feira às 19 e 30, na sede da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, concentraram-se elementos de todos os partidos desta cidade para os trabalhos de fundação da Ação Democrática Mato-Grossense. Destacavam-se entre os presentes os srs. Cícero de Castro Faria, representando o PSP, Cláudio Fragelli, UDN, Arnaldo Figueiredo, PSD, Assis Brasil Corrêa, PTB, Arthur D'Ávila Filho, PTB, Alcino Figueiredo e Oswaldo Bucker, apartidários, que fizeram parte da mesa. Vários oradores se fizeram ouvir, diante de uma assistência numerosa. [...] Serão enviados telegramas e comunicações ao Presidente da República, aos governadores dos estados de Mato Grosso, São Paulo e Guanabara, bem como aos presidentes do Senado e da Câmara Federal, aos ministros de Justiça e da Guerra, sobre o início das atividades do movimento em nosso estado, que lutará pela conservação dos princípios democráticos em nosso país.²⁵⁰

Após a organização da subsidiária de Campo Grande a entidade foi expandida para outros doze municípios de Mato Grosso, entre os quais são conhecidos: Cuiabá,²⁵¹ Dourados, Aquidauana, Rondonópolis e Maracajú. Doravante sua fundação, a ADEMAT iniciou publicações semanais no jornal *O Matogrossense*, sediado em Campo Grande. A coluna da Ação foi publicada entre os meses de abril e novembro de 1963, tendo sido finalizada após o fechamento do IBAD por decreto presidencial.²⁵²

Os membros conhecidos do diretório de Campo Grande são: Abel Freire de Aragão, Aduino Ferreira, Agostinho Bacha, Alcino de Figueiredo, Antônio Cerra, José Amando Barbosa Mota, Anísio de Barros, Annes Salin Saad, Antonio Lopes Lins, Arlindo Sampaio Jorge, Arthur D'Ávila Filho, Assis Brasil Correa, Cândido Rondon, Coronel Câmara Sena, Cícero de Castro Faria, Cláudio Fragelli, Daniel Reis, Demóstenes Martins, Eduardo Metello, Eduardo Nabuco, Geraldo Correa, Irmão Bello, Itálvio Coelho, João Rocha, José Cândido de Paula, José Ferreira de Freitas, Ladislau Marcondes, Lúdio Coelho, Munier Bacha, Oswaldo Bucker, José Roberto Spengler, Rodolfo Andrade Pinho, Vicente Oliva,

²⁵⁰ Jornal *O Estado de São Paulo*. 07 abr. 1963, p. 6. Acervo Estadão. Disponível em: <acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: out. 2017.

²⁵¹ Na seção de Cuiabá a ADEMAT possuía vinte e cinco membros quando de sua fundação.

²⁵² Através do decreto nº 52.425 o presidente João Goulart suspendeu as atividades do IBAD por três meses, sob as acusações de atividades políticas de corrupção eleitoral e de origem de recursos desconhecidas. Cf. BRASIL, Câmara dos Deputados, Decreto nº 52.425, 31 de agosto 1963. Brasília: Legislação Informatizada. Disponível em: <goo.gl/hjgNC7>. Acesso em: 10 mai. 2016.

Oswaldo Muniz Oliva, Edson Carlos Ferreira de Sá, Danúbio Torraca e Ruy Santana dos Santos.²⁵³ A primeira diretoria da ADEMAT ficou assim composta:

[...] Presidente, Assis Brasil Correia; Primeiro Vice-Presidente, Cláudio Fragelli; terceiro Vice-Presidente, Abel Freire de Aragão, Primeiro secretário, Aauto Ferreira; Segundo Secretário, Eduardo Nabuco; terceiro Secretário, Adolfo Andrade e quarto Secretário Agostinho Barcela²⁵⁴; Primeiro Tesoureiro Anísio de Barros, e Segundo Tesoureiro, Alcino de Figueiredo e Terceiro Tesoureiro, Antônio Cerra.²⁵⁵

Assis Brasil Correa ocupou o cargo de primeiro presidente da ADEMAT/Campo Grande. Latifundiário, foi tesoureiro da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso entre os anos de 1961 e 1962 e presidente da mesma instituição entre os anos de 1963 e 1965. Também no ano de 1963 era Diretor-Presidente do Banco Rural de Campo Grande. Além disso, foi membro do conselho fiscal do Frigorífico Matogrossense S.A. (FRIMA) em 1967.

Analisando as biografias dos membros da ADEMAT²⁵⁶ encontraram-se vínculos associativos entre os mesmos com outras organizações como: a ACSMT, a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG), o Banco Rural de Campo Grande, o Banco Financeiro de Mato Grosso, o Banco Agrícola de Dourados, o Banco Agropecuário de Campo Grande (BANAGRO), o Banco do Brasil, o Matadouro Industrial de Campo Grande/Frigorífico Mato-Grossense (FRIMA), o Rotary Club e o Lions Club. Embora, nem todos os nomes analisados possuíssem vínculos com outras instituições (ou estes registros não foram localizados nas fontes consultadas), há uma tendência de que tais membros, em sua grande maioria, integravam redes de interesse que vinculavam o poder político e econômico local. No

²⁵³ Nomes consolidados através do cruzamento das seguintes fontes: *Jornal A Noite*. 09 abr. de 1963. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 01 mar. 2015; CRUZ, Sergio. *Datas e Fatos Históricos do Sul de Mato Grosso ao Estado do Pantanal*. Campo Grande: Editora Pantaneira, 2004, p. 95; e *Jornal A Cruz*. 30 de maio 1963. As biografias individuais podem ser encontradas no APÊNDICE A.

²⁵⁴ Em comparação a outras fontes é provável que o nome reproduzido no periódico como “Agostinho Barcela” seja “Agostinho Bacha” escrito com grafia equivocada. Apontamos tal inconsistência, pois o único integrante da ADEMAT com o nome “Agostinho” tinha como sobrenome “Bacha”. Soma-se a isto o fato de que o informe reproduzido no jornal carioca foi produzido por uma agência de notícias denominada “asapress”, o que pode ter implicado na inexatidão do nome.

²⁵⁵ *Jornal A Noite*. op. cit.

²⁵⁶ Para traçar os vínculos dos membros da ADEMAT fizemos uso dos recursos metodológicos da prosopografia, isto é, as biografias individuais, compostas por intermédio de fontes diversas, foram analisadas de maneira comparada explorando pontos de confluência dos indivíduos em determinadas instituições. Segundo a abordagem clássica de Lawrence Stone a prosopografia é: “A investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante”. STONE, Lawrence. *Prosopografia*. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. p. 115. Contudo, nosso estudo explora apenas as trajetórias institucionais dos indivíduos analisados, desse modo, a abordagem não constitui um estudo prosopográfico em si, apenas faz uso parcial de seus recursos de seleção e análise biográfica com fins de identificar as características comuns do grupo social estudado.

quadro da página 90 é possível observar sistematicamente os vínculos de membros da ADEMAT com outras instituições.

Com idades médias acima de 40 anos,²⁵⁷ tratavam-se de indivíduos que já possuíam ocupações definidas na data da criação da ADEMAT. Conseguimos localizar as ocupações de 24 dos 37 integrantes, o que equivale a 64% do total; as atividades eram: latifundiários/pecuaristas (7), médicos (5), advogados (3), engenheiros (2), médico veterinário (1), militares (2), estudantes (3) e agrimensor (1).

A presença de profissionais liberais nos quadros da ADEMAT pode ser entendida de duas formas complementares, a primeira que existia um caráter multiprofissional em alguns casos, isto é, mesmo que um membro possuísse a ocupação profissional de médico ou advogado, sua origem familiar/social poderia remeter às atividades ligadas à propriedade de terras, como os casos de Itálvio Coelho (advogado, industrial, latifundiário, banqueiro e político), seu irmão Lúdio Coelho (latifundiário, industrial, banqueiro e político) e Ladislau Marcondes (médico e pecuarista).²⁵⁸ A segunda perspectiva de entendimento do caráter profissional diverso do grupo é a apresentada por Dreifuss, de que:

[...] médicos, advogados e arquitetos foram importantes devido à sua participação na mobilização das classes médias, em atividades como a publicação de manifestos públicos contra o governo por associações profissionais, organização e apoio a comícios e fazendo apelos para uma intervenção militar.²⁵⁹

Sobre a visão apresentada por Dreifuss, faremos a problematização no item 2.3, abordando um caso ocorrido em janeiro de 1964 em que houve a tentativa de dissociar a liderança da ADEMAT da figura de Lúdio Coelho, sob a afirmativa de que a entidade era comandada pelo “[...] ‘sem terra’ Dr. Cláudio Fragelli, médico de saber científico e atitudes democráticas (democracia da civilização ocidental)”.²⁶⁰

Ainda a respeito da multirepresentação, Regina Bruno ao analisar as biografias dos indivíduos componentes da bancada ruralista no Congresso em 2007 releva que os mesmos formavam redes de sociabilidade políticas, profissionais e societárias, isto é, circulavam em diversos espaços e integravam grupos diversos que nem sempre eram diretamente relacionados a temas ligados ao rural, à atividade agrícola e à questão agrária. Desse modo,

Cada laço construído torna outro possível; cada configuração se desdobra em “valências abertas”, como diria Norbert Elias. “Do rural ao Plenário”, sim. E

²⁵⁷ Foram encontrados dados de nascimento de seis nomes da amostra.

²⁵⁸ Apesar de suas atividades diversas, estes três casos foram somados nas atividades “latifundiário/pecuarista”.

²⁵⁹ DREIFUSS, op. cit., p. 390.

²⁶⁰ Jornal *O Estado de Mato Grosso*. 30 de janeiro de 1964. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

também Plenário aos acordos políticos e obstruções; às viagens em missão oficial, que também são viagens de negócios passando novamente pelo curral. E, por mais diferenciada que seja a atuação desses parlamentares cada um e todos fazem parte de um feixe de relações e de pertencimento – acima das disputas, divergências e vaidades – em que cada um e todos se (re)encontram e se (re)conhecem nos mesmos pleitos, na mesma atividade profissional, nos mesmos cargos públicos, nas mesmas homenagens e nos mesmos privilégios constitutivos de uma certa visão e condição de classe – o que os torna ruralistas.²⁶¹

3.2.1 Vínculos associativos dos membros da ADEMAT

Para entendermos a rede de relações sociais formada pelos membros da ADEMAT é necessário proceder à análise das outras instituições as quais estiveram vinculados. Desse modo, a primeira organização que abordaremos é a ACSMT, entidade patronal que consolidou os interesses dos grandes proprietários de terras do sul de Mato Grosso.

Fundado em 1931 pelo latifundiário Laucídio Coelho,²⁶² o Centro dos Criadores do Sul de Mato Grosso tornou-se em 1934 o Sindicato dos Criadores do Sul de Mato Grosso em função do decreto presidencial nº 19.770 de 19 de março de 1931 – que regulava “a sindicalização das classes patronas e operarias”.²⁶³ Contudo, em 1944 o Sindicato foi transformado em Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso; a mudança na nomenclatura ocorreu devido ao não atendimento às exigências do decreto de 1931, pois o mesmo não legislava sobre entidades rurais.²⁶⁴

Segundo Carolina Ramos é apenas na década de 1960 que se inicia o processo de sindicalização rural, o que, no entanto, não significa a inexistência de organizações civis por parte do patronato rural ou dos trabalhadores agrícolas antes disso, apenas que é com a aprovação da legislação específica do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que se estendeu para “o campo a estrutura sindical corporativista e direitos trabalhistas, já contemplados no meio urbano através da CLT”.²⁶⁵ Portanto, como postulado pela autora:

[...] constatam-se diversas agremiações da sociedade civil no meio rural nas décadas de 1950 e 1960, cada qual adotando estratégias diferenciadas para

²⁶¹ BRUNO, Regina [et. al.]. *Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009. p. 35.

²⁶² FERRAGINI, Bárbara. Laucídio Coelho é homenageado pela Acrissul. *Genética-Aditiva*. 02 mar. 2010. Disponível em: <goo.gl/HH18zs>. Acesso em: 10 set. 2017. Pai de Itálvio e Lúdio Coelho.

²⁶³ Decreto presidencial nº 19.770 de 19 de março de 1931. Disponível em: <goo.gl/xJn4Fh>. Acesso em: 20 set. 2017.

²⁶⁴ História institucional da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL). Disponível em: <www.acrissul.com.br/institucional>. Acesso em: 25 set. 2017.

²⁶⁵ RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (doutorado). Niterói: UFF, 2011. p. 29.

deter a hegemonia de representação das frações de classe a que se dirigiam e para inserir suas demandas junto às agências da sociedade política.²⁶⁶

A Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso passou a ser denominada pela sigla “Acrissul” apenas em 1974; após assembleia extraordinária de seus membros e com a divisão do estado de Mato Grosso, a instituição assumiu o nome de Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul sob a égide da mesma sigla.²⁶⁷

Na década de 1960, como exposto no item anterior, nove décimos do total de propriedades particulares do sul de Mato Grosso eram destinados à criação de gado, fato este que coloca a ACSMT como a entidade de representação patronal de maior força e representatividade dos grandes proprietários de terras dessa região.²⁶⁸ Desse modo, a ocorrência da solenidade de criação da ADEMAT na sede dessa entidade não é mera coincidência. Dreifuss aponta que a estratégia de preparação para o golpe de grupos como o IPES e o IBAD consistia na utilização da estrutura já existente para conseguirem uma mobilização ampla e eficiente. Desse modo, além dos partidos políticos era necessário que aquelas entidades estendessem sua participação as instituições como clubes sociais e esportivos, associações de classe e empresas privadas,

[...] A vantagem da integração dessas organizações ao movimento civil-militar, argumentou-se, era que elas possuíam arquivos organizados de seus membros e numerosos associados e filiados. Elas contavam com recursos materiais, financeiros e humanos para a mobilização das forças de direita.²⁶⁹

Atuante na realização de eventos de cunho ruralista, a ACSMT²⁷⁰ realizou a primeira “Semana Ruralista” na cidade de Campo Grande, em 1947, em parceria com o Ministério da Agricultura.²⁷¹ Nesse mesmo ano seria fundado por iniciativa da família Coelho²⁷² e da

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Pode-se apontar que a ACSMT constituía uma entidade ruralista. Neste sentido, entende-se que, como aponta Sônia Mendonça: “Falar em ruralismo (s) significa identificar os grupos que, nos inúmeros contextos históricos, constituíram-se concretamente como os principais responsáveis pela defesa dos interesses desta ou daquela fração da classe dominante agrária, organizados por intermédio desta ou daquela instituição da sociedade civil ou da sociedade política”. MENDONÇA, Sônia Regina de. Verbete “ruralismo”. In: MOTTA, Márcia (org.). Dicionário da Terra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 412.

²⁶⁹ DREIFUSS, op. cit., p. 385.

²⁷⁰ Como nosso recorte compreende um período anterior à designação da Associação como Acrissul, utilizaremos a sigla condizente à Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso (ACSMT).

²⁷¹ *Jornal A Noite*, 01 set. 1947. p. 7. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 25 set. 2017.

²⁷² De acordo com Bittar: “A família de Lúdio Martins Coelho foi, por muito tempo, a própria expressão da grande propriedade rural em Mato Grosso do Sul. Ela também se destacou na política: Itálvio Coelho, como senador (ARENA) e depois o irmão Lúdio Martins Coelho, também exerceu o mesmo cargo (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), além de ter sido prefeito de Campo Grande. Provavelmente um dos políticos mais personificados com o latifúndio, no Senado era conhecido como ‘rei do gado’ e, certa vez, interpelado por uma repórter, que lhe perguntou ‘Senador, dizem que o senhor é o dono de Mato Grosso do Sul?!’, respondeu no seu peculiar estilo brincalhão: ‘Não, minha filha! Só da metade’”. BITTAR, op. cit., 2009b, p. 83. A família Coelho estabeleceu-se no sul de Mato Grosso no século XIX, seus membros mais destacados eram Laucídio

referida entidade o primeiro matadouro industrial da região, o Frigorífico Matogrossense S.A. (FRIMA),²⁷³ que representaria a autonomia em relação ao abate e à conserva da carne produzida no sul de Mato Grosso, antes transportada até São Paulo com este fim.

Desde seus primeiros anos a ACSMT foi responsável pela realização da Feira de Amostras de Mato Grosso, destinada à exposição de produtos ligados à propriedade da terra como gado, máquinas agrícolas, sementes, entre outros. Ao longo dos anos passou a ser denominada Exposição Agropecuária de Campo Grande (Expogrande), sendo considerada a maior feira agropecuária do Centro-Oeste. A *Expogrande* é realizada anualmente no Parque de Exposições Laucídio Coelho, localizado em área urbana e com extensão aproximada de 25 hectares.²⁷⁴ Vale ainda reter que o referido evento conta com dois espaços: um destinado ao público em geral, que contém shows musicais e outras atrações como parques de diversão; o outro é restrito aos sócios da entidade, com áreas de leilão e de exposição de produtos com o fim de compra e venda.²⁷⁵ Ademais, após a realização das Exposições e Feiras de Amostras Agropecuárias ocorria um jantar de gala, assim apresentado:

Festa de conagraçamento entre as classes conservadoras, Gôverno e Imprensa, o tradicional banquete, que assinala o ponto alto das exposições agropecuárias de Campo Grande, tem também o condão de aproximar os dirigentes das diversas organizações partidárias de Mato Grosso.²⁷⁶

Esta solenidade passou a receber uma cobertura especial da revista *Brasil-Oeste* em 1959, o que nos permite explorar, através da análise desta fonte, quem eram os convidados e de que forma interagiam. A *Brasil-Oeste*, segundo os estudos de Eduardo de Melo Salgueiro, foi um periódico produzido no estado de São Paulo, que circulou entre 1956 e 1967. A revista era dirigida por Fausto Vieira Campos, seu filho Fausto M. G. V. de Campos e Alberto Leme. Tendo publicado ao todo 123 edições, “sua linha editorial se dedicava a difundir reportagens e artigos que abrangessem o mundo dos negócios agropastoris, direcionando seu olhar para a

Coelho, pai de Lúdio, e seu tio Etalvívio Pereira, irmão de sua mãe. Após o estabelecimento dos mesmos na região e a posterior legalização das posses de terras, os Coelhos tornaram-se expoentes da posse de terras no estado. *Ibidem*, p. 84.

²⁷³ “Os membros da Acrissul encabeçados por Etalvio Pereira Martins e Laucídio Coelho, introduziram (sic.) a 1ª grande indústria da cidade - FRIMA - Frigorífico Matogrossense S/A”. História institucional da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL). Disponível em: <www.acrissul.com.br/institucional>. Acesso em: 25 set. 2017.

²⁷⁴ O terreno inicial para construção do Parque de Exposições era de 25 hectares, contudo, parte do espaço hoje corresponde à área do mercado atacadista “Assai”. A respeito da posição do Parque de Exposições em relação ao resto da cidade o mesmo está localizado a aproximadamente 1 km da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a 3,2 Km do centro da cidade de Campo Grande.

²⁷⁵ No croquí do Parque de Exposições Laucídio Coelho, disponível para consulta no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) constam áreas reservadas para armazenamento de equinos e bovinos, pistas de julgamento e espaço para parque de diversões.

²⁷⁶ Revista *Brasil-Oeste*, maio de 1961, nº 59. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

região oeste do Brasil (especialmente o estado de Mato Grosso), por meio de anúncios e informações sobre a política e economia”.²⁷⁷

A maior parte de suas edições possuía uma circulação mensal. Em relação à tiragem os dados trazidos por Salgueiro são apenas do ano de 1967, pois, segundo o autor, nos anos anteriores não houve menção a quantidade de exemplares distribuídos. Neste ano, para o qual há dados, foi constatada a circulação de 18.500 exemplares. Ao comparar com outros periódicos de mesmo teor, isto é, revistas agrônômicas, o autor nota que estas variavam entre 4.500 a 25.000 exemplares, o que demonstra que a *Brasil-Oeste* situava-se dentro dessa lógica.²⁷⁸ Com uma tiragem razoável, o número de páginas era em média de 45, destoando desse número as edições especiais que chegavam a 95.

A primeira edição especial, com 84 páginas foi publicada em abril/maio de 1959, sendo uma edição comemorativa à realização da 21ª Exposição Agropecuária e Feira de Amostras de Mato Grosso. A partir de então, todos os anos a *Brasil-Oeste* dedicaria uma edição especial para a “completa cobertura jornalística do certame”.²⁷⁹ Em relação aos anos seguintes não dispomos de dados.

Durante a 21ª Exposição e Feira de Amostras Agropecuária, o banquete oferecido ao final do evento e dedicado às “altas autoridades políticas estaduais e federais e aos expositores”, contou com a presença de: Mário Meneghetti (Ministro da Agricultura); do General de Divisão Floriano Peixoto Keller (Comandante da 9ª Região Militar); Itálvio Coelho (presidente da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso); também estiveram presentes outras diversas figuras políticas, militares e de instituições como bancos, indústrias e comércio.²⁸⁰

O discurso em nome das entidades patronais promotoras do evento – a ACSMT e a Associação Rural de Campo Grande – foi proferido por Itálvio Coelho. Como descrito pela *Brasil-Oeste*: “A oportunidade ensejou, mais uma vez, o contacto das autoridades governamentais com os líderes da Agricultura, da Pecuária, do Comércio e da Indústria, para

²⁷⁷ SALGUEIRO, Eduardo de Melo. “O maior projeto em prol de Mato Grosso”: Uma análise da Revista *Brasil-Oeste* (1956-1967). Dissertação (mestrado). Dourados: UFGD, 2011. p. 37.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 40.

²⁷⁹ Assim, em junho de 1960 publicou 99 páginas, em maio de 1961 foram 77, em maio de 1962 84 páginas e em julho de 1963 93 páginas. Revista *Brasil-Oeste*. Edições: Abril/maio 1959, nº 36; Junho 1960, nº 49; Maio 1961, nº 59; Maio 1962, nº 69 e Maio 1963, nº 83. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

²⁸⁰ Revista *Brasil-Oeste*, abril/maio 1959, nº 36, p. 58. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

uma troca amistosa de pontos-de-vista, da qual sempre resultam medidas favoráveis para solução de problemas cruciantes”.²⁸¹

Já na inauguração da 22ª edição são registradas as presenças de: Philadelpho Garcia; dos comandantes da 9ª Região Militar e da Base Aérea, e dos vereadores Munier Bacha, Cícero de Castro Farias e Demóstenes Martins, entre outros. Novamente a apresentação foi realizada por Itálvio Coelho enquanto presidente da ACSMT. Nesta mesma edição, houve a menção honrosa a Rodolfo Andrade e Pinho & Cia na categoria de indústrias diversas.

Na 23ª edição do evento, encontramos as seguintes ocorrências de nomes que posteriormente integrariam a ADEMAT: Itálvio Coelho, Antonio Lopes Lins, Cícero de Castro Faria e Munier Bacha. Como descrito na *Brasil-Oeste* “A palavra das classes conservadoras foi interpretada pelo Dr. Antonio Lopes Lins”, que discursando em nome da ACSMT e da Associação Rural de Campo Grande, defendeu melhorias na infraestrutura para transporte do gado abatido em Mato Grosso, bem como a implementação de créditos aos pecuaristas para ampliação e melhoramento de seus rebanhos, a instalação de instituições que permitissem o monitoramento e tratamento de doenças no gado e a inseminação artificial.²⁸²

Aparentemente a 24ª Exposição Agropecuária contou com um público menor que o esperado, o que foi frisado pela *Brasil-Oeste* como resultado de uma divulgação ineficaz e da coincidência entre as datas da feira com a de outros eventos de mesmo teor realizados em São Paulo e Minas Gerais. Foram registradas as presenças de: Itálvio Coelho, como presidente do FRIMA, Antonio Lopes Lins, Rodolfo Andrade Pinho, além das autoridades militares e políticas do estado, bem como do diretor da carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil, Múcio Teixeira.

O evento de maior destaque foi o ocorrido durante a 25ª Exposição Agropecuária e Feira de Amostras de Mato Grosso, realizada entre os dias 21 e 24 de julho de 1963. Durante esta edição a ADEMAT realizou uma palestra transmitida via rádio sobre a temática reforma agrária.²⁸³ Várias autoridades foram convidadas para comparecer a solenidade de inauguração da feira, entre as quais estava o presidente João Goulart e o deputado peessedista Armando Falcão. O convite enviado a Goulart foi amplamente noticiado sob o título “Jango convidado para presidir ato inaugural da exposição dos ruralistas matogrossenses”.²⁸⁴ Na referida notícia consta que “o Banco da Lavoura de Minas Gerais colaborou para que se reúna em Campo

²⁸¹ Revista *Brasil-Oeste*, abril/maio de 1961, nº 36, p. 58. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

²⁸² Revista *Brasil-Oeste*, maio de 1961, nº 59. p. 50. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

²⁸³ Posteriormente transcrita na revista *Brasil-Oeste*.

²⁸⁴ Jornal *O Estado de Mato Grosso*. 26 jun. 1963, p. 2. Arquivo Público de Mato Grosso.

Grande o maior número de autoridades e pessoas interessadas em produtos agrícolas e pecuários”.²⁸⁵ Segundo a reportagem da revista *Brasil-Oeste* cerca de cinquenta mil pessoas visitaram a 25ª Exposição; conforme o Censo Demográfico de 1960 o município de Campo Grande possuía uma população aproximada de 73.258 habitantes, ou seja, cerca de dois terços da população da cidade visitou o evento.

Tal acontecimento promovido pela ACSMT era um espaço para a sociabilidade entre seus sócios, sendo o encontro anual um momento oportuno para discussão de problemas concernentes à produção agropecuária. Entretanto, para além de uma reunião entre sócios era também fator de interação com outros grupos e setores sociais, como por exemplo, profissionais liberais que não possuíam propriedades de terras, mas que estavam vinculados aos proprietários pela natureza de suas profissões: advogados, agrimensores, comerciantes de máquinas e implementos agrícolas. Ademais, a Exposição Agropecuária e Feira de Amostras, era mais que um evento destinado à compra, venda e exposição de animais e máquinas agrícolas; era também espaço privilegiado para encontro entre dirigentes das entidades patronais, políticos e demais autoridades, inclusive militares, em Campo Grande. Por isso, era um momento singular para o estabelecimento de alianças e para o reforço de posições ideológicas.

Efetivamente, como descrito pela reportagem especial da *Brasil-Oeste* era precisamente a oportunidade do encontro entre comerciantes, industriais e, sobretudo, pecuaristas com figuras políticas de destaque dos âmbitos municipal, estadual e federal. Desse modo, ali se buscava a solução ou seriam resolvidos vários dos problemas enfrentados pelas “classes produtoras”. Como por exemplo, aqueles relacionados à produção: linhas de crédito, melhoria de infraestrutura para o escoamento da produção, valorização do tipo do gado desenvolvido em Mato Grosso, incremento da indústria destinada ao abate e conserva da carne, entre outros. Também se procurava revolver adversidades de natureza política, como a rejeição a qualquer reforma agrária que não fosse considerada “democrática e cristã”.

Desse modo, foram abordados os registros de personalidades nas galas dos referidos eventos devido ao entendimento de que são por excelência espaços destinados ao reforço e criação de novos vínculos entre os indivíduos. Destarte, verificou-se ao longo da pesquisa a ocorrência de seis vínculos diretos entre membros da ADEMAT e a ACSMT: Assis Brasil Correa – primeiro presidente da ADEMAT, Lúdio Coelho, Itálvio Coelho, Anísio de Barros, Eduardo Metello e Geraldo Correa. Note-se que todos os nomes referidos ocuparam a

²⁸⁵ Idem.

presidência da ACSMT. Além dos referidos, fizeram parte das galas dos eventos organizados pela ACSMT: Antônio Lopes Lins, Rodolfo de Andrade Pinho, Cícero Castro de Farias e Demóstenes Martins. Somando assim dez associações com a ACSMT verificadas tanto pela participação em seus quadros de liderança – vínculo direto –, quanto de seus eventos de gala – vínculo indireto.

Dessa forma, ao analisarmos os participantes dos eventos percebemos quase o dobro de vínculos sociais que seriam identificados se considerássemos apenas os vínculos diretos associativos. No entanto, a observação da presença dos indivíduos nas galas é limitada, pois diversas personalidades frequentavam-nas, impossibilitando assim a associação entre a sua presença com a participação dos quadros da ACSMT. Ainda que não possuam o mesmo peso em nossa análise, apresentamos estes dados para percepção do espaço compartilhado entre diversos atores sociais.

O evento também possuía a conotação de consagrar as lideranças ruralistas; avançando um pouco a análise, percebe-se que em sua 76ª edição lançada no dia 31 de março de 2014 – sincronicamente com o cinquentenário do golpe de 1964 – a *Expogrande* homenageou Eduardo Metello,²⁸⁶ integrante dos quadros da ADEMAT. Metello era advogado, pecuarista, líder ruralista, vinculado ao Rotary Club e membro do movimento divisionista de 1959. Foi vice-presidente da ACSMT no período de 1971 a 1973 e presidente da mesma entidade de 1973 a 1975. Por conseguinte, foi o vice-presidente e presidente Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul).²⁸⁷ Presidiu o Sindicato Rural de Campo Grande. Doravante foi ainda vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), onde também presidiu a Comissão de Pecuária de Corte, a Comissão de Estudos da Reforma Agrária, entre outras. Foi vice-presidente do CNPC (Conselho Nacional da Pecuária de Corte) e foi membro fundador e primeiro presidente do Sindicato dos Pecuáristas de Corte de Mato Grosso do Sul.²⁸⁸

Na 78ª edição da *Expogrande* realizada em 2016,²⁸⁹ o homenageado foi o ruralista Geraldo Correa, também integrante do movimento de 1963. Em 2009, durante os eventos da 1ª Expo MS as ruas internas do Parque de Exposições Laucídio Coelho foram renomeadas

²⁸⁶ A feira ocorreu apenas entre os dias 24 de abril e 04 de maio.

²⁸⁷ Constituída em 29 de outubro de 1977, integra a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA). Disponível em: <portal.sistemafamasul.com.br/institucional/>. Acesso: 22 ago. 2017.

²⁸⁸ As informações aqui reproduzidas correspondem a biografia publicada pela Acrissul em seu website no dia 31 de março de 2014. Disponível em: <goo.gl/i1j19n>. Acesso em: 21 jul. 2017.

²⁸⁹ Vale ressaltar que em 2017 a exposição de mostras agropecuárias, atual *Expogrande* realizou sua 79ª edição. A feira é realizada anualmente no Parque de Exposições Laucídio Coelho na cidade de Campo Grande.

com intuito de homenagear antigos presidentes da Acrissul, entre os quais: Anísio de Barros, Eduardo Metello, Assis Brasil Correa e Itálvio Coelho.²⁹⁰

Além dos vínculos com a ACSMT, os integrantes da ADEMAT possuíam relações com outras organizações e empresas entre as quais estavam: o Banco Financeiro de Mato Grosso, o Banco Agrícola de Dourados, o Banco Rural de Campo Grande e o BANAGRO. Os referidos bancos eram instituições de crédito destinadas a satisfazer as necessidades de grandes proprietários de terras, fossem eles pecuaristas ou agricultores.

O Banco Financeiro de Mato Grosso S.A. foi fundado em 1938, na cidade de Corumbá, por Alfredo Zamlutti, sendo o mais antigo estabelecimento de crédito endógeno de Mato Grosso.²⁹¹ Em 1962 era presidido por Lúdio Martins Coelho. Com dezessete agências em 1963, distribuídas nas cidades de Amambaí, Aquidauana, Cáceres, Camapuã, Campo Grande, Corumbá (Matriz), Coxim, Dourados, Ladário, Poconé, Ponta Porã, Rio Brillante, Rondonópolis, Vila Brasil (Dourados), em Mato Grosso e duas em São Paulo, localizadas em Presidente Prudente e na capital paulista.²⁹²

Por sua vez, o Banco Agrícola de Dourados foi fundado em 1955 por Laucídio Coelho,²⁹³ como uma instituição de crédito sob a forma de sociedade cooperativa.²⁹⁴ Descrito como “último marco do desenvolvimento” e “empreendimento grandioso que veio trazer para Dourados, não só uma garantia no seu progresso, como ainda uma certa comodidade para todos aqueles que veem procurando lançar mãos de empréstimos e financiamentos [...]”²⁹⁵ teve como primeiro diretor-presidente Antônio Moraes dos Santos²⁹⁶. Em 1961 os acionistas do Banco Agrícola de Dourados decidiram por transferir a sede da instituição para a cidade de Campo Grande e alterar o seu nome para Banco Agrícola de Mato Grosso,²⁹⁷ nesse mesmo ano esse banco era presidido por Lúdio Martins Coelho. Em Campo Grande eram membros dos Conselhos da referida casa bancária Osvaldo Bucker e Rodolfo Andrade Pinho.²⁹⁸ Este último também integrou a Cooperativa Triticola Sul Mato-Grossense em 1959 (destinada ao

²⁹⁰ Homenagem aos antigos presidentes da Acrissul. Disponível em: <goo.gl/qNpkyV>. Acesso: 21 jul. 2017.

²⁹¹ Em Campo Grande havia instituições de crédito anteriores, o primeiro banco foi instalado nesta cidade ainda na década de 1920: o Banco Suíço-Brasileiro, que faliu logo em seguida. Funcionaram nesta cidade posteriormente: o Banco Nacional do Comércio a partir de 1922, o Banco do Brasil e de 1937 em diante o Banco do Estado de São Paulo. MAHADO, Paulo Coelho. op. cit., 1991, p. 34.

²⁹² Revista *Brasil-Oeste*. Maio de 1963, nº 83. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

²⁹³ Pai de Itálvio e Lúdio Coelho.

²⁹⁴ Jornal *O Progresso*. 22 de maio de 1955, p. 4. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 05 jul. 2017.

²⁹⁵ Jornal *O Progresso*, 05 jun. 1955. p. 4. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 05 jul. 2017.

²⁹⁶ Genro de Laucídio Coelho e cunhado de Lúdio Martins Coelho.

²⁹⁷ Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 12 jul. 1961. p. 4. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

²⁹⁸ Revista *Brasil-Oeste*, maio de 1961, ed. nº 59. p. 62. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017

beneficiamento de trigo) e presidiu a mesma instituição em 1964. Além disso, era proprietário da empresa "Rodolfo Andrade Pinho & Cia Ltda." especializada na venda de máquinas, motores, geradores, bombas, tratores e implementos agrícolas. No que tange ao vínculo entre Lúdio e Osvaldo, este se repete através de suas participações na Associação Comercial e Industrial de Campo Grande em 1962, ano em que Osvaldo era presidente da entidade.

Após aquisição de ações do Banco Financial de Mato Grosso, a família Coelho encerrou as atividades do Banco Agrícola e suas instalações e operações foram absorvidas pelo Banco Financial.²⁹⁹ Décadas depois,

O banco Financial pertencia em 1982 ao Banco Bamerindus³⁰⁰ (39,61% das ações), à família Itálvio Coelho (20,69%), à família Alfredo Zamlutti e a outros sócios menores (6,85%). Em fevereiro de 1983 o Bamerindus comprou parte das ações das duas famílias e passou a ser sócio majoritário, com 62,19%. As famílias Coelho e Zamlutti ficaram com 6,21% e 24,75% respectivamente.³⁰¹

Desse modo, nota-se que os vínculos entre Itálvio Coelho, Lúdio Coelho, Osvaldo Bucker e Rodolfo Andrade Pinho tinham como ponto de convergência o Banco Agrícola de Dourados. Itálvio Coelho era também dirigente do Banco Agropecuário de Campo Grande (BANAGRO), que havia sido fundado em dezembro de 1954 com uma sociedade de crédito cooperativa; tinha 9.267 correntistas (depositantes) com um saldo de depósitos de 258 milhões de cruzeiros. Em 1960, sua diretoria era composta por Jayme Ferreira Barbosa, diretor; Roque Fachini, diretor-gerente e Antônio Bittencourt Filho, diretor-secretário.³⁰²

O Banco Rural de Campo Grande era uma instituição de menor vulto e foi dirigido por Aduino Ferreira e Assis Brasil Corrêa no ano de 1963. Portando, somam-se seis integrantes da ADEMAT com vínculos estreitos com instituições bancárias, como Itálvio e Lúdio (acionistas), Aduino e Assis (presidência/direção), e Osvaldo e Rodolfo (cargos de confiança em conselhos gerais e fiscais).

Outro ponto de confluência foi o Frigorífico Mato-Grossense S.A. (FRIMA), que criado em 1947 tinha por objetivo o abate e a conservação frigorífica da carne produzida no sul de Mato Grosso.³⁰³ Conforme seu balanço publicado em 27 de fevereiro de 1960 (exercício de 1959), possuía um ativo de 384 milhões de cruzeiros, dos quais 206 milhões

²⁹⁹ *Jornal Correio do Estado*. 22 jan. 2015. Disponível em: <www.correiodoestado.com.br>. Acesso em: 22 ago. 2017.

³⁰⁰ O acionista majoritário do Banco Bamerindus era o Ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira.

³⁰¹ *Jornal Folha de São Paulo*, 14 de julho de 1995. Disponível em: <goo.gl/4kcDSC>. Acesso em: 22 ago. 2017.

³⁰² *Jornal O Matogrossense*. 26 ago. 1960. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

³⁰³ *Revista Brasil-Oeste*, abril/maio de 1959, ed. 49. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

consistiam em imóveis, maquinário e ferramentas e um capital social de 225 milhões de cruzeiros.³⁰⁴ Em 1960, seu faturamento é noticiado como sendo de um bilhão de cruzeiros e seu capital social aumenta para 350 milhões de cruzeiros.³⁰⁵ O diretor-presidente do FRIMA era, neste período, Itálvio Coelho; outros membros da ADEMAT também integraram o conselho fiscal dessa empresa em 1967: Anísio de Barros e Assis Brasil Corrêa.

Em janeiro de 1960 o FRIMA embarcou o primeiro vagão frigorífico para São Paulo com 14 mil quilos de carne resfriada, esse acontecimento foi noticiado pelo jornal *O Matogrossense* em sua edição de 10 de janeiro de 1960.³⁰⁶ Segundo o mesmo, contava com nove câmaras frias com capacidade de estoque de 900 bois abatidos, ou seja, aproximadamente 250 toneladas de carne. Ainda: “[...] dispõe aquela indústria de 20 vagões frigoríficos que, com uma média de 40 horas de viagem transporta a carne – abatida em Campo Grande – para as instalações em São Paulo”.³⁰⁷ A empresa era também responsável pelo abastecimento de carne da cidade de Campo Grande, tendo a concessão deste mercado acordada com a Prefeitura pelo período de 30 anos.³⁰⁸ Vale reter que em 1963 o Frigorífico Bordon S.A. de São Paulo adquiriu o controle de 80% das suas ações.³⁰⁹

A respeito de outros vínculos associativos compartilhados, encontramos relações também com a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) e com o Sindicato Rural de Campo Grande. A ACICG foi criada em 1926, e tinha por objetivo, conforme descrição institucional em seu *website*, defender os interesses de empresários (dispostos em comerciantes, criadores de gado e agricultores).³¹⁰ Em 1942 a Associação tinha como presidente e vice-presidente Osvaldo Bucker e Itálvio Coelho. Também constituíam os quadros da mesma: José Roberto Spengler, Vicente Oliva, Antônio Lopes Lins e Agostinho Bacha.³¹¹ Abel Freire de Aragão também foi membro da ACICG. Desse modo, somam-se sete vinculações entre membros da ADEMAT e da ACICG.

Já o Sindicato Rural de Campo Grande foi fundado em 1951 pela Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso “e, nos primeiros anos, a mesma diretoria cuidava das duas

³⁰⁴ Jornal *O Matogrossense*. 27 fev. 1960, p. 4. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

³⁰⁵ Revista *Brasil-Oeste*, 1959, ed. 59. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

³⁰⁶ Jornal *O Matogrossense*, 10 jan. 1960. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

³⁰⁷ *Ibidem*, 15 jan. 1960.

³⁰⁸ Revista *Brasil-Oeste*, 1962, nº 69, p. 53. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

³⁰⁹ Revista *Brasil-Oeste* nº 83, p. 42. No ano de 2000 após concordata o grupo Bordon teve suas atividades absorvidas pelo grupo Bertin, posteriormente fundido ao grupo JBS.

³¹⁰ História institucional da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande. Disponível em: <acicg.com.br/institucional/historia/>. Acesso em: 23 ago. 2017.

³¹¹ Revista *Brasil-Oeste* setembro de 1962, p. 62. Edição nº 73. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

entidades”.³¹² Os integrantes da ADEMAT que participavam do sindicato foram: Arthur D’Ávila Filho e Eduardo Metello. Assim, após a campanha de filiação³¹³ o sindicato obteve cem sócios. Sua relação tênue com os grandes proprietários de terras pode ser observada na afirmativa: “o Sindicato Rural de Campo Grande participou de várias lutas; entre elas a organização da classe produtora na reivindicação de seus direitos na Constituinte de 1988”.³¹⁴

A rede de vínculos também atingia pontos estratégicos em cargos públicos, exemplo disso foi a diversidade de funções ocupadas por Demóstenes Martins. Sendo integrante da primeira diretoria das Centrais Elétricas de Urubupungá (CELUSA) participou da execução do projeto de construção das barragens de Jupuíá e Ilha Solteira, que faziam parte do complexo que daria origem a Usina Hidrelétrica de Jupuíá. Tal projeto foi executado pela empreiteira Camargo Corrêa:

A Camargo Corrêa começou atuando em serviços ferroviários e ocupação do espaço urbano. Diversificou depois suas atividades na engenharia, participando de obras rodoviárias em São Paulo desde o final dos anos 30 e, em nível nacional, após a criação do FRN. Esteve presente na construção de Brasília e nas obras rodoviárias de JK, porém seu maior triunfo eram as hidrelétricas. Depois de ter obtido tecnologia com a norueguesa Noreno na construção de três usinas da Cherp, a empresa passou a atuar na maior parte das hidrelétricas paulistas, sendo um marco a UHE de Jupuíá, a maior do Brasil então.³¹⁵

O projeto de Uburupungá, do qual a construção da UHE de Jupuíá fazia parte, integrava um esforço conjunto entre os estados de São Paulo e Mato Grosso com vistas à ampliação da eletrificação dos mesmos. Em junho de 1963, fora firmado um convênio entre a ALPRO e o governo do estado de Mato Grosso, com vistas a ampliar o número de municípios beneficiados com energia elétrica. O acordo estabelecia um financiamento de dez milhões de dólares a serem aplicados na conclusão das usinas do Rio da Casca, do Mimoso, do Rio Olho e de Corumbá. Parte dos recursos seria ainda destinada à construção da rede de transmissão de Urubupungá, destinada à eletrificação dos municípios de Dourados, Maracajú e arredores. Para esta segunda parte de recursos foi adicionada a soma de 1 bilhão de cruzeiros cedidos pela CELUSA.³¹⁶

Demóstenes Martins foi ainda Secretário do Interior, Justiça e Finanças e posteriormente membro da Comissão Estadual de Investigações instaurada após o golpe de

³¹² História institucional do sindicato rural. Disponível em: <www.srcg.com.br/historia>. Acesso em: 25 ago. 2017.

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “*Estranhas Catedrais*”: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: EDUFF, 2017. p. 87.

³¹⁶ Jornal *O Estado de Mato Grosso*. 18 jun. 1963, p. 2. Arquivo Público de Mato Grosso.

1964. Outro integrante da ADEMAT a ocupar cargos públicos foi Cláudio Fragelli, que fora diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Mato Grosso (SANEMAT). Desse modo, verifica-se que a ADEMAT tinha presença no setor público, particularmente em empresas estatais destinadas às obras de infraestrutura como saneamento e eletrificação.

Por fim, em relação à trajetória política dos membros da ADEMAT, em alguns casos, esta se inicia antes da criação desta entidade e permanece após a sua dissolução. Foram encontrados registros de legislaturas, para os seguintes integrantes:

Tabela 3 – Ocupação de cargos políticos por membros da ADEMAT

Nome	Legislatura	Cargo	Partido
Abel Freire de Aragão	1963-1966	Vereador Campo Grande-MT	PSD
Demóstenes Martins	1942-1945	Prefeito de Campo Grande-MT	UDN
	1947-1950 ³¹⁷	Vereador Campo Grande-MT	
Munier Bacha	1955-1958	Vereador Campo Grande-MT	UDN
Rodolpho Andrade Pinho	1967-1970	Vereador Campo Grande-MT	ARENA
Italívio Coelho	1947-1951	Deputado Estadual-MT	UDN
	1973-1978	Senador	ARENA
Antônio Lopes Lins	1975-1979	Deputado Estadual-MT	ARENA
Lúdio Coelho	1983-1985	Prefeito de Campo Grande-MT	PMDB
	1989-1992	Prefeito de Campo Grande-MT	PTB
	1995-2003	Senador-MS	PSDB
José Amando Barbosa Motta	1968-1972	Prefeito Barra do Bugres-MT	ARENA
	1975-1979	Deputado Estadual-MT	ARENA
	1979-1983	Deputado Estadual-MT	ARENA
	1986-1989	Deputado Federal-MT	PMDB
	1989-1991	Deputado Federal-MT	PMDB

Fonte: Registros de legislaturas da Câmara Municipal, Prefeitura, Assembleia Legislativa de MT e Senado Federal.

Não foram encontrados registros de membros da ADEMAT no cargo de Governador, entretanto Lúdio Coelho foi candidato pela UDN/ADEMAT no pleito de 1965, mas foi derrotado por Pedro Pedrossian.³¹⁸ Assim, são oito ocorrências entre 1947 a 2003 e aproximadamente dezesseis legislaturas em diferentes cargos: vereadores, prefeitos, senadores, deputados estaduais e federais, predominantemente vinculados à UDN e à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

³¹⁷ Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande nesta legislatura.

³¹⁸ BITTAR, op. cit., 2009b, p. 101.

Em síntese foram localizados dezesseis membros da ADEMAT com trinta e duas conexões com diferentes instituições. No quadro abaixo é possível observar as ocorrências por membro, com informação do ano de vínculo quando este estava disponível na fonte e com a marcação “x” quando foi encontrada a referência de vínculo, porém sem indicação de ano:

Tabela 4 – Vínculos associativos por membro da ADEMAT

Nome	ACSMT	Sindicato Rural	Bancos*	CTSMT	FRIMA	ACICG	Rotary Club	Lions Club
Abel F.Aragão						1960		
Adauto Ferreira			1963					
Agostinho Bacha						x		
Anísio de Barros	1967				1967		1962	
Antônio L. Lins			1961			1962		
Arthur D. Filho		x						
Assis B. Correa	1961-1965		1963		1967			
Cícero C.Farias							x	
Eduardo Metello	1971-1975	x					x	
Geraldo Correa	x							
Italívio Coelho	x		x**		x	1960		x
José R.Spengler				1959		1962-1963		
Lúdio Coelho	1969		x					
Oswaldo Bucker			1961			1960-1962		
Rodolfo A. Pinho			1961	1959				
Vicente de Oliva						1962	1977	
Ocorrências	6	2	7	2	3	7	4	1

Fonte: dados biográficos levantados pela autora.

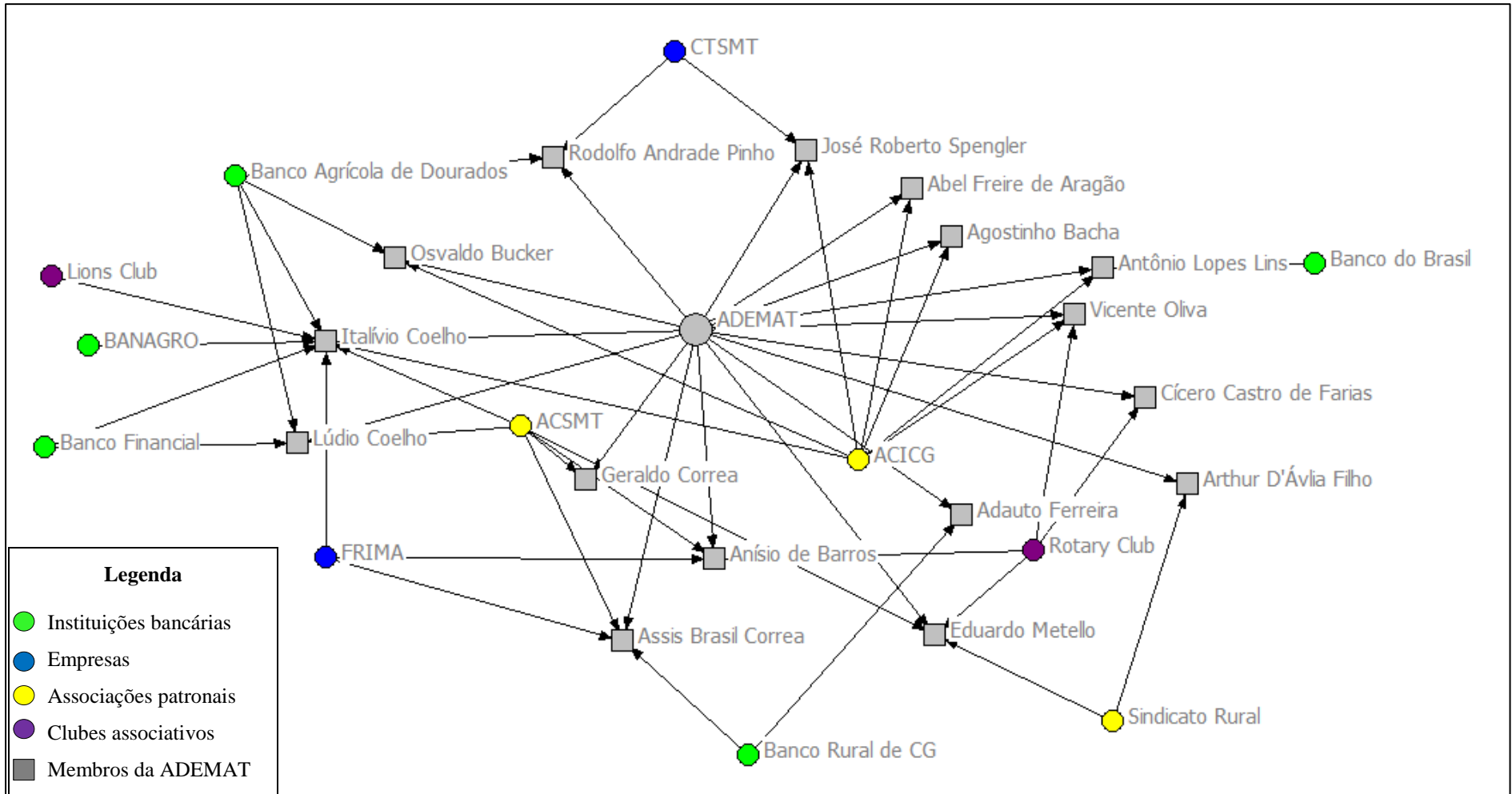
Notas:

* Banco Financial, Banco Agrícola de Dourados, Banco Rural de Campo Grande, Banco Agropecuário e Banco do Brasil.

** Mais de uma ocorrência em bancos diferentes.

CTSMT - Cooperativa Triticola Sul-Matogrossense.

Figura 2 – Diagrama de rede dos membros da ADEMAT



Fonte: rede de vínculos elaborada pela autora utilizando o software UCINET.

No diagrama da página anterior é possível visualizar a rede de relações entre a ADEMAT e outras organizações. Nosso objetivo com a exposição destes dados é demonstrar a existência de laços associativos anteriores à criação da ADEMAT entre parte de seus membros, o que indica um alinhamento de interesses prévios, sobretudo, pela participação nessas organizações em cargos próximos. Nesse sentido, Anísio de Barros, Assis Brasil, Eduardo Metello, Lúdio Coelho e Itálvio Coelho foram integrantes da diretoria da ACSMT entre 1961 e 1975. O mesmo se observa na ACICG, em que Antônio Lopes Lins, Itálvio Coelho, Osvaldo Bucker e José Spengler constituíam a diretoria e o conselho fiscal, ou na Cooperativa Triticola que unia José Spengler e Rodolfo Andrade Pinho. Também houve um entrelaçamento de membros da organização em diversos bancos com funcionamento na cidade, seja na condição de acionistas ou em cargos de confiança do conselho fiscal.

A partir do número de vínculos encontrados, é possível apontar que as principais instituições com membros compartilhados foram: ACSMT (6), ACICG (7) e bancos (7). Através da análise empreendida a respeito dos vínculos institucionais entre os membros da ADEMAT e outras organizações foi possível mapear suas redes de relações sociais e identificar laços anteriores à criação dessa entidade. Isso nos leva a considerar que os quadros da ADEMAT foram recrutados a partir de outras associações como: ACSMT, ACICG, Banco Rural de Campo Grande, Banco Financial de Mato Grosso, Banco Agrícola de Dourados, BANAGRO, Banco do Brasil, FRIMA, Rotary Club e Lions Club. Desse modo, os interesses de tais instituições podem ter sido refletidos no posicionamento político da ADEMAT.

Além disso, oito membros da referida organização ocuparam cargos executivos e legislativos, bem como, houve a ocorrência de sua presença na diretoria de empresas de infraestrutura de Mato Grosso, o que demonstra sua penetrabilidade nas esferas de representação formal do Estado. Investigadas a origem e composição da ADEMAT resta-nos abordar como se deu sua ação política na imprensa campo-grandense.

3.3 A voz da ADEMAT ecoa: *O Matogrossense*

A escolha do jornal *O Matogrossense* (OMT) como objeto de análise nesta pesquisa ocorre devido à publicação seriada de textos da ADEMAT no formato de uma coluna semanal; no entanto, relevamos que, o periódico não foi o único a trazer textos da Ação. Efetivamente, entre os demais veículos de publicação não seriada constam: *O Estado de Mato Grosso*, *o Jornal do Comércio*, *o Correio do Estado* e *a Revista Brasil-Oeste*. Abordaremos os demais veículos gradualmente conforme a exposição dos conteúdos relacionados à

ADEMAT por eles publicados. Por outro lado, realizaremos uma análise mais detida a respeito de *O Matogrossense*.

O Jornal OMT foi fundado em 26 de agosto de 1949,³¹⁹ no mesmo dia do aniversário da cidade de Campo Grande, à época sul de Mato Grosso. O periódico pertencia, quando de sua fundação, a Adhemar de Barros.³²⁰ Neste mesmo ano sua direção era composta por João Leite da Silva (redator-chefe), Arthur Jorge (diretor) e Ranulfo Corrêa (diretor-gerente). Abaixo do nome do jornal era exposta a frase “órgão do Partido Social Progressista”.³²¹ Sua primeira edição contou com seis páginas.

No mesmo dia da criação do periódico, Adhemar de Barros, então governador de São Paulo, visitou a cidade acompanhado de sua esposa, Leonor Mendes de Barros, para participar das solenidades de comemoração do quinquagésimo aniversário de Campo Grande. Em sua primeira página OMT trazia o seguinte informe: “as nossas colunas estarão sempre abertas, às nobres e justas aspirações do Povo, para a crítica construtiva, pois, sómente êle é soberano, nas verdadeiras Democracias”.³²²

Em 07 de março de 1951, OMT publicava sua 119ª edição tendo como proprietário Renaldo Perez e como diretor-responsável José Barbosa Rodrigues.³²³ As edições de 1951 constam como “Ano II” de circulação o que nos indica que não houve edições desse periódico em 1950.³²⁴ Já em 1952 o jornal era propriedade de Ari Coelho de Oliveira³²⁵ e após sua morte passou à administração da Gráfica Editora Matogrossense Ltda.

A primeira referência à Gráfica Editora Matogrossense Ltda. ocorre na edição de 05 de novembro de 1960; também nesta data é alterada a direção editorial, que do início de 1959 até 01 de julho de 1960 era composta por Philadelpho Garcia (diretor-responsável) e Antonio Mendes Canale (redator-chefe); em julho de 1960 altera-se o cargo de Mendes Canale para diretor-gerente e inclui-se Raul Nepomuceno como redator-chefe; já em novembro do mesmo ano informa-se aos leitores que Mendes Canale e de Adventor Divino de Almeida são apenas diretores e que Philadelpho Garcia continua sendo diretor-responsável. Neste período a diagramação do jornal sofre modificações e as indicações sobre a direção do jornal são transferidas do cabeçalho da primeira para a segunda página da publicação.

³¹⁹ Jornal *O Matogrossense*. 16 abr. 1963, p. 1. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

³²⁰ Jornal *A Noite*. 27 ago. 1949. Ed. 13269 (1). HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 02 jul. 2016. p. 9.

³²¹ Jornal *O Matogrossense*. 26 ago. 1949. Arquivo Público de Mato Grosso.

³²² Idem.

³²³ Ibidem, 07 mar. 1951. Arquivo Público de Mato Grosso.

³²⁴ Além disso, no Arquivo Público de Mato Grosso não foi localizada nenhuma publicação do ano de 1950. Já o Arquivo Histórico de Campo Grande possui a coleção do periódico de 1959 até 1968.

³²⁵ Prefeito de Campo Grande 1951-1952.

Ao longo dos anos a sede do jornal permaneceu na Rua Dom Aquino nº 300. Em 1963 o periódico possuía edições matutinas, com uma circulação de aproximadamente três mil cópias diárias, com quatro páginas cada, em formato tablóide.

As publicações realizadas durante a direção de Ari Coelho de Oliveira destinavam-se a sua militância política.³²⁶ O assassinato de Ari Coelho foi apresentado como resultado de duas motivações principais: a disputa pela supremacia política regional e o conflito por questão de terras. Em relação à primeira, Ari Coelho e Archimedes Pereira Lima, ambos petebistas, possuíam divergências quanto aos rumos do PTB no estado. Após a entrada de Ari no partido ocorreu uma cisão dividindo-o em duas partes: uma fração contrária a Fernando Correia da Costa (governador do estado) e alinhada a Filinto Müller (PSD/norte), do qual participava Ari, e outra solidária ao governador, na qual se alinhava Archimedes. Diante das ofensas trocadas via imprensa, devido à disputa sobre os rumos do partido, o conflito entre Ari e Arquimedes se acirrou levando ao trágico conflito entre Ari e o irmão de Archimedes, Alci Pereira Lima, que resultou na morte do prefeito de Campo Grande.³²⁷

Mesmo após o assassinato de Ari Coelho, o jornal OMT continuou publicando artigos referentes às ações do Partido Social Democrático (PSD), como notícias das Centrais Elétricas Matogrossenses (CEMAT), das obras realizadas por Juscelino Kubitschek, da gestão do governador João Ponce de Arruda; e do apoio a Filinto Müller e a Henrique Teixeira Lott. Esta postura do jornal está relacionada ao fato de que a sua direção era ligada ao PSD de Mato Grosso.

O jornal era composto, majoritariamente, por anúncios e era comum que apenas a primeira e última página trouxessem artigos jornalísticos e de opinião; as demais folhas eram ocupadas por editais do governo estadual e propaganda diversa. Anunciavam neste período em *O Matogrossense* estabelecimentos comerciais situados nas ruas centrais de Campo Grande, cafés, lojas de roupas e armarinho, óticas, alfaiataria, farmácias, lojas de maquinaria agrícola, materiais de construção e bancos (Banco Agropecuário de Campo Grande, Banco da Lavoura de Minas Gerais e Banco do Estado de São Paulo). Algumas edições ainda veiculavam seções intituladas “notas políticas” em que eram descritos acontecimentos

³²⁶ Como apontado na publicação da revista *O Cruzeiro*, em um artigo sobre as disputas políticas em Campo Grande e o assassinato do Prefeito: “uma vez eleito [...] pavimentou as ruas centrais, abriu estradas e estabeleceu a praxe de publicar diariamente, no jornal de sua propriedade, o balancete da Prefeitura, numa prestação de contas permanente da receita e da despesa do Município”. Revista *O Cruzeiro*, n. 10, ano XXV, Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: <memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2016. Entretanto, o balancete da prefeitura só foi divulgado em OMT durante as gestões municipais do PSD, assim, verifica-se que durante o mandato de Wilson Barbosa Martins (UDN) não houve publicações destes dados no periódico.

³²⁷ *Ibidem*, p. 126. Sobre o “racha” no PTB na década de 1950 cf. NEVES, op. cit., p. 186-190.

normalmente relacionados aos conflitos entre PSD e UDN e “notas policiais” em que eram divulgados os nomes de quem havia sido preso durante a semana.

Também eram encontrados no final da década de 1950 e início dos anos 1960 artigos de primeira página em reação às publicações do jornal *Correio do Estado*, comumente denominado como “jornal da baixada”. A luta por representação política dentro da mídia impressa esteve marcada nesse período pela disputa entre OMT, de fortes bases pessedistas, e seu antagonista o *Correio do Estado* que, criado em 1954 por políticos da UDN, objetivava justamente fazer frente ao “proselitismo” do PSD em OMT. Neste sentido, sobre a história do *Correio do Estado*, Isabela Schwengber expõe:

Desde sua fundação, em 7 de fevereiro de 1954, a linha editorial do *Correio do Estado* priorizou a política. Inclusive sua origem está relacionada a ela: o jornal foi lançado por um grupo do sul de Mato Grosso ligado à UDN com o objetivo de disseminar as idéias do partido. Seus membros foram Fernando Corrêa da Costa (na época governador), José Manuel Fontanillas Fragelli (o primeiro diretor-presidente do periódico, atualmente ex-senador, ex-deputado e ex-governador) e José Inácio da Costa Moraes (principal acionista do referido veículo de comunicação). O periódico nasceu com mais de duas mil edições diárias vespertinas, tablóide, com oito páginas, no ano que Campo Grande contava com 50 mil habitantes.³²⁸

Visto que a maior parte dos integrantes da ADEMAT era proveniente da UDN, é necessário refletir sobre a seguinte questão: porque a coluna da ação foi publicada no periódico que fazia oposição a este grupo? Para elucidá-la é necessária a análise de alguns pontos: quando do surgimento da ADEMAT o *Correio do Estado* ainda tinha vínculos estritos com a UDN? A linha editorial de *Matogrossense* destoava ou convergia com a posição da ADEMAT? Existiam vínculos entre membros da ADEMAT e integrantes de OMT?

Poucos anos após sua fundação o grupo que criou o *Correio do Estado* já não era mais seu maior financiador. Como assinala Schwengber, após as eleições de 1960 Fernando Corrêa da Costa, eleito para seu segundo mandato assim como:

[...] os deputados partidários da UDN responsáveis pela sustentação econômica do jornal deixaram de financiá-lo. José Barbosa [Rodrigues], então gerente, decidiu continuar editando-o ao lado do ainda acionista José Inácio. Alguns anos depois, José Barbosa adquiriu a parte do jornal que não era sua e tornou-se o único proprietário.³²⁹

Desse modo, tendo passado por mudanças de direção o *Correio do Estado* tomou outros rumos, passou a integrar em seus quadros jornalistas – postos antes ocupados pelos políticos que o criaram – e iniciou um processo de modernização de seu maquinário. No

³²⁸ SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Quando o MST é notícia*. Dourados: Editora UFGD, 2008. p. 40.

³²⁹ Ibidem, p. 41.

entanto, isso não significou um posicionamento contrário ao golpe de 1964, o que lhe rendeu benefícios posteriores; segundo Schwengber “a boa relação de José Barbosa com os militares rendeu a ele, em 1976, a concessão para a criação da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão, quando o *Correio do Estado* deixou de ser apenas um jornal e passou a ser um grupo”.³³⁰

A respeito do posicionamento político-ideológico de OMT nota-se que no ano de 1959 a primeira menção ao comunismo ocorre em 02 de julho na quinta página do periódico em matéria intitulada “Jurista indiano diz que comunistas chineses mataram 65.000 tibetanos”; não há assinatura nominal do referido artigo. Seguem-se: “Desenvolvimento do Nordeste, boa forma de luta contra o comunismo”, em 05 de julho na terceira folha; “O comunismo uma ameaça a tudo em que acreditamos – diz o rei da Jordânia” em 07 de julho, também na 5ª página; “Funcionário Soviético pede asilo”, “Penetração do Comunismo na Irlanda” e “Espionagem Soviética na Europa”, em 08 de julho na segunda página; “Milhões de russos vivem presos nos campos de concentração comunistas”, em 23 de julho na segunda página; “O comunismo promete a propriedade da terra ao lavrador e ao mesmo tempo combate o sistema de propriedade privada”, em 26 de julho também na 2ª página. Ainda no dia 30 de julho é veiculada uma tira de humor intitulada “os camaradas”.

Nos meses de agosto e setembro são veiculadas: “Só os comunistas contra a liberdade de informação”, “Estudante católico coagido pelos comunistas” e “A Assembleia Geral da ONU rejeita a admissão da China Comunista”. As publicações de mesmo teor só retornam em março de 1960 com: “Os ‘Barbudos de Fidel Castro’ discutirão problemas em Washington” e “O entreguista Janio visitará Cuba, para fins publicitários”, ambos os artigos foram publicados na segunda página. Segue-se disso, ainda em março “Visita à Cuba: brigam partidos e jornais janistas”.³³¹ Em 28 de abril têm-se “Comunismo”, artigo extenso distribuído entre as páginas 4 e 5. Retornando em 27 de outubro de 1960, passadas as eleições daquele ano, nota-se a primeira ocorrência de uma notícia na primeira página envolvendo essa temática intitulada “Iminente a invasão de Cuba”. Durante o período eleitoral vale reter que *O Matogrossense* fez intensa campanha para João Goulart, chamadas de primeira página indicavam “Para o bem do Brasil e de Mato Grosso Lott e Jango, Filinto e Cícero”. Para este pleito houve a coligação entre PSD e PTB e PSD e PSP.

O que se percebe após a análise de OMT dos anos de 1959 e 1960 é que os artigos e informes que salientavam temas como “o comunismo”, “a Rússia” ou posteriormente “Cuba”

³³⁰ Ibidem, p. 43.

³³¹ Jornal *O Matogrossense*. 20 mar. 1960. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

eram publicados em páginas comumente utilizadas para publicidade – segunda e quinta páginas –, o que levanta a possibilidade de que tenham sido produzidas por grupos externos ao jornal e anunciados em suas páginas de forma paga. Sobre isso, é pertinente lembrar que o IBAD fora criado em maio de 1959 e não é mera coincidência que a “enxurrada” de artigos de teor anticomunista publicados em julho de 1959 em *O Matogrossense* tenha ocorrido justamente dois meses após a fundação do Instituto.

Figura 3 – Texto com teor anticomunista em OMT

Um Lote Gratuito para voce
Campanha pró mudança da nova Capital «BRASILIA»
Onde vai, vai a cidade. Parque Itatiaia de Brasília. Jardim da Nova Capital Federal.
Responda imediatamente a pergunta abaixo:

Qual o nome dado ao Palácio Presidencial construído e inaugurado em Brasília?

SUBPOSTA

Serão distribuídos apenas 100 lotes a título de propaganda

Nome _____ Estado _____
Residência _____
Cidade _____ Estado _____

Enviar preenchido ao respectivo Correio no nº 2-14 de Folha PT - de Audar - Sala. 904 - Fax. 3087 - C. Grande - MT

Aviso à Praça
Emestino Pereira Lima, juiz pretório da Secretaria Municipal à rua 2 de Julho, 510, Vila Carvalho, neste cidade, avisa aos que se julgarem seus credores que está a disposição dos mesmos no endereço acima, a fim de apresentarem o que lhe for devido. Camo Grande, 18 de julho de 1959.
Emestino Pereira Lima

VEJA
Este interessante trabalho em 15 partes e mais de 600 páginas, completa um volume que já possui mais de 10.000 exemplares distribuídos em sua primeira edição. Preço Cr\$ 150,00 e mais 50% de taxa aérea. Pagar na hora de receber a encomenda, pedida pelo formulário Postal, para a Caixa Postal 6057 - Rio de Janeiro.

Encadernações de Livros em geral e Revistas
Serviço especializado - Acabamento perfeito - Gravado a laser. Faça uma linda brochura do seu livro ou revista pedindo informações à Avenida Alameda, nº 140.

Assinatura de 300 cruzeiros
AOS LEITORES do interior solicitamos registrar a importância respectiva mediante vale postal ou ordem de pagamento em nome de "O Matogrossense" - Rua D. Aquino, 300 - Camo Grande - MT

Milhões de russos vivem presos nos campos de concentração comunistas
Depoimento de um diplomata sovietico que procurou refugio em uma Embaixada de Rangun - Cada vez maior e numero de soldados - Nivel de vida baixissimo enquanto os magnatas comunistas vivem estabelecidos em um verdadeiro paraíso.

Milhões de pessoas encontram-se presos nos campos de concentração da União Sovietica. Foi esta a situação de um diplomata sovietico que abandonou seu posto, ao sentir-se em perigo, procurando refugio na embaixada norte-americana em Rangun na Birmânia.

Convem destacar que cada vez maior o numero de soldados russos que abandonam os grandes campos de serviço chamados, porventura catalogados segundo o seu grau politico. É evidente que a repetida desmoralização dos soldados e a proximidade de acontecimentos importantes talvez mesmo o inicio de novas eleições.

As "deputadas" do fronte interno e reconhecimento da politica de ameaças no exterior.

A vida nos campos comunistas de concentração se pode ser comparada a dos existentes no Alasca durante o dominio de Hitler. Segundo Alexander Kozlov, o diplomata russo que procurou refugio, os presos são empregados nos trabalhos forçados de reconstrução material, sendo utilizado igualmente na construção de galerias destinadas ao desarmamento proprio do diplomata - as qualificações que governa a União Sovietica.

2112 É o número do aparelho telefónico do «MATOGROSSENSE».

Preço deste exemplar Cr\$ 2,00

Já Leu ?
Está não fácil, mas sua economia comprando Linhas, Casimir Amorim, Tropicais Maracá, Cambéias, Sarcandá, Lencois, Guarapós, Linhos bordados e muitos outros de peças simplesmente economicas.
Casas do Linho Puro
Rua Dom Aquino, 450-A

Aviso ao Povo

Fonte: Jornal OMT. 30 jul. 1959. Arquivo Histórico de Camo Grande.

Figura 4 – Primeira publicação da ADEMAT em OMT

Guardas-Civis promovidos por Decreto de setembro de 1962, até o presente, não percebem seus vencimentos de conformidade com a classificação

É frequente a estado, em nossa relação, de elementos que compõem a Guarda Civil Estadual, em busca de melhor sorte em administração.

Hoje, tivemos a oportunidade de ter as mãos em um exemplar do «Diário Oficial» do Estado, referente ao mês de setembro de ano findo, que publico o Edital do Departamento do Serviço Público, promovendo, ou melhor, indicando para reclassificação, alguns guardas civis e professores.

O mencionado Edital é de Setembro daquele ano e até esta data, a Recebedoria de Rondas não recebeu do Tesouro, a Portaria que autoriza o pagamento daquela medida.

Pensem o que quiserem, mas que isso é ridículo, e que demonstra manobra aos que vivem de salário-funcional, e que merecem taxa de negligência, merecem Paguem os guardas, senhores do Tesouro!

O MATOGROSSENSE

Director-Responsável: Dep. Philadelpho Garcia
Redator-Chefe: Hercliano Rios

Fundado em 29/8/940

ANO XIV | Campo Grande — M. — 3ª. Feira 16 de Abril de 1963 | N. 3.449

Ação Democrática Matogrossense

Pelo senhor Assis Brasil Cordeiro, Presidente da Ação Democrática Matogrossense, foram passados os telegramas abaixo transcritos, aos excmos. Presidentes da República e do Ministério da Guerra.

«Como sr. dr. João Goulart, Presidente da República, Brasília DF.

Nosso irrestrito apoio ao atual Ministério da Guerra. General Krul grande colaborador vossa ideia de regime democrático momentaneamente forçadas a combater contra nossa liberdade e nossa liberdade de livre locomoção.

Respeitosas saudações Assis Brasil Presidente Ação Democrática Matogrossense.

«General Amnury Krul, Palácio da Guerra, Rio GB.

Apelamos eminente brasileiro continuar Ministério da Guerra oade impolatamente defendendo democracia brasileira. O Sentado aproximado perigo cogregamos as forças em torno dos grandes líderes da nacionalidade como vossa excelência para defesa nossa liberdade e nossa liberdade de livre locomoção que seria suprimido si venesse o comunismo no Brasil.

Respeitosas saudações Assis Brasil Presidente Ação Democrática Matogrossense. Como se vê, a Ação Democrática Matogrossense, encontra-se em permanente atividade nacionalidade como vossa.

Constituído novo Estado Árabe: Têm-se Egito, Síria e Iraque

O Egito, Síria e Iraque dos delegados das negociações no Cairo.

O novo Estado Federal do Egito, Síria e Iraque, que se denominarão respectivamente república egípcia, república síria e república iraquiana.

O Cairo será a capital da República Árabe Unida e os habitantes das três regiões pertencerão à nacionalidade da R. A. U. Não haverá uma bandeira à bandeira da R. A. U. com três estrelas características.

EDER x JAMILO

Eder Jofre, que no combate à manteve seu título de campeão mundial de boxe da categoria dos galos, em Tóquio, contra o japonês Aoki, colocará em jogo sua coroa, no próximo dia 15 maio. O Galo de Ouro Brasil arde em uma luta em Manila, contra o campeão filipino, Johnny Jamilo.

Farmácias de Plantão HOJE: Doeste — Do Povo

Ministros devem transier Gabinetes para Brasília

Brasília. O Sr. Evandro Lins e Silva, atendendo a determinações do presidente João Goulart, recomenou a todos os ministros de Estado, providências para a transferência de seus gabinetes para Brasília, bem como para que completem a primeira etapa da mudança dos demais órgãos da administração e de assessoramento.

Expurgo de Oficiais Comunistas do Exército

Falando à imprensa, o general Mendes de Moraes disse que o projeto preventivo de expurgo dos oficiais comunistas do Exército, foi desarquivado na Câmara e deverá ser debatido no próximo mês.

Rodolfo Andrade Pinho & Cia. Ltda.

Motores Diesel e a Gasolina — Equipamentos agrícolas em geral — Refrigeradores Domésticos — Aparelhos Elétricos — Bombas para água — Equipamentos para Escritório — Máquinas de escrever, calcular, Etrico — Transformadores «SIEMENS» para todo o Estado de Mato Grosso

Tratores — Oliver de 72 HP — Yarmet de 37 HP — Fendt de 28 HP — Pronto entrega

Faça uma visita à nossa organização

Av. Calógeras, 827 — Campo Grande-MG. — Cx. Postal, 42 — End. Tel. «REMINGTON» — Telefones: 2515 e 2517

Fonte: Jornal OMT. 16 abr. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande.

A grande mudança que ocorre em 1963 com a criação da coluna da ADEMAT é que os artigos de teor anticomunista passam a ocupar a primeira página, logo abaixo do cabeçalho. Seus textos assinados com o próprio nome da agremiação forneceram-lhe um teor endógeno na luta contra o comunismo. Este inimigo que antes operava no cenário internacional passa a ser percebido no Brasil e o “perigo” torna-se algo tão real que uma instituição emerge no seio de Campo Grande para o seu combate: a Ação Democrática Mato-Grossense. Certamente, este é um ponto de reflexão para a importância da criação das subsidiárias do IBAD, que traduziriam a luta anticomunista à realidade de cada estado, município ou vilarejo em que operassem.

Para elucidar a questão da escolha pela ADEMAT de *O Matogrossense* como espaço para as publicações da coluna, se apresenta a hipótese de que esta ocorreu devido à tentativa de desvinculação entre a UDN e a ADEMAT e, ainda, do distanciamento entre os grandes proprietários de terras componentes da UDN e a agremiação. Sobre isso, podemos analisar a seguinte notícia publicada no jornal *O Estado de Mato Grosso* em 30 de janeiro de 1964:

CAMPO GRANDE, (Correio do Estado) – O Sr. Lúdio Martins Coelho, homem de lutas, seja no trabalho da terra, seja nos demais setores da atividade humana, é inegavelmente líder do progresso de nossa terra. Merece a nossa admiração a maneira pela qual trabalha, honesto e incansavelmente para a melhoria das condições de vida da população de todo o Estado de Mato Grosso. Estranhamos haver o jornal “ULTIMA HORA”, em sua edição do dia 23 do corrente, noticiado pejorativamente ser o sr. Lúdio Coelho o “maior latifundiário do mundo, com um milhão e oitocentos mil hectares de terras” e que por isso mesmo era o presidente da Ação Democrática Matogrossense. A notícia falta completamente com a verdade. 1 – O presidente da Ação Democrática Matogrossense é o “sem terra” Dr. Cláudio Fragelli, médico de saber científico e atitudes democráticas (democracia da civilização ocidental). 2– No que diz respeito as terras do sr. Lúdio Coelho, sabemos seguramente, que individualmente, o mesmo é um MEDIO proprietário rural e como tal, somente em Mato Grosso, o sr. João Goulart é proprietário de latifúndios muitas vezes superior à gleba do sr. Lúdio Coelho. É preciso que saiba que os 12 (doze) irmãos Coelho, tendo como traço de união o seu pai o velho batalhador Laucídio Coelho, administram as suas fazendas conjuntamente, como se fora, um complexo industrial, alcançando dessa forma um rendimento exemplar, seja na média de produção pecuária ou agrícola, seja na assistência médica social dos seus trabalhadores e respectivas famílias. Evidentemente, o jornal paulista publicou uma notícia errônea e, sobretudo injusta.³³²

Na matéria há uma tentativa de desvincular a liderança da ADEMAT da figura de Lúdio Coelho, argumentando que este não era um latifundiário e que o líder da organização era justamente o “sem terra” Cláudio Fragelli, médico e por isso representante do “saber científico e atitudes democráticas (democracia da civilização ocidental)”. Para que esta organização atingisse os objetivos a que se propunha era necessária a desvinculação direta de seu caráter de classe. Desse modo, para além da questão da escolha de *O Matogrossense*, isso nos fornece elementos para pensar o porquê a ADEMAT foi criada sendo que a ACSMT era uma entidade patronal consolidada e com inegável força política.

Apenas para analisar os fatos expostos por essa publicação, evidencia-se que Cláudio Fragelli realmente era um médico, sem clara vinculação com grandes propriedades de terras,

³³² Jornal *O Estado de Mato Grosso*. 30 de janeiro de 1964. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

mas também era irmão de José Fragelli que se ligou por matrimônio a uma das famílias mais notáveis da posse de terras: a dos Alves Ribeiro.³³³

Por sua vez, Lúdio Coelho certamente não se enquadrava na categoria de médio proprietário, sua família possuía mais de 142 mil hectares já em 1941 e, segundo Bittar, o mesmo em 1986 possuía, conforme sua declaração de imposto de renda, as seguintes fazendas: Santa Lúcia (46 mil ha), Santa Lurdes (8.782 ha); Estância Tara (7.892 ha); Faz. Mimoso (5.013 ha); Pingo de Ouro (1.576 ha); Harmonia (12.858 há) e Pontal do Sossego (2.000 há). Somando ao todo 84.121 hectares de terras.³³⁴

A negação em ser “latifundiário” tinha relação também com os significados que o termo agregava nas discussões sobre reforma agrária da década de 1960. A este respeito, verifica-se que na proposta formulada pelo IBAD e escrita *no Recomendações Sobre Reforma Agrária*, foi dedicado um capítulo para discussão do “latifúndio, barreira ao desenvolvimento”, no qual afirmava-se:

[...] que os efeitos do latifúndio não só alcançam tôda estrutura social, mas, no seu esforço de permanência, representam um fator negativo constante no desenvolvimento nacional. [...] as áreas de latifúndio, onde se formou praticamente a sociedade brasileira e onde a população adquiriu seus hábitos, seus sistemas de valores e sua personalidade fundamental, constituem, hoje, redutos de conservadorismo e barreiras à mudança cultural. Nessas áreas não se expande o cooperativismo, não se propaga o crédito agrícola, não floresce o associativismo, não vingam os projetos de melhoria da habitação nem as tentativas de levantamento da economia doméstica.³³⁵

Dessa forma, o termo “latifundiário” era associado ao retrógrado e, por conseguinte, era posto como uma das causas do “atraso” do desenvolvimento no campo. Todavia, a rejeição do termo nos posicionamentos públicos das entidades não necessariamente correspondia à renúncia da prática, de outro modo, representava o surgimento de um novo tipo de termo para referir-se aos grandes proprietários de terras, Mendonça indica que:

Diante dos desdobramentos da assim chamada “modernização” da agricultura implementada entre as décadas de 1960 e 1970, falar do “empresário rural” ou mesmo do “grande proprietário rural” no Brasil do século XXI não mais significaria remeter ao latifundiário tradicional, tipificado no “coronel” analisado por Vítor Nunes Leal (1978).³³⁶

Por outro lado, ainda explorando as possibilidades sobre a escolha do jornal para as publicações, na imprensa brasileira até a década de 1950 houve a predominância de um

³³³ A esposa de José Fragelli era filha de José Alves Ribeiro – coronel Joselito, 3ª geração da família –, neta de Pedro Celestino e sobrinha de Fernando Corrêa da Costa, então governador do estado. BITTAR, op. cit., 2009b, p. 72.

³³⁴ Ibidem, p. 83.

³³⁵ IBAD, op. cit., p. 171-172.

³³⁶ MENDONÇA, op. cit., 2009, p. 24.

modelo jornalístico partidário e “de opinião”. Após 1950, iniciava-se a transição desse jornalismo partidário, que exprimia a opinião partidária de forma direta, para um jornalismo informativo, que pautado em padrões estadunidense do jornalismo adotava um posicionamento que se pretendia informativo e disfarçava seu caráter partidário direto, como observa Carla Silva: “O discurso de que seria “informativo” permitiria ocultar sua ação *partidária* concreta”³³⁷. O caráter informativo assumido pelos jornais consagrava-os como portadores da “verdade”, o que lhes forneceria posteriormente um campo de atuação mais amplo na esfera social. Neste sentido, Luca expõe:

A mudança de maior monta, e que de certa forma abarca as demais, residiu na forma de abordar a notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação. Consagrava-se a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a “verdade dos fatos”. [...] As transformações introduzidas a partir dos anos 1950, que se pode considerar inauguradas com a reforma do *Jornal do Brasil*, conformaram, em larga medida, a prática jornalística hoje vigente.³³⁸

Podem-se apontar os reflexos desta mudança de modelo jornalístico no jornal OMT, visto que, o espaço antes ocupado pelas manchetes a respeito do PSD, fora ocupado pela coluna da ADEMAT. Neste sentido, o jornal OMT, profundamente marcado por seu caráter partidário, criado e dirigido por vários anos pelo PSD, viria a tornar-se a “voz” de uma classe, que não representava apenas esse partido, mas também outros grupos políticos, dentre eles a UDN. Entre outros aspectos, o movimento de desvinculação partidária concreta entre os jornais e os partidos políticos, ocorrida a partir de 1950, contribuiria a este fim. Como apontado por Silva:

Se o modelo anterior “de opinião” seria relegado ao passado, o jornal estaria livre para se colocar como “uma empresa”. Isso implicou em criar a aparência de objetividade e neutralidade, partindo da desvinculação direta com a sociedade política, mas ficando livre para agir partidariamente no sentido de classe, embora os jornais busquem sempre ocultar essa sua face.³³⁹

As publicações da coluna da ADEMAT em OMT eram semanais e preferencialmente apresentadas nas segundas-feiras. Os artigos possuíam textos extensos, que se estendiam em duas páginas, normalmente iniciavam na primeira e terminavam na quarta página. As publicações da coluna eram assinadas em nome da organização, sendo poucas vezes nominal a integrantes isolados. Como já dissemos, a coluna ficava localizada abaixo do cabeçalho do jornal, na primeira página.

³³⁷ SILVA, Carla Luciana. Imprensa e Ditadura Militar: Padrões de qualidade e construção de memória. *Revista História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, n. 1, 2005. p. 44.

³³⁸ LUCA, op. cit., p. 138.

³³⁹ SILVA, op. cit., p. 44.

O periódico era distribuído em bancas localizadas no perímetro central de Campo Grande. Em relação aos espaços de distribuição do jornal, nota-se que ao longo do ano de 1963, houve um aumento no número de bancas³⁴⁰ que o comercializavam, sendo até abril dois pontos: Agência do Miro (na Avenida Afonso Pena) e a Banca do Ponto do Jardim; em maio se incorporou um terceiro local: Banca do Professor Luis Gois, a da Avenida Afonso Pena esquina com a Rua 14 de Julho, e a da Rua Dom Aquino esquina com Rua 13 de Maio; e em setembro ocorreu a inclusão da Banca do Ricardo, localizada na Rua 14 de Julho.³⁴¹

Em geral, como já demonstrado, o jornal OMT possuía boa parte de seu conteúdo composto por anúncios comerciais, ou seja, de suas quatro páginas, no decorrer do ano de 1963, pelo menos três estiveram preenchidas por publicidade diversa. Em relação ao tipo de anúncios publicitários durante este ano, encontravam-se: lojas de vestuários com artigos importados; anúncios consultórios e de clínicas médicas; anúncios de profissionais liberais – médicos, advogados e engenheiros; imobiliárias; serviços técnicos – terraplanagem, pavimentação, construções, agrimensura, topografia e desenho; companhia aérea; pedreiras; artigos diversos – eletrodomésticos, móveis, equipamentos agrícolas, equipamentos para escritório, entre outros; concessionárias/agências de automóveis; frigorífico; drogarias; bem como, avisos oficiais da Prefeitura e do Exército e o Boletim Diário da Tesouraria da Prefeitura Municipal.³⁴²

Neste período também há mudança no editorial e na diagramação do jornal³⁴³. De janeiro a agosto de 1963, o editorial de OMT era escrito por Philadelpho Garcia³⁴⁴ (diretor-responsável), Heretiano Rios (redator-chefe) e outros colaboradores diversos. Em agosto, ocorre outra mudança, excluindo a referência a Heretiano, e trazendo o vereador Jurandy Marcos da Fonseca³⁴⁵ como diretor-gerente.³⁴⁶

Sergio Cruz, jornalista que escrevia para diversos periódicos de Campo Grande, inclusive para *O Matogrossense*, assevera que quando de sua prisão em Cuiabá após o golpe de 1964, a polícia procurava pelos editores do jornal OMT: Jurandy Marcos da Fonseca e Juvenal de Brito.³⁴⁷ Desse modo, Sergio diz:

³⁴⁰ Todas as bancas citadas estavam localizadas nas ruas principais do centro da cidade de Campo Grande.

³⁴¹ Jornal *O Matogrossense*, 16 abr. a 05 nov. 1963, distribuição. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

³⁴² Foram considerados para exposição apenas os anúncios de maior destaque. Jornal *O Matogrossense*, 16 abr. a 11 nov. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

³⁴³ Durante o período de setembro a dezembro de 1963, OMT contou com pelo menos três cabeçalhos diferentes.

³⁴⁴ Deputado Federal pelo PSD/MT, nos mandatos de 1951-1955, 1955-1959, e 1963-1967.

³⁴⁵ Vereador de Campo Grande, durante a legislatura de 1963-1966.

³⁴⁶ Jornal *O Matogrossense*, 16 abr. a 05 nov. 1963, expediente. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

³⁴⁷ CRUZ, Sergio. Entrevista. Campo Grande, MS [18/07/2016], concedida a Thaís Fleck Olegário. Arquivo de áudio: 1h 29 min.

Em verdade eu fui preso porque eu era correspondente, fui correspondente autônomo, independente, do Jornal do Comércio de Campo Grande. Tinha muito conflito rural lá na região de Rondonópolis, era uma região nova, que estava sendo recentemente colonizada e tinha muito conflito entre os sem terra e os proprietários rurais e eu mandava essas notícias, com uma forte tendência em atender mais aos trabalhadores, a questão do mais fraco e tal. [...] Em verdade é [...] não tinha critério para prender não, eu não era engajado, eu não fazia parte de... eu escrevia... igual hoje, mesma coisa que hoje [...]. Então nunca tive uma adesão assim a nenhum movimento organizado de esquerda ou de direita, então era por isso, quer dizer em verdade eles estavam procurando duas pessoas que eram exatamente o Jurandir Marcos da Fonseca e o Juvenal de Brito, os dois eram os diretores do jornal *O Matogrossense* que estavam lá em Cuiabá, eu estava em um hotel e eles estavam em outro, aí um dia depois do golpe eu fui lá, atravessei a rua para procurá-los, cheguei lá perguntando e o porteiro falou que eles não estavam, a hora que eu saí tinha duas pessoas, dois agentes da polícia que estavam procurando justamente os dois, aí me levaram, chegou lá não quis nem saber, pode “guardar” depois nós conversamos, eu sei que nessa “leva, leva” eu fiquei 30 dias de cadeia.³⁴⁸

Durante o desenvolvimento desse estudo pretendeu-se explorar o tipo de relação que era celebrada entre o jornal e a ADEMAT. Aparentemente, a utilização de OMT com o objetivo de propagar mensagens anticomunistas, não impediu a ocorrência de expurgos em sua redação após o golpe de 1964. Isso pode estar relacionado ao fato do espaço da coluna da ADEMAT ser alugado, assim como eram as demais veiculações de conteúdo realizadas pelo IBAD em todo o país. Desse modo, os editores de OMT podiam não participar da mesma linha política dessa organização.

Em relação ao preço do jornal nota-se que houve variações no período de abril a novembro de 1963, passando de Cr\$ 2 o número avulso para Cr\$ 10, neste período são incluídas informações sobre a representação comercial do jornal nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, que seria mediada pela empresa Representações A.S. LARA Ltda. Outro dado relevante é a expansão da comercialização do periódico ao longo do período, que passa a ser distribuído também no interior.

Desta forma, comparando os preços de OMT e do bi semanário *A Cruz*, de Mato Grosso, é possível notar que as variações nos preços não possuem ligações evidentes com o início das publicações da ADEMAT em OMT. O jornal *A Cruz* tinha como preços, em abril de 1963, na categoria “cidade” os valores de Cr\$ 5 o número avulso e de Cr\$ 500 a assinatura anual, chegando a novembro do mesmo ano a Cr\$ 15 o número avulso e Cr\$ 1000 a assinatura anual.³⁴⁹ O mesmo pode ser observado na relação entre OMT e a *Tribuna Liberal*,

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Jornal *A Cruz*, 18 abr. e 23 nov. 1963, Expediente. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

semanário cuiabano de oito páginas fundado em julho de 1964, cujo preço avulso era de Cr\$ 30,00. Desse modo, sendo OMT um diário de quatro páginas, ou seja, metade do tamanho do semanário cuiabano, seu preço mostra-se em consonância com os demais periódicos da época. Por outro lado, o aumento dos preços do jornal também pode estar relacionado à instabilidade econômica que o país enfrentava em 1963.³⁵⁰

Em relação à diagramação do jornal, verifica-se que OMT possuía dois cabeçalhos diferentes, dentro da mesma edição, sendo o principal localizado na primeira página, e o segundo na quarta página. Esta disposição pode estar associada ao fato de que, as publicações da primeira página possuíam continuação na quarta página, desta forma, o segundo cabeçalho fornecia destaque à continuação da publicação.

Desta forma, algumas das transformações no OMT, podem estar relacionadas, como demonstrado, ao início das publicações da ADEMAT. Em relação à distribuição do periódico, há claramente um aumento de locais após o início das publicações da ADEMAT. Por outro lado, a mudança no editorial assim como na diagramação não possuem relação verificada com a coluna da ADEMAT. O aumento dos preços de exemplares avulsos, assinaturas semestrais e anuais mostram-se mais relacionados a uma conjuntura econômica instável, que à publicação da coluna da ADEMAT.

A publicidade veiculada, não sofre grandes alterações no período, porém, esse item somado aos locais de distribuição, permite supor um direcionamento a um certo perfil de leitores, visto que, sendo distribuído apenas em bancas no perímetro central de Campo Grande e trazendo anúncios que remetem a produtos de custos relativamente elevados, como por exemplo, roupas importadas, equipamentos eletrônicos domésticos, equipamentos agrícolas, passagens aéreas, terrenos/imóveis e automóveis, entre outros, indica a procura de um público/consumidor de renda elevada.

O jornal OMT esteve desde a sua criação vinculado a interesses partidários. Assim, mesmo após a dissociação dessa ação partidária declarada, continuou refletindo interesses não só partidários como de classe, principalmente dos grandes proprietários de terras do sul de Mato Grosso. Contudo, se nem todas as transformações ocorridas ao longo de 1963 estavam relacionadas ao início das publicações da coluna da ADEMAT, a pesquisa realizada pôde refletir as contradições inerentes à trama social, a qual OMT não foi apenas reflexo, mas

³⁵⁰ Sobre as variações econômicas, ainda que não existam ligações diretas entre os fatos, que a cotação do dólar no país em abril de 1963 era de Cr\$ 475,00 para 1 e em novembro do mesmo ano era de Cr\$ 620,00 para 1, considerando valores estimados para transações comerciais e fechamento diário insígnia “Banco do Brasil”. Cf. *O Estado de São Paulo*. Dia comercial. Abril a Novembro, 1963, p. 20. Disponível em: <acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 26. ago. 2017.

também ator no processo de cooptação e convencimento doutrinário da sociedade nas vésperas do golpe de 1964.

3.3.1 O conteúdo das publicações da ADEMAT

As posições políticas da ADEMAT podem, em parte, serem percebidas através da análise dos conteúdos propagados na imprensa campo-grandense. De abril a novembro de 1963 foram publicados vinte e um textos na coluna dessa organização em *O Matogrossense*. A seguir faremos uma breve abordagem de seu conteúdo. Na tabela abaixo é possível observar os títulos e datas das referidas publicações:

Tabela 5 – Publicações da Coluna da ADEMAT no Jornal OMT

Data da Publicação	Número da Edição	Título da publicação
16/04/1963	3.449	“Ação Democrática Matogrossense”
29/04/1963	3.462	“Os Desajustados da Democracia”
07/05/1963	3.466	“Naim Dibo: um exemplo do bom capitalismo”
13/05/1963	3.471	“Eis o Fidelismo que a UNE, Brizoletas e “Nacionalistas” querem para o Brasil”
20/05/1963	3.477	“Relatório revela a degradante e desumana situação jurídica da Cuba comunista de Castro”
27/05/1963	3.482	“Relatório revela a degradante e desumana situação jurídica da Cuba comunista de Castro (II)”
03/06/1963	3.488	“Atentado a dignidade humana: a) Fuzilamentos sem Julgamentos – b) Torturas Mentais – c) Torturas Físicas”
10/06/1963	3.493	“Atentado a dignidade humana: a) Fuzilamentos sem Julgamentos – b) Torturas Mentais – c) Torturas Físicas (Conclusão)”
17/18-06-1963	3.497	“Reforma Agrária – O Golpe Traidor Comunista”
26/06/1963	3.502	“Contrabando Ideológico”
01/07/1963	3.505	“Exército Eficiente Um Entrave Estrutural”
08/07/1963	3.511	“Nossos Males e seus Remédios: Nacionalismo”
15/07/1963	3.517	“Editorial”
30/07/1963	3.529	“Coluna da Ação Democrática Matogrossense”
16/08/1963	3.543	“Revolução e Contra Revolução”
03/09/1963	3.552	“Revolução e Contra Revolução (Conclusão)”
19/09/1963	3.566	“Revolução e Contra Revolução Cap. III”
15/10/1963	3.616	“Reforma Agrária Democrática”
05/11/1963	3.632	“Essas coisas já estão acontecendo aqui: ódio ao estrangeiro desde que não seja russo, Reformas antidemocráticas e demagógicas”
11/11/1963	3.636	“Carta enviada ao Excelentíssimo Senhor: Ministro da Educação Dr. Paulo de Tarso”
16/11/1963	3.640	“A Ação Democrática Matogrossense, enviou em 9 de Setembro de 63, a seguinte carta ao Exmo. Snr. Presidente da República, Presidente da Câmara Federal, Presidente do Senado, Líderes de Partido, Ministro de Guerra, etc.”

Fonte: Jornal *O Matogrossense*, abril a novembro 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

Três quartos do total das publicações estavam articulados diretamente a um conteúdo anticomunista, dividido nos eixos: a) situação de Cuba (5); b) crítica ao programa de reforma agrária do governo Goulart (3); c) confluência entre o distanciamento da fé católica e o

advento do comunismo (3); d) crítica ao nacionalismo dito comunista (2); e) reação aos ditos “quadros comunistas” do governo (2); f) formas de combate ao comunismo (1). O resto das publicações relacionava-se à: resposta às críticas recebidas pela ADEMAT (2); descrição da noite de gala ocorrida quando da 25ª Feira de Amostras Agropecuárias; defesa do Exército como força a ser utilizada contra o “comunismo” e transcrição de telegrama enviado ao Ministro de Guerra pedindo que este continuasse atento ao “perigo comunista” que urdia.

Portanto, as três matrizes anticomunistas expostas por Motta e abordadas no capítulo precedente estão presentes nas publicações: católica, nacionalista e liberal. Como afirmado pelo autor, em momentos de crise, em que a luta anticomunista atinge seu ápice como o início da década de 1960, os grupos anticomunistas heterogêneos passam a consolidar-se em um tipo de frente anticomunista o que resulta em uma mistura de matrizes que conseqüentemente aumenta a difusão do anticomunismo.³⁵¹

O primeiro ponto observado sobre o tipo de ação política da ADEMAT na imprensa foi a percepção do envio frequente de correspondência às autoridades do país e sua reprodução na imprensa, não apenas em *O Matogrossense*, em que a Ação possuía um espaço de maior destaque, mas também no *Jornal do Comércio*. Neste sentido, a primeira publicação realizada por essa organização foi a transcrição do telegrama enviado ao Ministro de Guerra Amauri Kruehl:

[...] Apelamos eminente brasileiro continuar Ministério da Guerra onde importantemente defende democracia brasileira. Sentindo aproximação perigo congregamos as forças em torno dos grandes líderes da nacionalidade como vossa excelência para defesa nossa liberdade, nossa crença, nosso direito de livre locomoção que seriam suprimidos se vencesse o comunismo no Brasil.³⁵²

Ao fim da publicação exposta acima se encontrava a seguinte afirmativa “como se vê, a Ação Democrática Matogrossense, encontra-se em permanente atividade”.³⁵³ Assim como o IBAD, a ADEMAT se projetava como uma entidade formada por indivíduos “apartidários” e “democratas”. Isso pode ser percebido na publicação feita em resposta a uma crítica anônima recebida, que teria sido veiculada em outro periódico:³⁵⁴

[...] Como o diabo ante a cruz, o debochado articulista não suporta a criação da Ação Democrática [...]. Quando elementos apartidários e de vários partidos se unem sob a bandeira da democracia, é motivo para receberem a provocação [...]. Essa é a atitude dos verdadeiros desajustados da

³⁵¹ MOTTA, op. cit., p. 32-70.

³⁵² *Jornal O Matogrossense*. 16 abr. 1963. p. 1. ARCA.

³⁵³ *Idem*.

³⁵⁴ Não dispomos de dados sobre a publicação ou o periódico em que esta crítica foi feita. Contudo, através do conteúdo da resposta é possível identificar que se tratava de uma publicação anônima realizada em outro periódico, que provavelmente fosse o jornal *O Democrata*, dirigido pelo PCB/Campo Grande.

democracia, que se acobertam sob a capa da irresponsabilidade. Não há dúvida de que as ofensas enervam e chegam mesmo a doer. Dóe mais, porém, a falta de liberdade. Dóe mais a falta de coragem para atacar o monstro que quer dominar pela força, pelo terror, pelo ódio, após estabelecer tumulto, a confusão, a anarquia. *Antes de preparar suas arengas, sob o anonimato, que se lembre o articulista serem bastante conhecidos os comunistas militantes de C. Grande.* Antes de caluniar para intimidar, que se capacite de que não conseguirá atemorizar aos que se resolveram a dar a ação continua a causa da democracia. Pode ter a certeza de que a AÇÃO DEMOCRÁTICA MATOGROSSENSE, acima das calúnias e das pífidas ofensas, fortifica-se coêsa segue em pról da liberdade, em pról de um Brasil bem administrado e digno de seus filhos. Os observadores e os que sujeitam ao ludíbrio dos “fora da lei”, que observem bem: – A MENTIRA E A CALÚNIA E A INTRIGA SÃO AS PRINCIPAIS ARMAS DOS QUE QUEREM CUBANIZAR O BRASIL. DEUS NOS LIVRE DE SEU REGIME DESPÓTICO!³⁵⁵

O texto acima corresponde a uma das primeiras colunas publicadas, tendo sido veiculado no mês de abril de 1963. No trecho destacado pode-se notar uma ameaça feita pela ADEMAT, alegando que mesmo sob o anonimato o autor do texto que a criticava não estaria protegido, pois as identidades de todos os “comunistas” de Campo Grande eram plenamente conhecidas pela organização. Fato este que pode ser confirmado pela informação produzida pelo SNI sobre a entidade em 1971, em que consta a afirmativa de que a ADEMAT havia elaborado um fichário com informações sobre todos os indivíduos considerados “comunistas” em Campo Grande.³⁵⁶ Desse modo, desde seus primórdios a entidade já apresentava posicionamentos públicos de radicalização e, mostrava-se disposta a perseguição de adversários políticos.

A terceira publicação, de título “Naim Dibo: um exemplo do bom capitalismo” é uma continuação da anterior. Novamente demonstra-se uma discordância em relação aos indivíduos considerados comunistas. Em contrapartida há um esforço por parte da ADEMAT em acentuar as ações filantrópicas de Naim Dibo³⁵⁷, inclusive suas doações para construção do Pavilhão de Ortopedia da Santa Casa de Misericórdia, como uma tentativa de conceber uma imagem do bom capitalista:

NAIM DIBO! Quem em Campo Grande ainda não teve oportunidade de ver ou ouvir esse nome? Creio que ninguém. É o de uma figura de projeção, de um homem de negócios, de um comerciante próspero, e dono de uma das maiores fortunas do Estado. Agora, se fôrmos perguntar a um elemento

³⁵⁵ Jornal *O Matogrossense*. 29 abr. 1963. p. 1 e 4. Grifo nosso. ARCA.

³⁵⁶ Informação nº 124/1971/ACG/SNI, ACE 40261/71. 12 nov. 1971. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

³⁵⁷ Naim Dibo foi um imigrante sírio que chegou a Campo Grande no ano de 1928. No final do século XX já era considerado um dos homens mais ricos e influentes do Mato Grosso. OLIVEIRA, Maria Regina Cassanho. *Imigração Sírio-Libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês*. Dissertação (Mestrado). Dourados: UFGD, 2010. p. 66.

comunista quem é Naim Dibo, êle por certo responderá, com uma acentuação de desprezo na voz. – É um capitalista. Nós concordaremos com a palavra capitalista, mais jamais poderíamos concordar com o tom depreciativo com que ela foi dita. Que mal há, afinal de contas em ser capitalista? Que mal há de após anos e anos de um labor árduo, conseguimos amealhar uma fortuna que nos permita descansar de uma vida de trabalhador? Cremos que nenhum! Pelo contrario, é um bem! Sim, porque o que vale é o caráter do capitalista. É a sua nobreza de alma, é o seu espírito filantrópico, que se sente feliz em dar, apenas por dar, sem receber, ou então recebendo quando muito, a gratidão dos beneficiados pelos benefícios recebidos.³⁵⁸

Era necessário criar a ideia de que não existia exploração do trabalhador para a acumulação de capital do “capitalista”, apenas “anos de labor árduo” do mesmo, que resultou em sua fortuna. O conteúdo exposto pela ADEMAT fazia oposição à crescente discussão a respeito do capitalismo hegemônico fomentada geralmente em instituições, associações e manifestações de esquerda³⁵⁹. Os integrantes dessa organização buscavam criar uma imagem de um capitalismo benevolente e isolado de uma lógica mundial, no qual todo trabalhador era um “Naim Dibo” em potencial, e com isso, ganhar adeptos na luta anticomunista.

Na coluna seguinte é transcrito um discurso de Fidel Castro com objetivo de demonstrar eventuais contradições entre o que fora “prometido” no início da Revolução Cubana e o que era denunciado como uma realidade de miséria e repressão. Ao final do texto são ressaltadas as cifras de 974 fuzilamentos e 80.000 presos políticos em Cuba. Nas palavras da ADEMAT:

[...] Cuba havia sido, até Fidel Castro assumir o poder, o país de mais alto desenvolvimento da América Latina, e segundo CEPAL estava vencendo a conjuntura do subdesenvolvimento para entrar na do desenvolvimento. Aproveitando-se dessa realidade Fidel Castro, falando ao povo cubano, no dia 13 de março de 1959, disse o seguinte: “Reafirmamos que converteremos Cuba no país mais próspero da América e que o povo cubano alcançará nível de vida mais alto do que qualquer outro país no mundo”. Em 24 de abril de 1959, no Parque Central de Nova York, Fidel Castro anunciou o povo americano que sua revolução oferecia pão sem terror, afirmando o seguinte: “Nem pão sem liberdade, nem liberdade sem pão; nem ditaduras de homens, nem ditaduras de classes; nem ditaduras de grupos, nem ditaduras de castas; nem oligarquia de classes: governo do povo sem ditaduras sem oligarquias; liberdade com pão sem terror; isso é humanismo.” E sobre o tema da

³⁵⁸ Jornal *O Matogrossense*. 07 mai. 1963. p. 1. ARCA.

³⁵⁹ Denise Rollemberg, em seu artigo “Esquerdas Revolucionárias e luta armada” no livro *O Brasil Republicano vol.4*, pontua que na década de 1960 o Brasil passava por um momento de expressiva participação política da sociedade, em diversos níveis, a qual atuava em função de projetos e propostas tanto de direita quanto de esquerda, daí a importância de defesa constante do posicionamento de cada uma dessas frações. ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.45-69.

restrição de pão, no dia 13 de março de 1961, no Palácio Presidencial, Fidel Castro afirmou: “Haverá alguma escassez, mas é necessário que nos sacrifiquemos pela revolução”.³⁶⁰

A coluna buscava apresentar contradições entre o discurso logo da vitória da Revolução Cubana e a posterior crise enfrentada pelo país, sem mencionar que esta se relacionava muito mais a questão do embargo econômico feito pelos EUA, em 1960, que a natureza do regime cubano. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), citada pela coluna, foi uma organização criada em 1948, que integrava o quadro de comissões econômicas regionais da Organização das Nações Unidas (ONU). A CEPAL agia, conforme descrita por Dreifuss, como uma organização *think-tank*³⁶¹, atuando na apuração de informações e estatísticas dos países latino-americanos, com o propósito de influenciar a sociedade, política e economia nestes locais. A utilização dos dados dessa entidade visava, sobretudo, conferir fundamentação ao conteúdo propagado.

Durante todo o mês de maio e início de junho, ao longo de quatro publicações são expostos fragmentos do relatório sobre a situação jurídica em Cuba elaborado pela Comissão Internacional de Juristas.³⁶² Nessa sequência de textos, novamente são trazidos dados de uma instituição reconhecida internacionalmente para conferir certo aspecto de seriedade à argumentação. São inicialmente elencados 20 itens do referido relatório, dentre os quais estão: a subordinação do poder judiciário às autoridades políticas; a existência de tribunais revolucionários que não exigem a titulação de advogado para conduzir os julgamentos; a submissão do acusado às torturas físicas e a pouca validade dos depoimentos das testemunhas. A segunda publicação da série traz os itens 21 a 41, em que constam: sentença de morte; perseguição à oposição; prisão sem ocorrência de julgamento; tratamento desumano dos presos – má alimentação, más condições de higiene, fuzilamentos simulados, “constante sujeição dos prisioneiros a ‘exames’ pessoais humilhantes”, “exposição dos presos políticos

³⁶⁰ Jornal *O Matogrossense*. 13 mai. 1963. p. 1. ARCA.

³⁶¹ Instituições que atuam em favor de grupos de interesse, podendo, serem partidárias ou independentes, filiadas ou não à iniciativa privada, atuam produzindo estatísticas e conhecimento sobre os países nos quais estão inseridas, com o objetivo de influenciar a política e a economia destes locais. DREIFUSS, op. cit., p. 75.

³⁶² Coincidentemente o mesmo órgão seria responsável pela elaboração de um relatório contrário ao golpe de 1964, “a extensão e a violência da repressão na ‘Operação Limpeza’ tornaram-se objeto de preocupação internacional. Em setembro daquele ano, em Genebra a Comissão Internacional de Juristas publicou relatório condenando o governo pela detenção continuada de 8.000 pessoas, pela imposição de censura à imprensa e pela cassação de mandatos eleitorais”. ALVES, op. cit., p. 60. Entre as críticas realizadas pela Comissão de Juristas afirmava-se que as reformas propostas por Goulart “estavam totalmente de acordo com a Declaração dos Direitos do Homem e que parecia algo mais que incongruente qualificar de comunista um programa que obteve a aprovação do presidente Kennedy e que, em princípio, era evidentemente necessário para o adequado progresso da dignidade humana, em um país onde a disparidade entre ricos e pobres tem dimensões aterradoras”. Jornal *Correio da Manhã*. Juristas Criticam Governo do Brasil. 08 de set. 1964. p. 1. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 18 nov. 2017.

amarrados, quando são transladados” – e “confisco de todos os bens e propriedades”, entre outros.

A terceira parte expõe os itens 42 a 64, em que figuram: “tratamento degradante das mulheres enfermas, das anciãs e das que, sob qualquer forma, se vejam manietadas”; “tortura mental dos visitantes dando-lhes falsas informações, como a de morte natural ou fuzilamento do familiar preso”. Seguem-se os tópicos: liberdade de religião em que é salientada a perseguição aos sacerdotes e a substituição de líderes sindicais por pessoas do governo e intervenção do Estado nas relações de trabalho.

O último trecho vai do item 65 ao 86 e realça, entre outros: “confisco e expropriação de todas empresas econômicas, sem indenização”; “embargo de jornais e estações de radio e televisão”; notícias sob o controle do governo; “dispensa arbitrária de professores e empregados mediante razões políticas ou religiosas”; “expurgos coletivos”; “coação física e por meio de insultos ameaças e vigilância, de professores, por elementos incondicionais do governo distribuído entre os estudantes”; monitoramento de embaixadas latino-americanas que concedem asilo e o controle de saída do país.

Segue-se disso um texto sobre a reforma agrária, descrito como “a verdadeira opinião da Igreja Católica de Cristo, pelas palavras do Arcebispo de Diamantina”.³⁶³ Em 1962, o Bispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud redigiu a *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*, seguindo a reflexão de Motta,

Para compreender a divulgação do anticomunismo de inspiração católica no Brasil é preciso analisar o papel do episcopado nacional. Se os pronunciamentos papais representavam a autoridade máxima em termos de elaboração doutrinária, cabia aos bispos traduzir para o contexto nacional as orientações provenientes de Roma. As Cartas Pastorais são o principal instrumento que o episcopado possui para fixar suas posições doutrinárias. Enquanto o Papa dirige-se aos bispos através de Cartas Encíclicas, eles por seu turno contam com as Cartas Pastorais para fazer sua mensagem chegar ao clero subordinado às dioceses. O episcopado brasileiro produziu várias Cartas dedicadas à luta contra o comunismo, tanto individuais como coletivas, o que revela a importância do tema para a hierarquia eclesial nacional.³⁶⁴

Tal documento foi divulgado pela ADEMAT em uma de suas colunas. Além deste texto, várias outras publicações são de autoria de indivíduos externos à ADEMAT, como o escrito publicado em 26 de junho de 1963 de Pedro Dantas intitulado “Contrabando Ideológico”, que focaliza a importância do combate sistemático ao comunismo e por meios

³⁶³ Abordaremos mais detidamente este texto no próximo item.

³⁶⁴ MOTTA, op. cit., p. 43.

que ultrapassem a “meia-razão”; trata-se da absorção e reprodução de métodos científicos de pesquisa e exposição para combater os ditos “argumentos comunistas” e assim “reagir adequadamente”.

Já na publicação “Exército Eficiente Um Entrave Estrutural” a ADEMAT apresenta crítica ao noticiado em outro jornal – “um matutino do estado da Guanabara” – sobre a recusa “unânime do Alto Escalão do Exército à criação do que seria ‘um Exército paralelo ao atual, dedicado à tarefa de ‘defesa do aparelho político do Estado’”. Para essa entidade caso o Exército se mobilizasse neste sentido isso seria uma ameaça à “rápida cubanização que se opera no Brasil” e por isso havia sido criticada pelo colunista do referido periódico.

A segunda publicação de julho “Nossos Males e seus Remédios: Nacionalismo” reproduz a seção “nacionalismo” do livro de André Gama.³⁶⁵ O texto se refere aos tipos de nacionalismo que existem no Brasil: um de caráter comunista e outro de caráter desenvolvimentista. Partidário do segundo, o autor defende aguerridamente a necessidade de se permitir a entrada de capitais estrangeiros no país.

Em 15 de julho a única coluna intitulada “Editorial” refere-se à crítica à reforma agrária, aponta o índice de analfabetismo no país e as condições de boa parte da população, ressaltando a impossibilidade de divisão de terras frente a essa composição social. Durante o desenvolvimento da argumentação destaca-se que a divisão de terras em propriedades de tamanhos familiares não duraria caso aprovada, fazendo com que as terras voltassem às mãos do estado. Ao fim, traz a transcrição de um telegrama encaminhado ao Deputado Federal Armando Falcão agradecendo seu aceite para participar da Concentração Ruralista e Feira de Amostras Agropecuárias a ser realizada entre 21 e 24 de julho de 1963. A publicação seguinte descreve brevemente a noite de gala realizada no Cine Teatro Santa Helena após a 25ª Feira de Amostras Agropecuárias.

As três publicações seguintes trazem a série “Revolução e Contra-Revolução” reproduzindo parcialmente o texto do artigo homônimo de Plínio Corrêa de Oliveira publicado originalmente no centésimo número do mensário *Catolicismo*;³⁶⁶ nele, são expostos os capítulos I, II e III e o subitem “Comunismo” do referido artigo. No original são demonstrados diversos itens que teriam contribuído para decadência e crise do homem

³⁶⁵ “Nossos males e seus remédios, um ardiloso livreto produzido por “André Gama” (pseudônimo de um americano, ligado à área financeira que residia em Petrópolis), teve também uma publicação de um milhão de cópias. [nota 47] O livreto de André Gama foi distribuído por empresários e gerentes aos seus empregados. É significativo mencionar que a execução da edição imediata desse livreto ficou sob a responsabilidade do General Golbery e Wilson Figueiredo se encarregou do orçamento”. DREIFUSS, op. cit., p. 236.

³⁶⁶ Revista *Catolicismo*, nº 100, abril de 1959. Introdução de Plínio Corrêa de Oliveira. Disponível em: <www.pliniocorreadeoliveira.info/RCR.pdf>. Acesso em: 23 set. 2017 [versão transcrita].

contemporâneo. Diz também que o que se combate são todos os “ismos”, não apenas o comunismo, mas o socialismo, o totalitarismo, o liberalismo, o liturgicismo e o maritainismo. O “inimigo terrível” que causou todos os males é definido pelo autor como a Revolução, não apenas uma, mas o que ele considera as três grandes revoluções relevantes na história do ocidente: a “Pseudo-Reforma”, a Revolução Francesa e o Comunismo.

Na publicação em OMT verifica-se um recorte inicial colocando o comunismo no centro da referida “crise” do homem contemporâneo e para isso se utiliza de uma distorção inicial da ordem do texto original.³⁶⁷ Contudo, mesmo diante de tal inversão, ainda assim se mantém o sentido buscado pelo autor de alegar que qualquer progressismo religioso e o comunismo precisavam ser combatidos. Plínio Corrêa foi o fundador, na década de 1960, da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, mais conhecida como Tradição, Família e Propriedade (TFP), da qual:

[...] momento marcante desta “proto-história” da TFP foi a publicação do texto *Revolução e Contra-Revolução*, de autoria do prolífico Plínio Oliveira, que saiu como suplemente de *Catolicismo*, numa das edições de 1959. Ali estavam colocados os pressupostos ideológicos da organização que seria fundada no ano seguinte, o seu programa de ação. [...] Nomeado o inimigo principal da Igreja, a Revolução, especialmente na figura da última aparição revolucionária, o comunismo, Oliveira passa a expor e defender um programa contra-revolucionário (“a Contra-Revolução é, no sentido literal da palavra uma re-ação”). O objetivo é uma espécie de retorno à Idade Média, no que ela significava de predomínio da Igreja sobre a sociedade.³⁶⁸

A TFP chegou a congregar cerca de 1.500 militantes, divididos em 38 cidades espalhadas por 15 estados³⁶⁹, “os membros da organização eram militantes católicos extremamente dedicados, mas eram todos leigos, ou seja, não pertenciam aos quadros da Igreja”.³⁷⁰ Os integrantes da TFP em sua maioria jovens rapazes provenientes de escolas católicas, eram cuidadosamente escolhidos e posteriormente submetidos ao isolamento (eram levados a conviver juntos e isolados da sociedade, não podendo assistir televisão e lendo apenas livros selecionados pela organização), além de receberem treinamento de judô, karatê e defesa pessoal.³⁷¹ A TFP guardava semelhanças à ADEMAT: pregava a luta anticomunista para além do discurso, ou seja, o combate corporal; permaneceu ativa mesmo após o golpe de

³⁶⁷ A parte reproduzida em OMT busca elencar a profundidade da “crise” do homem contemporâneo, ela é descrita como: 1- universal, 2- una, 3- total, 4- dominante e 5- progressiva, o item seguinte indica como causador atual dessa crise: o comunismo. (os itens 3, 4 e 5 são reproduzidos na edição seguinte). Trata-se em linhas gerais, de um texto de caráter anticomunista, mas também reacionário a qualquer tipo de crença religiosa que se afaste dos ensinamentos católicos apostólicos romanos.

³⁶⁸ MOTTA, op. cit., p. 189.

³⁶⁹ Ibidem, p. 191.

³⁷⁰ Ibidem, p. 190.

³⁷¹ Ibidem, p. 191.

1964; e seu líder publicou durante muitos anos uma coluna semanal em um dos maiores periódicos do país, a *Folha de São Paulo*.³⁷² Em relação ao anticomunismo católico, Carla Simone Rodeghero expõe:

O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infra-estrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Era veiculado através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi, muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias. Transformou-se em tema para os sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo País, pregação que permanece na memória de muitos católicos até hoje. Incentivou multidões a irem às ruas para rezar o terço, pedindo proteção a Deus contra a ameaça do comunismo.³⁷³

Em outubro, na publicação “Reforma Agrária Democrática” a ADEMAT defende a concepção de reforma agrária proposta pela ADP a qual visa uma reforma sem mudanças na Constituição, sem confisco da propriedade e sem despesas para o Tesouro. Trata-se de um discurso extenso sobre a não aceitação do projeto de João Goulart. São questionadas as quantidades de terras devolutas da União, que no período se tornou um argumento fechado em si mesmo. Conclui o texto, com a frase em tom radicalizado: “a maior de todas as reformas é a do próprio homem”. O posicionamento sobre a reforma agrária adotado pela ADEMAT será explorado no item 2.4.

No mês de outubro houve uma única publicação. No texto “Essas coisas já estão acontecendo aqui: ódio ao estrangeiro desde que não seja russo, reformas antidemocráticas e demagógicas” condena-se o tipo de nacionalismo dito comunista e que estava associado à questão de João Goulart. Ademais, o texto aborda a infiltração comunista no Brasil e define o “nacionalismo exaltado” como primeira característica desta, assim como as reformas propostas pelo governo em especial a reforma agrária.

Agora, o Kremlin está com suas vistas voltadas para a América Latina. E na América Latina, especialmente para o Brasil. É difícil para o povo brasileiro acreditar nisso. Também era difícil para os cubanos. Eles acreditavam que o comunismo só conseguia conquistar países como a Hungria, próximos da Rússia. Os húngaros supõem que só os romenos, ingênuos, viriam a cair

³⁷² Ibidem, p. 193.

³⁷³ RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos de Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 466.

sob o tectão russo. Essas coisas podem acontecer em qualquer parte do mundo. Essas coisas podem acontecer aqui no Brasil. Já estão começando a acontecer aqui no Brasil. Naqueles países tudo começou com nacionalismo exaltado e ódio ao estrangeiro. Desde que o estrangeiro não se referisse à Rússia. No Brasil de hoje, os <<nacionalistas>> não fazem outra coisa senão nacionalismo exaltado e ódio ao estrangeiro... desde que não seja russo. E pregam reformas como as que foram feitas em Cuba, onde a população está sujeita a drástico racionamento de gêneros alimentícios (resultado da reforma comunista).

E pregam redenção para o homem do campo, que se verá obrigado a trabalhos forçados como acontece em todos os países sob o comunismo.

E pregam a libertação do operariado, que ficará privado de sua arma em defesa das justas reivindicações – a greve –, como acontece na Rússia e em Cuba, onde greve é sinônimo de Paredón. E viva a máscara do Comunismo Traidor.³⁷⁴

As duas últimas publicações da ADEMAT possuem um tom diferente das demais. Primeiramente, elas passam a ser nominadas a membros específicos da Ação. Em segundo lugar, existem trechos com claras ameaças. Em “Carta enviada ao Excelentíssimo Senhor: Ministro da Educação Dr. Paulo de Tarso” dizendo-se profundamente desapontados com a sua atuação “socialista”, devido a sua posição contrária à entrada de capitais estrangeiros no país e em defesa de empresas estatais, avultam “de tudo estamos avisados Sr. Ministro. Não esqueceremos de fazer-lhes pagar pela traição de homens ‘idealistas’ que desejam a equanimização das riquezas, que se dizem ‘amigos’ dos pobres, mas que praticam a política delirante da miséria”. E continua adiante “[...] V. Excia. é cruel e acerbo inimigo, contrariando assim os interesses econômicos dos nossos pobres miserabilizando os, e levando a fraqueza a nossa Pátria”.

A última publicação corresponde ao ápice da radicalização discursiva dessa entidade, reproduzindo o telegrama enviado a diversas personalidades logo após o fechamento do IBAD e da ADEP por decreto presidencial, os membros da ADEMAT pedem o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o afastamento de ditos “fichados comunistas” como Darcy Ribeiro, Oswaldo Lima Filho e Paulo de Tarso e outros. Conclamam investigações no BNDES. O texto é concluído com a seguinte passagem: “O partidarismo se apaga quando está em jogo a vida dos partidos, a Democracia cala pelos interesses urgentes e vitais da Pátria, e a Pátria só vive dos indispensáveis interesses da Liberdade disciplinada”. A publicação foi subscrita em nome da

³⁷⁴ Jornal *O Matogrossense*. 05 nov. 1963. p. 1 e 8. ARCA.

ADEMAT pelos seguintes membros: Claudio Fragelli, Assis Brasil Correa, Agostinho Bacha, Osvaldo “Bucher (sic.)”³⁷⁵ e Rodolfo Andrade Pinho.

Analisadas as publicações da ADEMAT em *O Matogrossense*, é possível observar um discurso matizado pelas diferentes bases do anticomunismo: católico, nacionalista e liberal. Têm-se a formação de um inimigo interno que é caracterizado por seu envolvimento com o comunismo internacional, característica do tipo de anticomunismo de bases nacionalistas e, além disso, é justamente o distanciamento da fé católica causado pelas revoluções que cria o “inimigo terrível”, o que demonstra uma ligação com a matriz anticomunista católica. Os quadros do governo de João Goulart são acusados de tentar “cubanizar” o Brasil, e, sobretudo, de atentar contra a propriedade e tentar lançar toda a sociedade ao caos, desse modo, remetem ao anticomunismo de matriz liberal. Neste sentido, é possível observar que a ADEMAT realizou uma síntese das vertentes anticomunistas.

A questão agrária também é abordada em algumas edições. No início do ano de 1961 o IBAD realizou um Simpósio sobre Reforma Agrária; desde então, iniciou a elaboração de um estudo detalhado que seria absorvido quando da criação de um grupo de estudos dentro do IPES destinado a este fim. Assim, cabe-nos abordar em que medida a proposição sobre a reforma agrária estava relacionada aquele produzido não só pelo IBAD, mas pelas entidades patronais de maior destaque: A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Ruralista Brasileira (SRB).

A ADEMAT enquanto filial do IBAD seguiu o fluxo de publicações anticomunistas diversas, o que ampliava a identificação de diferentes atores sociais com essa mensagem, mesmo guardando excessos no ataque ao comunismo, pode-se refletir que sua estratégia de ação política de neutralização dos adversários era avassalador. Vale ainda evidenciar que, concomitantemente ao surgimento da ADEMAT e o início de suas publicações na imprensa ocorreu o encaminhamento ao Congresso, pelo deputado petebista Bocaiúva Cunha, do projeto de emenda constitucional necessário para a implantação do plano de reforma agrária do governo Goulart, que visava, sobretudo, que as indenizações das desapropriações realizadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública.³⁷⁶ Destarte, em uma cidade como Campo Grande, relativamente isolada dos grandes centros do país, a imprensa mesmo que consumida por um público restrito de pessoas alfabetizadas, foi um meio de contato com o “mundo exterior”, por isso também recurso privilegiado para a tribuna política.

³⁷⁵ Reproduzimos aqui o nome conforme escrito no periódico, no entanto, em confronto a outras fontes a grafia correta do nome é Bucker.

³⁷⁶ NATIVIDADE, op. cit., p. 49.

Neste cenário, quando um grupo organizado passa a divulgar certo conteúdo anticomunista traduzido para as lutas endógenas, onde quem é atacado não são apenas os cubanos ou russos, mas integrantes do PCB local, ou qualquer outro adversário político tachado como comunista, o discurso endossa um novo tipo de significado: a ameaça comunista está à porta e a ADEMAT se apresenta para defender a democracia “de armas na mão”.

3.4 Reforma Agrária: “O Golpe traidor comunista”

As discussões a respeito da reforma agrária foram objeto de destaque nas publicações da ADEMAT. Para esta organização, intransigente quanto a qualquer política de redistribuição de terras, defendia que:

A tática comunista na luta de classes procura lançar os assalariados contra os patrões, e os sem terras, ou donos de pequenas glebas, contra os médios e grandes proprietários. Grita-se até cansar os pulmões: “Latifúndio Latifúndio” “Reforma Agrária” “Reforma Agrária” cria-se um clima e motivo, irracional açulam-se os assalariados prometem-se lhes terras e propriedades envolvem-se os legisladores numa gritaria nacional.³⁷⁷

A reforma agrária que os brasileiros querem – frisou o Deputado Armando Falcão – é a reforma agrária cristã, é a reforma agrária democrática, é a reforma agrária da Igreja Católica, e não a reforma agrária do Dr. Leonel Brizzola (sic.), e muito menos a reforma agrária do cunhado do Dr. Leonel Brizzola (sic.).³⁷⁸

Os trechos acima dispostos correspondem a duas publicações relacionadas à ADEMAT. O primeiro refere-se ao texto divulgado na coluna dessa entidade no jornal *O Matogrossense* em junho de 1963, o qual é veiculado como “A verdadeira opinião da Igreja de Cristo, pelas Palavras do Arcebispo de DIAMANTINA”. Utilizando as palavras do mesmo texto traz uma proposição profundamente anticomunista a respeito da Reforma Agrária. Já o segundo fragmento, corresponde a palestra promovida pela ADEMAT durante a 25ª Exposição Agropecuária e Feira de Amostras de Mato Grosso e transcrito pela Revista *Brasil Oeste*, também no ano de 1963. Durante a Feira o deputado Armando Falcão (PSD)³⁷⁹ discursou em nome do que se diz uma “Reforma Agrária democrática e cristã”.

³⁷⁷ Jornal *O Matogrossense*. Coluna da ADEMAT 17/18 jun. 1963. p.1 e 6. ARCA.

³⁷⁸ Revista *Brasil-Oeste*. jul. 1963, nº 83. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

³⁷⁹ Deputado Federal pelo PSD/Ceará de 1951 a 1966 foi eleito por quatro mandatos consecutivos. Foi Ministro interino da Justiça e Negócios e de Relações Exteriores ambos no ano de 1959. Também foi Ministro da Saúde em 1961. De acordo com o verbete biográfico de Falcão no dicionário histórico biográfico brasileiro da FGV “sua condição de grande proprietário de terras em Quixeramobim (CE), herdadas da família, colocou-o na linha de frente contra a reforma agrária”. PAULA; LATTMAN-WELTMAN, op. cit. Disponível em: <goo.gl/Lcf2K4>. Acesso em: 26 ago. 2017.

O debate sobre a questão agrária perpassou diversos momentos da história brasileira, tendo seu ponto de inflexão durante o governo de João Goulart. Melissa Natividade notabiliza seis dos principais projetos que tramitaram no Congresso entre 1961 e 1964: 1) o Projeto nº 4.389-A/54, 2) Anteprojeto de Reforma Agrária, Aumento da Produtividade, Humanização do Homem do Campo (Projeto Armando Monteiro), 3) Anteprojeto de Reforma Agrária do Executivo de Goulart, 4) Projeto nº 93-A (Projeto Milton Campos), 5) Projeto de Reforma Agrária do Deputado Aniz Brada e o 6) Projeto do Estatuto sobre a Terra elaborado pelo deputado Herbert Levy.

Para a autora os projetos podem ser divididos em dois grupos: o primeiro com uma linha distributivista formado pelos: Projeto nº 4.389-A/54, Projeto Armando Monteiro e do Executivo de Goulart.³⁸⁰ Já o segundo de caráter mais produtivista engloba os projetos de Milton Campos, Aniz Brada e Herbert Levy. A autora salienta ainda que todos os referidos projetos mencionam a criação de um órgão ou órgãos específicos para o planejamento e execução da reforma agrária. Os projetos convergem no critério de desapropriação por interesse social e se distanciam em relação à forma como as indenizações deveriam ser pagas.

Segundo Natividade, o anteprojeto do Executivo de Goulart por conter a indenização das desapropriações realizada por títulos especiais da dívida pública precisava de uma prévia alteração no texto constitucional, pois sem uma emenda antecedente corria o risco de, ao ser encaminhado à Câmara, cair na inconstitucionalidade. Desse modo, tramitou de maneira não oficial, como um anteprojeto apresentado aos líderes partidários.

Entre os cinquenta e quatro itens constantes no anteprojeto de Goulart figuravam a desapropriação por interesse social e a indenização por títulos da dívida pública emitidos pela União, resgatáveis no prazo de vinte anos, em parcelas anuais com juros de 6%, podendo sofrer reajustes, sem que ultrapassassem 10% ao ano. Em relação à distribuição de terras esta se daria através da compra e venda ou arrendamento, que seria feito através do parcelamento a prazo, com vencimentos anuais. A respeito de quem seria beneficiário da distribuição de terras primava-se por unidades colonizadoras familiares. Desse modo, não consta na proposta do governo Goulart qualquer referência à estatização da propriedade, ou mesmo a doação pura e simples de terras.

Em continuidade com a proposta de reforma agrária, Goulart criou a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA) através da Lei Delegada nº 11 de outubro de 1962. Constituída como uma entidade autárquica que responderia apenas à presidência da

³⁸⁰ NATIVIDADE, op. cit., p. 96.

República, a SUPRA teve como primeira determinação a incorporação do Serviço Social Rural (SSR), do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), do Conselho Nacional da Reforma Agrária e do Estabelecimento Rural do Tapajós. Entre as competências da SUPRA estava:

[...] colaborar na formulação da política agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subsequente.³⁸¹

De acordo com Alessandra Gasparotto, a incorporação do SSR à SUPRA significou a fragilização do controle por parte de entidades patronais no interior do aparelho do Estado, pois o SSR passaria a estar vinculada diretamente à Presidência da República sem a mediação do Ministério da Agricultura. O SSR foi criado em 1955, entre suas atribuições estava a prestação de serviços no meio rural, no concernente a melhoria das condições de vida da sua população. Assim, visava dar assistência em relação à alimentação, saúde, habitação, aprendizagem e aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, entre outros.³⁸² Como aponta Moacir Palmeira, a administração dessa entidade era realizada por um Conselho Nacional “[...] com um presidente nomeado pelo Presidente da República a partir de uma lista tríplice apresentada pela Confederação Rural Brasileira (que, aliás, possuía a maioria dos membros dos conselhos daquela entidade autárquica)”.³⁸³ Neste sentido, a CRB utilizava o SSR “com o objetivo de controlar a sindicalização dos trabalhadores rurais. Através desse órgão, a entidade e suas federadas estimulavam o associativismo e realizavam atividades visando à formação de ‘líderes rurais’, que posteriormente seriam encarregados de promover a sindicalização de trabalhadores rurais”.³⁸⁴

Desse modo, uma reação por parte das entidades patronais sucedeu a criação da SUPRA. O descontentamento dessas entidades ocorria em grande medida devido à centralização de órgãos que antes estavam sob o controle das mesmas em uma autarquia que não era mais subordinado ao Ministério da Agricultura. Portanto, significava a fragilização

³⁸¹ Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962. Disponível em: <goo.gl/uLBocZ>. Acesso em: 10 jan. 2018.

³⁸² BRASIL, Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955. Disponível em: <goo.gl/8e9NyW>. Acesso em 30 jun. 2018.

³⁸³ PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, 1989. p. 95.

³⁸⁴ GASPAROTTO, Alessandra. “Companheiros Ruralistas!” Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). Tese (doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 203.

dos espaços de poder de grupos ruralistas já estabelecidos dentro do Estado. Dessa forma, Gasparotto ao analisar a recepção da criação da SUPRA pelos integrantes da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL) salienta:

[...] a intervenção do governo, via Supra, no processo de sindicalização rural vinha de encontro com os interesses da Farsul e dos ruralistas, pois tirava deles o protagonismo no associativismo, que era garantido, em grande medida, pelo controle dentro do SSR. Na medida em que este foi absorvido pela nova autarquia, as entidades patronais rurais perderam esse canal de atuação. Por essa razão manifestou-se no seio da Farsul uma reação tão veemente em relação às transformações na estrutura do SSR. Desse modo, vemos que a atuação no interior dos órgãos do estado não era secundária, e a Farsul compreendia isso muito bem, o que justifica seu descontentamento com qualquer ação do governo que lhe retirasse tal poder.³⁸⁵

Após a criação da SUPRA e da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, era necessário o trâmite preliminar da emenda constitucional para alteração do texto do artigo 141 da Constituição de 1946, que estabelecia a prévia indenização em dinheiro em caso de desapropriação, e que tornava inviável o avanço do projeto de reforma agrária. Para iniciar o diálogo a respeito da emenda, Goulart encaminhou ao Congresso uma mensagem presidencial que continha os termos em que deveria ser orientada a mesma.³⁸⁶ O debate permaneceu agitado após a apresentação da Emenda Constitucional nº 1, exposta pelo deputado petebista Bocaiúva Cunha, que, embora tenha sofrido derrota, marcava o início de uma discussão ampla a respeito da reforma agrária proposta pelo governo, assim:

A partir de sua apresentação, a proposta do governo, as críticas que ela suscitou e os pontos passíveis (ou não) de negociação dominaram o debate parlamentar. As entidades representativas do patronato rural buscaram intervir de forma significativa neste debate, promovendo reuniões, posicionando-se publicamente, lançando manifestos e apresentando estudos sobre o tema, mobilizando os parlamentares e aliados para se contrapor ao projeto e buscando pressionar o presidente.³⁸⁷

Vale reter que no início da década de 1960, mais que uma questão econômica, a reforma agrária *per se* abrangeu um significado político e isso resultou que, inclusive, as entidades patronais mais conservadoras não se manifestassem publicamente contra ela. Palmeira enfatiza “a expressão ‘reforma agrária’ ganhou, na época, um tal peso que até as entidades patronais diziam defende-la”.³⁸⁸ Por certo, emergiram nas parcelas mais conservadoras, a dos grandes proprietários de terras, propostas alternativas de Reforma

³⁸⁵ Ibidem, p. 207.

³⁸⁶ Ibidem, p. 222.

³⁸⁷ Ibidem, p. 223.

³⁸⁸ PALMEIRA, Moacir. Significado da Reforma Agrária. In: CARVALHO, Abdias Vilar de; D'INCÃO, Maria Conceição. *Reforma Agrária: significado e viabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 17.

Agrária, geridas por suas agremiações de classe: a SNA e a SRB. Sobre essas entidades patronais Sonia Regina de Mendonça dispõe:

A Sociedade Nacional de Agricultura, sediada no Rio de Janeiro, foi fundada em 1897, tendo-se revelado um ator político estratégico em vários momentos da história das lutas – sobretudo em sua dimensão entre classes dominantes – em torno da agricultura e de políticas agrícolas brasileiras no decorrer do século 20. [...] Já a Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919, em São Paulo, para fazer frente às demais entidades de classe de âmbito regional, bem como à SNA, teve uma participação extremamente ativa junto aos inúmeros contextos de debate nacional sobre a reforma agrária, traduzindo a posição e as ideias do segmento tido como o mais “moderno” da classe dominante agrária brasileira [...].³⁸⁹

Salvo as divergências e disputas entre ambas as entidades pela liderança da classe, a SNA e a SRB convergiam em relação à manutenção da estrutura fundiária.³⁹⁰ A SRB, com uma posição mais radical, rejeitava a reforma agrária e mobilizou seus quadros no pré-golpe, o que se pode notar pela sua participação e realização de eventos como: o Congresso Brasileiro para Definição das Reformas de Base, de março de 1963, o Encontro Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e palestras na Escola Superior de Guerra.³⁹¹ Por sua vez, a SNA mesmo utilizando “um tom mais moderado em sua crítica, admitindo a necessidade de ‘alguma reforma’ [...] acabavam por recusá-la na prática”.³⁹² A SNA encaminharia seu próprio projeto de Reforma Agrária ao Governo Federal e em princípios de 1961 já possuía um de seus dirigentes – Edgard Teixeira Leite – nos quadros de estudos sobre reforma agrária do IBAD.

Outro órgão patronal de destaque no período foi a Confederação Rural Brasileira (CRB). A CRB foi fundada em 1951 a partir da SNA em um processo de tentativa de criação de um órgão máximo e de abrangência nacional para representação da classe patronal agrícola.³⁹³ Em relação ao posicionamento da entidade sobre a reforma agrária, a mesma rejeitava a reforma de cunho distributivista, atacando, principalmente, a proposta de desapropriação por interesse social, que já era prevista desde a Constituição de 1946 e determinava a indenização prévia justa e em dinheiro.³⁹⁴ Para a entidade o problema da

³⁸⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 32.

³⁹⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. (Col. História, Cultura e Idéias, v.10). p. 35.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 38.

³⁹² *Ibidem*, p. 39.

³⁹³ RAMOS, Carolina; CARVALHO, Tarcísio de. Verbetes Confederação Nacional da Agricultura (CNA). p. 120. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

³⁹⁴ TAVARES, Ana Cláudia Diogo. *A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da Constituição brasileira de 1988*. Tese de doutorado. Seropédica: UFRRJ, 2012. p. 45

questão agrária era de caráter técnico e deveria ser resolvido pelo aumento da produtividade da terra e não através de sua distribuição. Também defendia que a terra deveria ser destinada a quem dispusesse de meios para torná-la produtiva, assim como criticava o trabalhador rural – que em sua ótica era considerado como “analfabeto, ignorante e sem convívio social” – atribuindo que sua falta de instrução impedia o avanço técnico do campo.³⁹⁵

Outros elementos que aparecem na proposta defendida pela CRB eram: o acesso a terras ocorresse em terras públicas; criação de um sistema de crédito fundiário destinado à aquisição de propriedades e a tributação territorial de modo a onerar as áreas improdutivas. Ainda “as soluções seriam: melhorias ‘das condições de vida do homem’, bem como dos ‘métodos de trabalho da terra’ e de ‘comercialização dos produtos, de forma a assegurar justa remuneração às atividades rurais’”.³⁹⁶

A CRB no início dos anos 1960 também buscou elaborar uma proposta de estrutura sindical para o campo que “que não ferisse em muito os interesses das frações de classe que representava”.³⁹⁷ Após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 a CRB iniciou seu processo de sindicalização, o qual foi concretizado em 1964, quando a mesma passou a denominar-se Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Houve também a mobilização dos quadros do IBAD em função do desenvolvimento de uma proposta de reforma agrária. Em abril de 1961 foi realizado o Simpósio Sobre Reforma Agrária que marcou o início dos estudos e trabalhos dirigidos com o objetivo de formular um projeto de reforma agrária. Tal iniciativa foi posteriormente absorvida pelo IPES, isto é, quando foi estabelecido em 1962 o Setor de Estudo desse instituto para elaborar projetos sobre diversas temáticas como: reforma tributária, reforma orçamentária, reforma eleitoral, reforma bancária e outras. A pauta de reforma agrária, considerada prioritária, permaneceu sob a coordenação do IBAD, tendo apenas sido integrado à cúpula do IPES no que diz respeito a eventuais validações. Os trabalhos combinados entre o IPES/IBAD demonstram a interação de ambos os institutos como um grande complexo. A este respeito, a correspondência entre Garrido Torres e o Comitê Diretor do IPES é esclarecedora:

O documento de trabalho, ainda de acordo com orientação estabelecida pela Comissão Diretora, é o projeto e justificação financiado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática e elaborado pelo Prof. José Arthur Rios e pelo Dr. Edgard Teixeira Leite. O IBAD está representado no grupo misto por seu diretor, Dr. Ivan Hasslocher, pelo Prof. Rios e pelo economista Dênio Nogueira. O plano de trabalho é o de produzir não só o melhor projeto

³⁹⁵ Ibidem, p. 47.

³⁹⁶ Ibidem, p. 45.

³⁹⁷ RAMOS, op. cit., p. 64.

possível mas também um documento paralelo, contendo princípios e normas que sirvam para definir a posição do IPES em relação a esse momentoso assunto e para “vender” as ideias nele contidas junto à opinião pública. Esse segundo documento será entregue para aquele fim ao Setor de Opinião Pública.³⁹⁸

Em sua análise Natividade enfatiza que foi o estudo do IPES, gestado de maio a novembro de 1962, que resultou no projeto sobre reforma agrária entregue à ADP com vistas a sua institucionalização legislativa; contudo, o referido projeto foi desenvolvido e discutido pelo IBAD e integrado posteriormente ao IPES, sem com isso perder a primazia do IBAD enquanto responsável e financiador da pauta de reforma agrária desde pelo menos o primeiro semestre de 1961. Essa breve digressão nos permite refletir que mesmo antes de João Goulart assumir a presidência da República, em setembro de 1961, já havia movimentações organizadas em elaborar um projeto conservador de reforma agrária. Dessa forma,

O Simpósio do IBAD resultou num volume de “Recomendações” que frutificou em diversos argumentos aos opositoristas do projeto de Goulart, tendo sido também uma das fontes inspiradoras do futuro Estatuto da Terra, a ser aprovado no Governo Castelo Branco, em novembro de 1964.³⁹⁹

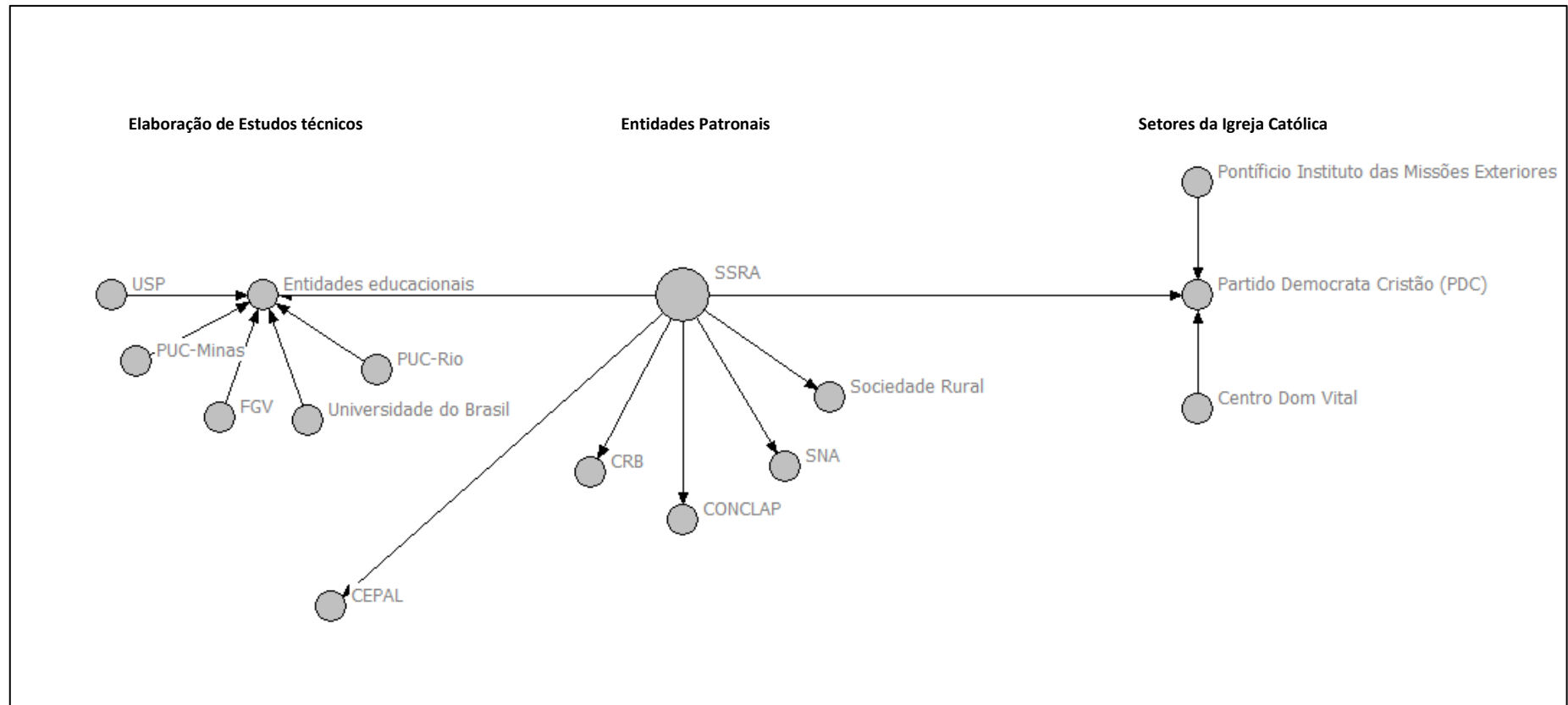
Os participantes que apresentaram trabalhos no Simpósio sobre Reforma Agrária realizado no Hotel Glória foram: Álvaro Ribeiro, Bertha Koifmann Becker, Celestino Sá Freire Basílio, Charles Hogenboom, D’Almeida Guerra Filho, Dênio Nogueira, Dirceu Lino de Matos, Edgard Teixeira Leite, Edson César de Carvalho, Estanislau Fischlowitz, Everaldo Macedo de Oliveira, Fernando Bastos de Àvila, Frederico Augusto Rondon, Gladstone Chaves de Melo, Gustavo Corção, Hilgard O’Reilly Sternberg, Ivan Hasslocher, Jairo Moura, Jan Litjens, João Camilo de Oliveira Torres, José Arthur Rios, José Augusto Bezerra de Menezes, José Bonifácio Coutinho Nogueira, José Carlos Barbosa Moreira, José Gomes da Silva, José Irineu Cabral, José Vicente Freitas Marcondes, Juarez Távora, Marcelo Lavenère Machado, Milcíades Sá Freire, Moysés Rosenthal, Oldegar Franco Vieira, Thomas Lynn Smith, Wanderbilt Duarte de Barros.⁴⁰⁰ No quadro da página 118 é possível observar o vínculo dos participantes do Simpósio com diversas organizações patronais e setores da Igreja Católica.

³⁹⁸ DREIFUSS, op. cit., p. 674. APÊNDICE “N” Correspondência entre Garrido Torres e o Comitê Diretor do IPES 29 de maio 1962.

³⁹⁹ NATIVIDADE, op. cit., p. 100.

⁴⁰⁰ Um resumo das biografias individuais pode ser encontrada no anexo II.

Figura 5 – Diagrama de vínculos associativos dos participantes do SSRA (1961)



Fonte: Diagrama elaborado pela autora através da compilação dos dados biográficos dos participantes do SSRA.

Diversas instituições civis tiveram seus representantes no SSRA, como setores da Igreja Católica vinculados ao Partido Democrático Cristão (PDC) e ao Centro Dom Vital. Também se fizeram presentes membros de instituições de ensino, recrutados com o fim de elaboração de relatórios e estudos técnicos sobre a questão agrária, como as Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além de instituições públicas de ensino como a Universidade do Brasil⁴⁰¹ e a Universidade de São Paulo. Igualmente participaram do simpósio a CEPAL e a FGV, além de integrantes de entidades patronais como a SNA (cujo presidente participou dos estudos, discussão e redação final do projeto de reforma agrária formulado pelo IBAD), a Confederação Rural Brasileira (CRB) e o CONCLAP.

O programa de reforma agrária apresentado no livro *Recomendações Sobre Reforma Agrária* (RSRA) marcou o posicionamento contrário a dois outros setores: os identificados como totalitários e os conservadores; estes últimos eram considerados os integrantes da classe dominante agrária que se posicionavam totalmente contrários à reforma agrária. Neste sentido, a proposta do IBAD estava alinhada à SNA e fazia frente à rejeição da reforma agrária feita pela SRB. Portanto, o IBAD juntamente a diversos técnicos e membros de entidades ruralistas patronais traçava um projeto moderado, que marcava, sobretudo, o posicionamento de uma parte da classe dominante em relação à questão da terra, principalmente no que concerne a modernização agrícola do país. Era necessário transformar as práticas agrícolas em atividades empresariais, assim,

A condição *sine qua non* para a valorização da agricultura brasileira consistiria em transformá-la em atividade empresarial, isto é, “uma atividade que se desenvolva com o melhor aproveitamento dos fatores de produção; uma atividade em que possam *coexistir harmonicamente todas as categorias que nela intervém*”.⁴⁰²

A proposta endossada pelo IBAD previa a desapropriação gradual das terras e sua indenização em dinheiro ou em títulos de uma dívida especial, amortizados em longo prazo. Em relação à avaliação do valor da terra para fins de desapropriação, esta seria “[...] feita à base do valor declarado para fins de imposto. Qualquer modificação nesse valor deverá ser apreciada por peritos, a requerimento dos interessados, deixando-se-lhes sempre a possibilidade de recurso”.⁴⁰³ Porém tal medida esbarrava na questão das imprecisões das

⁴⁰¹ Em 1937 a Universidade do Rio de Janeiro passou a ser denominada Universidade do Brasil e, posteriormente, devido à reforma universitária iniciada em 1965 transformou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro. PAULA; LATTMAN-WELTMAN, op. cit. Disponível em: <goo.gl/ovvsi4>. Acesso em: 10 mar. 2018.

⁴⁰² MENDONÇA, op. cit., 2009, p. 74. Grifo no original.

⁴⁰³ IBAD, op. cit., p. 228.

declarações de renda, o que suscitava conflitos a respeito dessa proposta. Em relação à desapropriação, são expostos os seguintes casos possíveis:

[...] a. áreas, em latifúndios, que não se acham cultivadas, apesar da existência de condições favoráveis ao seu aproveitamento; b. as áreas de latifúndios beneficiadas por obras públicas de alcance econômico e social, como as que se situam na orla de estradas, em tórno de açudes e em zonas irrigadas; c. as manifestamente mal cultivadas, contra as indicações de um zoneamento regional e os ditames técnicos; d. as que foram adquiridas para fins puramente especulativos, sobretudo nas imediações dos centros consumidores; e. as ilegalmente apropriadas por particulares, e f. as terras devolutas.⁴⁰⁴

Também se primava a necessidade de um cadastro agrícola atualizado como predecessor das desapropriações, para estimar-se o tamanho de todas as propriedades existentes e sua situação de produtividade, além de identificar as terras devolutas do Estado e sua dimensão. Tal cadastro seria utilizado também para estimativas dos valores de desapropriação e preparação dos cofres públicos para este fim. O estudo previa a necessidade de criação de um órgão nacional para coordenar a reforma e sugeria a incorporação de outros órgãos já existentes como o Serviço Social Rural.⁴⁰⁵

A respeito da aquisição das terras desapropriadas teriam precedência ex-alunos de Escolas Agrícolas e de Centros de Treinamento, assim “em cada grupo das classes rurais, isto é, assalariados, arrendatários, parceiros, etc., teriam, portanto, preferência, os agricultores de capacidade técnica comprovada e os de família mais numerosa”.⁴⁰⁶

O primeiro capítulo de RSRA apresentava a conceituação e os objetivos da Reforma Agrária, conforme a perspectiva do IBAD. O problema inicial colocado refere-se à concepção filosófica a respeito da propriedade, trata-se da demonstração das diferenças entre a concepção da terra no modo usufrutuário (do regime soviético) e a propriedade privada individual. Assim, dispõe-se:

No regime soviético, por exemplo, em que impera o primado do econômico, a lei agrária deu ao camponês apenas o usufruto da terra, que pertence diretamente ao Estado. Em países de vocação totalitária, onde o paternalismo de Estado tende a crescer, semelhante diretriz é sempre funesta. Por outro lado, a propriedade da terra parece-nos um elemento indispensável à complementação da personalidade do homem rural, pois viria dar-lhe a segurança, a independência e a responsabilidade que êle não tem. Assim, *uma Reforma de tipo democrático visaria dar a terra ao homem e não ao Estado*. No Brasil, a coletivização da terra, que é o ideal comunista, seria o

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 224.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 235-240.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 230.

aniquilamento do nosso agricultor e a sua definitiva redução à categoria de servo.⁴⁰⁷

Dessa forma a propriedade avança, torna-se parte indispensável ao próprio homem, uma extensão de seu ser e por isso inalienável ao Estado. Nesta concepção, o homem rural só se realiza na condição de proprietário de terras. Desse modo, a proposta do IBAD estabelece a venda das terras oriundas da desapropriação, mesmo que com parcelas em longo prazo.

Eram aspectos considerados defeituosos na estrutura agrária brasileira e que deveriam ser contemplados pela reforma: proporção de analfabetos no campo; más condições sanitárias; baixa produtividade e “exagerada” população; baixos índices de nupcialidade e de organização familiar; ausência ou extrema lentidão do progresso técnico; destruição do solo e mau aproveitamento da terra; defeituosa distribuição da propriedade e deficiência técnica e jurídica de cadastro.

Em linhas gerais, a proposta do IBAD não se distanciava substancialmente daquelas doravante apresentadas ao Congresso por partidos integrantes da ADP. O objetivo do Instituto era desenvolver “o melhor projeto de reforma agrária” que pudesse ser amplamente aceito pela opinião pública, tratava-se de vender uma ideia de reforma agrária, mesmo que no campo prático as premissas de tal reforma não fossem realizadas. Para Natividade vale reter que,

[...] o que realmente alardeava frações da classe dominante brasileira não era o projeto de Goulart em si, mas sim o crescimento dos movimentos sociais rurais, aliado ao “clima” de guerra fria vivido à época e o crescimento do PTB nas áreas rurais, tradicionalmente redutos da classe proprietária de terras.⁴⁰⁸

Tal é a proximidade entre os projetos que dois itens apresentados na proposta do IBAD foram postos posteriormente em prática: a criação de um órgão nacional que teria como objetivo a realização de estudos e a organização da reforma agrária, a SUPRA; e a desapropriação através do decreto nº 53.700 de 13 de março de 1964 de áreas rurais que ladeavam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por obras exclusivas da União, fossem elas de irrigação, drenagem ou açudagem.

Do mesmo modo, os discursos propagados pelo IBAD e pela ADEMAT divergem e convergem, seus posicionamentos estão alinhados no que corresponde a uma reforma agrária de cunho “democrático” e “cristão”, embora se afastem no que se refere à desapropriação de terras. No estudo do IBAD é levantada a possibilidade de desapropriação de terras, desde que seus proprietários recebam uma compensação equivalente em dinheiro ou em títulos de uma

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 49.

⁴⁰⁸ NATIVIDADE, op. cit., p. 96.

dívida especial resgatados em longo prazo, referente ao valor da terra e as benfeitorias nela aplicadas: colheitas estantes, frutos pendentes, animais e equipamentos.

Já a ADEMAT, intransigente quanto ao seu posicionamento, não admitia de modo algum a redistribuição de terras alegando que essa era uma prática “comunista”. Voltam a convergir as duas organizações no que diz respeito à necessidade de uma reforma que vise a otimização da produção agrícola e não a distribuição fundiária. São pontos comuns: a) a terra não pode ser distribuída, mas sim vendida; b) intransigência quanto às mudanças na constituição para desapropriação de terras (mesmo que improdutivas); c) destaque que a reforma agrária afetaria mais ao pequeno proprietário que ao latifúndio; d) insistência na distribuição das terras devolutas da União.

Em junho de 1963, em sua coluna em *O Matogrossense* a ADEMAT publicou o seguinte texto:

“Reforma Agrária” - O Golpe Traidor Comunista

A Verdadeira opinião da Igreja de Cristo, pelas Palavras do Arcebispo de DIAMANTINA. “A” – No mundo; Nos países onde há uma grande população agrícola o comunismo vê na Reforma Agrária “um elemento essencial na luta pelo poder. O homem do campo, seja o médio ou pequeno, é um enorme obstáculo para a revolução. Seu senso agudo de dono da terra seu espírito religioso, seu aférro as tradições, fazem dele um inimigo tenaz da revolução. Mas ao lado do obstáculo, o comunismo vê as possibilidades que o campo oferece. No campo existe necessariamente o assalariado. Existe o minifundiário e o pequeno proprietário. A tática comunista na luta de classes procura lançar os assalariados contra os patrões, e os sem terras, ou donos de pequenas glebas, contra os médios e grandes proprietários. Grita-se até cansar os pulmões: “Latifúndio Latifúndio” “Reforma Agrária” “Reforma Agrária” cria-se um clima e motivo, irracional açulam-se os assalariados prometem-se lhes terras e propriedades envolvem-se os legisladores numa gritaria nacional. Não se define o que a tal “Reforma Agrária” não se estudam as condições que tornam indispensável a grande e média propriedade e numa ação revolucionária conjunta atiram-se os lavradores contra os lavradores, e procura-se escamotear leis que sancionam o avanço sobre as terras alheias. Desta ação o comunismo obtém triplo proveito: lança a ação revolucionária a classe mais tradicional, destrói o caráter sagrado do direito de propriedade, e atira a nação ao caos e na miséria. Nenhuma nação do mundo fez tal tipo de “Reforma Agrária” sem cair no comunismo ou chegar a beira do abismo. Em nenhuma nação tal “Reforma Agrária” deixou de trazer a fome e a miséria, Porém isto entra justamente nos planos da Revolução. “B” – No Brasil: Também em nossa Pátria, amados filhos, os comunistas agitam histericamente o chavão da Reforma Agrária, Fechai-vos a esta campanha. Ela não tenciona melhorar vossa situação. Pelo contrario. Os fautores desta “Reforma Agrária” que a preconizam “na lei ou na marra”, “Reforma Agrária” ou “Revolução”, querem vossa desgraça. Ouvi o que diz um dos grandes mestres do comunismo: “A Reforma Agrária é uma luta sistemática e selvagem contra o feudalismo... Sua meta não é da terra aos camponeses pobre, nem aliviar sua miséria. Isto é ideal de filantropos e não de marxista... O verdadeiro objetivo da reforma agrária é a libertação das forças do país” (Lin-Chao-Tchi)

Secretario Geral do Partido Comunista Chinês mensagem de 14 de 1950...
Eis os objetivos excusos (sic.) da Reforma Agrária.⁴⁰⁹

O discurso contido no texto e assinado pelo Arcebispo de Diamantina-MG é assumido pela ADEMAT como reforço de seu próprio posicionamento em relação à reforma agrária: tratava-se de uma estratégia comunista para desestabilizar o país e por isso deveria ser rejeitada. Conforme o postulado o comunismo obtinha triplo proveito da reforma agrária: “lança mão a ação revolucionária a classe mais tradicional, destrói o caráter sagrado do direito de propriedade, e atira a nação ao caos e na miséria”⁴¹⁰ e argumenta que: “No Brasil também em nossa Pátria, amados filhos, os comunistas agitam histericamente o chavão da Reforma Agrária. Fechai-vos a esta campanha”.⁴¹¹

Contudo, em outras publicações é possível perceber a defesa de um tipo de reforma agrária, pautada nos princípios “democráticos” e “cristãos”, o que reflete a oscilação entre a rejeição absoluta e um projeto próprio de reforma. Uma reforma nos moldes “democráticos” e “cristãos” seria aquela formulada em oposição à reforma do tipo “totalitária”, que por seu turno tratava-se da empreendida em regimes considerados “comunistas”. Assim, defendia-se uma ideia de reforma agrária que não estatizasse as propriedades privadas e que, não violasse “o direito sagrado da propriedade”. Em linhas gerais, o Estado deveria responsabilizar-se pelos subsídios destinados àqueles que já eram proprietários de terras, entretanto, não poderia agir no sentido de qualquer mudança em relação à distribuição de terras. Esse mesmo processo pode ser observado nas demais entidades patronais, pois, rejeitar abertamente a Reforma Agrária em um momento de instabilidade não era politicamente viável, por isso essas organizações gestaram sua própria vertente reformista. Em julho do mesmo ano o jornal *O Estado de Mato Grosso* apresentou a entrevista realizada com Assis Brasil Correa, presidente tanto da ADEMAT quanto da ACSMT, sobre a reforma agrária,

[...] a reportagem procurou ouvir o Sr. Assis Brasil Corrêa, Presidente da Associação de Criadores do Sul de Mato Grosso e Presidente da Ação Democrática Matogrossense; o qual respondeu as perguntas elaboradas pela reportagem:

1 – Há imperiosa necessidade de reformar-se a Constituição para se legislar sobre Reforma Agrária? R – Não. Pelos estudos de diversos Parlamentares e juristas, a Reforma Agrária pode ser feita sem necessidade de uma reforma da Constituição.

2 – E a questão das terras que não estão produzindo em mãos de grupos ou particulares? R – A questão das terras que nada produzem, no meu ponto de vista é de uma reforma agrícola, dando terras aos colonos e assistência técnica e financeira.

⁴⁰⁹ Jornal *O Matogrossense*. 17/18 de jun. 1963. p. 1 e 6. ARCA.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Idem.

3 – No momento deve ou não haver distribuição de terras em pequenos lotes aos lavradores? R – Desde que o Governo esteja em condições de dar assistência aos beneficiados, *pode e deve ser feita essa distribuição de terras, respeitando porém, os sagrados direitos de propriedade daqueles que há séculos vêm contribuindo para o progresso da Nação brasileira.*

4 – A política Agrária do Presidente João Goulart vem atingindo os objetivos de tôdas as classes e as necessidades do País? R – O Presidente João Goulart, até aqui, não traçou a política agrária que deseja executar, preferindo antes reformar a Constituição para depois estabelecer o seu plano de ação nêsse sentido.⁴¹²

A irredutibilidade quanto às modificações na Constituição perpassou diversas entidades patronais do período, dentre as quais estiveram a SNA e a SRB, no âmbito nacional, e, no plano local a ACSMT. Verifica-se assim que uma das críticas mais rígidas em relação ao programa de reforma agrária de Goulart consistia principalmente na proposta de alteração do texto constitucional de modo a permitir a desapropriação de terras com indenização em títulos da dívida pública. A respeito da referida alteração tratava-se, sobretudo, da modificação da indenização em dinheiro, prevista no artigo 141 parágrafo 16 da Constituição de 1946.

Por outro lado, o que emanava das classes proprietárias era essencialmente a necessidade de uma reforma agrária que aumentasse a produtividade da terra sem sua necessária redistribuição, o que guardava enormes semelhanças à proposta de “modernização conservadora” defendida pela SNA, isto é, a “mecanização e subsídios para os grandes produtores, cooperativização para os pequenos: tal parece ter sido, em síntese, a proposta da entidade”.⁴¹³

A questão do melhoramento da produtividade da terra tem relação estrita com duas questões: a própria justificativa do direito à propriedade privada e a maximização dos lucros. Para John Locke mesmo diante do direito divino à propriedade ainda se fazia necessário que o homem aplicasse seu trabalho na terra para que esta pudesse lhe pertencer,⁴¹⁴ assim “a superfície da terra que um homem trabalha, planta, melhora, cultiva e da qual pode utilizar os produtos, pode ser considerada sua propriedade. Por meio do seu trabalho, ele a limita e a separa do bem comum”.⁴¹⁵ Segundo esse princípio, o homem seria proprietário de tudo aquilo

⁴¹² Jornal *O Estado de Mato Grosso*. 06 jul. 1963. Arquivo Público de Mato Grosso. p. 2. Grifo nosso.

⁴¹³ MENDONÇA, op. cit., 2009, p. 74.

⁴¹⁴ Nesse sentido, Ellen Wood acentua que “toda a tese de Locke sobre a propriedade gira em torno da idéia do melhoramento”. WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 93. Nesta mesma obra, Wood lança um olhar crítico a respeito da aparente dicotomia campo e cidade e sobre a concepção paralogística de que o capitalismo tem sua origem na cidade. Para a autora as transformações nas condições específicas da propriedade da terra na Inglaterra estão na base da origem do capitalismo. Assim, perpassando diversas teorias não marxistas e marxistas, Wood aborda a questão da origem agrária do capitalismo e, dessa forma, rompe com a ideia de seu desenvolvimento natural.

⁴¹⁵ LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o governo civil e outros escritos*: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 100.

o que produzisse e pudesse consumir, contudo, com o advento do dinheiro mediando às trocas o excedente produzido torna-se acumulável. Locke dispõe:

Mas uma vez que o ouro e a prata, sendo de pouca utilidade para a vida do homem em relação ao alimento, ao vestuário e aos meios de transporte, retira seu valor apenas da concordância dos homens, de que o trabalho ainda proporciona em grande parte e medida, é evidente que o consentimento dos homens concordou com uma posse desproporcional e desigual da terra; através de um consentimento tácito e voluntário, eles descobriram e concordaram em uma maneira pela qual o homem pode honestamente possuir mais terra do que ele próprio pode utilizar seu produto, recebendo ouro e prata em troca do excesso, que podem ser guardados sem causar dano a ninguém; estes metais não se deterioram nem perecem nas mãos de seu proprietário.⁴¹⁶

A concepção lockeana de justificativa da propriedade privada pode ser observada no trecho “pode e deve ser feita essa distribuição de terras, respeitando porém, os sagrados direitos de propriedade daqueles que há séculos vêm contribuindo para o progresso da Nação brasileira”. Todavia, a tese de Locke mesmo trazendo a ideia do trabalho como fundamento da propriedade, advoga em favor da produtividade da propriedade e sua aplicação ao lucro comercial e não ao trabalho de um ser humano.⁴¹⁷ Desse modo, “trata-se, antes, de que o latifundiário que confere à sua terra um uso produtivo, que a melhora, mesmo que seja através do trabalho de terceiros, está sendo *diligente*, não menos – e talvez mais – do que o criado que labuta”.⁴¹⁸

A desapropriação de terras improdutivas converge, portanto, com a relação entre propriedade e melhoramento, pois este último aparece como justificativa primeira à propriedade da terra, daí a importância da discussão sobre a desapropriação apenas de terras que nada produzem,⁴¹⁹ pois, nesse caso não se cumpre o princípio gerador da propriedade que é o trabalho da terra. Mesmo assim, o problema é encarado por Assis Brasil Correa como uma

⁴¹⁶ Ibidem, p. 111.

⁴¹⁷ WOOD, Ellen. op. cit., 2001. p. 94.

⁴¹⁸ Idem.

⁴¹⁹ Desse modo, como apontado por Caio Prado Jr. a preocupação com a questão da produtividade da terra refere-se de uma formulação tipicamente burguesa do problema agrário. Além disso, para o autor é impraticável a mensuração do grau ou índice de aproveitamento da terra, pois “Não é praticamente possível definir, em termos quantitativos, o aproveitamento da terra. Esse conceito de aproveitamento da terra é por natureza impreciso, o que se evidencia logo que se trata de o traduzir em normas práticas. Digamos, para exemplificar, que será considerada ‘aproveitada’ a terra em cultura ou em pasto artificial. Mais quantos níveis diferentes de aproveitamento não pode haver em terras ocupadas? Inclusive ocupação acumulada com pseudoculturas e pseudopastos artificiais. A par disso, pode haver maior inconveniente social, do ponto de vista dos trabalhadores, em certos tipos de aproveitamento, em vez de outros. É o que, entre outros casos, se tem observado com relação à substituição de culturas por pastos, o que tem ocorrido em larga escala no Brasil de uns vinte anos a esta parte (por estímulo, na atual conjuntura, do alto rendimento produzido pela criação, e, sobretudo, engorda de gado de corte), com prejuízo manifesto e bem sentido da massa trabalhadora rural, que sofre com aquela substituição uma forte redução do emprego e ocupação, dada a pouca demanda relativa de mão de obra na pecuária”. PRADO JR., Caio. A Questão Agrária e a Revolução Brasileira – 1960. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 83.

questão que poderia ser resolvida através de assistência ou subsídios e por isso objeto de uma reforma agrícola e não de distribuição fundiária; concepção perceptível em sua resposta sobre a improdutividade “a questão das terras que nada produzem, no meu ponto de vista é de uma reforma agrícola, dando terras aos colonos e assistência técnica e financeira”. As respostas do presidente da ACSMT e da ADEMAT transparecem a intocabilidade da propriedade rural no sul de Mato Grosso.

Por outro lado, o melhoramento trata também de uma questão de maximização de lucros e de concentração da terra, sobre isso Ellen Wood diz:

[...] o melhoramento significa um pouco mais do que métodos e técnicas novos ou melhores de cultivo. Significa, em termos ainda mais fundamentais, novas formas e concepções da propriedade. Para o latifundiário empreendedor e seu próspero arrendatário capitalista, o cultivo “melhorado” significa, idealmente, ainda que não necessariamente, propriedades rurais maiores e mais concentradas.⁴²⁰

Onze dias depois da entrevista concedida por Assis Brasil, em 20 de julho de 1963, durante a realização da 25ª Exposição Agropecuária e Feira de Amostras de Mato Grosso⁴²¹ a ADEMAT organizou uma palestra sobre a reforma agrária que foi transmitida via rádio a diversos municípios de todo estado de Mato Grosso. A solenidade contou com a presença de indivíduos externos aos quadros da Ação como: Hugo da Silveira, Armando Falcão (PSD/CE), Último de Carvalho (PSD/MG),⁴²² João Calmon (PSD/ES), Philadelpho Garcia (PSD/MT),⁴²³ Hugo Pereira do Vale⁴²⁴ e Rachid Saldanha Derzi (UDN/MT)⁴²⁵. Assim, Armando Falcão dando voz aos anseios dessa organização, destacou:

Nosso esforço, e conosco da Ação Democrática Mato-Grossense, é justamente esclarecer o povo, para que ele não se iluda com as pregações demagógicas, não impressione com as promessas ilusórias, com os sonhos

⁴²⁰ WOOD, Ellen. op. cit., 2001. p. 90.

⁴²¹ Na 25ª edição foi comemorado o jubileu de prata da Exposição Agropecuária. Esse evento era considerado por seus organizadores como “no seu conjunto, o concurso anual das atividades praticadas pelas classes produtoras de nosso Estado”. Cf. Revista *Brasil-Oeste*, nº 83, p. 36. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

⁴²² Deputado Federal pelo PSD/Minas Gerais de 1955 a 1971. Ainda, “em junho de 1963, tornou-se líder da bancada de seu partido na Câmara, e participou ativamente do crescente movimento de oposição a João Goulart”. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc>. Acesso em: 26 ago. 2017.

⁴²³ Deputado Federal pelo PSD/Mato Grosso por três mandatos consecutivos de 1951 a 1967. Advogado. Membro da redação de *O Matogrossense* em 1963. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 26 ago. 2017.

⁴²⁴ Foi um médico e advogado campo-grandense, ex-expedicionário da FEB, membro da Academia Mato-Grossense de Letras e docente da Faculdade de Medicina da UFMT. Cf. Verbete biográfico da Academia Mato-Grossense de Letras. Disponível em: <goo.gl/jSYe9t>. Acesso em: 26. ago. 2017.

⁴²⁵ Deputado Federal pela UDN/Mato Grosso de 1955-1971 e Senador pelo mesmo estado de 1971 a 1979, e pelo Mato Grosso do Sul de 1979 a 1995. Agropecuarista e médico, era cunhado de Itálvio e Lúdio Coelho. JALLES, Cristiane. PAULA; LATTMAN-WELTMAN, op. cit. Disponível em: <goo.gl/c8MoE9>. Acesso em: 26 ago. 2017.

de um paraíso que jamais será atingido. Devemos orientar-nos pelo bom-senso, pela voz da Igreja Católica, pelo ensinamento dos nossos homens democratas, porque estes, sim, conhecem o assunto, conhecem a realidade nacional, conhecem as necessidades do homem do campo e objetivam dar ao homem do campo um estatuto legal capaz de garantir-lhe uma atividade pacífica e produtiva e uma prosperidade racional e perene.⁴²⁶

Outros pontos comuns, entre o conteúdo apresentado na Exposição e o discurso proferido dias antes pelo presidente das entidades ACSMT e ADEMAT foram: o destaque a necessidade de uma reforma agrícola em que o governo mobilizasse esforços no sentido de assistência social ao homem do campo, concentrados em financiamento bancário e fornecimento de implementos agrícolas a “baixo custo” e com “facilidade de pagamento”. Neste sentido, frisava-se ainda que:

[...] o próprio Governo intenta impor uma reforma agrária que não corresponde a realidade nacional, nem consubstancia os mais sentidos anseios do homem do campo. Intenta-se promover uma distribuição de terras, que virá favorecer os apaniguados do Governo, em detrimento dos homens que realmente se devotam as lides agropastoris. Através daquela panaceia – pois outra coisa não seria uma simples redistribuição de terras – os mentores do Governo procuram agradar aos comuno-nacionalistas, propiciando-lhes o pasto para uma demagogia desenfreada, até mesmo violenta, que poderá arrastar o país para a desordem e o caos. A terra, simplesmente, de nada valerá se seu proprietário não dispuser dos meios para lavrá-la e torna-la produtiva.⁴²⁷

Quanto à questão da desapropriação de terras a ADEMAT era irredutível, a reforma agrária para a mesma não poderia ser orientada para a distribuição de terras, pois uma reforma nesses termos seria apenas uma “orgia de desapropriações”. Neste sentido, o posicionamento da organização foi reforçado no editorial de sua coluna em julho de 1963:

[...] Outro êrro mais particularizado é o de julgarem quase todos os parlamentares que a parte essencial e até única da reforma agrária é a econômica e, mais especialmente, a da divisão de terras. Tudo indica que no primeiro tempo haverá um simularco de divisão de terras por todos, e até já se tem falado em propriedades de dimensões familiares. Se ganharem corpo de lei os dispositivos para tal divisão será uma orgia de desapropriações e de distribuições sem nenhum critério econômico, sociológico e cultural. No fim de curto tempo verão todos que o distributivismo falhou na sua essência, na sua idéia central. O único remédio será então voltar tudo às mãos do Estado, único proprietário, e então teremos aquele ideal perfeito desejado pelos sedentos de justiça do tipo esquerdista: como há poucos proprietários, melhor será que ninguém o seja. E então estaremos a começar a experiência tenebrosa da escravização, da fixação à terra por decreto, sem falar na fome, que nesse meio tempo estourará por aqui como bomba atômica da nuclear incompetência.⁴²⁸

⁴²⁶ Idem.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ *Jornal O Matogrossense*. 15 jul. 1963. ARCA.

O posicionamento da ADEMAT demonstrava a rejeição à desapropriação e distribuição de terras, por outro lado defendia que uma reforma de cunho “democrático” primaria pela questão da produtividade, pois, “a terra, simplesmente, de nada valerá se seu proprietário não dispuser dos meios para lavrá-la e torna-la produtiva”.⁴²⁹ Tal posicionamento aproxima-se daquele impetrado pela SRB, para quem uma “reforma agrária justa” contemplava apenas a realização de uma reforma agrícola, tendo como pontos principais: “a) a intocabilidade da propriedade fundiária; b) fim de qualquer direito trabalhista para o homem do campo; c) ênfase à modernização da atividade, baseada no binômio abundância de subsídios públicos/aumento da produtividade”.⁴³⁰ O programa da ADP é apresentado pela ADEMAT em uma de suas publicações de outubro de 1963 sob o título de “Reforma Agrária Democrática”:

Reforma Agrária Democrática

Definição da Ação Democrática Parlamentar: a terra, que não pode ser o apanágio dos ociosos e parasitas, não há de ser o caminho da demagogia para a supressão dos direitos fundamentais do homem.

1- Sem Reforma da Constituição; 2- Sem confisco da propriedade; 3- Sem despesas para o tesouro.

“Quando, sob a falsa alegação da defesa das populações rurais e do desenvolvimento do País, se envereda pelo caminho da demagogia para a supressão de direitos fundamentais do homem, consagrados em princípios inderrogáveis da nossa Lei Magna, os deputados da Ação Democrática Parlamentar julgam-se no dever de expor aos brasileiros sua posição definida e definitiva.

“Defenderemos decisivamente todos os projetos de lei que assegurem aos que tiverem o amor e a vocação da terra, a distribuição dela com igual oportunidade para todos. Julgamos que a fronteira do País deve avançar até o limite das fronteiras na marcha para o Oeste, vencendo o deserto, ocupando o solo vazio, inexplorado e desconhecido e pondo em valor todos os recursos naturais”.

“Mas ninguém ignora que a União, além de terras interiores, possui imensas áreas nas faixas de fronteiras bem como nos Territórios Federais e que os Estados membros dispõem de centenas de milhões de hectares de terras devolutas ou ilegitimamente apossadas. *Dois terços, aproximadamente, do Território Nacional se compõem dessas terras despovoadas e não utilizadas, suficientes, entretanto, para mais do triplo da população atual.* Por aí deve começar a repartição das terras, como aconteceu nos primeiros séculos da fundação do Brasil. *sem despesas* para o Tesouro, isto é, para os contribuintes, *nem confisco* para os cidadãos. *Que se rasguem as estradas* de penetração para o Oeste”.

“Somos contra o latifúndio, no sentido das grandes áreas desocupadas ou não utilizadas. Somos contra o ausentismo. Os impostos territoriais, de renda e de herança corrigirão enérgica e gradualmente esses males”.

⁴²⁹ CAMARGO, op. cit.

⁴³⁰ MENDONÇA, op. cit., 2009, p. 139.

“Êsses tributos: racionalmente decretados em caráter progressivo, determinarão gradual, mas rapidamente a redistribuição da terra”.

“Em nenhuma hipótese participaremos de qualquer forma de *espoliação contra os verdadeiros agricultores e criadores*, os que não são apenas proprietários, mas colaboradores da grandeza do país, concorrendo para tanto com os únicos produtos exportáveis e geradores de divisas, além de fornecerem matérias-primas às indústrias nacionais, alimentos ao povo, emprêgo aos trabalhadores, e tributos aos cofres públicos. Não se desorganiza o pouco que está organizado.

“Combateremos qualquer tentativa de violação dos direitos e garantias, consubstanciados no artigo 141 da constituição da República. Recordaremos aqui as palavras de Campos Sales: “Se um corpo político tem coração, esse dispositivo é o coração do regime”.

“*Não aceitaremos a fórmula de indenizações em apólice que, já desvalorizadas, numa inflação devoradora, de cerca de 50 por cento ao ano, do poder aquisitivo em cruzeiros, ainda mais se aviltarão, quando o governo federal, 23 Estados membros e milhares de Municípios inundarem o país com êsse papel desprestigiado, para desapropriação temerárias.*

“Não será com a nossa cumplicidade que se destroçará a economia nacional, nem se matará a confiança e tranquilidade dos brasileiros na estabilidade de seu arcabouço de direitos e garantias. Preservados uns e outras, aceitaremos reformas mais profundas e benfazejas do que essas que por aí fermentam o clima úmido da demagogia, da reserva mental e da má fé, ambiente em que não há mais lugar para *a maior das reformas, que é a do próprio homem*”.⁴³¹

Além de reproduzir o postulado pela ADP e demonstrar sua inflexibilidade quanto a qualquer modificação constitucional, o texto assim como outros de igual teor publicados pela ADEMAT buscava “esclarecer o povo” quanto ao que se colocava como uma reforma agrária democrática. Primeiramente, o texto salienta que deveriam ser defendidos os projetos que assegurassem aos que possuíssem o “amor e a vocação da terra”, que em outra passagem são destacados como “verdadeiros agricultores e criadores”, que são, justamente, os grandes proprietários de terras. Coincidentemente, no mesmo período a FARSUL se posicionou em relação ao anteprojeto apresentado por Goulart de modo semelhante, como aponta Gasparotto em relação ao postulado por Luzardo de Almeida em entrevista ao jornal *Correio do Povo* em 12 de abril de 1963:

Sua fala reforça os argumentos comumente utilizados pelos ruralistas, quais sejam, a ideia de que a distribuição ou desapropriação de terras não deveria ser o eixo central de uma reforma agrária; a ênfase deveria ser “a valorização do homem rural”, seu acesso à políticas públicas de saúde, educação, crédito, assistência técnica. Nesta declaração, se manifesta o *ethos* da classe produtora rural, que se identifica enquanto autoridade para o manejo das lides do campo, se enxerga enquanto responsável pelo “sucesso” no trabalho agrícola, em oposição àqueles que, segundo eles, não dispunham das “condições exigidas”, dos “meios materiais” e da “assistência” para laborar a terra.⁴³²

⁴³¹ Jornal *O Matogrossense*. 15 out. 1963. ARCA.

⁴³² GASPAROTTO, op. cit., p. 224.

Além disso, a questão das terras devolutas da União volta à tona correntemente, afirma-se que cerca de dois terços da terra concernem a propriedades pertencentes ao Estado, o que não se verifica na esfera prática. Em Mato Grosso, por exemplo, na década de 1960, dos trinta milhões de hectares de terras registradas apenas 2% referiam-se a propriedades públicas e entidades religiosas. A argumentação insere também a questão dos “espaços vazios”, do combate ao latifúndio somente quando este significasse “grandes áreas desocupadas ou não utilizadas” e da produtividade da terra.

Por fim, retoma-se a questão de que a única reforma válida é a do próprio homem, o que, grosso modo, estava relacionado aos princípios religiosos expostos em publicações anteriores da ADEMAT, como o fragmento do texto de Plínio Oliveira intitulado “Revolução e Contra-Revolução”. Trata-se do homem individual, em oposição à sua condição objetiva de existência, colocando-se a subjetividade do ser como central, enquanto a discussão refere-se à mudança, mesmo que de maneira limitada, do acesso deste mesmo homem aos seus meios de subsistência.

Por outro lado, como dito anteriormente, a proposta do IBAD alinhava-se com o projeto de reforma agrária da SNA. A este respeito, sublinha-se a presença de Edgard Teixeira Leite no Simpósio promovido pelo IBAD e sua participação ativa na redação final dos textos apresentados o que originou o manual RSRA. Teixeira Leite ocupou os cargos de 2º vice-presidente da SNA entre os anos de 1955 a 1960 e de 1º vice-presidente de 1961 a 1968. Verifica-se assim, que mesmo que a ADEMAT tenha surgido como uma subsidiária do IBAD,⁴³³ na prática seu alinhamento discursivo seguia o proposto pela ACSMT, entidade patronal com quem compartilhava membros e lideranças. Desse modo, é possível afirmar o que já fora observado pelas autoras Sonia Mendonça e Alessandra Gasparotto, de que existiam conflitos intraclasse a respeito dos projetos de reforma agrária.

Os homens “democratas” e cristãos da ADEMAT falavam em nome de uma classe, que não era substancialmente a do homem do campo enquanto trabalhador, mas a dos grandes proprietários de terras. Assim é possível apontar que o desenvolvimento da ADEMAT enquanto grupo de ação política articulado deve-se em grande medida à mobilização de uma classe em prol da manutenção do direito e da intocabilidade da propriedade da terra. Esse movimento permitiu fortalecer e estreitar laços e vínculos entre aqueles cuja fonte de poder principal advinha da propriedade da terra.

⁴³³ ARAKAKI, op. cit., p. 56.

O afastamento aparente entre a ADEMAT e a ACSMT permitiu a difusão de seu discurso não como o posicionamento dos latifundiários que lhe davam voz, mas como homens democratas que não possuíam relações diretas com a propriedade da terra. O mesmo processo em sentido amplo era praticado pelo IBAD que divulgava a posição de uma classe sob a insígnia da democracia.

Portanto, mesmo que operem em esferas separadas e destoem em alguns pontos, proposições do IBAD, da SNA e da ADEMAT trazem em seu bojo duas questões essenciais: a intocabilidade da propriedade da terra e a necessidade de modernização da agricultura. Neste sentido, nos é cara o postulado de Moacir Palmeira:

A alteração da base técnica da agricultura, associada à sua articulação “com a indústria produtora de insumos e bens de capital para agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais” levou à formação do chamado “complexo agroindustrial” ou à “industrialização da agricultura”. Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora no campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora”.⁴³⁴

Como observamos a produtividade têm também dois significados: ao mesmo tempo em que justifica o direito à propriedade da terra significa também maiores lucros. Nos termos da proposta produtivista embasada por estes grupos, quem seriam os beneficiados com a transformação do campo em empresa? Certamente não aqueles despossuídos, ou os pequenos proprietários, pois o aumento da produtividade é condição para o monopólio. Quando determinado proprietário dispõe de imensas áreas – que não foram modificadas por uma transformação fundiária – para cultivo ou criação de animais; e de técnicas e recursos suficientes para extrair deles o máximo de sua capacidade de produção, o preço final de seu produto será reduzido. Assim, pequenos proprietários que não têm a seu dispor nem as imensas propriedades conquanto as técnicas e subsídios – financiamentos em longo prazo e comumente a juros reduzidos – não conseguirão competir no mercado frente aos grandes proprietários e, dessa forma, como peças de dominó ordenadas serão derrubados por uma força inexorável, que se traduzirá no monopólio da grande propriedade produtiva.

⁴³⁴ PALMEIRA, op. cit., p. 87.

4. “ARMAS PARA A DEMOCRACIA”: A ADEMAT COMO ORGANIZAÇÃO PARAMILITAR

Como indicado anteriormente uma das maiores contribuições do complexo IPES/IBAD foi a criação de uma rede de informações. Nesse capítulo, buscaremos explorar a hipótese de que dentro dessa lógica, a ADEMAT atuava como um sistema de informação civil, realizando denúncias diretamente ao comando da 9ª Região Militar. Outro ponto que será desenvolvido ao longo deste texto são as atividades paramilitares assumidas pela entidade após o golpe. Assim, busca-se verificar a possível participação dessa organização na “Operação Gaiola”, vertente local da “Operação Limpeza” realizada em todo o país no final de abril de 1964. A obra de Maria Helena Moreira Alves será referência para o desenvolvimento das nossas discussões no que diz respeito à implantação das primeiras medidas repressivas da ditadura. Dessa forma são questionamentos cabíveis: que tipo de relação existia entre a ADEMAT e o Exército em Campo Grande? Quem foram os primeiros atingidos pela repressão? O mesmo processo pode ser observado em outras cidades do sul do estado?

Busca-se também identificar quem eram os indivíduos-alvo classificados pelo grupo como subversivos. Abordaremos o processo de perseguição política realizado pela ADEMAT ao longo do ano de 1963 contra integrantes do jornal *O Democrata*, periódico editado pelo PCB/Campo Grande, resultando na destruição completa de suas instalações em 1964. Por fim, analisaremos o processo de dissolução da ADEMAT e sua relação com o período de aprofundamento da repressão institucionalizada.

4.1 ADEMAT: da radicalização política à ação paramilitar

Nos primeiros dias de 1964, um informe da ADEMAT foi publicado no jornal *Correio do Estado* dando conta da prisão de bancários que comemoravam o aniversário de Luiz Carlos Prestes pelas ruas de Campo Grande. Na publicação constavam como detidos José David, Arí Rodrigues, Arquimedes Provides, Altino Dantas Júnior⁴³⁵ e Dionísio Seraffini, todos enquadrados sob a alcunha de “perturbação da ordem pública”. Entre as atividades praticadas estavam a pichação de muros e a soltura de fogos de artifício.⁴³⁶

Como asseverado pelo historiador Eronildo Silva o ato da prisão dos bancários, em sua maioria funcionários do Banco do Brasil, contou com a participação de membros da

⁴³⁵ Estudante, presidente da UNE durante a fase da tentativa de sua reorganização entre 1965 e 1966.

⁴³⁶ Jornal *Correio do Estado*. “A pedido – Ação Democrática Mato-Grossense Informa”. 04 jan. 1964. ARCA.

ADEMAT, assim “[...] à noite, resolveram fazer algumas ‘pichações’ na cidade enaltecendo o ‘Cavaleiro da Esperança’. Porém, pela madrugada, já cansados, em meio a pincel e tintas, chegou a polícia, acompanhada de algumas pessoas ligadas à ADEMAT”.⁴³⁷ O político e advogado Wilson Barbosa Martins, vinculado à ala democrática da UDN, foi acionado para tentar libertar os bancários, fato que provocou perseguição política dos seus próprios companheiros de partido, vinculados à organização.⁴³⁸

Tais atividades de atuação junto à polícia seriam reflexo do propósito declarado da entidade de “combater a ação comunizante do Presidente João Goulart, inclusive no campo da luta armada”⁴³⁹ e tiveram origens antes da efetivação do golpe. Nesta perspectiva, movimentações de cunho repressivo já se avultavam em Mato Grosso no pré-1964; evidência desse cenário foi o armamento de civis para o combate às ocupações de terras ocorridas em Rondonópolis, no centro do estado.⁴⁴⁰

A convergência entre os acontecimentos de Rondonópolis e a ação da ADEMAT em Campo Grande ocorreu através de dois personagens: Demóstenes Martins e Antonio Antero de Almeida. Demóstenes foi prefeito de Nioaque em 1921 e de Campo Grande no período de 1942-1945 (nomeado após renúncia de Vespasiano Martins). Também ocupou o cargo de Secretário de Interior, Justiça e Finanças entre 1951-1953 e novamente nos anos de 1962-1964. Sendo integrante da ADEMAT, após o golpe foi nomeado presidente da Comissão Estadual de Investigação (CEI), em função do decreto nº 713 de 11 de maio de 1964 promulgado em Mato Grosso,⁴⁴¹ que por sua vez se baseava no proposto pelo Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Já Antonio Antero de Almeida, enquanto membro do PCB foi integrante da redação do jornal *O Democrata*, em Campo Grande.

Demóstenes Martins narrou os acontecimentos ocorridos em Rondonópolis em sua biografia, quando do conflito de terras sucedido neste município em março de 1964. Desse modo, Martins expôs que recebeu uma comissão composta por Jurandir Enes, Juarez Pinto, Cornélio Nunes Viana, Antonio Finase, Homero Villasbôas, Antonio de Matos e Hélio Cavalcante Garcia, que “vinha solicitar do Governador providências no sentido de assegurar a

⁴³⁷ SILVA, op. cit., p. 130.

⁴³⁸ MARTINS, Wilson Barbosa. Entrevista concedida para o documentário “Golpe Militar 40 anos depois: olhares de 2 Mato Grossos”. Arquivo digital. 2004. 34 min.

⁴³⁹ MARTINS, op. cit., p. 250.

⁴⁴⁰ Localizado a aproximadamente 278 km de Cuiabá e 500 km de Campo Grande. Atualmente o município é localizado no estado de Mato Grosso.

⁴⁴¹ MARTINS, op. cit., p. 246.

ordem naquele município”.⁴⁴² Contudo, estando o governador ausente, Demósthene respondeu a solicitação dessa comissão enquanto Secretário do Interior, Justiça e Finanças.

Martins ainda completa: “desejavam uma medida preventiva em face da projetada invasão de propriedades rurais por elementos instigados e dirigidos por Antonio Antero de Almeida, moço bacharel em direito, agitador comunista, respaldado pela inspiração da SUPRA, atuante na região”.⁴⁴³ A comissão arguia ainda que os “subversivos” “[...] haviam emprazado, para o dia 13, um grande comício na cidade, depois do qual partiriam turmas volantes para a invasão das fazendas lindeiras. Nelas seriam localizados os primeiros *posseiros* que depois teriam a ampará-los a ação da SUPRA”.⁴⁴⁴ Sob a afirmativa de que o destacamento policial de Rondonópolis era reduzido para conter o movimento, Demósthene diz:

Chamei o Coronel Luiz Carvalho, Comandante Geral da Polícia Militar, e, depois de examinarmos a situação, assentamos que seguisse logo para Rondonópolis um agrupamento policial, dispondo de armas automáticas e uma boa quantidade de carabinas sobressalentes e farta munição. Com isso, se necessário, seriam armados civis dispostos a auxiliar a ação repressora, dado o número insignificante de soldados que dispúnhamos na própria capital. O comando da diligência seria confiado a oficial energético, tendo o Coronel Carvalho indicado o Major Evaristo da Costa e Silva. Dessas medidas dei conhecimento à representação apreensiva, encarecendo-lhe o apoio que deviam proporcionar ao Major Evaristo, reforçando-o com elementos civis, os quais, Cornelio Nunes Viana, ex-integrante da FEB, se encarregaria de mobilizar. Não tendo havido solicitação, à autoridade policial, da designação de local para o comício, este não era legal e podia ser impedido. *Era a maneira de testar-se a capacidade de reação dos subversivos.*⁴⁴⁵

A partir dessas palavras, fica clara a preocupação com a salvaguarda à propriedade, utilizando para este fim inclusive o recurso do armamento de civis com recursos do Estado, conforme o trecho “[...] com isso, se necessário, seriam armados civis dispostos a auxiliar a ação repressora, dado o número insignificante de soldados que dispúnhamos na própria capital”.⁴⁴⁶ Ademais, Martins ressalta que este episódio serviria para “testar-se a capacidade de reação dos subversivos”,⁴⁴⁷ ou seja, esse movimento serviu como laboratório para verificar a eficácia da repressão de caráter anticomunista.

Em relação aos acontecimentos, é importante contrastar o que foi proposto por Martins em sua biografia e outras fontes, como as notícias veiculadas na imprensa e a entrevista

⁴⁴² Ibidem, p. 240.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 241. Grifo do autor.

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Idem.

⁴⁴⁷ Idem.

realizada com Antonio Antero de Almeida. Segundo a notícia intitulada “Delegado da SUPRA Desconhece Sindicato Rural de Rondonópolis”, veiculada em *O Estado de Mato Grosso*, a 15 de março de 1964, procurado pela reportagem deste jornal o delegado da SUPRA, Eloy Tolêdo, teria declarado não conhecer o Sindicato Rural de Rondonópolis e suas atividades, e teria enfatizado que: “desconhecemos êsse sindicato de Rondonópolis, pois até o momento seus dirigentes não nos comunicaram a sua fundação, como deveriam fazer [...]”⁴⁴⁸ Nesta perspectiva, a afirmação de Martins sobre a ligação entre o Sindicato Rural e o SUPRA é contestada, assim como a vinculação de Antonio Antero a esta última. Ainda sobre os fatos ocorridos, Antonio Antero durante entrevista realizada relatou que não havia relações entre a sua militância e de seus companheiros com a SUPRA, além disso, ressaltou “não havia nada lá em Rondonópolis, o nosso movimento maior era aqui na região de Jaciara, Juscimeira e Dom Aquino, que já tinha uma colônia ativa e eu era conhecido ali.”⁴⁴⁹

A ação iniciada por Demóstenes foi informada posteriormente ao governador, Fernando Corrêa da Costa e ao vice-governador, José Garcia Neto, que salvo questionamentos quanto à legalidade da repressão, não foram contrários ao destacamento de policiais à Rondonópolis. A operação ocorreu com certo sigilo frente aos meios de comunicação, o que pode ser percebido através da análise da publicação de *O Estado de Mato Grosso* de 13 de março de 1964, intitulada “Agitações em Rondonópolis: vinte e um policiais foram garantir a ordem”:

Exatamente às 7:30 horas da manhã de ontem a nossa reportagem se encontrava na Caixa D'Água do Areão, no asfalto que vai para Campo Grande, quando vimos um caminhão, de cor vermelha, cuja placa, não conseguimos guardar na memória. O veículo estava com vários soldados, embalados, da nossa Polícia Militar, armados de metralhadôras. Seguiam, estando o carro com regular velocidade, em direção do Coxipó da Ponte.⁴⁵⁰ SIGILO. A nossa curiosidade natural de repórter nos obrigou a procurar o Coronel Silveiro Magalhães. Não conseguimos nos comunicar com êle pois estava dando o seu expediente na Inspetoria Regional de Trânsito, atendendo várias pessoas. Procuramos em seguida, o tenente Juvenal do Nascimento, com quem obtivemos a resposta muito esclarecedora de “O ASSUNTO É SIGILOSO” não podendo nada dizer, e aconselhando-nos a procurar o Coronel Silvério de Magalhães, chefe de polícia do Estado. [...] o sigilo era para evitar qualquer emboscada ou coisa semelhante. [...] CONFLITO. Rondonópolis, 12 (Do correspondente). Um pouco depois do meio dia de hoje chegou a esta cidade uma escolta de 22 policiais, constituída por um Coronel, como Delegado Especial, um Tenente, como Comandante, 9

⁴⁴⁸ Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 15 mar. 1964, p. 1. Arquivo Público de Mato Grosso.

⁴⁴⁹ ALMEIDA, Antônio Antero de. Entrevista concedida à Thaís Fleck Olegário. Campo Grande, MS [25/05/2017]. Arquivo de áudio: 1h 13 min. Os locais citados são municípios de Mato Grosso localizados a menos de 100 km de Rondonópolis.

⁴⁵⁰ Coxipó da Ponte é um distrito de Cuiabá que fica localizado nos limites da cidade, próximo à rodovia que dá acesso à Campo Grande e que passa pelo município de Rondonópolis.

sargentos, 2 cabos e 9 soldados, que vieram de Cuiabá num carro pertencente ao DOP. A medida foi tomada pelas autoridades policiais a fim de impedir um choque armado entre proprietários de terra e membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais [...].⁴⁵¹

Este primeiro episódio registrado em Rondonópolis – da discussão em caráter oficial da possibilidade de se armar civis para combater ações consideradas subversivas – faz parte de um processo mais amplo de radicalização política e sua progressiva transformação em um grupo repressivo com matizes paramilitares. Destarte, faz-se necessário esclarecer alguns pontos teóricos no que diz respeito à utilização do conceito paramilitarismo para compreender as ações da ADEMAT após o golpe de 1964.⁴⁵²

Nos capítulos precedentes, exploramos o contexto em que a ADEMAT surgiu, sua composição e forma de atuação política, já neste capítulo buscamos delinear como se deu sua ação como uma organização com orientações paramilitares⁴⁵³. Segundo Demóstenes Martins, em sua autobiografia, a organização desde seu surgimento não estava restrita ao combate no campo político, mas lançava suas bases também no campo repressivo: “ADEMAT (Ação Democrática Mato-Grossense), organização surgida para combater a ação comunizante do Presidente João Goulart, inclusive no campo da luta armada”.⁴⁵⁴

Portanto, entendemos que as organizações paramilitares surgem em meio ao processo de radicalização da sociedade civil, que na ausência ou insuficiência da atividade coerciva do Estado cria instituições privadas com este fim, conforme reforçado por Portelli na esteira do pensamento gramsciano:

O aparelho coercitivo de Estado pode não exercer o monopólio da força em nome da classe dirigente: quando o aparelho de Estado parece impotente para sufocar uma crise orgânica, essa classe pode suscitar, no seio da sociedade civil, organizações para-militares que se integrarão no Estado, uma vez terminada sua missão. Sociedade civil e sociedade política são, pois, estreitamente imbricadas no seio da superestrutura, conforme, se revela no estudo de suas relações recíprocas.⁴⁵⁵

⁴⁵¹ Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 13 mar. 1964. p. 1 e 4. Arquivo Público de Mato Grosso.

⁴⁵² A organização foi também caracterizada como paramilitar pela historiadora Marisa Bittar. BITTAR, op. cit., 2009b, p. 333.

⁴⁵³ Conforme o *Diccionario de la Lengua Española* da Real Academia Espanhola, paramilitar é um adjetivo atribuído a “una organización civil: dotada de estructura o disciplina de tipo militar”. Disponível em: <dle.rae.es>. Acesso em: 23 dez. 2017. No dicionário da língua portuguesa Michaelis encontramos a seguinte definição: “Diz-se de organizações particulares de cidadãos, armados e fardados especialmente, sem, contudo, pertencerem às forças militares regulares”. Disponível em: <michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 23 dez. 2017. Portanto, organizações paramilitares são grupos civis que atuam de forma armada mesmo não pertencendo à estrutura formal do Estado como a polícia ou o exército. Também podem apresentar estrutura semelhante a militar em relação à disciplina, como a utilização de uniformes, organização hierárquica, entre outros. Em alguns casos há a presença de policiais e/ou militares pertencentes à estrutura formal do Estado em organizações paramilitares.

⁴⁵⁴ MARTINS, op. cit., p. 250.

⁴⁵⁵ PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 32.

Em nossa análise, o elemento propulsor para a criação de tais grupos no contexto estudado é a “ameaça comunista”. Encontramos na produção sobre violência paraestatal, diversos estudos latino-americanos que pensam o fenômeno da origem e estrutura desses organismos. Dentre tais estudos podemos citar o levantamento feito por Juan Luis Besoky, sobre o que tem sido discutido a respeito destes conceitos. Para Besoky, os grupos paraestatais são organizados, isto é, contam com uma liderança, sedes e funções conhecidas; operam em paralelo à estrutura coercitiva e jurídica do Estado (sistema penal, polícia, etc.) e; partilham com o Estado interesses como a eliminação do “inimigo interno”; não são organizados pelo Estado, sendo comumente estruturados a partir de militantes políticos oriundos dos grupos dominantes engendrados na sociedade civil.⁴⁵⁶

A diferença em relação ao tipo de repressão empreendida pelo Estado e por esses grupos reside nos graus diferenciados de formalidade: enquanto o Estado encontra limites em sua ação por causa da legalidade, os grupos paraestatais possuem uma margem mais flexível de atuação, pois, podem operar na clandestinidade. Há também um grau abaixo nessa escala que são os esquadrões da morte, em que seus membros são protegidos pelo anonimato, o que lhes permite uma ação celerada protegida pelo não conhecimento de suas reais identidades. Para Besoky:

[...] el accionar represivo realizado por organizaciones paraestatales se conjuga con el accionar de organizaciones provenientes de la sociedad civil, compuestas por militantes políticos con una ideología marcadamente anticomunista. El accionar de estas organizaciones se da en el marco de un estado de represión interna (proprio de un Estado de Seguridad Nacional más que a un Estado de derecho) donde existe una estructura dual: represión legal e ilegal/paraestatal.⁴⁵⁷

A ADEMAT não assumiu a forma de esquadrão da morte ou de grupo de extermínio, mas sim incorporou as características repressivas de ameaçar, constranger, infligir medo e usar do recurso da força em casos de conflito, com finalidades intimidatórias.

As atividades clandestinas como instrumento do aparato repressivo constituíram um fenômeno comum a outros países do Cone Sul e tiveram sua máxima expressão na ditadura argentina. A intensidade e extensão das atividades paralelas despertaram neste país a reflexão sobre o funcionamento da clandestinidade/legalidade como marco da repressão. É nessa

⁴⁵⁶ BESOKY, Juan Luis. Violencia paraestatal y organizaciones de derecha: aportes para repensar el entramado represivo en la Argentina, 1970-1976. *Nuevo Mundo Nuevos* [En línea], Coloquios. p. 4. Disponível em: <nuevomundo.revues.org/68974>. Acesso em: 01 mai. 2017.

⁴⁵⁷ Idem.

produção historiográfica que encontramos reflexões conceituais mais apuradas sobre o fenômeno das organizações paramilitares nas Ditaduras de Segurança Nacional.

Em 1981, o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) se propôs a pensar a estrutura repressiva argentina, especialmente o fenômeno denominado paralelismo global como instrumento para efetivação do desaparecimento forçado de pessoas. Na análise empreendida pelo CELS o paralelismo global poderia ser definido como as atividades clandestinas de repressão organizadas pelas Forças Armadas, que operavam na clandestinidade e de forma paralela ao Estado, porém com o seu consentimento global.⁴⁵⁸

Para entender melhor o paralelismo global, são dispostos no estudo elaborado pelo CELS primeiramente os dois níveis de normatividade em que o Estado argentino operou: o primeiro de caráter público e legal, constituído por um conjunto de normas sancionadas antes e depois do golpe, destinadas a marcar formalmente a ação, ou seja, a legislação de exceção; e o segundo de caráter secreto, clandestino, sendo o nível em que a repressão foi efetivada.

A peculiaridade argentina consistia na utilização do segundo nível de normatividade para levar a fim a desapareição forçada de pessoas, que teve sua realização possível devido ao caráter secreto das ações, o que permitiria a impunidade posterior a seus executores, assim como a dissociação da culpabilidade do Estado. O paralelismo global tornou-se, na estrutura repressiva argentina, uma opção fundamental que esteve sustentada por quatro motivações principais:

Primero, la noción de que éste sería el método más eficaz e rápido para eliminar la subversión. Segundo, la idea de que era preciso evitar el obstáculo que podía derivarse de influencias y presiones internas y externas, provocadas por una acción cuyos efectos trascendieran públicamente. Tercero, la protección que en virtud de los objetivos elegidos exigían los directivos y ejecutores de las acciones operativas. Y cuarto, la incertidumbre y el terror que estas formas de actuación logran crear en las filas oponentes y en la sociedad en su conjunto.⁴⁵⁹

No mesmo estudo, em relação ao caso brasileiro, é disposto que se organizaram estruturas paralelas, mas estas foram reduzidas e destinadas a cumprir objetivos específicos e predefinidos. As ações paramilitares no Brasil foram pouco exploradas na historiografia, o que não corresponde a sua inexistência. Dreifuss, em seu capítulo dedicado a análise da ação de classe da elite orgânica, mais especificamente das relações do complexo IPES/IBAD e os militares, expõe as atividades de alguns grupos que no pré-1964 já pregavam a ação

⁴⁵⁸ CELS, Centro de Estudios Legales y Sociales. *La política de desapariciones forzadas de personas*. El caso argentino: desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de una política. La doctrina del paralelismo global. Su concepción y aplicación. Necesidad de su denuncia y condena. Conclusiones y recomendaciones, Paris: CELS, 1981. p. 10.

⁴⁵⁹ Ibidem, p.12.

anticomunista de viés armado. Entre as organizações citadas por Dreifuss estavam: o Movimento Anti-Comunista (MAC), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Ação Vigilantes do Brasil (AVB), a Patrulha da Democracia, a Organização Paranaense Anti-Comunista (OPAC), a Mobilização Democrática de Minas Gerais (MDM), a Cruzada Nacional de Liderança Democrática (CNDL), o Grupo de Ação Patriótica (GAP) e a LIDER.⁴⁶⁰

Para o autor, um dos grupos mais ativos no período que antecede o golpe foi o GAP que criado à sombra do IPES e formado por jovens estudantes da classe média-alta, atuava no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e São Paulo. Aristóteles Drummond, líder do movimento “pregava a mobilização armada contra os camponeses de Francisco Julião e os Grupos dos Onze de Leonel Brizola”.⁴⁶¹

A sede do GAP foi “estourada” uma vez pela Polícia Militar, mas A. Drummond e dois amigos conseguiram escapar, apesar de ter sido encontrado material incriminatório. Em consequência desse incidente, foi ordenada pelo governo uma repressão geral contra grupos paramilitares. A rede da organização paralela “Ação de Vigilantes do Brasil” no Rio de Janeiro foi invadida pela polícia de João Goulart e armas foram apreendidas. [...] Depósitos de armas, uniformes e outros materiais necessários, assim como locais para treinamento militar foram espalhados por todo o país, escondidos em propriedades rurais e igrejas, bem como em locais adquiridos especialmente para este fim, como o Educandário Nossa Senhora de Fátima em Niterói, ou a Fazenda Arizona, que pertencia ao Grupo Ação de Vigilantes do Brasil.⁴⁶²

Ainda segundo Dreifuss, “alguns dos equipamentos encontrados no *cache* de armas do Rio traziam o símbolo da Aliança para o Progresso”, e uma verdadeira campanha no sentido de armar empresários foi empreendida pelo IPES. Assim,

Em outras regiões do país, particularmente no Nordeste, empresários e latifundiários mobilizaram exércitos particulares. Em Alagoas, sob a supervisão do Secretário de Segurança Coronel João Mendonça, foi formada uma tropa de 10.000 homens, treinados para sabotagem e guerrilha. Organizações semelhantes apareceram nas demais áreas do Nordeste e no Centro-Sul do Estado de Goiás. Em Pernambuco, os conspiradores foram liderados pela Federação das Indústrias, onde o IPES estabeleceu suas bases e onde Cid Sampaio era especialmente ativo.⁴⁶³

Ainda neste cenário, destaca-se o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Segundo Clarissa Brasil, é difícil definir essa entidade como sendo um grupo ou organização paramilitar, de extrema-direita, desordeira ou terrorista. O CCC mostrou-se uma instituição

⁴⁶⁰ DREIFUSS, op. cit., p. 400.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 383.

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Ibidem, p. 410.

composta por diversos organismos, o que lhe concedeu a forma não de uma organização única, mas de vários CCCs.⁴⁶⁴ Mesmo possuindo uma configuração difusa o CCC foi, durante anos, um instrumento de ameaça e violência nos meios culturais e estudantis; suas ações contra atores de peças teatrais ficaram na memória do medo e do trauma gerado pela repressão.⁴⁶⁵

Neste sentido, a ADEMAT não foi um fenômeno isolado de uma organização que surge com propósitos de militância anticomunista e que ao longo do tempo vai radicalizando sua postura, chegando a realizar atividades pautadas no paramilitarismo. Os grupos paramilitares do período correntemente eram constituídos por jovens, com grande ocorrência de estudantes de classe média alta oriundos de universidades. Contudo, a ADEMAT apresenta-se na contramão, tendo sido integrada por homens com idades médias superiores a 40 anos de idade e que já possuíam ocupações definidas quando da fundação dessa organização. Nesta perspectiva, a organização afasta-se também dos grupos fomentados pelo IPES, pois, no caso específico, os próprios fazendeiros, advogados, engenheiros, entre outros, realizavam a militância armada anticomunista.

O ensaio da colombiana Vilma Franco sobre o paramilitarismo, publicado em 2002,⁴⁶⁶ nos fornece uma importante reflexão acerca dos grupos paramilitares e expõe outras questões a respeito da gênese dos mesmos. Para a autora, tais organizações não surgem apenas a partir do Estado, como ocorreu na Argentina, mas também podem ser organizadas por grupos civis vinculados ao poderio econômico, o que Franco denomina como o fenômeno do “mercenarismo corporativo”.

Importante apontamento realizado pela autora é que muitas análises se concentram no entendimento do fenômeno do paramilitarismo partindo de uma perspectiva estatocêntrica, ou seja, que ora entendem o paramilitarismo apenas como consequência da insurgência, ora que este é uma política de Estado. Sobre a relação entre insurgência e contrainsurgência a autora explica:

La existencia de movimientos insurgentes es sólo una causa necesaria para la existencia de estrategias y estructuras organizativas contrainsurgentes. Por lo

⁴⁶⁴ BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981*. Dissertação (mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 17.

⁴⁶⁵ Como assevera Jacob Gorender: “Em São Paulo e no Rio, o CCC atacava teatros e livrarias e agredia artistas. Em julho, o Teatro Galpão, na capital paulista, onde se encenava a peça *Roda Viva* de Chico Buarque de Holanda, sofreu a invasão dos desordeiros do CCC, que espancaram atores e pessoas do público. No Rio, uma bomba explodiu na Livraria Civilização Brasileira em outubro, incidente repetido em dezembro no Teatro Opinião”. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 151.

⁴⁶⁶ FRANCO, Vilma Liliana. El Mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. *Estudios Políticos*, n. 21, Medellín, julio-diciembre 2002.

tanto éstas, aunque conservan el referente insurgente, se pueden alimentar de otras motivaciones paralelas o complementarias y requieren otro conjunto de factores que son tanto de orden político-institucional como social y económico, que refuerzan o exceden la capacidad detonante de los rebeldes.⁴⁶⁷

Para Franco, ainda que os movimentos paramilitares na história recente apareçam relacionados às práticas da contrainsurgência fundadas na DSN, o fenômeno do paramilitarismo como um tipo particular de mercenarismo remonta há séculos, tendo sido aplicado, por exemplo, desde as guerras nas nações mulçumanas entre os séculos VII e XVI.⁴⁶⁸ No entanto, o que ocorre na última metade do século XX, é que estas organizações paramilitares aparecem como recurso para o fortalecimento da capacidade coercitiva do Estado, formando com este uma unidade, mesmo que para tanto, seja utilizado o mecanismo de descentralização da força coercitiva, isto é, que o Estado não mais detenha o monopólio da força,⁴⁶⁹ neste sentido:

En la teoría política se ha planteado que ostentar el monopolio de la fuerza y de la justicia es condición tanto para preservar la unidad del poder soberano como para garantizar la obediencia a la ley. Pero teniendo en cuenta las consecuencias y funciones de dicho monopolio, y vistas las experiencias históricas, puede afirmarse que a través del paramilitarismo operando por fuera-de-la-ley, lo que se ha buscado ha sido justamente la preservación de la unidad de la potestad soberana. En otras palabras, para el mantenimiento de la unidad del poder estatal y del orden político, la descentralización del monopolio de la fuerza parece ser más funcional, eficaz y en ningún momento contradictoria, a menos que ello devenga en una competencia abierta por el poder político contra sus actuales detentadores.⁴⁷⁰

Enquanto operam com o mesmo objetivo há entre o Estado e as organizações paramilitares uma relação recíproca, que pode ser delineado pela seguinte reflexão:

Un uso excesivo de la fuerza por parte del aparato coercitivo legal-institucional, comprometería tanto la legitimidad interna y externa como la continuidad del poder político. La comunidad de Estados, aunque regida por relaciones de poder, establece límites morales y jurídicos para el uso de la fuerza en el interior de los Estados. Es así como a partir de la opinión pública o derecho internacional, los abusos de un ejército oficial en materia de derechos humanos pueden suscitar eventualmente una serie de sanciones simbólicas, jurídicas y/o económicas sobre el Estado. Es desde esta perspectiva que el Estado busca hacerse de mecanismos ilegales que permiten o hacen más probable la desresponsabilización política y jurídica frente al recurso a un poder arbitrario. La evasión de responsabilidad puede verse favorecida en cuanto la relación de cooperación y subordinación entre el Estado y las estructuras ilegales-paralelas puede permanecer – en gran

⁴⁶⁷ FRANCO, op. cit., p. 58.

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 55.

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 55-72.

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 71.

medida – en la obscuridad o ambigüedad, y en cuanto la responsabilidad criminal recae sobre los miembros de la estructura particular pero no sobre el Estado.⁴⁷¹

O Estado beneficia-se através dessa relação em diversos pontos: o alcance das organizações paramilitares para identificar e punir aqueles considerados como “inimigos internos” e a possibilidade de ultrapassar o marco legal nas ações repressivas. Isso ocorre, pois os grupos paramilitares são compostos em sua grande maioria de civis o que permite um afastamento aparente do Estado, possibilitando inclusive a sua desresponsabilização nestas ações.

Por seu turno, as organizações paramilitares, em diversos casos, contam com recursos advindos do próprio Estado – sejam uniformes, armamentos, suporte operativo, etc. – e também com posições de prestígio – seja na posterior ocupação de cargos governamentais, na apropriação de bens dos “inimigos internos”, isto é, o butim de guerra, ou mesmo a possibilidade de aplicar a força de Estado e utilizar a influência advinda disso, ou seja, o poder de acusar, prender, torturar e desaparecer, contando com a cobertura, omissão e impunidade direta ou indireta dada pelo Estado. Neste sentido, Franco explica que “el mecanismo armado privilegiado dentro del nivel ilegal-paralegal del sistema contrainsurgente es el paramilitarismo”.⁴⁷²

Alguns documentos produzidos pelos órgãos de informação da ditadura brasileira lançam luz sobre a existência de uma relação cooperativa entre a ADEMAT e o Exército, além de fornecerem indícios de suas atividades repressivas com matizes paramilitares. Um deles é o pedido de informações nº 124/1971, que versa sobre a atuação da ADEMAT: “na fase aguda da REVOLUÇÃO de 31 de MARÇO de 1964, incorporou-se aos revolucionários militares, atuando, inclusive, junto às patrulhas que executavam as prisões, fornecendo informações sobre os núcleos de subversão na área e problemas gerais e existentes no meio civil”.⁴⁷³

A ADEMAT, assim como diversas outras organizações surgidas em períodos que precedem os golpes civis-militares no Cone Sul atuou de maneira clandestina. Pode-se entender que a existência de uma estrutura paralela de repressão serviu para que o Estado pudesse se desvincular de certas ações que sobrepujassem a legalidade, assim:

A clandestinização de parte das ações repressivas e da sua autoria se tornou uma contradição muito curiosa no funcionamento do [Terrorismo de Estado]

⁴⁷¹ Ibidem, p. 66.

⁴⁷² Idem.

⁴⁷³ Informação nº 124/1971, ACE 40261/71. 12 nov. 1971. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

TDE. Levando em conta que um dos seus principais objetivos foi a geração de um medo global que devia atingir todo o espectro social, foi de fundamental interesse que suas requintadas práticas repressivas fossem reconhecidas para generalizar o medo. Entretanto, ao mesmo tempo, o Estado precisou dissociar-se dessas ações, negando sua autoria para não se envolver em situações embaraçosas que transgrediam normas jurídicas, sobretudo internacionais, e para evitar denúncias e acusações de desrespeito aos direitos humanos. Isso gerou uma dupla operacionalidade estatal: modalidades repressivas legais e ilegais coexistiam e se complementavam.⁴⁷⁴

Contudo, essa organização ultrapassou certos limites tácitos entre a estrutura paralela e o Estado, isso porque sua atuação se estenderia desde a produção de informações sobre os elementos que seriam considerados subversivos até a indicação direta de nomes para compor os quadros governamentais. Um caso emblemático do alcance de sua atuação foi o pedido de afastamento do então delegado do DEOPS em Campo Grande, Landualdo G. Rodrigues, em 1979, efetuado diretamente ao governador do estado, fato amplamente noticiado e que resultou no informe nº 116/ACG/79, intitulado “crise na segurança pública do estado de Mato Grosso do Sul”,⁴⁷⁵ que será tratado no item 3.3 deste trabalho.

A radicalização demonstrada pela ADEMAT antes do golpe atingiu seu ápice mediante sua atuação ativa na acusação e prisão de indivíduos durante o 31 de março de 1964. Ainda, releva-se neste processo a destruição da sede do jornal *O Democrata*, periódico dirigido pelo PCB/Campo Grande. O jornal já havia sofrido danos causados por “pessoas desconhecidas” duas vezes antes do ataque que o destruiria; na primeira quinzena de março a segunda invasão foi noticiada em *O Estado de Mato Grosso*:

Invadiram a Redação de Jornal Campograndense

Pela segunda vez, durante a noite, em horário que não se pode precisar, pessoa ou pessoas desconhecidas invadiram a redação do Jornal “O DEMOCRATA”, editado nesta cidade. Os invasores fizeram um ligeiro empastelamento e levaram uma caixa de tipos. Ao interior da redação foi encontrado um machado velho, não havendo qualquer sinal de depredação, o que positiva uma reação contra a ideologia defendida pelo citado jornal. O seu redator, Roberto de Vasconcelos, levou o fato ao conhecimento da polícia local. Recorda-se que “O DEMOCRATA” já sofreu uma outra invasão, há alguns meses, pelos mesmos motivos.⁴⁷⁶

⁴⁷⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos. (org.); [et. al.]. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 157.

⁴⁷⁵ Informação nº 120/116/ACG/79, ACE 273/79. 10 out. 1979. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁴⁷⁶ Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 15 mar. 1964. Arquivo Público de Mato Grosso.

Após o golpe *O Democrata* teve sua oficina completamente destruída, a máquina impressora foi quebrada e o material tipográfico atirado no córrego da Rua Maracajú.⁴⁷⁷ Em relação à identificação dos culpados pela destruição, o redator do jornal José Roberto de Vasconcelos, em entrevista concedida a Ellen Lima do jornal *O Estado de MS*, destacou que:

[...] eu não estava no prédio, mas passei na frente no momento que eles estavam invadindo o jornal. Se eu estivesse lá eles teriam me matado. Quem organizou a invasão foi o pessoal da chamada Ação Democrática de Mato Grosso (Ademat). Eles jogaram as máquinas num córrego, quebraram tudo. Foi uma punhalada nas minhas costas. Era patrimônio do povo, para criar o jornal nós tivemos que vender rifa entre os ferroviários de Campo Grande. Aquilo era sangue do povo. Foi um ato de barbárie.⁴⁷⁸

Complementarmente Eronildo Silva, no penúltimo capítulo de sua obra sobre o sindicalismo no sul de Mato Grosso em que trata do golpe de 1964 em Campo Grande, apontando que o ato foi violento e ocorreu durante o dia:

O jornal *O Democrata*, dirigido por José Roberto de Vasconcelos, [...] mais uma vez foi invadido por gente armada de metralhadora, aos gritos, quebrando tudo o que via pela frente. [...] O ato fascista ocorreu durante o dia e foi presenciado por populares e colaboradores do jornal, que nada puderam fazer. O aposentado Manoel Silvestre, ex-taxista, [...] presenciou a violência. Disse ele: “Aquilo foi uma coisa muito violenta. Aquele grupo de homens armados quebrando um jornal que só fazia defender o trabalhador. Foi horrível. Era um tempo sem lei. Eu conhecia aquele pessoal todo. Eram homens de bem que faziam aquele jornal [...]”⁴⁷⁹

Além da destruição do jornal, os integrantes da ADEMAT agiram como força policial realizando prisões, como afirma o militar Oswaldo Muniz Oliva, que chegou a participar da ADEMAT:

Na noite de 31 de março, os civis da Ação Democrática de Mato Grosso, cujos líderes eram Mario Fragelli e Agostinho Bacha, detiveram todos os elementos suspeitos da região que pudessem causar problemas. Ficaram detidos ao longo da primeira semana.⁴⁸⁰

As atividades repressivas da ADEMAT foram também expostas por seus integrantes em um memorando enviado ao General Costa e Silva, que ocupava o cargo de Ministro de Guerra, pouco tempo após o resultado das eleições para governador de 1965. Deste modo, descrevem que:

⁴⁷⁷ *Jornal Correio do Estado*, 03 abr. 1964. ARCA.

⁴⁷⁸ LIMA, Ellen. Entrevista realizada com Antonio Roberto de Vasconcelos (Vasco) pelo jornal *O Estado de MS* em 31 de março de 2007, especial de 43 anos do golpe. Uma versão reproduzida encontra-se no blog da jornalista. Disponível em: <ellenlimablog.com.br>. Acesso em: 23 nov. 2017.

⁴⁷⁹ SILVA, op. cit., p. 136.

⁴⁸⁰ OLIVA, Oswaldo Muniz. *Brasil: O amanhã começa hoje*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002. p. 121.

A 31 de Março de 1964, a ADEMAT, de armas na mão, ao lado de nosso glorioso exército, assumiu o controle da situação na área civil, detendo em massa os apátridas. No período de consolidação revolucionária, a ADEMAT, coerente com a sua linha de conduta, não ensarilhou suas armas e se mantém em contato permanente com todas as autoridades revolucionárias, a quem presta todas as informações julgadas úteis, solicitadas ou não.

As nossas afirmações acima, e que constituem as nossas credenciais, podem ser avalizadas pelos comandantes que por aqui passaram no período revolucionário e por muitos de seus dignos oficiais, destacando-se: General Sizen⁴⁸¹ (sic.), General Moacyr, General Lisboa, General Frota, Coronel Camara Sena, Coronel Ourique, Coronel Pula Couto, Coronel Erar, Major Oliva, Coronel Niel, Major Nepomuceno, Capitão Ludovico, e tantos outros destacando-se o Cap. Newton Giraud.⁴⁸²

Diversos elementos podem ser analisados no memorando, primeiramente a afirmativa de que a ADEMAT atuou junto ao Exército “de armas na mão” realizando prisões, detendo “em massa os apátridas”. A origem de tais armamentos é comentada no documentário “Golpe Militar 40 anos depois: olhares de 2 Mato Grossos”, na película, Alarico Reis D’Ávila afirma que a ADEMAT foi armada pelo Exército, isto é, que o Exército forneceu armas a civis.⁴⁸³ Por sua vez, Wilson Loureiro, à época deputado estadual pela UDN descreve que:

O general comandante da região mandava convidar os deputados, os líderes da UDN aqui, médicos, para ir ao quartel general. Na véspera da Revolução, a gente estava sempre lá no salão do general e naquela noite, que a gente sabia que ia eclodir, a gente estava lá, inclusive o general mandou que o oficial do dia mostrasse uma quantidade de armamento, que nós poderíamos lançar mão se necessário.⁴⁸⁴

O texto também sublinha a atividade de informação sistemática fornecida às “autoridades revolucionárias” tendo sido estas solicitadas ou não, bem como uma lista em que

⁴⁸¹ Sisen Ramos Sarmento foi um militar brasileiro que iniciou sua carreira em 1923, passando por diversas divisões e estados, de “[...] 1956 a 1958, foi chefe da 30ª Circunscrição de Recrutamento em Campo Grande, então no estado de Mato Grosso e atual capital de Mato Grosso do Sul. Entre 1959 e 1961, foi assessor militar da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, atuando sob a chefia do general Osvaldo Cordeiro de Farias. Durante o governo de Carlos Lacerda na Guanabara (1961-1965), foi secretário de Segurança (de fevereiro a outubro de 1961) do estado. General-de-brigada desde novembro de 1960, em 1962 tornou-se comandante da 2ª Brigada Mista e Guarnição de Corumbá (MS), então no estado de Mato Grosso, afastando-se do posto em 1964. [...] Como comandante do I Exército, Sisen Sarmento criou o Centro de Operação para a Defesa Interna (CODI), órgão destinado a combater a subversão e sediado no Rio de Janeiro, mais tarde transformado no Departamento de Operações Internas (DOI)”. Tendo participado ativamente da conspiração para o golpe de 31 de março de 1964, foi ainda ministro do Supremo Tribunal Militar (STM) entre 1971 e 1977. Verbetes Sisen Sarmento. PAULA; LATTMAN-WELTMAN, op. cit.

⁴⁸² Memorial enviado pela ADEMAT ao Ministro de Guerra General Arthur da Costa e Silva, 08 nov. 1965, sobre o “ambiente político no estado de Mato Grosso”, encaminhado ao Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. p. 3. Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso: 05 dez. 2017.

⁴⁸³ D’Ávila. Alarico Reis. Entrevista concedida para o documentário “Golpe Militar 40 anos depois: olhares de 2 Mato Grossos”. Arquivo digital. 2004. 34 min.

⁴⁸⁴ LOUREIRO, Wilson. Entrevista concedida para o documentário “Golpe Militar 40 anos depois: olhares de 2 Mato Grossos”. Arquivo digital. 2004. 34 min.

constam pelo menos doze oficiais com quem mantiveram uma relação cooperativa. Em outro documento encontramos ainda a informação de que nos idos de 1964 a ADEMAT havia confeccionado um fichário com informações sobre todos os indivíduos considerados subversivos, o mesmo documento dispõe que “No período anterior à REVOLUÇÃO realizava reuniões secretas com a presença quase sempre de militares das Forças Armadas, chegando a organizar um fichário de elementos comunistas e subversivos”.⁴⁸⁵

Segundo Arakaki, em Dourados, ocorreram atividades integradas entre o CCC e a ADEMAT. Nesta cidade, ressalta a autora, “como nas demais cidades do estado, logo após o golpe, os udenistas passaram a agir, prendendo e delatando pessoas, principalmente adversários políticos. A repressão consistia na busca e prisão dos suspeitos de atividades subversivas [...]”.⁴⁸⁶

Diante do exposto é possível apontar a existência de atividades repressivas com matizes paramilitares praticadas pela ADEMAT. Se por um lado, não se pôde aprofundar a análise sobre o funcionamento específico de tais ações ou seu alcance devido à perenidade das fontes, por outro, pôde-se perceber que o armamento de civis precedeu o golpe de 1964, bem como, as reuniões realizadas entre civis e militares e a definição de quais indivíduos seriam considerados subversivos.

Durante a pesquisa em diversos momentos encontramos evidências de que o Exército acatava as informações repassadas pela ADEMAT, inclusive por intermédio de entrevista realizada com Sergio Cruz, este nos relatou que as denúncias em sua grande maioria partiam de elementos civis. Portanto, como aponta Alves “a mais importante tarefa do complexo ESG/IPES/IBAD antes da tomada do poder de Estado terá sido, talvez, a criação e implantação de uma rede de informações, considerada necessária a um Estado eficaz centralizado”.⁴⁸⁷

A atuação da ADEMAT como órgão auxiliar repressor não supera sua importância quanto movimento político, contudo, não devem ser ignorados. Destarte, as ações da ADEMAT tornam-se ao longo do tempo mais práticas, isto é, superam a militância anticomunista discursiva e partem para a perseguição de elementos considerados subversivos, efetuando suas prisões ou denunciando-os aos comandos militares. Em suma, sua articulação durante e após o golpe demonstra uma crescente tentativa de construção de “boas credenciais” diante do novo governo instaurado, o que pode estar relacionado a uma diligência para

⁴⁸⁵ Informação nº 124/1971/ACG/SNI, ACE 40261/71. 12 nov. 1971. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 59.

⁴⁸⁷ ALVES, op. cit., p. 25.

obtenção de prestígio que poderia ser utilizado para a ocupação de cargos de poder na ditadura.

4.2 Repercussões do golpe no sul de Mato Grosso: a constituição da CEI e os perseguidos políticos

O movimento iniciado em 31 de março com o deslocamento das tropas comandadas pelo general Mourão Filho, partindo de Minas Gerais, é sabidamente conhecido. Contudo, foi no decurso do movimento constitutivo do “Comando Supremo da Revolução”⁴⁸⁸ que se definiram as primeiras feições do novo governo que se projetava.⁴⁸⁹ Neste sentido, nos seus primeiros discursos a Junta Militar prometia “restaurar a legalidade”, reforçar as “instituições democráticas ameaçadas”, restabelecer a “composição federativa da nação” e a eliminação do “perigo da subversão e do comunismo”.⁴⁹⁰

No entanto, o anunciado reforço das instituições democráticas logo se traduziria em outra realidade, na efetivação de um regime que não era democrático. Por seu turno, a força empregada na realização do expurgo inicial para eliminação do “inimigo interno”, depois de mobilizada pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), não seria interrompida por um período de duas décadas, abandonando assim a promessa de qualquer restauração democrática. Assim, é na busca incessante pela eliminação do “inimigo interno” que deve ser observada a origem do processo de institucionalização da ditadura brasileira,⁴⁹¹ ou seja:

[...] a busca pela segurança interna pela eliminação do “inimigo interno” entrou em conflito com os objetivos declarados de restabelecimento da legalidade e fortalecimento das instituições democráticas. As medidas adotadas para expurgar os que estiveram associados a movimentos sociais e ao governo anterior levaram a institucionalização do Estado de Segurança Nacional, a começar – no período inicial, sob a tutela do Alto Comando da Revolução – pela promulgação do Ato Institucional Nº 1.⁴⁹²

⁴⁸⁸ Órgão transitório, integrado pelo general Arthur Costa e Silva – que se autoneomeou, no dia 1º, comandante do “Exército Nacional” e que assumiu o controle do Comando –, pelo vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. FICO, op. cit., p. 19.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ ALVES, op. cit., p. 52.

⁴⁹¹ O texto que antecede os artigos do Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964, dedicado à Nação dispõe: “O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. *A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe*”. BRASIL, Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964. Grifo nosso. Disponível em: <goo.gl/S59o1g>. Acesso em: 28 nov. 2017.

⁴⁹² ALVES, op. cit., p. 52.

Entre suas atribuições o AI-1 limitava os poderes do Congresso Nacional e, em mesma medida, aumentava os poderes do Executivo, definindo que o Presidente da República poderia remeter emendas constitucionais ao Congresso que deveriam ser votadas com prazo de 30 dias em cada casa (Câmara e Senado) a contar da data do recebimento; quando julgasse urgente, o prazo seria de 30 dias em ambas as casas, sendo então, votado em sessão conjunta. Findo o prazo, se as emendas não tivessem sido votadas seriam automaticamente aprovadas. O Ato definia também a votação pelo Congresso Nacional para escolha do Presidente e Vice-Presidente da República a ser realizada nos dias posteriores e cujos mandatos a princípio se estenderiam até 31 de janeiro de 1966. Desse modo, manteve-se inicialmente a premissa da realização de eleições em outubro de 1965.

Os artigos 7º, 8º e 10º foram, com efeito, os mais significantes para fins de institucionalização no primeiro momento da ditadura, pois, significaram o acionar da prática repressiva, sendo que o artigo 8º lançou as bases dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs).⁴⁹³ Em suma, esses artigos estabeleciam a suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade ou estabilidade, a investigação sumária de funcionários públicos, federais, estaduais e municipais, e a instauração de inquéritos e processos visando “à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”, que poderiam ainda ser instaurados individual ou coletivamente. De igual modo, constava a possibilidade de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos e a cassação de mandatos “legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos”.⁴⁹⁴

O primeiro Ato Institucional, como expõe Dockhorn, demonstrava uma preocupação com a legitimidade do novo governo; nota-se que “apesar de todas as alterações constitucionais o primeiro presidente pós-1964 foi ‘eleito’ por um colégio eleitoral”, mesmo que, como aponta o autor, as decisões tenham sido tomadas “nos bastidores” e apenas sancionadas pelo Congresso.⁴⁹⁵

É neste sentido, que devemos situar as manchetes trazidas pelo jornal *Correio do Estado*⁴⁹⁶ que em 08 de abril noticiava o “Apoio maciço da Câmara de Campo Grande – ao nome do General Castelo Branco”⁴⁹⁷ e em 11 de abril de 1964, quando o diário apresentou ao leitor mato-grossense o texto do primeiro Ato Institucional sob o título de “Armas para a

⁴⁹³ Ibidem, p. 55.

⁴⁹⁴ BRASIL, Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964. Grifo nosso. Disponível em: <goo.gl/S59o1g>. Acesso em: 28 nov. 2017.

⁴⁹⁵ DOCKHORN, op. cit., p. 131.

⁴⁹⁶ Diário vespertino de maior circulação no estado de Mato Grosso.

⁴⁹⁷ Jornal *Correio do Estado*, 08 abr. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

democracia”.⁴⁹⁸ Tratava-se, portanto, de manter, a princípio, a aparência do funcionamento legal das instituições. Alves elucidada:

A promulgação do Ato Institucional Nº 1 efetivamente lançou, assim, as primeiras bases legais para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. Sua importância como instrumento jurídico para a institucionalização do novo Estado foi sublinhada por Carlos Medeiros, que o redigiu, ao declarar que “sem ele o movimento civil e militar de março se confundiria com um golpe de Estado ou uma revolta destinada apenas a substituir ou afastar pessoas dos postos de comando e influência do governo”.⁴⁹⁹

O AI-1 constituiria o aparato legal da “Operação Limpeza” – que era o codinome dado pelos militares ao conjunto de medidas destinadas a ativar as forças repressivas e dar ao Estado controle sobre áreas políticas, militares e psicossociais –,⁵⁰⁰ entretanto, não se limitou ao expurgo político e burocrático, pois “[...] desde o início cresceram em círculos militares as pressões para uma repressão mais direta da população. Elaboravam-se nos quartéis listas dos que deveriam ser expurgados e presos”.⁵⁰¹ Por conseguinte, logo após o golpe as três armas foram mobilizadas em uma operação de larga escala,

[...] o objetivo era “varrer” todos os que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo. Indicam levantamentos feitos que cerca de 50.000 pessoas terão sido presas em todo o país nos primeiros meses após a tomada do poder.⁵⁰²

O movimento golpista de 1964 se dividiu, conforme afirmara o general Olympio Mourão Filho em três fases: a “Operação Silêncio”, a “Operação Gaiola” e a “Operação

⁴⁹⁸ *Jornal Correio do Estado*, 11 abr. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

⁴⁹⁹ ALVES, op. cit., p. 56.

⁵⁰⁰ *Idem*.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p. 58. Além disso, o alcance e a duração desse primeiro movimento seriam objeto da constante insatisfação de segmentos mais radicais da chamada “linha dura”. FICO, op. cit., p. 20. Para Dreifuss os diferentes setores militares poderiam ser separados entre aqueles vinculados diretamente à ESG, os extremistas de direita e os tradicionalistas. O primeiro grupo era composto por militares vinculados à ESG, sendo ao mesmo tempo líderes e ativistas do IPES, o principal representante dessa tendência era o General Golbery. Já o segundo grupo, dos extremistas da direita, possuía posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas, era favorável a modernização conservadora, o representante dessa tendência era o Coronel João Paulo Burnier. Já os tradicionalistas eram um grupo composto de oficiais que não receberam treinamento na ESG, compartilhavam da postura contra o comunismo e não eram modernizantes, mas possuíam o mesmo conservadorismo do complexo IPES/IBAD e ESG, daí seu “tradicionalismo”. DREIFUSS, op. cit., p. 369-373. Para Alves, os setores “linha dura” não divergiam significativamente daquele vinculado à ESG, “pois ambos preconizavam o investimento multinacional e apoiavam basicamente o mesmo modelo econômico. O setor *nacionalista* de oficiais, daqueles que apoiavam uma política econômica voltada para o capital local e com estrito controle das atividades de multinacionais, foi eliminado e impedido de ocupar posições de poder mediante sucessivos expurgos”. ALVES, op. cit., p. 59.

⁵⁰² *Idem*.

Popeye”.⁵⁰³ A primeira consistia na articulação do movimento, de modo que se evitasse o fracasso da marcha do Exército; portanto, tratava do controle de informações e divulgação, bem como dos contatos com “autoridades democratas do país”. A segunda objetivava a prisão dos principais líderes políticos, sindicais e de todos aqueles considerados “responsáveis pela desordem e anarquia”. A terceira e última, referia-se ao deslocamento das tropas em direção ao Rio de Janeiro e Brasília.⁵⁰⁴ Em Mato Grosso, a ocorrência da “Operação Gaiola” pode ser percebida por meio da nota oficial divulgada no jornal *O Matogrossense*, em que se veiculou uma entrevista realizada com o General Mário Barbosa Pinto então responsável pela 9ª Região Militar:

Completa ordem em toda a Região Militar. Exército cumpriu mais uma vez seu papel histórico

Falando na tarde de ontem a este diário, sobre a atual situação, assim se expressou o ilustre General Márcio Ferreira Barbosa Pinto, Cmte da 9.a. R.M., que vem mantendo completa ordem em todo o Estado de Mato Grosso: – “Reina completa tranquilidade em todas as cidades matogrossenses. Sinto-me orgulhoso de ser brasileiro e comandar tropas coesas e disciplinadas como as da 9ª Região Militar. Tropas admiráveis, que dão edificante exemplo democrático. O Exército cumpriu mais uma vez o seu papel histórico”. Acrescentou-nos o valoroso cabo de Guerra, que o Exército continua vigilante, velando pela segurança e socorro da família matogrossense e que os elementos perniciosos estão sendo detidos e enquadrados na “Operação Gaiola...”⁵⁰⁵

A mesma nota havia sido publicada no dia anterior no diário *Correio do Estado* e conforme afirma Eronildo Silva: “ao mesmo tempo que saiu o comunicado, saíram também, as viaturas para prender os democratas, nacionalistas, sindicalistas, inocentes e outros”.⁵⁰⁶

Como aponta Arakaki, um dos primeiros a sofrer com as cassações de mandatos, sob a égide do primeiro Ato Institucional, foi o deputado federal e médico petebista Wilson Fadul, que também era militar da Aeronáutica. Fadul iniciou sua carreira política com intuito de adiar sua transferência, visto que recusou apoiar o político Fernando Corrêa da Costa nas eleições para governador, assim, buscou através da concorrência no pleito para vereador uma saída para adiar uma iminente remoção, de maneira que, “se ocupasse algum cargo político, obrigatoriamente entraria de licença e não poderia ser removido”.⁵⁰⁷

⁵⁰³ Jornal *Correio da Manhã*, 03 abr. 1964. Arquivo Nacional. Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017. *O Jornal*. 03 abr. 1964. HDBN. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁵⁰⁴ Idem.

⁵⁰⁵ Jornal *O Matogrossense*. 04/05 abr. 1964, p. 01. General Mário Barbosa Pinto: “Completa ordem em toda a Região Militar Exército cumpriu mais uma vez seu papel histórico”. ARCA.

⁵⁰⁶ SILVA, op. cit., p. 132.

⁵⁰⁷ ARAKAKI, op. cit., 2015, p. 99.

Em 1953 ocupou o cargo de prefeito, um ano após a trágica morte de Ari Coelho, assassinado durante uma convenção de seu partido, “o crime comoveu a população de Campo Grande, que votou maciçamente em Wilson Fadul, também do PTB”.⁵⁰⁸ Posteriormente foi eleito também para os cargos de deputado estadual e federal. Fadul ocupou também o cargo de Ministro da Saúde, durante o governo de João Goulart.⁵⁰⁹ Após sua cassação, fundou a editora Paz e Terra, foi preso várias vezes até 1969 e, posteriormente, afastado da Aeronáutica, sendo reintegrado apenas após a lei de anistia de 1979.⁵¹⁰

A repressão atingiu também Graciela Meinberg Fadul, esposa de Wilson, e seu filho Antonio Carlos Meinberg Fadul. Em entrevista concedida à historiadora Susana Arakaki, Fadul Filho relata que a prisão de sua mãe se deu devido a Graciela ter socorrido, em sua casa, um militante de um grupo de resistência ferido a bala, que após o atendimento foi embora, sendo preso em Belo Horizonte, e lá contou quem o havia socorrido.⁵¹¹

O PTB sendo um partido com bases fortes no sul do estado devido à presença concentrada de trabalhadores, em virtude da estrada de ferro Noroeste do Brasil e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, teve seus quadros atingidos pela repressão. Os trabalhadores da construção civil, bancários e carroceiros, organizados através de associações sindicais também foram alvos prioritários.

Em relação aos trabalhadores da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), uma das acusações que pesaram sobre Pedro Pedrossian, enquanto superintendente da estrada de ferro, foi que este se recusava a realizar denúncias sobre funcionários “subversivos”. No documento de sua cassação por força do AI-5 é realçado que Pedrossian “se não pratica a subversão, também não a combate. Agasalha subversivos no Govêrno”⁵¹². Além disso, afirmava-se que:

[...] A autoridade nunca esteve tão comprometida, como na administração do Eng^o Pedro Pedrossian, o qual utilizou elementos comprovadamente comunistas, em cargos de chefia e mesmo em colaboradores diretos, como o diretor assistente administrativo, permitindo que inúmeros outros servidores comunistas tivessem livre ação, dada a sua submissão à política do então presidente da República e do órgão de classe [...].⁵¹³

Em Dourados, como elucida Arakaki, o cargo do prefeito foi reivindicado por civis, no entanto, o prestígio de que dispunha Napoleão Francisco de Souza junto ao Exército fez com

⁵⁰⁸ Ibidem, p. 100.

⁵⁰⁹ Sobre as relações de proximidade entre Wilson Fadul e João Goulart ver: ARAKAKI, op. cit., p. 100-104.

⁵¹⁰ Ibidem, p. 104.

⁵¹¹ O militante foi levado à casa dos Fadul pela mãe da namorada de Antonio Carlos, filho de Graciela. Ibidem, p. 107.

⁵¹² Processo de cassação nº 271/002 de Pedro Pedrossian. Arquivo Nacional Fundo Conselho de Segurança Nacional (CSN). p. 33. Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁵¹³ Prontuários Parlamentares eleitos 15 nov. 78 em MS. ACE 1216/79, item 14, p. 6. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

que ele não fosse alijado do cargo, mesmo sendo petebista. O então prefeito, havia sido um ex-pracinha, que lutara na Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a Segunda Guerra Mundial.⁵¹⁴ No entanto, os ex-colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) não dispuseram da mesma sorte, tendo sido “perseguidos e presos pelos membros da ADEMAT douradense, que saíam para prender pessoas, acusando-as de subversivas”.⁵¹⁵ Também foram cassados os vereadores de Dourados Gumercindo Bianchi e Janary Carneiro Santiago, cujo pedido foi demandado pelo vereador Cíder Cerzósimo da UDN.⁵¹⁶

Na cidade de Ponta Porã, área de fronteira seca com o Paraguai, o prefeito petebista José Issa foi sumariamente cassado e preso logo após o golpe de 1964. O processo de cassação, assim como em Dourados, foi demandado por civis da própria Câmara de Vereadores. Na ata de sua cassação, publicada no dia 15 de abril de 1964 no jornal *Correio do Estado*, constam como motivações que o prefeito havia organizado a subversão, que vinha “servindo-se do cargo que ocupa na pregação da luta de classes”, além de enfatizar que Issa possuía ligações com “elementos rosados e vermelhos”.⁵¹⁷

Já em Corumbá, “as denúncias contra vereadores do PTB partiam do 6º Comando da Marinha, sediada na cidade de Ladário [...]”.⁵¹⁸ Em entrevista, Waldemar Dias de Rosa, ex-vereador, relata que permaneceu cerca de 36 dias detido no navio-prisão.⁵¹⁹ Em 2012 Waldemar depôs na Comissão da Verdade MS, relatando sua prisão, logo em seguida, “a Marinha emitiu nota, afirmando a inexistência do navio-prisão naquela cidade”.⁵²⁰ As controvérsias sobre o navio-prisão levaram a menção de sua existência no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).⁵²¹ Vale ainda destacar que a cidade de Corumbá está situada na tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai.⁵²²

Existem diversos relatos de navios-prisão que apareciam e desapareciam de portos, com características quase fantasmagóricas, pela sua inconstância, não apenas na cidade de Corumbá, mas em São Paulo, na Guanabara e no Rio Grande do Sul. Desse modo, é possível afirmar que o fenômeno seja uma constante, um instrumento repressivo por excelência em cidades com abertura à navegação. Assim, consta no segundo volume do relatório da CNV:

⁵¹⁴ ARAKAKI, Suzana. *As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969)*. Tese (doutorado). Dourados: UFGD, 2015. p. 110.

⁵¹⁵ Ibidem, p. 111.

⁵¹⁶ *Jornal Correio do Estado*, 25 abr. 1964, p. 3. ARCA.

⁵¹⁷ *Jornal Correio do Estado*, 15 abr. 1964, p. 2. ARCA.

⁵¹⁸ ARAKAKI, op. cit., 2015, p. 113.

⁵¹⁹ Idem.

⁵²⁰ Ibidem, p. 114.

⁵²¹ Sobre a existência e utilização de navios-prisão Cf.: BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório v. 1*. Brasília: CNV, 2014. p. 309.

⁵²² Contudo na região urbana a fronteira é somente com a Bolívia.

Um dos aspectos mais reveladores das prisões coletivas realizadas em 1964 pelas forças de segurança da ditadura – incluindo-se agentes militares e policiais civis e militares – diz respeito aos locais utilizados para as prisões. Ultrapassando os limites dos quartéis, das delegacias e do sistema penitenciário, os trabalhadores foram mantidos presos em estádios de futebol e navios: em Niterói (RJ), no Ginásio Caio Martins; em Macaé (RJ), no Clube Ypiranga; em Criciúma (SC), no Esporte Clube Comerciários; em Olinda (PE), na chamada “Colônia de Férias”; em Porto Alegre (RS), no Serviço Social de Menores – SESME; em Santos, no navio *Raul Soares*; na Guanabara, no navio *Princesa Leopoldina*; em Campo Grande (MS), no navio *Corumbá*; no Rio Grande (RS), no navio *Canopus*. Esses espaços apresentam-se como consequência lógica do que revelou a investigação de Marcelo Jasmin, realizada com base em 1.114 processos da Comissão de Reparações do Estado do Rio de Janeiro na qual 43,68% dos casos pesquisados de graves violações dos direitos humanos ocorreram nos três primeiros anos da ditadura – entre 1964 e 1966.⁵²³

Em 1969, houve cassações sumárias e suspensão dos direitos políticos que atingiram deputados estaduais de Mato Grosso; os mesmos ocorreram sem que a Assembleia Legislativa fosse consultada.⁵²⁴ Entre os cinco deputados estaduais cassados, quatro pertenciam à porção sul do estado de Mato Grosso: Américo Porphirio Nassif, Augusto Mario Vieira, João Chama, Luiz Thomas de Aquino e Sebastião Nunes da Cunha.⁵²⁵

Após o golpe foram abertos inúmeros IPMs no estado de Mato Grosso. Segundo Arakaki foram instaurados cerca de 140 inquéritos⁵²⁶ nas cidades correspondentes ao sul do estado. As que tiveram maior número de ocorrências foram: Campo Grande (50), Ponta Porã (27) e Corumbá (19).⁵²⁷ A cidade de Aquidauana teve o registro de 16 IPMs.⁵²⁸

Campo Grande, a cidade com maior atuação da ADEMAT por ser seu ponto de início e irradiação, registrou cerca de um terço do total de IPMs do sul do estado. Todavia, não foi a única cidade a ter a participação de civis durante os atos de prisão, conforme Arakaki “muitas pessoas foram denunciadas e até mesmo levadas à prisão por civis, pessoas da cidade, comprometidas com entidades de defesa da pátria brasileira contra o avanço comunista”.⁵²⁹

Três dos IPMs instaurados em Campo Grande atingiram os vereadores da Câmara Municipal Abel Freire de Aragão, Roger Assef Buainain e Willian Macksoud (PTB). Estes vereadores tiveram seus mandatos cassados em outubro de 1964 sob acusações de envolvimento em atividades subversivas. Ao analisarmos a cópia do IPM de Macksoud

⁵²³ BRASIL, op. cit., p. 75. O relatório apresenta uma inconsistência quanto ao navio-prisão de Corumbá, o mesmo ficava ancorado em Corumbá e não em Campo Grande e denominava-se *Guarapuava*.

⁵²⁴ ARAKAKI, op. cit., 2015, p. 109.

⁵²⁵ Idem.

⁵²⁶ Arakaki baseou-se no Ofício nº 371, páginas 93-99, enviado pelo Comandante da 9ª RM ao Diretor do DOPS de São Paulo. Acervo Digitalizado do Deops.

⁵²⁷ ARAKAKI, op. cit., p. 133.

⁵²⁸ EUDES, op. cit., p. 56.

⁵²⁹ ARAKAKI, op. cit., p. 134.

constatamos que entre as testemunhas de sua acusação estiveram Agostinho Bacha, Cláudio Fragelli e Daniel Reis, todos integrantes da ADEMAT.⁵³⁰ Abel foi integrante da ADEMAT no pré-golpe, há possibilidade de que por integrar uma ala menos intransigente do PSD tenha sido expurgado após o golpe, quando a aliança entre UDN e PSD já não era necessária. O mesmo ocorreu ainda com os redatores do jornal OMT, como abordado no capítulo precedente.

Sérgio Cruz, que foi preso após o golpe, destacou em entrevista que não sofreu repressão física, apenas coibição moral e, quando questionado sobre o caráter das perseguições sofridas, nos diz que muitas denúncias partiam de elementos civis,

Na época do Pasquim, nós montamos um grupo e fundamos um jornalzinho alternativo que se chamava Panfleto. Aí a gente fazia mais ou menos aquele esquema do Pasquim, era bem liberal, entenda, não era um jornal e acabou pegando, toda semana escrevia lá o Humberto Espíndola, Paulinho Simões Correia, todo esse pessoal escrevia no Panfleto, eram as tendências da arte, da moda, a crítica né, eu fazia a crítica local e toda semana tinha um convite para ir à delegacia da Polícia Federal, fora isso não, aqui as reações aqui eram muito mais civis, do pessoal que depois aderiu ao golpe, esse era o pessoal que mais perseguia, que dedurava, enfim, a própria instituição política agia mais em função disso. – Ah o fulano escreveu isso, o cara nem lia, alguém ligava e dizia – Você já viu esse artigo que o Sergio Cruz escreveu e tal. [...] Era mais isso, mais civil.⁵³¹

Em seu livro sobre *Datas e Fatos Históricos*, Sérgio Cruz partindo de um levantamento jornalístico de notícias da imprensa campo-grandense, indica que a Polícia Federal em Campo Grande foi instalada em 1965 e surgiu como:

[...] parte do aparelho repressivo do regime militar implantado no país em 1964, comunica-se a instalação em Campo Grande da Delegacia Regional do Departamento Federal de Segurança Pública, que mais tarde passaria a denominar-se Polícia Federal. Funcionou inicialmente numa das dependências do QG da Polícia Militar. O primeiro delegado foi o capitão Mário de Silveira Campos, da PM do Distrito Federal, tendo como comissários Aluísio Pinto dos Santos e Odenir Cícero de Sá. Em seguida, a PF mudou-se para a Rua Dom Aquino e 14 de julho onde funcionou, até mudar-se para sede própria. Um de seus mais conhecidos titulares dos tempos da ditadura foi o General Amadeu Anastácio.⁵³²

Nos primeiros dias após o golpe foram presos também o vice-prefeito petebista Nelson Trad e o médico Alberto Neder. Como Neder havia se refugiado na fazenda de um amigo, sendo preso fora de Campo Grande, na cidade de Rio Brillhante, foi detido localmente e depois transportado de volta, assim após seu retorno: “os militares responsáveis pela prisão

⁵³⁰ Informação nº 238/16/ACG/75, ACE 87004/75. 01 set. 1975. p. 19. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 dez. 2017.

⁵³¹ CRUZ, Sergio. Entrevista concedida à Thaís Fleck Olegário. Campo Grande, MS [18/07/2016]. Arquivo de áudio: 1h 29 min.

⁵³² CRUZ, op. cit., p. 178.

desfilaram com o médico algemado dentro de um jipe pela Avenida Afonso Pena, com o intuito, talvez, de mostrar à população que o mais conhecido “comunista” de Campo Grande estava preso”.⁵³³ Trad:

[...] fazia parte de um grupo suprapartidário que existia na cidade, formado, entre outros, por Onofre Costa Lima, René Ned, Humberto Ned, Rádio Maia, Euclides de Oliveira e Ezequiel Ferreira Lima, que se reuniam semanalmente para analisar a conjuntura nacional e tomar outras providências políticas. Como esse grupo tinha força política – contava, inclusive com o concurso do prefeito da cidade, Humberto Canale –, tornara-se muito visado.⁵³⁴

O estudante Ricardo Brandão foi preso em Mato Grosso e conduzido para o Rio de Janeiro, ficando detido de 1964 a 1967. Ricardo participava de associações estudantis de Mato Grosso e do Rio de Janeiro, no qual cursava a faculdade de direito. Conforme seu prontuário do DOPS, analisado por Arakaki, sua situação “[...] começa a ficar complicada com o questionamento sobre uma carta que ele enviou a uma pessoa chamada Vasco, em 3 de abril de 1963”.⁵³⁵ A carta havia sido remetida a José Roberto de Vasconcelos, então redator do jornal *O Democrata* e membro do PCB, que residia em Campo Grande. Sobre o conteúdo da carta, tratava-se do posicionamento contrário de Brandão a criação da filial do IBAD em Mato Grosso. Na mesma dizia que “[...] não existem problemas de esquerdismo e comunismo no Estado de Mato Grosso [...] que o IBAD era um órgão corrupto, e a criação do mesmo no seu Estado, viria a criar um clima de intranquilidade no mesmo [...]”.⁵³⁶

Nos informes do SNI de Omar Lins Canavarros, Juvêncio Cesar da Fonseca e Altair Vieira Mundim,⁵³⁷ consta a anotação de que estes assinaram o “manifesto ao povo de Mato Grosso de 1963 em repúdio à fundação da ADEMAT”. É possível que quando circulou o referido manifesto membros da ADEMAT tenham “marcado” aqueles signatários, incluindo-os na lista de subversivos. Todos aqueles que se posicionaram antes do golpe contra o IBAD e suas filiais, seriam considerados seus inimigos, portanto, monitorados e até perseguidos sob a insígnia da subversão.

No estado de Mato Grosso, através do decreto estadual nº 713 de 11 de maio de 1964, foi criada a Comissão Estadual de Investigações (CEI), atendendo a demanda do artigo 7º do AI-1. Com dezesseis artigos, o decreto nº 713 ampliava as disposições do AI-1, no que tange

⁵³³ SILVA, op. cit., p. 134.

⁵³⁴ Ibidem, p. 132.

⁵³⁵ ARAKAKI, op. cit., p. 137.

⁵³⁶ Prontuário 1152, Acervo DEOPS/RJ, fundo Polícia Política, notação 1152, fl. 3. Apud: ARAKAKI, op. cit., p. 137.

⁵³⁷ Informação nº 019/740/ACG/80 ACE 755/80 e Informação nº 091/79 9ª RM, ACG/ACE 106/79. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

a abrangência dos investigados, assim poderiam sofrer investigações sumárias: servidores públicos estaduais ou municipais, civis, militares, autárquicos, ou membros da sociedade de economia mista, fundações ou empresas de serviços públicos. Os investigados seriam julgados por terem atentado contra: a) a segurança nacional, b) o regime democrático e c) a probidade da administração pública.⁵³⁸ Também estabelecia que as denúncias pudessem ser apresentadas pelo governador do estado, por qualquer dirigente de órgão estadual, pela própria comissão ou por “pessoa de idoneidade comprovada e com indicação de prova em que se baseia”.⁵³⁹ Por fim, a comissão – findas as investigações que não poderiam ultrapassar 30 dias – enviaria um relatório ao governador do Estado a quem caberia a decisão sobre a penalidade a ser aplicada.

A CEI foi presidida por Demóstenes Martins, então Secretário do Interior, Justiça e Finanças e era composta por Euryeles Motta (Consultor-Geral do Estado), João Moreira de Barros (Ministro do Tribunal de Contas), Vaz Curvo (General R/1 e ex-comandante do 16º BC), Luiz de Carvalho (Coronel, comandante da Polícia Militar do Estado).⁵⁴⁰ Em relação à escolha de Demóstenes para presidir a CGI, Eronildo Silva acentua que não foi coincidência a escolha de seu nome, visto suas ligações com a ADEMAT:

Os militantes da ADEMAT diziam que agiam em defesa dos interesses da pátria e dos ideais democráticos, porém, não foi isso que se viu. Demóstenes Martins, um dos líderes da direita no Estado, por exemplo, desenvolveu especial apreço por cargos públicos que ofereciam a oportunidade de poder bisbilhotar a vida de seus adversários. Não é por acaso que, no pós-1964, Demóstenes foi escolhido para dirigir as principais CGI (Comissão Geral de Investigação).⁵⁴¹

Os trabalhos da CEI seriam realizados às terças, quintas e sábados no interior do Palácio Alencastro, à época sede do governo do estado de Mato Grosso.⁵⁴² Durante seu período de funcionamento, isto é, de maio a outubro de 1964, instaurou vinte e dois inquéritos que resultaram na demissão de doze pessoas e na exoneração de uma, sendo onze funcionários estaduais, um de autarquia e um municipal.⁵⁴³ Demóstenes Martins assim descreveu quem sofrera punições:

[...] Dentre eles encontraram-se 3 Juízes de Direito, o da 1ª Vara da Comarca da Capital e os de Três Lagoas e Porto Murtinho, respectivamente, Drs. João Gonçalo de Moraes, Juarez Mancini e Hilton Coelho Brito Filho. Os

⁵³⁸ Jornal *O Estado de Mato Grosso*. 15 mai. 1964. p. 2 e 4. Arquivo Público de Mato Grosso.

⁵³⁹ Idem.

⁵⁴⁰ MARTINS, op. cit., p. 246.

⁵⁴¹ SILVA, op. cit., p. 128.

⁵⁴² Jornal *O Estado de Mato Grosso*. 20 mai. 1964. Arquivo Público de Mato Grosso.

⁵⁴³ MARTINS, op. cit., p. 246-247.

primeiros foram punidos pelos deslizes apurados em inquéritos procedidos pelo Corregedor da Justiça, Desembargador William Drosghic, e o último, que respondia a inquérito presidido pelo General R 1 Vaz Curvo, solicitou exoneração antes de concluído o mesmo. Os demais punidos foram o 1º Tenente Wilson Carmo de Araujo, os 2ºs Tenentes José Rodrigues Pimentel e Paulo Xavier de Matos, o 3º Sargento Jurandir Queiroz e o Soldado João Cardoso de Sales, todos da Polícia Militar, o funcionário Ruthenio da Costa, os diaristas Paulo de Lara Pinto, Benedito Pedro Ferraz e Teodoro Lourenço da Costa, aqueles do DOP (Departamento de Obras Públicas) e este da CER (Comissão Estadual de Estradas de Rodagem) e o Tesoureiro da Prefeitura Municipal de Paranaíba, José Batista de Camargo.⁵⁴⁴

Como sustenta Alves, a estratégia política segundo a doutrina da ESG dizia respeito à vigilância e controle dos partidos políticos e dos três poderes, entretanto, na fase inicial da institucionalização o Judiciário sofreu menos interferência que os demais poderes:

[...] os crimes políticos permaneciam sob jurisdição dos tribunais civis. Após a conclusão de um IPM, a investigação dos casos era em última instância entregue ao Judiciário, para o encaminhamento legal. Na realidade, o Judiciário preservou alto grau de independência, inclusive com a concessão de *habeas corpus* a presos políticos.⁵⁴⁵

No entanto, a existência de certa autonomia não significou a ausência de expurgos no Judiciário, tendo sido afastados 49 juízes em 1964, dos quais três em Mato Grosso, processados pela CEI.

Com seu prelúdio ainda em 1963, que consistiu na intensa campanha desestabilizadora – de mesmos moldes daquela praticada pelo IPES/IBAD no âmbito nacional –, a ADEMAT figuraria por anos como uma sombra na política do sul de Mato Grosso. Mesmo diante de seu declarado apartidarismo, essa organização foi instrumento de um grupo que tinha como sua base de sustentação a UDN. Durante a preparação do golpe e do imediato período posterior ocorreram suas primeiras ações e movimentos de influência: entrega de informações que mantinha sobre elementos ditos “comunistas”; une-se às forças militares para realizar prisões; coloca homens de confiança a frente de instituições investigativas; promove ações mais danosas como a destruição das instalações do jornal *O Democrata*.

Todavia, as ações da ADEMAT não se encerram neste período. Os interesses da organização foram projetados nas eleições de 1965, em que lançaram a candidatura de Lúdio Coelho ao cargo de governador do estado, o que pode ser considerado como a tentativa absoluta de provar seu poder e influência na política de Mato Grosso. Entretanto, ocorre a sua derrota seguida de uma tentativa incessante de afastar Pedrossian, o vencedor, do cargo de governador. Visto o histórico de pressão que a ADEMAT conseguiu perpetrar sobre as forças

⁵⁴⁴ Idem.

⁵⁴⁵ ALVES, op. cit., p. 61.

oficiais do Estado, é relevante inquirir: qual a motivação de tal insucesso nas eleições de 1965? Para elucidar esta questão é necessário entender, para além de uma conjuntura nacional, a figura de Filinto Müller⁵⁴⁶ que esteve por trás da candidatura de Pedrossian.

A campanha contrária a Pedrossian antes da realização das eleições de outubro de 1965 foi explícita na imprensa. Na sua ficha de informações produzida pelo SNI, consta que nos meses de agosto e setembro de 1965 houve, por exemplo, uma viagem de Ladislau Marcondes⁵⁴⁷ a São Paulo, cuja estadia se fez notar através de uma publicação do jornal *O Estado de São Paulo*, em que se destaca que o objetivo da sua viagem era o de “transmitir às classes produtoras locais a apreensão com que criadores de gado de Mato Grosso vêm seguindo as últimas medidas adotadas pelo governo federal no setor do abastecimento da carne”.⁵⁴⁸

A nota complementava ainda que concentrado no problema da carne, o governo federal não se ateve ao “exame de problemas gravíssimos” como o da sucessão do governo do estado de Mato Grosso, declarando ainda que “corremos o risco de ter eleito um governador várias vezes indicado em Inquéritos por malversão do dinheiro público”.⁵⁴⁹ O posicionamento da ADEMAT contra Pedrossian foi ressaltado pelo SNI:

15 set. 65: (29) – Os elementos ligados à Revolução de 31 de mar. 64, particularmente os da ADEMAT – Ação Democrática Mato-Grossense, insistem nas acusações sobre a corrupção que o candidato do PSD, ao governo de Mato Grosso, teria cometido como superintendente da EFNOB.⁵⁵⁰

De volta a Campo Grande, uma verdadeira batalha discursiva foi travada entre os jornais *Correio do Estado*, que publicava acusações contra Pedrossian e, *O Matogrossense*, que vinculado ao PSD veiculava notas e artigos em sua defesa, sob a guarda de Filinto Müller. Por um lado, acusavam o envolvimento de Pedrossian em atividades irregulares, reforçando doravante investigações sobre sua atuação à frente da NOB, enquanto destacavam que o slogan de sua campanha “o tostão contra o milhão” era inválido, visto a declaração de suas posses; além disso acusavam-no de vinculações comunistas e com elementos do “governo

⁵⁴⁶ Chefe de polícia de Getúlio Vargas de 1933 a 1942. Senador por MT entre 1963-1970. Como consta em sua biografia: “[...] ele era conservador, nacionalista e imperturbável em seu apoio a duas ditaduras, em guerra com um adversário persistente, *seu adversário*, a chamada ameaça comunista”. ROSE, R. S. *O homem mais perigoso do país*: biografia de Filinto Müller. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 16.

⁵⁴⁷ Integrante da ADEMAT.

⁵⁴⁸ Jornal *O Estado de São Paulo*. 01 ago. 1965. p. 27. Disponível em: <goo.gl/uCZZav>. Acesso em: 10 jan. 2018.

⁵⁴⁹ Informação nº 28/68, ACE 2105/81. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 dez. 2017.

⁵⁵⁰ Prontuários Parlamentares eleitos 15 nov. 78 em MS. ACE 1216/79, p. 9. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

passado”. Por outro lado, no jogo de forças entre a ADEMAT e Filinto Müller, o político mato-grossense sairia vitorioso; seu prestígio diante das forças armadas era inegável.

A vitória de Pedrossian acabou ocorrendo mesmo diante da franca oposição dos partidários da UDN e da campanha a favor de Lúdio Coelho por parte do *Correio do Estado* – um dos jornais com maior circulação à época. Sobre Pedrossian alguns pontos devem ser esclarecidos: primeiramente, oriundo de uma família de imigrantes armênios e graduado em engenharia civil, foi diretor da NOB e não era componente *sui generis* da oligarquia mato-grossense (nem do norte nem do sul do estado) quando de sua eleição; contudo recebeu inegável apoio de Filinto Müller, o maior expoente político do PSD em Mato Grosso, com forte hegemonia política desde a década de 1930.⁵⁵¹ Mesmo sendo um candidato contrário à UDN e defendendo a bandeira do combate às oligarquias de Mato Grosso, sua “surpreendente vitória colocou Mato Grosso entre os quatro estados brasileiros nos quais o governo militar perdeu as eleições de 1965”.⁵⁵² No entanto, como sustenta Bittar, logo em seguida Pedrossian aderiu ao golpe.

Um segundo ponto, diz respeito à perseguição política impetrada pelos próceres da UDN/ADEMAT, os quais após a vitória de Pedrossian moveram um processo de impeachment contra ele. As tentativas de interromper seu governo ultrapassaram os limites da Assembleia Legislativa:

A 10 de agosto de 1967, José Armando Barbosa Mota, moço topógrafo, que participava, em Campo Grande, da ADEMAT (Ação Democrática Mato-Grossense), por incumbência de destacados companheiros seus, viajou para Brasília a fim de transmitir a antigos integrantes daquela organização, então servindo na área da Presidência da República, a repulsa generalizada entre os autênticos revolucionários de 31 de março, contra a permanência de Pedro Pedrossian no Governo do Estado. [...] Procurou ele o Tenente Coronel Oswaldo Muniz Oliva, que participava da ADEMAT e que, então servia na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, transmitindo-lhe os motivos da missão de que estava incumbido, a fim de solicitar sua intermediação de conhecedor da vida pública de Mato Grosso, junto ao Presidente Costa e Silva, no sentido que este tivesse conhecimento da ação que estava sendo articulada, na Assembleia Legislativa, com o propósito de ser decretado o impeachment do Governo Pedrossian.⁵⁵³

No entanto, o movimento não obteve êxito, encontrando barreiras na própria Assembleia Legislativa, que diante de uma acirrada votação terminou por arquivar o processo de impeachment, com o placar de 14 votos favoráveis e 14 contra, tendo como voto de desempate o do presidente da casa Emanuel Pinheiro da Silva Primo que votou contra o

⁵⁵¹ BITTAR, op. cit., 2009b, p. 101.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ MARTINS, op. cit., p. 287.

impeachment. Além disso, Demóstenes Martins indica que houve uma intervenção direta de Filinto Müller, por intermédio do Senador Daniel Krieger⁵⁵⁴ junto à Presidência da República, para que os direitos políticos de Pedrossian não fossem cassados e que este pudesse permanecer no cargo de governador.

Ademais, quando houve o contato com o Tenente Coronel Oswaldo Muniz Oliva, ex-integrante da ADEMAT, por parte de José Amando, também integrante dessa organização, este se mostrou pessimista e solicitou uma reunião com o então vice-governador Lenine de Campos Póvoas, quem defendeu que antes de qualquer intervenção junto à Presidência da República se deveria contatar o senador Filinto Müller. O resultado final foi o insucesso de qualquer tentativa de retirada de Pedrossian do cargo.⁵⁵⁵ Entretanto, no cenário posterior o PSD se enfraqueceu, pois o que se verifica no pós-1964 é:

[...] que os grupos que constituíam a União Democrática Nacional, fortes no sul e tendo apoiado o golpe de Estado, passarão a exercer a hegemonia no processo político estadual. Isto porque, especialmente com a instauração das eleições indiretas para governador, os integrantes desse extinto partido, favorecidos pela nova correlação de forças imposta pela ditadura, vão conseguir desmontar do governo estadual algumas velhas oligarquias políticas do ex-PSD, conforme analisou Elias de Oliveira Motta, para quem, após o governo de Pedro Pedrossian, “a dominação udenista” se instalou no poder com José Fragelli e foi reforçada com Garcia Neto de 1975 a 1978.⁵⁵⁶

A perseguição política da ADEMAT a Pedrossian não se encerrou no pleito, ou no posterior pedido de afastamento do governador eleito em 1967. Verificamos que a ADEMAT atuou como informante no processo de cassação de Pedrossian em 1969, fundamentado no AI-5. Neste sentido, consta entre os documentos anexos da Comissão de Investigação Sumária do Exército (CISEx) no processo nº 587, um informe da ADEMAT que registra as atividades de Pedrossian passíveis de investigação:

AÇÃO DEMOCRÁTICA MATO-GROSSENSE

Ações da Petrobrás – O Governador tem lei autorizativa da Assembléia Legislativa, que o autorizou a vender as ações da Petrobrás (sic.). Na mensagem enviada a Assembléia não especificou o nº de ações, por quanto ia vender e nem para quem vendeu. Nêsse sentido tem um requerimento do Dep. Martinho Marques, pedindo essas informações ao Governador Pedrossian e até hoje não foi respondido. Verificar a desmoralização do Banco do Estado no que diz respeito a empréstimos a afilhados políticos. O banco Central está a par de tudo. O Governador deve ao IPEMAT – pegar declaração do Ex-diretor Diomedes Rosa Pires no correio do Estado. E vez corrente que o governador tem compra de fazendas no município de

⁵⁵⁴ Primeiro presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

⁵⁵⁵ MARTINS, op. cit., p. 288.

⁵⁵⁶ BITTAR, op. cit., 2009b. p. 103.

Maracajú, Miranda, em nome de seus parentes. Nomeou a poucos dias atrás um comunista para a Secretaria de Indústria e Comércio – Ricardo Trad – Verificar a negociata de contrato da construção da linha de transmissão C. Grande Dourados (firma de João Boca de Vaca – Verificar desvio de dinheiro recebido do Inda – com o Delegado do Inda em Cuiabá. (Dr. Coutinho) na ordem de Ncr\$ 300.000,00. Por ocasião do afastamento do governador Pedrossian – o mesmo comprou três deputados – Valter de Castro – Valdevino Guimarães e Manoel de Oliveira Lima por quantias em dinheiro – O último além de dinheiro, recebeu o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado.⁵⁵⁷

As atividades praticadas por Pedrossian e tidas como irregulares pela ADEMAT, constaram como acusações no relatório de 23 de abril de 1969 da CISEx, sendo que os oito primeiros itens apresentados utilizaram as mesmas palavras do informe da ADEMAT transcrito acima.⁵⁵⁸

Portanto, a ADEMAT conseguiu projetar seus quadros em importantes funções na ditadura, como a liderança da CEI/MT. Também impetrou perseguições políticas aos trabalhadores da NOB e da Colônia Agrícola de Dourados, assim como aos políticos integrantes da oposição da UDN, como o caso de Pedro Pedrossian exposto acima. Seus integrantes compuseram a lista de testemunhas de acusação em processos de cassação e sua autonomia para acusar publicamente indivíduos de práticas subversivas ou de enviar às lideranças ditatoriais cartas e memorandos, nos leva a questão que será explorada no próximo item: até aonde foi o poder da ADEMAT na política e na repressão no sul de Mato Grosso e posteriormente no Mato Grosso do Sul?

4.3 Permanências da ADEMAT na política sul-mato-grossense: do caso Landualdo (1979) à refundação do PCB (1985)

Em 1979 o Delegado de Polícia Landualdo Gomes Rodrigues foi designado como titular da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS) de Campo Grande - MS. A “crise na segurança pública” relatada pelo informe do SNI ocorreu quando Ladislau Marcondes, em nome da ADEMAT solicitou junto ao Secretário de Segurança Pública e ao próprio Governador do Estado o afastamento de Landualdo alegando que este “não merecia a confiança da Revolução”.⁵⁵⁹ O pedido de afastamento do delegado foi adiado pela repercussão

⁵⁵⁷ Processo de cassação nº 271/002 de Pedro Pedrossian. p. 49. Arquivo Nacional Fundo Conselho de Segurança Nacional (CSN). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 29-31.

⁵⁵⁹ Informação nº 120/116/ACG/79, ACE 273/79. 10 out. 1979. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI).

nacional que uma de suas investigações havia tido, a sindicância que apurava a existência de trabalho escravo na fazenda Mimosal, a cerca de 65 km de Campo Grande.

Este fato fez com que Ladislau Marcondes, frente à demora da resolução do afastamento de maneira oficial, optasse por tornar o caso público através do *Jornal da Manhã*, periódico da imprensa local, que difundiu uma carta de Ladislau sob o título de “JB prometeu a ‘cabeça’ de Landoaldo⁵⁶⁰ à ADEMAT”. Neste período, estava a frente do executivo do estado o governador Marcelo Miranda e João Batista Pereira (JB) era o Secretário de Segurança Pública. A referida carta demonstrava a inexistência de qualquer reserva em relação a tornar públicas as negociatas ocorridas entre a ADEMAT e o Estado, destarte:

“De acordo com o compromisso e palavra empenhada, obedecendo determinação superior, encerra hoje o prazo de permanência à frente da Delegacia Especializada (DEOPS) o sr. Landoaldo Rodrigues sendo substituído pelo Dr. Roberto Martins, o compromisso referido foi feito pelo secretário de Segurança Pública ao Presidente da Ação Democrática Matogrossense Dr. Ladislau Marcondes em 18 do mês P.P. em seu próprio gabinete às 10 horas da manhã daquele dia. A decisão de afastar o sr. Landoaldo decorreu não apenas de uma atitude da ADEMAT mas de um grande número de pecuaristas contrários à permanência numa delegacia das mais importantes de nossa capital, por um alienígena, remanescente do Governo Harry Amorim que além de desconhecer completamente as atribuições vinha mantendo evidente aversão aos ditos fazendeiros, segundo ele por serem ricos, além de cometer outros atos indignos e incompatíveis com o cargo que irregularmente ainda ocupa.

Em decorrência dessas reivindicações, então levadas ao conhecimento do Dr. João Leite Schmidt, e do próprio governador Marcelo Miranda, ficou decidido pelas referidas autoridades que Landoaldo seria afastado imediatamente da delegacia onde ele ainda é o titular, e a comunicação foi levada ao Secretário de Segurança pelo próprio Dr. Schmidt, chefe da Casa Civil, e ao presidente da ADEMAT.

A efetivação, entretanto, das medidas tomadas pelo chefe da Casa Civil, com o apoio incondicional do Sr. Governador graças a um entendimento, que se verificou entre o Dr. João Batista e o Dr. Ladislau Marcondes, um dia após ao que ficou determinado no dia anterior na Casa Civil, quando ficou decidido que Landoaldo continuaria no cargo apenas mais 15 dias, prazo que se esgota hoje. Assim acreditamos que após o que foi acima anunciado com o compromisso feito por dois dos maiores dignatários do Governo, que amanhã impreterivelmente o sr. Landoaldo Rodrigues será substituído na Delegacia de Ordem Política e Social pelo Dr. Roberto Martins”.
Campo Grande 02 de outubro de 1979. Dr. Ladislau Marcondes.⁵⁶¹

Entretanto, houve reações contrárias; o fato repercutiu na Assembleia Legislativa e também na imprensa escrita “contra a ADEMAT, contra a sua pretensão e contra o Governo

⁵⁶⁰ Reproduzimos aqui o nome conforme escrito no periódico, no entanto, em confronto a outras fontes a grafia correta do nome é Landoaldo.

⁵⁶¹ Informação nº 120/116/ACG/79, ACE 273/79. 10 out. 1979. ANEXO A - Recorte *Jornal da Manhã*. p. 5. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

do Estado que, aparentemente, estava se prestando a aceitar pressões espúrias”.⁵⁶² Apesar da reação demonstrada em 1979 por parte de deputados estaduais, a ingerência da ADEMAT em assuntos de nomeação e afastamento de indivíduos para importantes cargos governamentais tem suas raízes em um período precedente, que pode ser remontado ao início da ditadura, quando participando ativamente do processo obteve privilégios que não seriam proscritos tão facilmente. Na informação nº 124/1971/ACG/SNI, as atividades da ADEMAT foram assim descritas:

[...] Não obstante a impopularidade de seus componentes, conseguiu desfrutar de uma posição de destaque e prestígio junto as forças vitoriosas, sem, contudo, sentir-se realizada revolucionariamente.

Atualmente sente-se fortalecida e prestigiada com a investitura no Govêrno de Mato Grosso do Dr. JOSÉ FONTANILLAS FRAGELLI, irmão do seu mais destacado coordenador Dr. CLÁUDIO LUIZ FONTANILLAS FRAGELLI, que, também, exerce importante cargo no Estado, como Diretor-Presidente da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO – SANEMAT.

A sua participação tem sido bastante efetiva na indicação e composição dos quadros governamentais.⁵⁶³

Um exemplo da interferência foi a nomeação em 1971 de Oscar Martins Filho como Delegado para atuar na delegacia central de Campo Grande-MT, durante o governo de José Fragelli, tal nomeação foi influenciada por “Ladislau Marcondes, fazendeiro, filiado à ARENA e Cláudio Fragelli, advogado, irmão do governador de Mato Grosso”,⁵⁶⁴ integrantes e lideranças da ADEMAT.

As ações da ADEMAT foram acompanhadas pelos órgãos de segurança. O General de Divisão da reserva Lucídio de Arruda, então Secretário de Segurança Pública, em 1972 descreveu a entidade como terceiro partido político no estado:

A ADEMAT, uma associação ilegalmente constituída, saindo da clandestinidade, constituiu-se na realidade em terceiro partido político no estado. Arrogando-se o direito de nomear, achacar, denegrir e acoimar de subversivo e de corrupto todo o cidadão que não reze pela sua cartilha (dedo duro da Revolução, como é conhecida). A ADEMAT – Ação Democrática Mato-Grossense, nascida na ex-UDN, na época da Revolução teve, segundo consta, como seu principal dirigente, o atual governador José Manoel Fontanillas Fragelli. Hoje ela está sendo dirigida pelo Dr. Cláudio Fontanillas Fragelli, irmão do governador e diretor-presidente da SANEMAT – Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso e o Dr. Ladislau Marcondes, médico em Campo Grande/MT. Dentre os demais

⁵⁶² Ibidem, p. 3.

⁵⁶³ Informação nº 124/1971/ACG/SNI, ACE 40261/71. 12 nov. 1971. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁵⁶⁴ Informação nº 939/74, ACE 101325/74. 12 de jul. de 1974. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

elementos que fazem parte da ADEMAT, consta o nome do sr. José Amando Barbosa Mota, prefeito de Barra do Bugres/MT.⁵⁶⁵

Pela análise do conteúdo dos informes produzidos sobre a ADEMAT é comum encontrar a constatação do radicalismo de seus membros e a perda, ao longo do tempo, da “confiança” que os órgãos de segurança e informação oficiais lhe reservavam. Essa entidade aparece descrita como:

[...] organização de extrema direita que teve atuação destacada na época da revolução de março de 1964 em MT colaborando na identificação e detenção de elementos considerados comunistas. Referida entidade pelo radicalismo demonstrado pelos seus associados e pelos objetivos nebulosos, há muito perdeu a confiança das forças militares, além de sempre ter sido vista com certa reserva pela ACG/SNI.⁵⁶⁶

A entidade também apoiava publicamente a violência policial, o que pode ser observado pelo seu posicionamento quanto ao assassinato de Manoel Tomás Miranda, morto por policiais em 1977:

A Associação Democrática Matogrossense – Ademat – deu integral apoio às polícias civil e militar do Estado envolvidas na morte de Manoel Tomás Miranda. Depois de levar dois tiros de um investigador, Manoel Tomás foi morto por um parente do policial Benedito Targino de Araújo que ele havia assassinado na manhã de sexta-feira.

Na opinião de dois representantes da Ademat, Cícero de Castro Farias e Ladislau Marcondes a atuação dos policiais em relação ao marginal “foi louvável” por ter propiciado “limpar a nossa sociedade de elemento tão perigoso”.

Na opinião de Cícero e Ladislau, também são inocentes os dois policiais encarregados da guarda do marginal (que foi morto no Pronto Socorro de Campo Grande), que saíram de seus postos facilitando a ação do PM Pedro Targino da Silva, primo de Benedito. Esse fato foi considerado “inteiramente louvável” por eles.

A Ademat é um grupo surgido em Mato Grosso depois da Revolução de 64 e do qual fazem parte entre outros o ex-governador José Fragelli. A entidade prometeu enviar um relatório ao Ministério da Justiça inocentando os envolvidos e denunciando a subseção da OAB, que se insurgiu contra a violência policial.⁵⁶⁷

Destarte, a aparente dissociação que se faz em relação às ligações estreitas entre a ADEMAT e o Estado, esconde relações complexas de cooperação recíproca. Por um lado, a Ação, cujo prestígio advinha da atividade intensiva como extensão repressora no imediato pós-golpe, e de outro o Estado, que recebeu dessa organização o apoio operativo, tanto por

⁵⁶⁵ Relatório do Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Gen Div R/1 Lucídio de Arruda, de 17 jan. 1972 (SS17-27/72). p. 60. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁵⁶⁶ Informação nº 120/116/ACG/79, ACE 273/79. 10 out. 1979. p. 3. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI).

⁵⁶⁷ *Jornal O Estado de São Paulo*, 02 ago. 1977, p. 18. Disponível em: <goo.gl/mH9zw6>. Acesso em: 10 dez. 2017.

intermédio de sua participação em denúncias de membros considerados subversivos, quanto na prisão *de facto* desses indivíduos.

Portanto, as relações de trocas, não seriam facilmente superadas quando do aprofundamento da ditadura; pelo contrário, a existência paralela da ADEMAT em relação às forças repressivas oficiais seria uma constante na política mato-grossense. Dito isso e, retomando o caso do pedido de afastamento do delegado Landualdo Rodrigues devemos desnudar as motivações que levaram a esta demanda.

A repercussão do caso na imprensa lançou luz a uma questão latente, segundo a denúncia publicada nos jornais; a substituição fora solicitada diante da recusa de Landualdo em conseguir a expedição de porte de armas para os “apadrinhados” de Ladislau Marcondes, com a dispensa dos documentos normalmente exigidos. A prática de registro e porte de armas para deputados e secretários de Estado fora descrita no informe nº 005/116/ACG/79. Em depoimento prestado à Agência de Informações de Campo Grande, Landualdo Rodrigues, esclareceu que:

Ao ser empossado o atual titular da Secretaria de Segurança Pública do Estado recebeu como determinação superior da Diretoria da Polícia Civil a orientação de fornecer a todos os deputados e secretários de Estado, inclusiva a seus apaniguados, registro e porte de armas, conforme as suas solicitações;

A partir de então os pedidos se sucederam sendo todos atendidos conforme as instruções recebidas. Na maioria dos casos os pedidos eram formulados pelo Bel. Alfredo Scaff, Coordenador Geral da Secretaria de Segurança, que além de um telefonema antecipado fazia a apresentação do interessado com um DPF/MS, feita através do ofício nº 230/79/DEOPS/MS, de 03 out 79; [...].⁵⁶⁸

As indicações para nomeações de cargos governamentais não eram demandas exclusivas da ADEMAT, também ocorriam pela indicação feita por parlamentares, porém como isto normalmente se dava sem maiores alardes na imprensa local, poucos desses pedidos chegavam ao conhecimento público.

No entanto, o que ocorreu neste caso foi a emergência para a esfera pública do que correntemente acontecia nos bastidores do governo. Tal fato gerou uma reação de igual medida, uma insatisfação por parte de outros segmentos sociais com a política de nomeações, sendo o ápice de descontentamento o teor incisivo da ADEMAT (considerada uma organização proscrita), vindo a público solicitar o afastamento de um delegado, mas, também, o reconhecimento das manobras que o governo utilizava para manter sua legitimidade, isto é,

⁵⁶⁸ Informação nº 120/116/ACG/79, ACE 273/79. 10 out. 1979. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

um verdadeiro leilão de cargos públicos. Neste sentido a publicação no *Correio do Estado*, intitulada “A segurança e a política” é esclarecedora:

A culpa de tudo que vem ocorrendo é, na verdade, do sistema de governo, que não consegue sair do caldeirão político em que está sentado, muito embora suponha-se que isso ocorreria. Que a superada ADEMAT exigiu – e obteve –, a cabeça de Landualdo Rodrigues, delegado do DEOPS, é uma verdade que não pode ser contestada. Só que a já extinta organização deveria ter ficado calada aguardando as negociações que manteve, sem sair por aí gritando que exigia e que obtivera. Só por isso, ela acabou não vendo a promessa cumprida. Mas o episódio bem mostra quão difícil é organizar-se um sistema de segurança produtivo e honesto. E vem a pergunta: afinal, o que representa a ADEMAT – extinta por ato presidencial, deve-se frisar –,⁵⁶⁹ para impor tamanho terror ao governo, a ponto dele submeter-se a tal pedido. Sob a simples alegação de que Landualdo Rodrigues (outro apaniguado) negava-se a fornecer porte de arma a quantos fazendeiros desejassem?⁵⁷⁰

De igual modo, a publicação questionava “o que representa a ADEMAT [...] para impor tamanho terror ao governo”.⁵⁷¹ Ao longo deste estudo pôde-se perceber que a ADEMAT representou uma força política e paramilitar constante na política mato-grossense desde sua criação em 1963 e o prestígio adquirido durante sua própria cruzada anticomunista refletir-se-ia durante longos anos, mesmo após sua aparente dissolução. Na resposta ao pedido público de exoneração de Landualdo Rodrigues, o *Jornal da Manhã* noticiou no dia 05 de outubro de 1979 o artigo “ADEMAT é uma organização fascista, diz Sérgio Cruz”, que em linhas gerais tratava da insatisfação de alguns deputados tanto do MDB quanto da ARENA, em relação ao pedido de Ladislau Marcondes:

Para Sérgio Cruz, líder do MDB, “a ADEMAT é uma organização a serviço da extrema-direita internacional, defensora do nazi-fascismo, que em tudo e em todos vê o fantasma do comunismo, que vive conspirando até hoje nos porões da ditadura”. Sérgio denunciou que, a ADEMAT, em Mato Grosso e agora em Mato Grosso do Sul, sempre procurou controlar o aparelho policial, civil e militar, e conta com vários de seus filiados infiltrados em posições estratégicas na Secretaria de Segurança Pública. O parlamentar emedebista citou o nome de Djalma Galtério, atual diretor geral da Polícia Civil, “que é inscrito na Ademat e ocupa o cargo com o fim específico de colocar-se a serviço dessa instituição que não morreu como muitos querem fazer crer”.⁵⁷²

⁵⁶⁹ Refere-se ao decreto nº 52.425 promulgado pelo presidente João Goulart que suspendeu as atividades do IBAD e de suas filiais sob as acusações de atividades políticas de corrupção eleitoral e de origem de recursos desconhecida. Cf. BRASIL, Câmara dos Deputados, *Decreto nº 52.425, 31 de agosto 1963*. Brasília: Legislação Informatizada. Disponível em: <www2.camara.leg.br> Acesso em: 10 mai. 2016.

⁵⁷⁰ Informação nº 120/116/ACG/79, ACE 273/79. 10 out. 1979. p. 8. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁵⁷¹ Idem.

⁵⁷² Idem.

Complementarmente o *Jornal da Manhã* veiculou o texto “Intenção seria controlar porte de armas no Estado”,⁵⁷³ em que tece uma crítica ao silêncio do governo do estado perante as afirmações do acordo celebrado com a ADEMAT, o fragmento inicia-se com a afirmativa de que Ladislau Marcondes havia declarado a um jornalista que o motivo do pedido de exoneração era o de controlar o porte de armas no estado. Por conseguinte,

[...] A negativa de Landualdo Rodrigues delegado do DEOPS em ceder a algumas solicitações de membros da Ademat, teria sido o motivo principal da exigência de sua exoneração, colocando-se em seu lugar um membro da proscrita organização para que facilitasse aquilo que Landualdo ousou dificultar. Entretanto há que se condenar o silêncio do governo estadual com respeito à nota divulgada pela Ademat no dia 3 do corrente que, se permanecer calado, confessará de forma tácita os contatos e entendimentos alegados. Se isto realmente aconteceu é lamentável e não pode se repetir, pois o funcionalismo estadual, de qualquer setor precisa ter uma margem mínima de estabilidade garantida para o bem desempenhar suas funções. Não pode pairar sobre o setor policial civil e militar do Estado uma sombra negra de demissão e ameaças para os que se dispuserem a cumprir a lei acima dos interesses pessoais, político ou ideológicos.⁵⁷⁴

As motivações para tais permanências são diversas, com a ressalva de que nem todas podem ser captadas e percebidas através deste estudo, podemos, entretanto, expressar algumas. Os grupos que integravam a ADEMAT não estavam alijados do poder no momento anterior ao golpe; ao contrário, compunham diversas instâncias dentro do Estado, fosse pela ocupação de cargos legislativos, executivos ou pela própria influência exercida sobre os governantes através de outras instituições; desse modo, a ocupação de espaços de poder e cargos na nova estrutura não está diretamente relacionada à sua participação na ADEMAT.

Contudo, é o seu posicionamento político assumido antes do golpe, que levou os integrantes da ADEMAT a participação na primeira etapa da institucionalização da ditadura, pois, seus integrantes já vinham gestando um *modus operandi* repressivo, antes mesmo da efetivação do 31 de março. Se por um lado alguns membros da ADEMAT já faziam parte do Estado é preciso salientar então: o que os levou a radicalizarem suas posições? Em nosso entendimento trata-se da possibilidade do expurgo, da eliminação da oposição, ou seja, da resolução dos conflitos utilizando uma linguagem comum das relações políticas em Mato Grosso: a violência.

Dessa forma, o poder não se deslocou, ao contrário, o aparelho repressivo do Estado foi posto a serviço das classes dirigentes. Em um regime democrático o opositor é apenas

⁵⁷³ Informação nº 120/116/ACG/79, ACE 273/79. 10 out. 1979. Fragmento do *Jornal da Manhã* 05 out. 1979. p. 08. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

⁵⁷⁴ Idem.

opositor político e, por isso, os conflitos ocorrem na esfera das disputas políticas e discursivas. Porém, na ditadura instaurada em 1964, o opositor tornou-se “inimigo interno” e sobre ele recaiu toda a força do Estado, não só política como física, através do balizamento de um complexo sistema repressivo. Neste sentido, é possível entender a tese de Dreifuss da tomada do Estado, no sentido da eliminação substantiva da oposição, em que as classes dirigentes tornaram-se a única voz a ecoar por todo o país, eliminando os “inimigos internos” através dos instrumentos extraeconômicos fornecidos pelo Estado, como a repressão.⁵⁷⁵

Desse modo, entendemos a relação simbiótica entre Estado e organizações civis, entre sociedade política e sociedade civil. Portanto, não se tratou apenas do acionar repressivo das forças do Estado em sentido restrito. Tratou-se do movimento de organizações civis com propósitos coercitivos, de organizações paramilitares, entre as quais esteve a ADEMAT. E esse processo pode ser percebido como a radicalização política, ou nas palavras de Alvaro Rico, de “brutalização” política,⁵⁷⁶ processo este que não se encerra nas ditaduras, tendo reflexos inclusive nos posteriores regimes democráticos.⁵⁷⁷

Neste sentido, o apontamento de Vilma Franco sobre a militarização da sociedade nos é caro:

Del militarismo a la militarización de la sociedad hay un paso, pero mientras el primero es una condición estrictamente social, la segunda es evidencia de una decisión de escalamiento de la confrontación o de refuerzo tanto de la seguridad como de la dominación. La militarización como condición material está dada por la proliferación de organismos armados en función de la lucha contrainsurgente, tales como autodefensas, grupos de choque, informantes, policías secretas, etc. La ampliación del pie de fuerza de las fuerzas armadas puede estar garantida por la capacidad financiera (ayuda externa o mayor disposición de recursos públicos por medidas adicionales de tributación) y por la obligación constitucional de prestación de servicio militar, pero la creación de cuerpos armados adicionales y el crecimiento cuantitativo de las unidades militares irregulares contrainsurgentes, dependen tanto de condiciones financieras como de una disposición social delirante y febril para usar las armas.⁵⁷⁸

Para apontar os impactos da criação da ADEMAT na sociedade campo-grandense, pode-se tomar de empréstimo o fragmento da nota publicada pelo jornal *Ultima Hora*, sobre um protesto realizado no Rio de Janeiro por trabalhadores mato-grossenses radicados nesta

⁵⁷⁵ DREIFUSS, op. cit.

⁵⁷⁶ Segundo Rico: “El fenómeno de la ‘brutalización de la política’ precedió cronológicamente al fenómeno del ‘terrorismo de Estado’ aunque, en ciertos aspectos, se adelantó al mismo, dado que, aún bajo la vigencia de un sistema democrático, antes del golpe, se fue diseñando un campo criminal y un Estado de Policía que justificaron el gobierno bajo decreto y medidas de excepción [...]”. RICO, Alvaro. Prácticas estatales criminales en dictadura y relaciones sociales degradadas en democracia. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2009. p. 141.

⁵⁷⁷ RICO, op. cit., p. 156-159.

⁵⁷⁸ FRANCO, op. cit., p. 76.

cidade contra a criação da filial do IBAD em Mato Grosso, no qual denunciavam que o objetivo da Ação era de “convulsionar a ordem social”.⁵⁷⁹

Na cidade de Campo Grande não existe um diretório estruturado do PCB na atualidade. Se por um lado, este fato é reflexo de diversos processos de cisões e do enfraquecimento partidário após perseguições históricas, por outro demonstra um processo vitorioso de hegemonia de outro grupo político. Falamos do presente em direção ao passado, o que não corresponde a novidade na escrita da história, visto que nossas questões são sempre matizadas pelo presente. De igual modo, quando tratamos de um processo histórico temos a consciência de que certos acontecimentos se desdobram para além de si próprios, ou melhor, que os despojos do velho barco que naufragou são insistentemente trazidos de volta à praia pela maré.

Em 16 de junho de 1985 em cerimônia especial da Câmara Municipal de Campo Grande foi criada a Comissão Provisória Regional do Partido Comunista Brasileiro em Mato Grosso do Sul. No mesmo mês, um manifesto anticomunista de Ladislau Marcondes foi publicado no jornal *Correio do Estado*; embora de caráter nitidamente agressivo, o manifesto não se aproximou das atividades mais drásticas praticadas pela ADEMAT em seus primeiros anos. Contudo, demonstrou um anticomunismo arraigado e que dificilmente seria superado mesmo em períodos democráticos e, como descrito no próprio título da informação do órgão de segurança, as atividades da Ação Democrática Mato-Grossense permaneciam após a divisão do estado, portanto, em Mato Grosso do Sul. Um dos trechos do manifesto de Ladislau Marcondes é:

Nós democratas vemos o comunismo como um grande POLVO tendo sua cabeça no Comintern e seus tentáculos se irradiando paulatinamente pela face da Terra já tendo atingido 13 Nações civilizadas na Europa e uma na Ásia, sugando suas energias físicas e espirituais, cerceando suas liberdades, impondo pela força de seu poderio bélico a submissão e escravização a todos esses países, atingidos pelo grande polvo, que também segrega venenos, responsáveis pelo terror, pelas lutas de classes e por todas as desgraças que hoje atingem quase toda a humanidade. Diante do exposto cumpre-nos o dever de alertar ou mesmo advertir o nosso povo, sobretudo estudantes e trabalhadores sobre as inverdades e o falso proselitismo que pregam os agentes da Ditadura vermelha [...].⁵⁸⁰

⁵⁷⁹ Jornal *Última Hora*, 30 abr. 1963. “Mato-grossenses contra o IBAD”. Rio de Janeiro. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 01 mar. 2015.

⁵⁸⁰ MARCONDES, Ladislau. Seção Livre: Oficializado o P.C. em Mato Grosso do Sul. Jornal *Correio do Estado*, 27 jun. 1985. ACG/ACE 5505/85 (Pronunciamento Ladislau 1985 sobre criação do PC). Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

O mesmo teor acusativo, que apresenta o comunismo como intrinsecamente mau, era postulado nas publicações da ADEMAT na década de 1960. Tal posicionamento possuía inegáveis bases no anticomunismo matizado pela Guerra Fria, semelhante àquele assumido pelo complexo IPES/IBAD há duas décadas. Marcondes complementa ainda que:

O Partido Comunista agora na legalidade terá naturalmente todos os direitos a ele inerente, de fazer sua campanha e propaganda como qualquer outro partido democrático, entretanto, afirmamos aos seus condutores e líderes que irão ter de nossa parte uma acirrada oposição [...].⁵⁸¹

A ADEMAT findou suas atividades depois de cumprido seu propósito de “combate a subversão”. No entanto, as motivações que estão na sua gênese, isto é, a necessidade de defesa da propriedade por parte de grandes proprietários de terras, não se esgotaram durante sua existência. Assim como os acontecimentos em Rondonópolis antes do golpe constituíram um laboratório para se testar a capacidade de reação dos “subversivos”, a atuação da ADEMAT como ação paramilitar serviu de oficina para mobilização de grandes proprietários, de forma armada ou não, em função da intocabilidade da propriedade privada. Se por um lado a ADEMAT deixou de existir formalmente, por outro, a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul saíra fortalecida e institucionalmente sólida.

Note-se que em 1997 houve a criação do Movimento Nacional de Produtores Contra a Invasão de Terras, Terrenos e Saques (MNP), contituído no estado frente ao acirramento dos conflitos entre ruralistas e o Movimento Sem Terra (MST). Em agosto deste mesmo ano, duas mil pessoas, sendo aproximadamente trezentos ruralistas, realizaram uma passeata denominada “Lei, Ordem e Paz no Campo e na Cidade”, tendo mobilizado cavalos, carretas, caminhões boiadeiros, tratores e colheitadeiras, marcharam do centro da cidade de Campo Grande até o Parque dos Poderes, local sede da governadoria do estado. Posteriormente, o movimento contou com um leilão de arrecadação de fundos realizado no Parque de Exposições Laucídio Coelho e foi amparado pela ACRISSUL. Renato Merém, coordenador regional do MNP/MS acusava os integrantes do MST de “movimento guerrilheiro esquerdista” e,

[...] ao mesmo tempo asseverou ser a ‘reforma agrária que o governo tenta implantar a todo custo no País, um processo falido que já naufragou em várias partes do mundo’. Em prosseguimento, acrescentou estar ocorrendo hoje um claro desrespeito à Constituição e que a falta de autoridade do Governo poderá levar o País a conseqüências imprevisíveis. [...] Quanto ao MST, tem a opinião de que o Movimento quer é ‘moleza, terras férteis à beira de estradas, com água abundante e juros subsidiados’. O que, na sua ótica, lembra a Revolução de 1964, quando o Governo tentou implantar o mesmo sistema no País e que acabou gerando grande conflito. Acrescentou

⁵⁸¹ Idem.

que o 'MST é um movimento que pensa em encontrar um campo fértil para semear a desordem'.⁵⁸²

Mesmo três décadas após a intensa campanha anticomunista impetrada pelo IPES/IBAD o discurso sobre a propriedade permaneceria inalterado, isto porque, as instituições são antes de tudo compostas por indivíduos e são os seus interesses que lhe dão forma e conteúdo. Desse modo, a recuperação do anticomunismo, a criminalização de movimentos sociais, pode ser posta novamente em curso, desde que o *status quo* seja questionado.

A grande empresa agrícola saiu vitoriosa no pós-1964 e com ela o latifúndio, o império do gado e as extensas monoculturas. Entretanto, não reside nesta afirmativa o sentido de fim da história, de inexistência de conflitos ou da vitória absoluta da grande propriedade privada da terra sobre o trabalhador rural, apenas expõe o decurso de um processo iniciado há muito, trata-se da história da luta de classes e que por sua permanente tensão mantém aberta a possibilidade de transformação.

⁵⁸² ACE 9824/98. Arquivo Nacional Fundo Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. p. 13.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1963 foi criada em Campo Grande-MT a ADEMAT, uma organização que seria definida posteriormente pelo SNI como “uma entidade de extrema-direita criada com a finalidade de combater o comunismo”.⁵⁸³ Embora, o aspecto que mais se destaque quando se trata dessa organização seja seu envolvimento como órgão repressivo, vale reter que a entidade possuía um precedente caráter político.

A ADEMAT surgiu como uma subsidiária do IBAD e estava atrelada à ADP. A respeito de sua composição, detinha em suas fileiras diversos indivíduos provenientes de outras instituições representativas dos setores empresariais, terratenentes e financeiros como a Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso (ACSMT) e a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG), além de bancos e demais entidades de classe. Seus membros também ocuparam cargos políticos executivos e legislativos, assim como foi verificada sua participação em órgãos estatais destinados à infraestrutura. Desse modo, os fundamentos de sua gênese e existência podem ser buscados antes do momento de sua fundação.

A ADEMAT integrava homens, em sua maioria com idades acima de 40 anos e com ocupação definida quando da investida na organização. Outra característica singular da trajetória desses indivíduos era que os mesmos já faziam parte de um grupo prestigiado política e economicamente, sendo inclusive detentores do poder no sul de Mato Grosso. Destarte, alguns eram indivíduos proprietários de grandes extensões de terras. Através do uso de dicionários biográficos e fontes periódicas conseguimos comparar e contrastar as biografias individuais o que permitiu identificar relações e vínculos institucionais, possibilitando corroborar o grau de complexidade e profundidade dos vínculos existentes entre seus integrantes, e destes com o os setores dominantes.

Ao longo desta pesquisa buscamos explorar quais eram as atividades da ADEMAT enquanto filial do IBAD, e para isso fizemos uso dos textos publicados pela entidade em sua coluna semanal no jornal *O Matogrossense*. Identificamos nessas publicações dois eixos temáticos principais: 1) combate ao comunismo: através da apresentação de críticas ao cenário nacional e internacional após o marco da revolução cubana; da exposição do comunismo como oposto a fé católica; e ataques aos quadros do governo ditos comunistas; 2) rejeição ao projeto de reforma agrária proposto pelo presidente João Goulart.

⁵⁸³ ACE 5609/85. p. 32. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 dez. 2017.

A questão agrária representou um ponto importante da ação política da ADEMAT. Exemplo disso foi a mobilização de seus quadros e de autoridades políticas, quando da realização da 25ª Feira de Exposições e Mostras Agropecuárias, com o fim de realizar uma palestra sobre a temática, cuja pretensão era de “esclarecer o povo” sobre o que seria uma verdadeira reforma agrária “democrática e cristã”.

Nosso estudo contemplou também a análise dos discursos propagados pela ADEMAT e pelo IBAD sobre a reforma agrária. O que nos permitiu diferenciar pontos como a inflexibilidade da ADEMAT frente à redistribuição de terras e a defesa de uma reforma que permitisse apenas a incrementação da produção agropecuária – maior influxo de subsídios para os indivíduos que já possuíam terras. Por seu turno, o IBAD defendeu um projeto mais abrangente, que previa desapropriações de terras e a modernização da agricultura. Após análise de ambos os discursos distinguimos seus posicionamentos, verificando assim que o distanciamento da visão da ADEMAT daquela do IBAD deveu-se a composição de seus quadros, que em grande maioria eram provenientes de uma entidade patronal vinculada a posse de grandes propriedades de terras, a ACSMT.

Por conseguinte, um dos questionamentos surgido durante este estudo foi por que houve a criação da ADEMAT mesmo já existindo uma complexa estrutura de representação dos interesses de classe como a ACSMT, que já tinha pelo menos três décadas de funcionamento e era um órgão de representação formal dos interesses dos grandes proprietários de terras vinculados à pecuária. Entendemos que a ADEMAT foi criada em um processo de desvinculação da luta anticomunista de sua origem de classe, em paralelo a uma necessidade de ampliação de canais para ação coletiva de diferentes entidades patronais e grupos de interesse.

Tal movimento ocorreu pela tentativa de criar um órgão exclusivo para atender uma demanda anticomunista. Isto é, as organizações de classe, mesmo tendo um grande número de associados cujos interesses eram confluentes, conservavam ainda divergências em certas pautas, ocorrendo o que se pode chamar de uma cisão intraclasse. Essa cisão pode ser observada em órgãos nacionais como a SNA e a SRB, ou de outros estados como a FARSUL, em relação ao posicionamento de seus membros sobre a questão agrária. Neste cenário, a ADEMAT viria representar apenas os grandes proprietários de terras e profissionais liberais que buscavam a militância anticomunista e não a todos aqueles que integravam a ACSMT. Entretanto, dada a simultânea ocupação das diretorias da ADEMAT e da ACSMT pelos mesmos indivíduos é provável que a ADEMAT representasse a maior parte dos grandes proprietários de terra integrantes dos quadros da ACSMT.

Neste sentido, a ADEMAT surgiu no contexto de criação de novos canais para a militância anticomunista e fez parte, também, do projeto de expansão disseminado pelo IBAD desde 1962. Entre suas atividades enquanto filial do Instituto esteve a publicação seriada na imprensa campo-grandense de textos anticomunistas, cujo conteúdo fora analisado no capítulo dois. Tais atividades integraram a investida conspiracionista, por parte de certos grupos civis, que originou a campanha de desestabilização do governo Goulart.

Como organização paralela de repressão, realizou prisões, criou fichários com informações de elementos considerados subversivos e até contribuiu com informações para o comando da 9ª Região Militar acerca de indivíduos que atentavam contra a “Revolução”. Ainda, atuou ativamente na indicação de nomes para ocuparem os cargos vinculados à repressão estatal. Os casos acima dispostos foram investigados por intermédio dos informes produzidos pelo SNI.

A pergunta inquirida na imprensa campo-grandense sobre “o que representa a ADEMAT [...] para impor tamanho terror ao governo?” feita em 1979, quando o dirigente da organização veio a público exigir o afastamento de um delegado do DEOPS, também nos é cara. Entendemos a ADEMAT como um grupo que se apresentava, aparentemente, como apartidário e sem distinções de classes sociais, que se ramificou por todo o estado de Mato Grosso. Em seguida, iniciou um processo de militância anticomunista na esfera discursiva, utilizando para este fim o jornal *O Matogrossense*. Ao longo do tempo, este grupo passou da militância discursiva para o combate armado, e, desse modo, representou um movimento repressivo de civis contra civis. Neste período, suas atividades com matizes paramilitares despertaram o interesse dos órgãos de informação, que caracterizavam a entidade como uma organização de extrema-direita destinada ao combate ao comunismo. A mesma organização não mediu esforços para fazer sentir sua rejeição à vitória de Pedro Pedrossian nas eleições de 1965 e em resposta enviou um memorial de suas ações praticadas a favor da “Revolução de 31 de março” diretamente ao ministro de Guerra, o General Costa e Silva. Neste documento, ressaltou a ADEMAT: “no período de consolidação revolucionária, a ADEMAT, coerente com a sua linha de conduta, não ensarilhou suas armas”. Por fim, foi atribuída a ADEMAT a destruição do jornal *O Democrata*, que ocorreu em plena luz do dia por indivíduos fortemente armados.

Desse modo, respondendo a questão anterior, diante do poder político e repressivo apresentado pelos membros da ADEMAT não espanta a subordinação do governo do estado em 1979. Ademais, fazendo uso das palavras de Pedro Luiz de Souza, a ADEMAT foi um órgão coordenador que comandou “a grande devastação”, consagrando a vitória da luta

anticomunista em Mato Grosso, ou seja, silenciando, constringendo, impondo medo e desconfiança, acuando e perseguindo os setores e indivíduos que esboçavam qualquer manifestação de perspectiva de esquerda ou reformista no contexto da administração de João Goulart, ou de resistência e questionamento à ditadura após a interrupção democrática de 1964. Portanto, pode-se apontar que a ADEMAT possuiu um papel central, tanto político quanto repressivo, nos pré e pós-golpe no sul de Mato Grosso.

FONTES CONSULTADAS

Documentos

ACE 5609/85. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ACE 9824/98. Arquivo Nacional Fundo Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

ACG/ACE 5505/85 (Pronunciamento Ladislau 1985 sobre criação do PC). Seção Livre: Oficializado o P.C. em Mato Grosso do Sul. Jornal *Correio do Estado*, 27 jun. 1985. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL, Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964. Disponível em: <goo.gl/6755KT>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Câmara dos Deputados, Decreto nº 52.425, 31 de agosto 1963. Brasília: Legislação Informatizada. Disponível em: <goo.gl/hjgNC7> Acesso em 10 mai. 2016.

_____. Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Camara. *Dossiê do IBAD*: Arquivos da CPI de 1963. Pernambuco: CEMVDHC, 2016. 17 tomos. Disponível em: <goo.gl/aV4bKu>.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório v. 1*. Brasília: CNV, 2014.

_____. Presidência da República. Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952

_____. *Relatório: textos temáticos. v. 2*. Brasília: CNV, 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil – 1963*. Ano XXIV.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agrícola de 1960. Mato Grosso - Goiás - Distrito Federal*. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Volume II - Tomo XIV. (1a. parte). Memória Estatística do Brasil: Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro, disponível em: <memoria.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. XXXV volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

_____. Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955. Disponível em: <goo.gl/8e9NyW>. Acesso em 30 jun. 2018.

_____. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Disponível em: <goo.gl/wcHxAG>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962. Disponível em: <goo.gl/uLBocZ>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Declaración a los Pueblos de América. Alianza para el Progreso: Documentos Básicos. Punta del Este, agosto 1961. Memoria Chilena: Biblioteca Nacional de Chile. Disponível em: <www.memoriachilena.cl>. Acesso em: 10 mar. 2017.

Informação nº 019/740/ACG/80 ACE 755/80 e Informação nº 091/79 9ª RM, ACG/ACE 106/79. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Informação nº 120/116/ACG/79, ACE 273/79. 10 out. 1979. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Informação nº 124/1971, ACE 40261/71. 12 nov. 1971. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Informação nº 238/16/ACG/75, ACE 87004/75. 01 set. 1975. p. 19. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 dez. 2017.

Informação nº 28/68, ACE 2105/81. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 dez. 2017.

Informação nº 939/74, ACE 101325/74. 12 de jul. de 1974. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Memorial enviado pela ADEMAT ao Ministro de Guerra General Arthur da Costa e Silva, 08 nov. 1965, sobre o “ambiente político no estado de Mato Grosso”, encaminhado ao Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. p. 3. Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso: 05 dez. 2017.

Processo de cassação nº 271/002 de Pedro Pedrossian. Arquivo Nacional Fundo Conselho de Segurança Nacional (CSN). p. 33. Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Prontuários Parlamentares eleitos 15 nov. 78 em MS. ACE 1216/79, item 14, p. 6. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Relatório do Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, Gen Div R/1 Lucídio de Arruda, de 17 jan. 1972 (SS17-27/72). p. 60. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em 30 nov. 2017.

Entrevistas

ALMEIDA, Antônio Antero de. Entrevista concedida à Thaís Fleck Olegário. Campo Grande, MS [25/05/2017]. Arquivo de áudio: 1h 13 min.

CRUZ, Sergio. Entrevista concedida à Thaís Fleck Olegário. Campo Grande, MS [18/07/2016]. Arquivo de áudio: 1h 29 min.

GOLPE MILITAR 40 ANOS DEPOIS: olhares de 2 Mato Grossos. Direção: Afonso Celso Reis Benites e Mariana Miranda de Andrade, orientadora: Moema Urquiza, 2004. Produção:

Projeto Experimental do curso de jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). 1 DVD (34 min).

LIMA, Ellen. Entrevista realizada com Antonio Roberto de Vasconcelos (Vasco) pelo jornal *O Estado de MS* em 31 de março de 2007, especial de 43 anos do golpe. Uma versão reproduzida encontra-se no blog da jornalista. Disponível em: <ellenlimablog.com.br> Acesso em: 23 nov. 2017.

LOUREIRO, Wilson. Entrevista concedida para o documentário “Golpe Militar 40 anos depois: olhares de 2 Mato Grossos”. Arquivo digital. 2004. 34 min.

MATTO GROSSO, Fausto. Entrevista concedida a Thaís Fleck Olegário. Campo Grande, MS [20/07/2016]. Arquivo de áudio: 1h 22 min.

MARTINS, Wilson Barbosa. Entrevista concedida para o documentário “Golpe Militar 40 anos depois: olhares de 2 Mato Grossos”. Arquivo digital. 2004. 34 min.

Impressos

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

DUTRA, Eloy. *IBAD sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

GAMA, André. *Nossos Males e seus Remédios*. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1963.

GORDON, Lincoln. *O Progresso Pela Aliança*. Rio de Janeiro: Distribuidora Récord, 1962.

HASSLOCHER, Ivan. As classes produtoras diante do comunismo. Suplemento especial da Revista *Ação Democrática*, fevereiro de 1962. 16 p.

IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática. *Recomendações sobre Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica Ltda, 1961. 360 p.

MARTINS, Demóstenes. *A poeira da jornada: memórias*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1981.

RAMOS, Plínio de Abreu. Como Agem os Grupos de Pressão? *Cadernos do Povo Brasileiro*, v. 20, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Periódicos

Jornal *A Cruz* (MT). 02 de junho 1963. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Jornal *A Cruz* (MT), 18 abr. e 23 nov. 1963. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

Jornal *A Noite* (RJ). 01 set. 1947, p. 7. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em 21 mai. 2017.

_____. 27 ago. 1949. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 02 jul. 2016.

_____. 09 abr. de 1963. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 01 mar. 2015.

Jornal *Correio da Manhã* (RJ). 08 de set. 1963. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Jornal *Correio do Estado* (MT). 04 jan. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 03 abr. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 08 abr. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 11 abr. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 15 abr. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 25 abr. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 15 mai. 1964. Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá.

_____. 22 jan. 2015. Disponível em: <www.correiodoestado.com.br>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. 25 abr. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

Jornal *Diário de Pernambuco* (PE). 25 mar. 1962. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 22 abr. 2016.

Jornal do Comércio (MT). 20 abr. 1963. Arquivo Público de Mato Grosso do Sul.

Jornal *Folha de São Paulo*, 14 de julho de 1995. Disponível em: <goo.gl/G1jWtN>. Acesso em: 22 ago. 2017.

Jornal *O Estado de Mato Grosso* (MT). 12 jul. 1961. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

_____. 18 jun. 1963. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. 26 jun. 1963. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. 06 jul. 1963. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. 30 jan. 1964. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

_____. 15 mar. 1964. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. 13 mar. 1964. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. 15 mar. 1964. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. 20 mai. 1964. Arquivo Público de Mato Grosso.

Jornal *O Estado de São Paulo* (SP). Dia comercial. Abril a Novembro, 1963, p. 20. Acervo Estadão. Disponível em: <acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 26. ago. 2017.

_____. 07 abr. 1963. Acervo Estadão. Disponível em: <acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: out. 2017.

_____. 01 ago. 1965. p. 27. Disponível em: <goo.gl/uCZZav>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. 02 ago. 1977. Disponível em: <goo.gl/mH9zw6>. Acesso em: 10 dez. 2017.

Jornal *O Jornal* (RJ). 03 abr. 1964. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Jornal *O Matogrossense* (MT). Ano 1 nº 1. 26 ago. 1949. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. Ano II nº 119. 07 mar. 1951. Arquivo Público de Mato Grosso.

_____. 26 jul. 1959. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 30 jul. 1959. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 10 jan. 1960. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 27 fev. 1960. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 20 mar. 1960. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 26 ago. 1960. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. jan./nov. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 16 abr. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 29 abr. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 07 mai. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 13 mai. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 17/18 de jun. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 15 jul. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 15 out. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 05 nov. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 16 nov. 1963. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. 04/05 abr. 1964. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

Jornal *O Progresso* (MT). Dourados 22 de maio de 1955. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso: 05 jul. 2017.

_____. 05 jun. 1955. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 05 jul. 2017.

Jornal *Última Hora* (RJ). 17 nov. 1961. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. 08 mai. 1961. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 21 fev. 2016.

_____. 30 abr. 1963. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 01 mar. 2015.

Tribuna Liberal (MT). 07 de novembro de 1965. Ed. 64. P. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN).

Revista Ação Democrática, abril/1963. Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Camara. Documentos CPI do IBAD/1963.

Revista O Cruzeiro, n. 10, ano XXV, 1952. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Revista Brasil-Oeste. Edições: Abril/maio 1959, nº 36; Junho 1960, nº 49; Maio 1961, nº 59; Maio 1962, nº 69 e Maio 1963, nº 83. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN).

_____. abril/maio 1959, Edição nº 36. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Jun. 1960, Edição nº 49. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. maio de 1961, Edição nº 59. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. maio de 1962, Edição nº 69. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. setembro de 1962, Edição nº 73. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. maio de 1963, nº 83. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 03 jul. 2017.

Revista Catolicismo, nº 100, abril de 1959. Introdução de Plínio Corrêa de Oliveira. Disponível em: <goo.gl/TXLA1r>. Acesso em: 23 set. 2017 [versão transcrita].

Websites

Famasul. Disponível em:

<portal.sistemafamasul.com.br/institucional/>. Acesso em: 22 ago. 2017.

Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul). Disponível em:

<www.acrissul.com.br/institucional>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACIG). Disponível em:

<acicg.com.br/institucional/historia>. Acesso em: 23 ago. 2017.

Sindicato Rural de Campo Grande (SRCG): Disponível em: <ww.srcg.com.br/historia>.

Acesso em: 25 ago. 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves; et. al. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, vol. III.

ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 155-202.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMÂNCIO, Izaías Euzébio. *Transições políticas em Cuiabá: do bipartidarismo ao pluripartidarismo (1979-1982)*. Dissertação Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2010.

ARAKAKI, Suzana. *As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969)*. Tese (doutorado), Programa de pós-graduação em História. Dourados: UFGD, 2015.

_____. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: Editora UEMS, 2008.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*. Dissertação Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2007.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2015.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 173-193.

BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. *História e Universidade: a institucionalização do campo histórico na Universidade de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990)*. Tese (doutorado), Programa de pós-graduação em História. Dourados: UFGD, 2016.

BESOKY, Juan Luis. Violencia paraestatal y organizaciones de derecha: aportes para repensar el entramado represivo en la Argentina, 1970-1976. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Coloquios. Disponível em: <nuevomundo.revues.org/68974>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, v. 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009a.

_____. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, v. 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009b.

BOBBIO, Norberto. Verbete Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 319-329.

BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981*. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em história. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

BRASIL, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara. *IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5*. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016.

BRUNO, Regina [et. al.]. *Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.

CALIL, Gilberto. Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora. *Outros Tempos*. v. 11, n. 17, 2014. p. 246-270.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *“Estranhas Catedrais”*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: EDUFF, 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____.; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CELS, Centro de Estudios Legales y Sociales. *La política de desapariciones forzadas de personas*. El caso argentino: desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de una política. La doctrina del paralelismo global. Su concepción y aplicación. Necesidad de su denuncia y condena. Conclusiones y recomendaciones, Paris: CELS, 1981.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CRUZ, Sergio. *Datas e Fatos Históricos do Sul de Mato Grosso ao Estado do Pantanal*. Campo Grande: Editora Pantaneira, 2004.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, 2016. p. 131-154.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

DOS SANTOS, Theôtonio. *Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Obras Escolhidas. Florianópolis: Insular, 2015.

DREIFUSS, René Armand. *1964 A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Tese (Doutorado), programa de pós-graduação em história. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FERRAGINI, Bárbara. Laucídio Coelho é homenageado pela Acrissul. *Genética-Aditiva*, 02 mar. 2010. Disponível em: <www.geneticaaditiva.com.br>. Acesso em: set. 2017.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano v. 3: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-404.

_____.; GOMES, Angela de Castro. *1964: O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FINCH, Micheal P. M. A Total War of the Mind: The French Theory of la guerre révolutionnaire, 1954-1958. *War in History*, United Kingdom, 2017, p. 1-25. Disponível em: <goo.gl/SehLhi>. Acesso em: 03 jun. 2018.

FONTES, Virgínia. Prefácio: Nas lutas. In: MELO, Demian Bezerra de. (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 9-16.

FRANCO, Vilma Liliana. El Mercenarismo corporativo y la sociedad contrainsurgente. *Estudios Políticos*, n. 21, Medellín, julio-diciembre 2002. p. 55-82.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPAROTTO, Alessandra. “*Companheiros Ruralistas!*” Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). Tese (doutorado), programa de pós-graduação em história. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GONÇALVES, Luciana de Freitas. *Imprensa e poder em tempos de Segurança Nacional: Cáceres – MT (1969-1984)*. Dissertação Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2012.

GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado), programa de pós-graduação em história. Niterói: UFF, 2010.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis: Vozes, 2006.

LOZANO, Jorge Eduardo. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 15-25.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 111-153.

MACHADO, Paulo Coelho. A participação da classe rural na luta pela divisão. *Revista MS Cultura*, 1985, setembro-outubro. Acervo do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

_____. *A Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Fernanda Tondolo. Anos 1960 e a recepção da Revolução Cubana no Brasil: jornal Diário de Notícias e revista O Cruzeiro. In: WASSERMAN, Cláudia (Org.). *A Revolução Cubana: 50 anos de imprensa e história do Brasil*. Porto Alegre: Editora EST, 2009. p. 30-54.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a Contra-Insurreição. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 12, jun. 1999, p. 67-82.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, Demian Bezerra de. (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Revista Espaço Plural*. n. 27, 2012. p. 39-53.

MEIRA, Leonice Maria. *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso (1964-1974)*. Dissertação Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Estado e classe dominante agrária no Brasil pós 30 (1930-1945)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Verbete “ruralismo”. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das ligas camponesas no Brasil. In: *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 21-76.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2000.

_____. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Revista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A Questão Agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2013.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. *Leões e Raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*. Rio de Janeiro: Mariela editora, 2001.

_____. *Relatos Políticos (entrevistas: memória divisionista – MT)*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

OLEGÁRIO, Thaís Fleck. *A ADEMAT nas páginas de O Matogrossense: articulações ideológicas da elite campo-grandense nas vésperas do golpe de 1964*. Trabalho de Conclusão de curso. Campo Grande: UFMS, 2015.

_____. A ideia de nação para a Doutrina de Segurança Nacional. *História em Reflexão*, Dourados, v. 11, n. 21, jul/dez. 2017. p. 95-111.

OLIVA, Oswaldo Muniz. *Brasil: O amanhã começa hoje*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

OLIVEIRA, Maria Regina Cassanho. *Imigração Sírio-Libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em história. Dourados: UFGD, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay: Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985) do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tomo I. Tese (doutorado), programa de pós-graduação em história. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Revista Tempo e Argumento*. PPGH/UDESC, v.1, n.1, jan./jun. 2009. p. 30-45.

_____. O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional. In: LEAL, Elisabete C.; POSSAMAI, Zita R. (orgs.) *Vestígios do passado: a história e suas fontes: anais* [recurso eletrônico]. IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Disponível em: <goo.gl/noCH3e>. p. 1-10.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos. (org.); [et. al.]. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, 1989. p. 87-108.

_____. Significado da Reforma Agrária. In: CARVALHO, Abdias Vilar de; D'INCÃO, Maria Conceição. *Reforma Agrária: significado e viabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). *DHBB Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2010, versão web. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JR., Caio. A Questão Agrária e a Revolução Brasileira – 1960. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os Institutos de Estudos Econômicos de Organizações Empresariais e Sua Relação com o Estado em Perspectiva Comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Tese (doutorado), programa de pós-graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (doutorado), programa de pós-graduação em história. Niterói: UFF, 2011.

REINHOLD, O.; RYZHENKO, F. *El anticomunismo moderno: política, ideologia*. Moscou: Editorial Progreso, 1976.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RICO, Alvaro. Prácticas estatales criminales en dictadura y relaciones sociales degradadas en democracia. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2009. p. 141-159.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos de Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 43-91.

ROSE, R. S. *O homem mais perigoso do país: biografia de Filinto Müller*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ROSTOW, Walt W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um manifesto não-comunista)*. Zahar: Rio de Janeiro, 1961.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. “*O maior projeto em prol de Mato Grosso*”: uma análise da Revista Brasil-Oeste (1956-1967). Dissertação (mestrado), programa de pós-graduação em história. Dourados: UFGD, 2011.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder v.1: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979.

SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Quando o MST é notícia*. Dourados: Editora UFGD, 2008.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e Ditadura Militar: Padrões de qualidade e construção de memória. *Revista História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, n. 1, 2005. p. 43-54.

SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920/1980*. Campo Grande: UNIDERP, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v.19, n. 39, jun. 2011.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. *A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da Constituição brasileira de 1988*. Tese de doutorado. Seropédica: UFRRJ, 2012.

TRINQUIER, Roger. *Modern Warfare: A French View of Contrainsurgency*. London: Pall Mall Press, 1964.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. No rastro da boiada: pecuária e ocupação do sul de Mato Grosso (1870-1920). *Revista Crítica Histórica*, v. 5, nº 9, jul/2014. 174-196.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Política e Rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1995.

WASSERMAN, Cláudia. O império da Segurança Nacional: o golpe de 1964 no Brasil. In: _____.; GUAZZELLI, César A. B. (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27-44.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICE A – DADOS E TRAJETÓRIAS DOS INTEGRANTES DA ADEMAT

Abel Freire de Aragão: nascido em 1908, comerciante, membro da Associação Comercial de Campo Grande, vereador na legislatura de 1963 a 1964. Em 1964 teve o mandato cassado por suposto envolvimento com elementos subversivos.⁵⁸⁴ Entre as acusações estavam: ter defendido a legalidade do PCB, reunir-se com elementos declaradamente subversivos, contribuir financeiramente com o jornal *O Democrata* e no período “pós-revolução” escrever artigos no jornal “anti-revolucionário” *O Matogrossense*. Foi vice-presidente da ARENA/MT em 1975. Em abril de 1975 Abel já era presidente do diretório municipal de Campo Grande da ARENA.

Adauto Ferreira: advogado, fazendeiro. Foi diretor-supervisor do Banco Rural de Mato Grosso em 1963. Membro do PSD.

Agostinho Bacha: membro da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG).

Alcino de Figueiredo: médico, patrono da 3ª cadeira da Academia de Medicina de Mato Grosso do Sul.

Anísio de Barros: pecuarista, proprietário da área correspondente ao atual bairro Tiradentes em Campo Grande. Em 1956 iniciou o loteamento que daria origem ao referido bairro. Integrante do movimento divisionista em 1959. No ano de 1962 foi presidente do Rotary Club de Campo Grande, estando em exercício em lugar do presidente efetivo Rubens Figueiró. Em 1967 foi presidente da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso e membro do Conselho Fiscal do Frigorífico Mato Grossense S.A. (FRIMA). No ano de 1975 ainda fazia parte do Rotary Club.

Annes Salin Saad: engenheiro.

Antônio Cerra: dados não localizados.

Antônio Lopes Lins: Em 1961 foi gerente da agência do Banco do Brasil. Membro do Conselho da Associação Comercial de Campo Grande em 1962. Foi Deputado Estadual de Mato Grosso na 7ª legislatura (1971-1975) pela ARENA.

⁵⁸⁴ Acusado de defender a legalidade do PCB, ACE 82367/75

Arlindo Sampaio Jorge: Engenheiro civil, pecuarista. De origem cuiabana ingressou na carreira pública por convite de Pedro Celestino.

Arthur D'Ávila Filho: nascido em 1921, médico. Membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi diretor da Santa Casa de Misericórdia de 1970 a 1980, durante seu mandato realizou obras na referida instituição tornando-a o 4º maior hospital das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, contando com 750 leitos e com todos os recursos da medicina moderna. Foi Presidente do Sindicato Rural.

Assis Brasil Correa: latifundiário. No biênio 1961-1962 foi o 2º tesoureiro da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso. Também em 1962 foi presidente/diretor do Aero-Clube de Campo Grande. De 1963 a 1965 foi presidente da Associação dos Criados do Sul de Mato Grosso. Em 1963 assumiu como diretor-presidente do Banco Rural de Campo Grande. No ano de 1967 integrou o Conselho Fiscal do FRIMA.

Câmara Sena: coronel do Exército Brasileiro.

Cândido Rondon: dados não localizados em função de homônimo famoso.

Cícero de Castro Faria: médico, membro do Rotary Club e do Partido Social Progressista (PSP). Foi presidente do Legislativo municipal em 1962 e patrono da 19ª cadeira da Academia de Medicina de Mato Grosso do Sul.

Claúdio Fragelli: nascido em 1922, médico. Irmão de José Fragelli. Foi secretário de saúde da Prefeitura Municipal de Campo Grande; diretor-presidente da Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso (SANEMAT); membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA); presidente da Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT).

Daniel Reis: participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Fundou em 1970 a SEBIVAL - Segurança Bancária, Industrial e Valores LTDA, primeira empresa do gênero de segurança, vigilância e transporte de valores particulares em Mato Grosso do Sul, que foi vendida em 2009 para a BRINKS & Pago. Em 2011 foi diretor-proprietário da Empresa Brasileira de Equipamentos de Segurança (EBES), “especializada na fabricação de coletes a prova de balas, sendo exclusiva na América do Sul por concessão da E. I. Dupont de Nemours & Co.”⁵⁸⁵

⁵⁸⁵ Homenagem da Câmara Municipal de Campo Grande a expedicionário da FEB. Disponível em: <goo.gl/nD4EzN>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Danúbio Torraca: estudante.

Demóstenes Martins: nascido em 1894 em Goiana-PE, ainda jovem mudou-se para o Mato Grosso. Foi prefeito de Nioaque em 1921 e de Campo Grande no período de 1942-1945 (nomeado após renúncia de Vespasiano Martins). Ocupou o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Finanças entre 1951-1953 e novamente em 1962. Integrou o movimento divisionista em 1959. Foi também presidente do diretório regional da UDN. Em maio de 1964, tornou-se presidente da Comissão Estadual de Investigação criada em atendimento ao previsto no artigo 7º § 1º do Ato Institucional n º 2.

Edson Carlos Ferreira de Sá: estudante.

Eduardo Metello: advogado, pecuarista, líder ruralista, vinculado ao Rotary Club e membro do movimento divisionista em 1959. Foi vice-presidente da Acrissul no período 1971-1973, e presidente da mesma entidade de 1973 a 1975. Também foi vice-presidente e presidente Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul). Presidiu o Sindicato Rural de Campo Grande. Foi ainda vice-presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), na qual também presidiu a Comissão de Pecuária de Corte, a Comissão de Estudos da Reforma Agrária, entre outras. Foi vice-presidente do Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC) e membro fundador e primeiro presidente do Sindicato dos Pecuáristas de Corte de Mato Grosso do Sul.⁵⁸⁶

Eduardo Nabuco: dados não localizados.

Geraldo Correa: latifundiário, homenageado na 78ª *Expogrande* (2016).

Irmão Bello: dados não localizados.

Italívio Coelho: nascido em 1918, advogado, industrial, político e latifundiário. Foi Deputado Estadual de Mato Grosso na primeira legislatura (1947-1951) pela UDN. Bacharel em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro. Deputado Estadual Constituinte de 1947. Foi um dos dirigentes do Banco Financeiro de Mato Grosso e do Banco Agropecuário de Campo Grande (1955). Também ocupou os cargos de diretor-comercial do Matadouro Industrial de Campo Grande (1956). Presidente da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso (1957-1959),

⁵⁸⁶ As informações aqui reproduzidas correspondem à biografia publicada pela Acrissul em seu website no dia 31 de março de 2014, em referência à homenagem realizada durante a 76ª EXPOGRANDE a Eduardo Metello. Disponível em: <goo.gl/EVQuX8>. Acesso em: 21 jul. 2017.

presidente do Frigorífico Mato Grossense S.A. (FRIMA),⁵⁸⁷ vice-presidente da Associação Comercial de Campo Grande (1962) e do Lions Club de Campo Grande (1960).

João Rocha: dados não localizados.

José Cândido de Paula: pecuarista.

José Ferreira de Freitas: nascido em 1928, advogado. Deputado Estadual nas legislaturas de 1962-1966 e 1966-1970. Deputado Constituinte em 1967. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Secretário de Estado da Administração de Mato Grosso (1975-1979). Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (1979). Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (1985). Funcionário da Cúria Diocesana de Uberaba, do Banco de Minas Gerais S.A. e do Banco do Brasil S.A. Consultor Técnico Jurídico da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Assessor Jurídico da Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (2001-2002).⁵⁸⁸

José Amando Barbosa Mota: agrimensor. Estudou Administração em Miami, EUA. Prefeito de Barra do Bugres-MT (1968-1972), Deputado Estadual em duas legislaturas (1975-1983) e Deputado Federal em outros dois mandatos (1986-1991).

José Roberto Spengler: 1º secretário da Associação Comercial de Campo Grande (1962). Integrou a Cooperativa Triticola Sul Mato-Grossense em 1959 (destinada ao beneficiamento de trigo). Em 1963 foi presidente da Associação das Indústrias.

Ladislau Marcondes: médico e pecuarista.

Lúdio Coelho: nascido em 1922, latifundiário, industrial, político e banqueiro. Concorreu ao cargo de governador do estado de Mato Grosso em 1965 pela UDN. Em 1969 foi presidente da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso. Também foi vice-presidente da Executiva regional da ARENA (1975), presidente do Banco Agrícola de Dourados (1959) e superintendente do Banco sul-mato-grossense Financeiro. Foi “vice-presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, entre outras centenas de atividades empresariais e classistas”.⁵⁸⁹ Prefeito de Campo Grande nos mandatos de 1983-1985 e 1989-1992. Senador

⁵⁸⁷ Parte do texto aqui reproduzido corresponde ao verbete biográfico de Itálvio Coelho em: MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1971. p. 48.

⁵⁸⁸ Texto reproduzido conforme verbete biográfico da Academia Mato-Grossense de Letras. Disponível em: <goo.gl/3mEBji>. Acesso em: 01 ago. 2017.

⁵⁸⁹ Cf. Acrissul, Disponível em: <goo.gl/Zv1WcQ>. Acesso em: 21 jul. 2017.

da República de 1995 a 2003, sendo vice-líder do PSDB no Senado. Presidente do PSDB em Mato Grosso do Sul.

Munier Bacha: político, eleito pela Câmara Municipal para o cargo de vice-prefeito de Campo Grande em dezembro de 1964.

Oswaldo Bucker: Segundo secretário da Associação Comercial de Campo Grande (1960) e presidente da mesma entidade em 1962. Membro do Conselho do Banco Agrícola de Dourados (1961). Entre 1971 e 1973 presidiu a Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso (SANEMAT).

Oswaldo Muniz Oliva: Tenente Coronel do Exército. Em 1967 integrou a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional.

Rodolfo Andrade Pinho: Integrou a Cooperativa Triticola Sul Mato-Grossense em 1959 e a presidiu em 1964. Proprietário da empresa "Rodolfo Andrade Pinho & Cia Ltda." especializada na venda de máquinas, motores, grupos geradores, bombas, tratores e implementos agrícolas. Também representou a Companhia de Implementos Agrícolas - Cofima (1959-1961). Recebeu menção honrosa na 23ª Exposição Agropecuária e Feira de Mostras de Mato Grosso realizada em 1961, na categoria produtos industriais/ máquinas agrícolas. Membro do Conselho Fiscal do Banco Agrícola de Dourados (1961). Tesoureiro da Sereníssima Grande Loja Simbólica de Mato Grosso (Maçônica) em 1962. Vereador pela ARENA em 1968.

Ruy Santana dos Santos: jornalista.

Vicente Oliva: 2º Tesoureiro da Associação Comercial de Campo Grande (1962). Presidente do Esporte Clube Comercial 1975. Presidente da Rotary Club em 1977.

Fontes consultadas para elaboração das biografias

Documentos

ACE 114052/78. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ACE 5609/85. 15 ago. 1985. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Periódicos

Jornal *O Estado de Mato Grosso*. 1964 a 1975. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 19 jul. 2017.

Jornal *O Matogrossense*, jan. a dez. 1960. Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

Jornal *Tribuna Liberal*. 21 fev. 1965. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 19 jul. 2017.

Revista *Brasil-Oeste*. 1957 a 1965. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 19 jul. 2017.

Websites

Acrissul. Disponível em: <www.acrissul.com.br/institucional>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Academia de Medicina de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <goo.gl/wEoVVR>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Câmara dos Deputados. biografia do Deputado Federal José Amando. Disponível em: <goo.gl/52F1g3>. Acesso em: 01 fev. 2018.

Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Disponível em: <goo.gl/HkCM9t>. Acesso em 20 jul. 2017.

Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso 1967-1970. Disponível em: <www.iomat.mt.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Homenagem da Câmara Municipal de Campo Grande a expedicionário da FEB. Disponível em: <goo.gl/cHMAJ7>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Livros

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: Editora UEMS, 2008.

MARTINS, Demóstenes. *A poeira da jornada: memórias*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1981.

MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*. Goiânia: Editôra Rio Bonito, 1971.

**APÊNDICE B – DADOS E TRAJETÓRIAS DOS PARTICIPANTES DO “SIMPÓSIO SÔBRE REFORMA
AGRÁRIA DO IBAD”**

Álvaro Ribeiro: médico, chefe de departamento do Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.).

Bertha Koifmann Becker: geógrafa do Centro de Pesquisas de Geografia da Universidade do Brasil.

Celestino Sá Freire Basílio: advogado, professor catedrático de Teoria Geral do Estado da Pontifícia Universidade Católica e de Direito Administrativo na Faculdade de Ciências Sociais do Rio de Janeiro; membro do Partido Democrata Cristão (PDC) e membro honorário do corpo permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).

Charles Hogenboom: de origem flamenga foi o presidente da Cooperativa Agro-Pecuária Holambra, em Moji Mirim (São Paulo).

Rufino D’Almeida Guerra Filho: agrônomo, diretor do Centro de Estudo Informação e Extensão Agrícola, professor da cadeira de Sociologia Rural no curso de formação de auxiliares de comunidade rural promovido pela Sociedade Rural. Chefe do setor de relações públicas do Serviço de Informação Agrícola (SIA). Em setembro de 1964 foi escalado para compor um grupo executivo, via decreto nº 54.246 do Presidente da República, com o fim de divulgar a importância da agricultura no desenvolvimento do país. Participou da 1ª semana Latino-Americana de Agricultura e Alimentação, realizada dentro do Programa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Dênio Nogueira: economista, diretor da Divisão de Finanças do Conselho Nacional de Economia, técnico da Fundação Getúlio Vargas. Em 1960 foi consultor sobre investimentos na América Latina da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Redator Econômico da revista *Ação Democrática* do IBAD desde 1960.

Dirceu Lino de Matos: geógrafo, professor, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo.

Edgard Teixeira Leite: biólogo, proprietário de organização comissionária, cafeicultor, pecuarista, membro da Comissão Central de Preços, de 1946 a 1950, secretário de Agricultura

do Rio de Janeiro, de 1947 a 1950. Também foi representante da cafeicultura fluminense na Direção Nacional da Agricultura, membro da Junta Consultiva de Comércio Exterior, representante da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) no Conselho Interamericano de Comércio e Produção, presidente do Conselho Nacional de Economia, de 1950 a 1960. Integrou ainda a Confederação Rural Brasileira (CRB), atual Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Conselho Nacional de Reforma Agrária, o Fundo Federal Agropecuário, o Ministério da Agricultura, da Associação Latino-Americana de Direito Agrário, a Confederação Nacional de Comércio, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), a SBPC e do Instituto Brasileiro de Colonização.⁵⁹⁰ Foi consultor da Redação da revista *Ação Democrática* do IBAD em 1962.

Edson César de Carvalho: economista. Chefe da seção econômica do *Jornal do Commercio* (RJ), integrante do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores. Em 1964 dirigiu o Departamento de Pesquisas Econômicas. Em 1969 foi secretário executivo do Grupo Executivo da Indústria de Produtos Alimentares (GEIPAL).

Estanislau Fischlowitz: economista. Já na década de 1950 publicava artigos na revista *O Observador Econômico e Financeiro* (RJ) de temática econômica diversa. Foi encarregado pela ONU da missão de assistência técnica à Birmânia entre 1954-1955. Foi professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Em 1962 foi membro do corpo editorial da revista *Conjuntura Econômica* vinculada à Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Everaldo Macedo de Oliveira: representante do governo do estado de Alagoas. Integrou o colegiado do Nordeste do IBAD.

Fernando Bastos de Àvila: padre, professor. Em 1960 desempenhou funções como diretor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC-RJ.

Frederico Augusto Rondon (Filho): engenheiro, vice-presidente da Federação das Associações Rurais de Mato Grosso.

⁵⁹⁰ A biografia completa de Edgard Teixeira Leite aqui reproduzida é de autoria de Sônia Regina de Mendonça e pode ser consultada originalmente em: MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. (Col. História, Cultura e Idéias, v.10). p. 281-282.

Gladstone Chaves de Melo: advogado, deputado do Partido Democrático Cristão (PDC) pelo Estado da Guanabara. Redator-Chefe da revista *Ação Democrática* do IBAD no ano de 1960.

Gustavo Corção: Em 1935 tornou-se professor de eletrônica na Escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar de Engenharia (IME). Em 1945 passou a lecionar Eletrônica aplicada às telecomunicações em cursos internos promovidos pela Companhia Telefônica Brasileira (CTB). Em 1954 foi convidado para colaborar em *O Estado de S. Paulo*, em 1956 no *Correio do Povo* (Porto Alegre), em 1960 na *Gazeta do Povo* (Curitiba) e em *A Tarde*, (Salvador). Foi redator-chefe da revista *A Ordem*, dirigida à época por seu amigo pessoal Alceu Amoroso Lima. Foi líder do Centro Dom Vital em 1951, instituição da qual se afastou em 1963.⁵⁹¹ Em 1960 desempenhou funções de consultor na Redação da revista *Ação Democrática*.

Hilgard O'Reilly Sternberg: geógrafo de origem estadunidense. Em 1951 lecionava Geografia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Entre 1951 e 1962 publicou diversos artigos na Revista *A Ordem*.

Ivan Hasslocher: diretor do IBAD.

Jairo Moura: padre, da Prelazia do Pontifício Instituto das Missões no Exterior. Em 1965 foi secretário de educação do Amapá.

Jan Litjens: diretor comercial da cooperativa de Holambra.

João Camilo de Oliveira Torres: historiador, escritor e professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

José Arthur Rios: Advogado, sociólogo, professor da PUC-RJ. Foi Assessor Legislativo do Senado Federal e. Diretor do Departamento de Assistência social da Guanabara no início da década de 1960.

José Augusto Bezerra de Menezes: presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, do Conselho Nacional de Economia (CNE) e da Federação das Associações Comerciais do Brasil.

⁵⁹¹ As informações aqui reproduzidas correspondem a um resumo do verbete biográfico de Gustavo Corção elaborado por Marieta de Moraes Ferreira In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2010, versão web. Disponível em: <goo.gl/MLjACY>. Acesso em: 15 ago. 2017.

José Bonifácio Coutinho Nogueira: advogado, filiado à UDN. Em 1951 fundou a Companhia de Administração e Representações Ester, tornando-se seu diretor-superintendente. Entre 1956 e 1961 presidiu a Associação Paulista de Criadores de Bovinos. Em 1959 assumiu a secretaria de Agricultura de São Paulo, cargo que ocupou até 1962. Elaborou um projeto de revisão agrária para o estado de São Paulo, o qual teve declarado apoio da Sociedade Rural Brasileira (SRB) através de uma nota publicada pela FARESP, em dezembro de 1960, no jornal *Ultima Hora* (RJ). Neste mesmo ano, fundou e foi diretor-presidente da Cooperativa de Cafeicultores de Campinas, assumindo também a direção da UDN paulista. Em 1963 tornou-se diretor-gerente do Banco Comercial de São Paulo e diretor do Grupo Anhumas S.A.. Em 1965 tornou-se membro do Conselho Nacional de Economia por nomeação do presidente Humberto Castelo Branco e, no ano seguinte, presidente da comissão consultiva bancária do Banco Central do Brasil.⁵⁹²

José Carlos Barbosa Moreira: publicou diversos artigos na revista *A Ordem* entre 1955 a 1964. Escreveu entre 1961 e 1962 para o *Jornal do Brasil* no caderno B. Em 1964 ministrou um curso sobre “crise política” no Centro Dom Vital. Foi procurador do estado do Rio de Janeiro de 1963 a 1978.

José Gomes da Silva: membro do PSD.

José Irineu Cabral: Foi diretor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida) e do Departamento de Projetos Agrícolas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi chefe de gabinete do Ministério da Agricultura e fundador da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Em 1973 chefiou os estudos de criação da Embrapa.

José Vicente Freitas Marcondes: Licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo com pós-graduação pela *University of Vanderbilt* e Universidade da Flórida. Em 1962 era professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Integrou o Conselho Técnico de Sociologia e Política da Federação do Comércio.

Juarez Távora: Foi um militar brasileiro que participou dos acontecimentos de 1922, 1924, Coluna Prestes e Revolução de 1930. Nomeado ministro da Agricultura durante o governo Vargas de 1932 a 1934. Foi comandante da ESG entre 1952 e 1954. Posteriormente atuou

⁵⁹² Parte do texto aqui reproduzido corresponde ao verbete biográfico de José Bonifácio Coutinho Nogueira. PAULA; LATTMAN-WELTMAN, op. cit. Disponível em: <goo.gl/dNemAE>. Acesso em: 15 ago. 2017.

como chefe do Gabinete Militar da Presidência da República no biênio 1954-1955. Concorreu à presidência da República em 1955. Eleito deputado federal pelo estado da Guanabara na legislatura 1962-1964. Foi ministro da Viação de 1964 a 1967.⁵⁹³

Marcelo Lavenère Machado: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil seção de Alagoas.

Milcíades Sá Freire: Integrante do Centro Agropecuário de Santa Catarina, tornou-se em 1961 membro da diretoria do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP). Foi chefe do Setor de Agricultura do Ministério do Planejamento (1965-1968). Em 1972 assumiu a vice-presidência do Banco do Estado de Minas Gerais.

Moysés Rosenthal: agrônomo.

Oldegar Franco Vieira: graduado em Direito. Autor de “Sociologia educacional da Família” (1957) e de *O Estado e a Ordem Econômica* (1958). Fundador e diretor da Escola Superior de Estatística da Bahia em 1966. Foi professor da Universidade Federal da Bahia.

Thomas Lynn Smith: sociólogo de origem estadunidense. Bacharel em História e Sociologia pela *Brigham Young University* com pós-graduação pela *University of Minnesota*. Foi professor e chefe do departamento de Sociologia da *Louisiana State University* entre 1931 e 1947. Também lecionou na *Vanderbilt University* (1947-1949) e na *University of Florida* (1949-1974).⁵⁹⁴

Wanderbilt Duarte de Barros: agrônomo. Presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Vegetal e do Ministério da Agricultura. Também presidiu o Grupo de Estudos da Borracha Natural.

Fontes consultadas para elaboração das biografias

Periódicos

Diário de Notícias (RJ) e (PR) 1960. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Jornal Correio da Manhã. 1960 a 1962. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 ago. 2017.

⁵⁹³ A biografia completa pode ser consultada em: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro DHBB – FGV. Disponível em: <goo.gl/sKQQau>. Acesso em: 15 ago. 2017.

⁵⁹⁴ Disponível em: <goo.gl/QKt4Fr>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Jornal Diário de Pernambuco. 1960 a 1969. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Jornal do Brasil 1960-1969. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 19 jul. 2017.

Jornal do Commercio 1960-1969. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 ago. 2017.

O Estado de Mato Grosso 1960. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Observador Econômico e Financeiro do RJ 1952. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 12 ago. 2017.

Revista *A Ordem* 1951-1962. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Ultima Hora (RJ) 1960-1969. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Websites

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro DHBB – FGV. Disponível em: <goo.gl/dNemAE>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Biografia de José Irineu Cabral. Disponível em: <goo.gl/MuF9ND>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Livros

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. (Col. História, Cultura e Idéias, v.10).